

MESTRADO EM  
PRODUÇÃO



**IADE**

**CREATIVE UNIVERSITY**

LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES

João Marcelo Schiewe

Sociedade e Coesão  
no Espaço Expositivo



**CREATIVE UNIVERSITY**  
LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES

2016

**JOÃO MARCELO  
SCHIEWE**

**SOCIEDADE E COESÃO NO  
ESPAÇO EXPOSITIVO**



**JOÃO MARCELO  
SCHIEWE**

## **SOCIEDADE E COESÃO NO ESPAÇO EXPOSITIVO**

Projeto apresentado IADE-U Instituto de Arte, Design e Empresa – Universitário para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Design de Produção, opção de especialização em Design de Produção Industrial, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor António José de Macedo Coutinho da Cruz Rodrigues, Professor Auxiliar do Instituto de Arte, Design e Empresa – Universitário, e a coorientação do Mestre João Cunha, Assistente do Instituto de Arte, Design e Empresa – Universitário.



2016

Dedico este trabalho a todos os que me incentivaram e apoiaram no caminho até aqui, em especial à minha família, amigos e mestres.





2016

**o júri**

presidente

**Doutor David Manuel Maio Bota**  
Professor Auxiliar do Instituto de Arte, Design e Empresa – Universitário

vogais

**Doutor Paulo Jorge Martins Parra**  
Professor Associado de Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa

orientador

**Doutor António José de Macedo Coutinho da Cruz Rodrigues**  
Professor Auxiliar do Instituto de Arte, Design e Empresa – Universitário



2016

**agradecimentos**

Agradeço, primeiramente, à minha mãe, que sempre me apoiou e incentivou em todas e quaisquer escolhas académicas e profissionais.

Meu agradecimento, também, à minha família e aos meus amigos, que estiveram ao meu lado, aconselhando ou incentivando, nos momentos de dúvidas ou de hesitação.

Por fim, agradeço ao Professor Doutor António da Cruz Rodrigues e ao Professor João Cunha pela orientação e motivação cedidas desde o início deste projeto.



2016

**palavras-chave**

urbanismo, sociedade, antropologia, intuição lenta, coesão, segregação, interação, ambientes, intervenções temporárias.

**resumo**

As questões ligadas ao desenvolvimento urbano e das sociedades estão em constante discussão, seja pelo crescimento descontrolado ou sem planeamento das cidades, pela segregação social e territorial e pelos movimentos de migração dos povos, entre tantos outros tópicos.

Estudar a relação do homem com o espaço em que vive, e dos homens entre si, permite-nos compreender as formações sociais atuais e dá-nos ferramentas para contribuir para uma evolução positiva da sociedade e da cidade.

Um espaço urbano que permita e promova os encontros sociais e que possibilite a interação entre membros de grupos diferentes será responsável pela formação de uma sociedade mais coesa, capaz de produzir mentes mais criativas a trabalharem a favor do desenvolvimento desta sociedade.



2016

**keywords**

urbanism , society, anthropology, slow intuition , cohesion, segregation , interaction , ambient, temporary interventions.

**abstract**

Issues related to urban development and societies are in constant discussion, either by uncontrolled growth or without planning of cities, by social and spatial segregation, by the migration movements of people, among many other topics.

Study the relation of man to the space in which he lives and men to each other enables us to understand the current social formations and gives us tools to contribute to a positive development of society and the city.

An urban space that allows and promotes social gatherings and that enables interaction between different groups of members will be responsible for the formation of a more cohesive society able to produce more creative minds to work for the development of this society .



# ÍNDICE

---



<b>Introdução</b>	<b>9</b>
<b>Fase 1 - Estudo Teórico</b>	<b>15</b>
<b>1. Conhecimento Cultural</b>	<b>17</b>
1.1. “Não-Lugares: Introdução a uma antropologia da sobremodernidade”, Marc Augé	19
1.1.1. O próximo e o alhures	19
1.1.2. Dos lugares aos não-lugares	22
1.2. “Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos”, Carlos Fortuna e Rogerio Proença Leite	25
1.2.1. Segregações urbanas	25
1.2.2. Espaços públicos na pós-modernidade	28
1.2.3. Ambiente, sustentabilidade e cidade	32
1.2.4. Intermediários culturais e cidade	34
Síntese do Conhecimento Cultural	39
<b>2. Conhecimento Científico</b>	<b>41</b>
2.1. “Antropologia do Espaço”, Filomena Silvano	43
2.1.1. O património disciplinar	43
2.1.2. Propostas para um novo campo disciplinar: a antropologia do espaço	48
2.1.3. Propostas de trabalho para um novo espaço	50
2.2. “A Sociedade da Exclusão: Compreendê-la para dela sair”, Gilbert Clavel	56
2.2.1. A exclusão escolar	56
2.2.2. Para uma teoria da exclusão	58
2.2.3. Da sociedade de exclusão a uma sociedade solidária	60
Síntese do Conhecimento Científico	63
<b>3. Conhecimento Experimental</b>	<b>65</b>
3.1. “A Câmara Clara”, Roland Barthes	67
3.1.1. O aparecimento de eu próprio como outro	67
3.1.2. A fotografia como certificado de presença	68
3.1.3. A mortalidade da fotografia	70

3.2. “A Sociedade Invisível”, Daniel Innerarity	72
3.2.1. A sociedade invisível	72
3.2.2. Os novos espaços políticos	74
3.2.3. O futuro já não é o que era	76
3.3. “O Urbanismo Depois da Crise”, Alain Bourdin	81
3.3.1. O triunfo dos conceitos vagos	81
3.3.2. Um urbanismo da coesão social	84
3.3.3. O novo lugar da programação urbana	86
3.4. “Intervenções temporárias, marcas permanentes”, Adriana S. Fontes	90
3.4.1. Amabilidade urbana: a construção de um conceito	91
3.4.2. Como a condição efêmera se concretiza na cidade	93
3.4.3. Das intervenções temporárias aos espaços coletivos	96
Síntese do Conhecimento Experimental	107
<b>4. Conhecimento Logístico</b>	<b>111</b>
4.1. “As ideias que mudaram o mundo”, Steven Johnson	113
4.1.1. Redes fluidas	113
4.1.2. A intuição lenta	117
4.1.3. <i>Serendipity</i>	119
4.1.4. O erro	123
4.1.5. Exaptação	124
Síntese do Conhecimento Logístico	130
<b>Fase 2 – Conceitos</b>	<b>131</b>
<b>5. Triangulações</b>	<b>133</b>
5.1. Esquema representativo da formação de triangulações	135
5.2. Triangulação (1)	137
5.2.1. Citações (1)	137
5.2.2. Conceito (1)	138
5.2.3. Imagens Conceptuais (1)	139
5.2.4. Imagens “Reais” (1)	140
5.3. Triangulação (2)	141
5.3.1. Citações (2)	141
5.3.2. Conceito (2)	142

5.3.3. Imagens Conceptuais (2)	143
5.3.4. Imagens “Reais” (2)	144
5.4. Triangulação (3)	145
5.4.1. Citações (3)	145
5.4.2. Conceito (3)	146
5.4.3. Imagens Conceptuais (3)	147
5.4.4. Imagens “Reais” (3)	148
<b>Fase 3 – Desenvolvimento Projetual</b>	<b>149</b>
<b>6. Seleção e Validação</b>	<b>151</b>
6.1. Seleção	153
6.2. Validação	154
<b>7. Projeto</b>	<b>161</b>
7.1. Introdução	163
7.2. Materialização do Conceito	163
7.3. Local de Intervenção	168
7.4. Desenvolvimento do Projeto	171
7.5. Estudo de Caso	191
<b>Conclusão</b>	<b>209</b>
<b>Bibliografia</b>	<b>215</b>
Obras impressas	217
Artigos científicos impresso	217
Internet	218
Iconografia	219

**Índice de Figuras**

Figura 1 – Esquema gráfico da estrutura da tese	14
Figura 2 – Gota de Leite, 1957	69
Figura 3 – Esquema: Processo de manifestação da amabilidade urbana. A intervenção reformata o espaço e promove conexões	91
Figura 4 – Esquema: Amabilidade urbana	92
Figura 5 – Esquema: Redução do espaço pessoal no momento da intervenção temporária	92
Figura 6 – Esquema: Cinco conceitos extraídos da condição efêmera	93
Figura 7 – Esquema: Três conceitos de criação de espaços coletivos	98
Figura 8 – Projeto Add On – Viena, Áustria	100
Figura 9 – Parasite Paradise – Utrecht, Holanda	100
Figura 10 – Permanent Breakfast – Basel, Suíça	101
Figura 11 – Zwischenpalastnutzung – exterior do edifício	101
Figura 12 – Zwischenpalastnutzung – ocupação	102
Figura 13 – Programa Mi Parque – Parque Ferrocarril, Santiago do Chile	104
Figura 14 – Projeto Arte Cidade – proposta de Cildo Meireles	105
Figura 15 – Projeto Arte Cidade – proposta de Fernando de Melo Franco	105
Figura 16 – Projeto Arte Cidade – proposta de Regina Meyer	105
Figura 17 – Imagens Conceptuais da Triangulação 1	139
Figura 18 – Imagens Reais da Triangulação 1	140
Figura 19 – Imagens Conceptuais da Triangulação 2	143
Figura 20 – Imagens Reais da Triangulação 2	144
Figura 21 – Imagens Conceptuais da Triangulação 3	147
Figura 22 – Imagens Reais da Triangulação 3	148
Figura 23 – Composto de imagens de espaços expositivos em espaços públicos	155
Figura 24 – Composto de imagens de espaços expositivos em espaços públicos	156
Figura 25 – Composto de imagens de espaços expositivos em espaços públicos	157
Figura 26 – Imagens de Espaços Intersticiais em Centro Comercial	158
Figura 27 – Imagens de Espaço Intersticial em Centro Empresarial	159
Figura 28 – Imagens de Espaços Intersticiais em estações de metro e comboio	160
Figura 29 – Esboços e estudos de forma	164

Figura 30 – Esboços e estudos de pontos de vista	165
Figura 31 – Esboços e estudos de circulação	166
Figura 32 – Esboços e estudos de circulação	167
Figura 33 – Planta Baixa do Piso 0 do Centro Comercial Colombo. O espaço escolhido para intervenção está destacado em vermelho	169
Figura 34 – Espaço escolhido para intervenção no Centro Comercial Colombo – vista do piso 0	169
Figura 35 – Espaço escolhido para intervenção no Centro Comercial Colombo – área de espera	170
Figura 36 – Espaço escolhido para intervenção no Centro Comercial Colombo – vista do piso 2	170
Figura 37 – Esboços e estudos de fixação de painéis	172
Figura 38 – Esboços e estudos de fixação de painéis	173
Figura 39 – Fotografia número 1 da série “Retratos” de André Boto	192
Figura 40 – Fotografia número 2 da série “Retratos” de André Boto	192
Figura 41 – Fotografia número 3 da série “Retratos” de André Boto	192
Figura 42 – Fotografia número 4 da série “Retratos” de André Boto	193
Figura 43 – Fotografia número 5 da série “Retratos” de André Boto	193
Figura 44 – Fotografia número 6 da série “Retratos” de André Boto	193
Figura 45 – Fotografia número 7 da série “Retratos” de André Boto	194
Figura 46 – Fotografia número 8 da série “Retratos” de André Boto	194
Figura 47 – Fotografia número 9 da série “Retratos” de André Boto	194
Figura 48 – Fotografia número 10 da série “Retratos” de André Boto	195
Figura 49 – Alçados dos painéis expositivos com fotos	197
Figura 50 – Perspectiva externa	199
Figura 51 – Perspectiva interna	201
Figura 52 – Perspectiva aérea	203
Figura 53 – Perspectiva interna – exposição inserida no centro comercial	205
Figura 54 – Perspectiva do 1º pavimento do centro comercial – exposição inserida no centro comercial	207



## INTRODUÇÃO

---



## **Introdução**

### **Definição do tema**

O projeto de investigação apresentado será elaborado como trabalho conclusivo do curso de Mestrado em Design de Produção.

O estudo será focado na análise da sociedade no contexto urbano e como a mesma responde às demandas do mundo contemporâneo. Também é do interesse do autor investigar as consequências da urbanização e da evolução das cidades no comportamento da sociedade.

### **Objetivos e Conteúdo**

Esta investigação tem por objetivo compreender a evolução da sociedade dentro de uma organização espacial construída pelo homem: a cidade.

Através da leitura de obras que tratam de assuntos como antropologia do espaço e estudos sobre a sociedade e sobre o urbanismo, o autor pretende chegar a questões sobre o futuro da sociedade e da cidade. Não é do interesse do autor responder a estas questões, mas levantá-las e tomar conhecimento de sua existência para desenvolvimento de conceitos que possam gerar projetos de design que contribuam para evolução da sociedade. O objeto de reflexão são as relações humanas, o entender de que maneira os espaços facilitam ou impedem essas relações e, como podemos enquanto designers, intervir nesses espaços a fim de promover um número maior de possibilidades de encontros.

Também é objetivo desta investigação estudar comportamentos humanos que favoreçam o despertar da criatividade, bem como os espaços ideais para este tipo de situação. Pretende-se compreender de que forma as relações humanas e do homem com o espaço podem acontecer de forma a contribuir para o desenvolvimento criativo da mente.

O interesse principal desta dissertação é a elaboração, a partir dos estudos a cima citados, de conceitos que possam guiar o desenvolvimento de projetos de design, industrial

ou de ambientes, com a finalidade de contribuir para uma sociedade urbana melhor. Portanto, não é objetivo do autor desenvolver um projeto específico e pormenorizado para pronta execução, mas o lançamento de diretrizes que respondam a um fim.

### **Metodologia Projetual - Estratégia**

A presente investigação será dividida em três fases a serem desenvolvidas por ordem cronológica no sentido de constante evolução de conhecimento e desenvolvimento de hipóteses, aproximando-se do projeto final.

A metodologia adotada passa por, numa primeira fase, recolher informação relevante de vários autores e temáticas; numa segunda fase implica a formulação de hipóteses com base nas informações recolhidas e suas associações, a qual é realizada recorrendo ao método das triangulações; na última fase passa-se à materialização do conceito selecionado através do desenvolvimento do projeto.

Toda a fundamentação teórica do projeto final é sustentada pela investigação a ser desenvolvida na primeira fase, apoiada numa recolha bibliográfica que inclui diversos livros e artigos selecionados em função da sua proximidade com o estímulo inicial e relevância para a investigação em curso. Das obras a serem apresentadas serão diretamente transcritos excertos de texto selecionados pelo autor, acompanhados por uma breve introdução a cada obra. Todo o material utilizado nesta investigação, pertence a conclusões teóricas, livros e artigos elaborados por outros autores, com valor reconhecido e legitimados, estando assim todas as referências devidamente citadas e referenciadas ao longo do documento.

Para fins metodológicos, as obras serão agrupadas em quatro áreas de conhecimentos distintas - Cultural; Científico; Experimental e Logístico – definidas da seguinte forma:

Conhecimento Cultural – diz respeito ao todo complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes, e todos os outros hábitos e aptidões adquiridos pelo homem como membro da sociedade;

Científico – fundado na ciência ou no estudo, tido aqui como o conjunto de conhecimentos baseados sobre princípios certos;

Experimental – fundado na experiência, entendida como o conhecimento adquirido por prática, observação, ensaio ou tentativa;

Logístico – referente à organização e gestão de meios e materiais para uma atividade, ação ou evento.

Na segunda fase, serão feitas associações entre conceitos retirados das áreas de conhecimento já citadas. A estas combinações chamaremos triangulações, sendo que para cada triangulação serão selecionados três conceitos de três áreas de conhecimento distintas. A cada triangulação feita corresponderá a elaboração de uma hipótese de projeto.

Das diversas hipóteses elaboradas, uma será escolhida para ser desenvolvida e aplicada no desenvolvimento do projeto final, na terceira e última fase desta dissertação.

O uso desta metodologia será determinante para o desenvolvimento da investigação, pois permitirá enriquecer o adjacente com os mais diversificados temas, possibilitando desta maneira, uma ideia de projeto com maior amplitude.

## Estrutura



Figura 1 – Esquema gráfico da estrutura da tese

## FASE 1

---

### Estudo Teórico

Para esta primeira fase da investigação referente ao estudo teórico foi escolhida uma metodologia que passa por uma divisão temática das áreas a abordar. O objetivo é alargar o conhecimento de forma que a investigação apresentada seja multidisciplinar e abrangente, capaz de sustentar e justificar o projeto da forma mais completa possível.

Assim, o conhecimento foi estruturado em quatro grandes áreas essenciais: conhecimento cultural, conhecimento científico, conhecimento experimental e conhecimento logístico, sendo cada área correspondente a um capítulo diferente. Para cada área de conhecimento são apresentados excertos de livros e/ou artigos selecionados pelo autor em função da sua relevância para a investigação em curso.



# 1. CONHECIMENTO CULTURAL

Por conhecimento Cultural, também denominado por senso comum, pretendemos considerar o todo complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes, e todos os outros hábitos e aptidões adquiridos pelo Homem como membro da sociedade.

Neste capítulo dedicado a conhecimento de carácter cultural, serão abordados temas referentes à Cidade, sua evolução e os “espaços” que ela ocupa, com o objetivo de contribuir para a clarificação dos principais desafios com que este novo urbanismo se confronta e para a formulação de alguns princípios e a sua sociedade.

A seguir, veremos que um lugar se pode definir como identitário, relacional e histórico, e que um espaço que não se pode definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico terá a designação de um não-lugar. Mais adiante, será analisada a evolução do espaço público e as suas transformações na sociedade contemporânea.



## 1.1 – “Não-Lugares: Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade”, Marc Augé

Nesta obra, o antropólogo francês Marc Augé<sup>1</sup> apresenta-nos sua visão sobre o mundo contemporâneo, usando, para defini-lo, o termo “sobremodernidade”. O autor avalia as principais mudanças que conduziram à situação presente, através do estudo das relações do homem com o tempo, com o espaço e com o próprio homem. Somos, então, apresentados a dois conceitos: o dos “lugares antropológicos”, que são “identitários, relacionais e históricos” e, oposto a esse, o dos “não-lugares”, um produto direto da sobremodernidade, com caráter mais provisório, efêmero, solitário e individual, cujas dimensões sem precedentes históricos constituem uma novidade que requer cuidadosa atenção e reflexão.

“O não-lugar é diametralmente oposto ao lar, à residência, ao espaço personalizado. É representado pelos espaços públicos de rápida circulação, como aeroportos, rodoviárias, estações de metro, e pelos meios de transporte – mas também pelas grandes cadeias de hotéis e supermercados.

Só, mas junto com outros, o ambiente de não-lugar mantém com este uma relação contratual representada por símbolos da sobremodernidade, seja um bilhete de metro ou avião, cartões de crédito ou cartão telefónico, além de documentos – passaporte, carteira de motorista ou qualquer outro –, símbolos que, enfim, permitem o acesso, comprovam a identidade, autorizam deslocamentos impessoais.” (Augé, 2012)

### 1.1.1 – O Próximo e o Alhures

No primeiro capítulo o autor destaca e comenta três transformações no mundo que definem aquilo que ele chama sobremodernidade.

“A primeira refere-se ao tempo, à nossa percepção de tempo, mas também ao uso que dele fazemos, à maneira como dele dispomos. (...).

---

<sup>1</sup> “Marc Augé nasceu a dois de Setembro de 1935 em Poitiers. Fez os seus primeiros estudos em Letras Clássicas e Filosofia, enveredando posteriormente pela Etnologia. Sob a influência de Georges Balandier, partiu para África nos anos 60, onde realizou diversas missões etnográficas em países como Costa do Marfim e Togo. Após a experiência africana, Marc Augé ingressou na École des Hautes Études en Sciences Sociales, na qual é actualmente director de estudos. Os conhecimentos adquiridos em África, assim como as viagens pela América Latina e pela Europa, permitiram-lhe pensar a antropologia num novo contexto – o contexto mundial. É então, nos anos 80, que Marc Augé desenvolve, a partir da observação do mundo contemporâneo, um trabalho antropológico singular sobre a cidade e o quotidiano. (...)” (Augé, 2012)

(...). Esta necessidade de dar um sentido ao presente, senão ao passado, é a contrapartida da superabundância de acontecimentos que corresponde a uma situação que poderíamos dizer de “sobremodernidade”, a fim de darmos conta da sua modalidade essencial: o excesso.

Porque este tempo sobrecarregado de acontecimentos que congestionam tanto o presente como o passado próximo é o que cada um de nós emprega ou julga empregar. (...). Aumento da esperança de vida, passagem à coexistência habitual de quatro e já não três gerações acarretam progressivamente mudanças práticas na ordem da vida social. Mas, paralelamente, alargam a memória colectiva, genealógica e histórica, e multiplicam para cada indivíduo as ocasiões em que este pode ter o sentimento de que a sua história se cruza com a História e que esta interessa àquela. (...).

É, portanto, através de uma figura de excesso – o excesso de tempo – que começaremos por definir a situação de sobremodernidade, sugerindo que, devido às suas próprias contradições, ela oferece um magnífico terreno de observação e, no sentido pleno do termo, um objecto à investigação antropológica. (...). Do ponto de vista da sobremodernidade, a dificuldade de pensar o tempo está ligada à superabundância de acontecimentos do mundo contemporâneo, e não à derrocada de uma ideia de progresso há muito posta em xeque, pelo menos sob as formas caricaturais que tornam a sua denúncia particularmente cómoda; o tema da história iminente, da história que não nos larga os calcanhares (quase imanente a cada uma das nossas existências quotidianas), surge como um preliminar ao tema do sentido ou do não-sentido da história: porque é da nossa exigência de compreender todo o presente que decorre a nossa dificuldade em dar um sentido ao passado próximo; a busca positiva de sentido (...), que se manifesta entre os indivíduos das sociedades contemporâneas, pode explicar paradoxalmente os fenómenos que são por vezes interpretados como sinais de uma crise do sentido, por exemplo, as decepções de todos os desiludidos da terra: desiludidos do socialismo, desiludidos do liberalismo, desiludidos, dentro em breve, do pós-comunismo.” (Augé, 2012)

“A segunda transformação acelerada, própria do mundo contemporâneo, e a segunda figura de excesso, característica da sobremodernidade, refere-se ao espaço. Do excesso de espaço poderíamos começar por dizer, (...), que é correlativo do estreitamento do planeta: dessa posição à distância de nós próprios a que correspondem as *performances* dos cosmonautas e a ronda dos nossos satélites. Em certo sentido, os nossos primeiros passos no espaço reduzem o que é nosso a um ponto ínfimo do qual as fotografias obtidas por satélite nos dão a medida exacta. Mas o mundo, ao mesmo tempo, abre-se a nós. Estamos na era das mudanças de escala, em termos de conquista espacial evidentemente, mas também na terra: os meios de transporte rápidos põem qualquer capital no máximo a algumas horas de qualquer outra. Na intimidade das nossas casas, por fim, imagens de todas as espécies, transmitidas pelos satélites, captadas pelas antenas que eriçam os telhados da nossa aldeia mais recôndita, podem dar-nos uma visão instantânea e, por vezes, simultânea de um acontecimento em vias de se produzir no outro extremo do planeta. (...).

(...) tal como a inteligência do tempo, ao que nos pareceu, é mais complicada pela superabundância de acontecimentos do presente do que minada por uma subversão radical dos modos prevaletentes da interpretação histórica, é do mesmo modo que a inteligência do espaço é menos subvertida pelas transformações em curso (...) do que complicada pela superabundância espacial do presente. Esta exprime-se, como vimos, nas mudanças de escala, na multiplicação das referências sob a forma de imagens como das referências imaginárias, e nas espectaculares acelerações dos meios de transporte. (...). Isto porque vivemos uma época, também sob este aspecto, paradoxal: no próprio momento em que a unidade do espaço terrestre se torna pensável e em que se reforçam as grandes redes multinacionais, aumenta de volume o clamor dos particularismos; dos que querem ficar sós na sua terra ou dos que querem voltar a encontrar uma pátria, como se o conservadorismo de uns e o messianismo dos outros estivessem condenados a falar a mesma linguagem: a da terra e a das raízes.

(...). O mundo da sobremodernidade não tem as medidas exactas daquele em que cremos viver, porque vivemos num mundo que ainda não aprendemos a olhar. Teremos de reaprender a pensar o espaço.” (Augé, 2012)

“A terceira figura do excesso, por referência à qual poderia definir-se a situação de sobremodernidade, já a conhecemos. É a figura do ego, do indivíduo, que regressa, como se disse, até mesmo na reflexão antropológica, uma vez que, à falta de novos terrenos, num universo sem territórios, e de fôlego teórico, num mundo sem grandes narrativas, os etnólogos, certos etnólogos, depois de terem tentado tratar as culturas como textos, acabaram por se interessar pela descrição etnográfica apenas como texto (...).

(...). Esta individualização dos modos de proceder, devemos nota-lo, deixa de parecer tão surpreendente quando nos reportamos às análises anteriores: nunca as histórias individuais foram tão explicitamente implicadas pela história colectiva, mas nunca também os pontos de referência da identificação colectiva foram tão flutuantes. A produção individual de sentido é (...) mais necessária do que nunca. Naturalmente, a sociologia pode perfeitamente pôr em evidência as ilusões das quais procede esta individualização dos modos de operar e os efeitos de reprodução e de estereotipia que escapam, na totalidade ou em parte, à consciência dos actores.” (Augé, 2012)

Concluindo esta primeira abordagem do livro, o autor afirma que:

“(...). As três figuras do excesso pelas quais tentámos caracterizar a situação de sobremodernidade (a superabundância de acontecimentos, a superabundância espacial e a individualização das referências) permitem que a apreendamos sem ignorarmos as suas complexidades e contradições, mas sem também fazer delas o horizonte insuperável de uma

modernidade perdida da qual nos restaria apenas assinalar os traços, repertoriar as formações ou inventariar arquivos. (...).” (Augé, 2012)

É com essas definições dos excessos que Augés explica a sobremodernidade e é, a partir delas, que começa a elaborar novos conceitos, como os “não-lugares”, resultados das transformações advindas do excesso de espaço. O capítulo a seguir é dedicado a apresentar e explicar esses conceitos, bem como a analisar a relação do homem com esses “não-lugares” e sua busca pelo “lugar antropológico”.

### 1.1.2 – Dos Lugares aos Não-lugares

“Se um lugar se pode definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode definir-se nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar. A hipótese aqui defendida é que a sobremodernidade é produtora de não-lugares, quer dizer, de espaços que não são eles próprios lugares antropológicos e que, (...), não integram os lugares antigos: estes, repertoriados, classificados e promovidos a “lugares de memória”, ocupam nela uma área circunscrita e específica. Um mundo em que se nasce na clínica e em que se morre no hospital, em que se multiplicam, em modalidades luxuosas ou inumanas, os pontos de trânsito e as ocupações provisórias (as cadeias de hotéis e os *squats*, os clubes de férias, os campos de refugiados, os bairros de lata prometidos à destruição ou a uma perenidade em decomposição), em que se desenvolve uma rede cerrada de meios de transporte que são também espaços habitados, em que o frequentador habitual das grandes superfícies, das caixas automáticas e dos cartões de crédito reata os gestos do comércio “mudo”, um mundo assim prometido à individualidade solitária, à passagem, ao provisório e ao efêmero propõe ao antropólogo, como aos demais, um objecto novo cujas dimensões inéditas convém que meçamos antes de nos perguntarmos de que olhar poderá ele relevar.” (Augé, 2012)

“Paradoxo do não-lugar: o estrangeiro extraviado num país que não conhece (o estrangeiro “de passagem”) não se orienta nele senão no anonimato das auto-estradas, das áreas de serviço, das grandes superfícies ou das cadeias de hotéis. O logótipo de uma marca de gasolina constitui para ele um ponto de referência tranquilizador e descobre com alívio nas prateleiras do supermercado os produtos sanitários, domésticos ou alimentares consagrados pelas firmas multinacionais. Inversamente, os países de Leste conservam um certo exotismo por não disporem ainda de todos os meios de aderirem ao espaço mundial do consumo.

Na realidade concreta do mundo de hoje, os lugares e os espaços, os lugares e os não-lugares, emaranham-se, interpenetram-se. A possibilidade do não-lugar nunca está ausente seja de que lugar for. O regresso ao lugar é o recurso de quem frequenta os não-lugares (...). Lugares e não-lugares opõem-se (...) como as palavras e as noções que permitem descrevê-los. Mas a palavra da moda – as

que há cerca de trinta anos não tinham o direito de existência – são as dos não-lugares. Assim, podemos opor as realidades do *trânsito* (os campos de trânsito ou os passageiros em trânsito) às da residência ou da morada, o *viaduto* (onde não nos cruzamos) à *encruzilhada* (onde nos encontramos), o *passageiro* (que o seu destino define) ao *viajante* (que deambula pelo caminho) (...), a *urbanização de conjunto* (...), onde não vivemos juntos e que nunca se situa no centro seja do que for (grandes urbanizações de conjunto: símbolo das zonas ditas periféricas) ao *monumento*, onde se partilha e comemora, a *comunicação* (os seus códigos, as suas imagens, as suas estratégias) à *língua* (que se fala).” (Augé, 2012)

Apresentado e explicado isto, Augés conclui que:

“(...) no mundo da sobremodernidade estamos sempre e já nunca estamos “em casa”: as zonas fronteiriças ou as “raias” de que nos fala já nunca introduzem a mundos completamente estrangeiros. A sobremodernidade (que procede simultaneamente das três figuras do excesso que são a superabundância de acontecimentos, a superabundância espacial e a individualização das referências) encontra naturalmente a sua expressão completa nos não-lugares. Por estes, pelo contrário, transitam palavras e imagens que retomam raízes nos lugares ainda diversos onde os homens tentam construir uma parte da sua vida quotidiana. Acontece inversamente que o não-lugar vá buscar as suas palavras ao solo natal, como vemos nas auto-estradas, em que as “áreas de repouso”- sendo o termo “área” efetivamente o mais neutro possível, o mais afastado do lugar e do lugar com nome – são por vezes designadas por referência a algum tributo particular e misterioso do solo natal próximo.” (Augé, 2012)

Portanto, os não-lugares, pelo seu carácter impessoal e solitário, levam seus utilizadores a recorrerem a espaços figuras, símbolos ou outros artifícios que os remetam aos seus locais de origem ou ao solo natal. O não-lugar tende, assim, a ser tomado por referências identitárias, a fim de torná-lo mais acolhedor, mesmo que continue a ser um local de passagem.

## Síntese

“(…). Aumento da esperança de vida, passagem à coexistência habitual de quatro e já não três gerações acarretam progressivamente mudanças práticas na ordem da vida social. Mas, paralelamente, alargam a memória colectiva, genealógica e histórica, e multiplicam para cada indivíduo as ocasiões em que este pode ter o sentimento de que a sua história se cruza com a História e que esta interessa àquela. (…).” (Augé, 2012)

“Estamos na era das mudanças de escala, em termos de conquista espacial evidentemente, mas também na terra: os meios de transporte rápidos põem qualquer capital no máximo a algumas horas de qualquer outra. Na intimidade das nossas casas, por fim, imagens de todas as espécies, transmitidas pelos satélites, captadas pelas antenas que eriçam os telhados da nossa aldeia mais recôndita, podem dar-nos uma visão instantânea e, por vezes, simultânea de um acontecimento em vias de se produzir no outro extremo do planeta. (…).” (Augé, 2012)

“(…). O mundo da sobremodernidade não tem as medidas exactas daquele em que cremos viver, porque vivemos num mundo que ainda não aprendemos a olhar. Teremos de reaprender a pensar o espaço.” (Augé, 2012)

“(…). Esta individualização dos modos de proceder, devemos nota-lo, deixa de parecer tão surpreendente quando nos reportamos às análises anteriores: nunca as histórias individuais foram tão explicitamente implicadas pela história colectiva, mas nunca também os pontos de referência da identificação colectiva foram tão flutuantes. A produção individual de sentido é (...) mais necessária do que nunca.” (Augé, 2012)

“Se um lugar se pode definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode definir-se nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar. (...)” (Augé, 2012)

“Na realidade concreta do mundo de hoje, os lugares e os espaços, os lugares e os não-lugares, emaranham-se, interpenetram-se. A possibilidade do não-lugar nunca está ausente seja de que lugar for. O regresso ao lugar é o recurso de quem frequenta os não-lugares (...).” (Augé, 2012)

“(…) no mundo da sobremodernidade estamos sempre e já nunca estamos “em casa”: as zonas fronteiriças ou as “raias” de que nos fala já nunca introduzem a mundos completamente estrangeiros. (...)” (Augé, 2012)

## 1.2 – “Plural De Cidade: Novos Léxicos Urbanos”, Carlos Fortuna e Rogerio Proença Leite

“Plural de cidade são as cidades que existem dentro da cidade. Não é um conjunto diverso de cidades, nem uma questão de geografia. Plural de cidade são os territórios díspares que fazem a cidade, as políticas sócio-urbanas e a sua ausência, o atropelo aos direitos e as paisagens de privilégio, as formas de segregação e a ostentação, a cultura, a saúde, o emprego, o dinheiro, o futuro e, ao mesmo tempo, a falta de todos eles. Plural de cidade é a conjugação destas cidades numa só. E em todas elas. (...). Plural de cidade é ainda um desafio intelectual enorme, ao tratar, a um tempo, da cidade desejada, imaginada, e da cidade vivida. (...)” (Fortuna & Leite, 2009)

Partindo da evidente constatação do processo de urbanização do mundo, Carlos Fortuna e Rogerio Proença Leite<sup>2</sup> abrem um debate sobre a função do espaço público na pós-modernidade. Trata-se de uma compilação de textos de diversos autores (portugueses e brasileiros), onde são avaliados os novos modelos de cidade e de apropriação do espaço público e seus processos de transformações ao longo do tempo.

### 1.2.1 – Segregações Urbanas

Neste capítulo, Lúcia Bógus<sup>3</sup> trata da questão da segregação urbana, denominação dada para a segregação social ocorrida em função do desenvolvimento e da própria estrutura das cidades.

“O tema da segregação sócio-espacial vem ocupando posição de destaque na área dos estudos urbanos há quase um século. A própria palavra segregação remete à ideia de separação de determinados grupos sociais no espaço das sociedades, como um reflexo ou manifestação das relações sociais que se estabelecem a partir da estrutura e da estratificação sociais, das normas e códigos de conduta vigentes. No caso da segregação residencial importa, também, a possibilidade de acesso à terra em suas diferentes localizações e com preços diferenciais.” (Bógus, 2009)

---

<sup>2</sup> “Carlos Fortuna é Professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e investigador do Centro de Estudos Sociais, onde coordena o Núcleo de Estudos sobre Cidades e Culturas Urbanas. É o Coordenador português da Rede Brasil-Portugal de Estudos Urbanos.

Rogerio Proença Leite é Professor associado da Universidade Federal do Sergipe/Brasil, onde coordena o Laboratório de Estudos Urbanos e Culturais. É pesquisador do CNPq e Coordenador brasileiro da Rede Brasil-Portugal de Estudos Urbanos.” (Leite & Fortuna, 2009).

<sup>3</sup> “Doutora em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, pesquisadora do CNPq, Professora Titular do Departamento de Sociologia da PUC-SP. Investigadora e coordenadora do Observatório das Metrôpoles / São Paulo. É co-editora dos Cadernos Metrôpole e autora, entre outros trabalhos, de *Como anda São Paulo* (EDUC/SP, 2006), em colaboração com Suzana Pasternak.” (Leite & Fortuna, 2009).

“À primeira vista o termo segregação parece referir-se a fenômeno auto-explicativo que dispensa definições, uma vez que a divisão social do território está presente em todas as cidades e vilas desde épocas historicamente remotas. Entretanto, um olhar mais acurado permitirá notar que toda a divisão social do espaço exprime formas de segregação e que a utilização do termo segregação, como conceito, depende da visão teórica que adotemos para explicar o fenômeno.” (Bógus, 2009)

A autora recorre a uma análise social do espaço para entender a distribuição da população dentro das cidades.

“Nos primeiros anos do século XX, a análise social do espaço foi desenvolvida pela chamada Escola de Chicago<sup>4</sup>, principalmente a partir dos estudos de Robert Park e Ernest Burgess, que trabalharam a hipótese da ecologia social para explicar a distribuição da população nas cidades. Partiram da ideia da existência de “áreas naturais”, a partir das quais se constituíam comunidades homogêneas, com sistemas de valores próprios e relações simbólicas específicas. Segundo Park, essas “áreas naturais” eram encontradas em todas as cidades americanas “de certo tamanho” e o modelo da ecologia seria a principal característica das cidades, organizadas por círculos concêntricos, por onde se distribuíam as atividades administrativas, comerciais, industriais e residenciais. A existência de um “modelo de vida urbano” seria decorrência dessa morfologia espacial, que permitia identificar as comunidades que viviam nas cidades, constituindo unidades de vizinhança com suas redes de ajuda mútua e relações sociais fundadas na reciprocidade.” (Bógus, 2009)

Bógus cita, então, o sociólogo alemão Louis Wirth, membro proeminente da Escola de Chicago, para explicar a necessidade das pessoas em associarem-se em grupos para defesa de seus interesses, em oposição ao crescimento do individualismo pessoal dentro das cidades.

“(…), Wirth compreende a cidade em sua abrangência físico-social, como uma realidade “sui generis” que produz um modo distinto de vida dos grupamentos humanos. Na cidade emergem as individualidades com enfraquecimento de vínculos aos grupos sociais, mas é também nela que se constituem forças contraditórias em que a participação na vida coletiva é dificultada pela multiplicidade de papéis sociais assumidos pelos indivíduos. Nesse sentido, surge a necessidade do

---

<sup>4</sup> A Escola Sociológica de Chicago, ou Escola de Chicago, surgiu nos Estados Unidos, na década de 1910, por iniciativa de sociólogos americanos que integravam o corpo docente do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago, fundado pelo historiador e sociólogo Albion W. Small. (Wikipedia (2015). Escola de Chicago (Sociologia). Recuperado em 26 fevereiro, 2016 de [https://pt.wikipedia.org/wiki/Escola\\_de\\_Chicago\\_\(sociologia\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_de_Chicago_(sociologia)))

associativismo para o atendimento de interesses específicos, que individualmente não poderiam ser alcançados.” (Bógus, 2009)

A autora apresenta duas teorias distintas sobre as causas que levariam à segregação social dentro das cidades. Uma defende a segregação como fruto de escolhas individuais e a outra aponta o Estado como definidor da estrutura urbana.

“No que concerne ao paradigma teórico de base, as explicações analíticas da Escola de Chicago remetem às concepções durkheimianas de comunidade e sociedade, baseadas na divisão social do trabalho como fundadora da divisão social do espaço, das relações sociais e das diferentes formas de sociabilidade. A partir dessa concepção, a segregação é entendida como a localização específica de determinado grupo social em relação a outros, daí decorrendo a ideia de distância espacial como expressão da distância social. Disso resultaria a busca pelos indivíduos de se agruparem por afinidades raciais, étnicas e por posição social como forma de proteção aos efeitos fragmentadores de individualização, gerados pela vida na cidade. Nesse sentido, a segregação residencial seria produto de lógicas individuais, isto é, efeito de escolhas individuais.” (Bógus, 2009)

“Contraopondo-se às colocações neo-clássicas que colocam nas capacidades e nas escolhas individuais as possibilidades de localização no território das cidades, a Sociologia Urbana enfatiza o papel do Estado como um dos agentes sociais que mais contribuem para a estruturação urbana. Os autores marxistas propõem que o Estado não pode ser considerado apenas como um agente que atua de maneira técnica, mas cujas ações se orientam por imperativos ideológicos. Essa corrente atribui ao Estado um papel central na divisão social do espaço nas cidades, que vai desde a identificação do Estado como representante dos interesses da classe dominante, até análises onde o Estado aparece como uma arena onde se desenvolvem as lutas de classes e onde se reproduzem as contradições presentes na sociedade capitalista.” (Bógus, 2009)

A seguir, a autora apresenta três mecanismos apontados pelo sociólogo brasileiro Luis Cesar Queiroz Ribeiro como causas do fenômeno da segregação residencial:

“- em primeiro lugar, a globalização, ao difundir ideias liberais por todo o planeta, gerou mudanças nos modelos regulatórios das políticas urbanas contribuindo para a liberalização do mercado de terras;

- como decorrência, os preços imobiliários tornaram-se um dos mecanismos mais importantes para a distribuição e a localização da população no território da cidade, reforçando a importância das desigualdades de renda na apropriação do espaço urbano;

- um terceiro ponto a ser assinalado diz respeito à privatização dos serviços urbanos, aumentando a desigualdade de acesso aos serviços públicos e equipamentos coletivos, sobretudo no que diz respeito à qualidade desses serviços.” (Bógus, 2009)

“Cabe lembrar aqui a diferença entre a segregação geográfica (espacial) e a segregação sociológica, havendo casos em que se registram grandes distâncias sociais em contextos de proximidade geográfica. Podem-se mencionar como exemplos paradigmáticos os sistemas de castas na Índia e, nos casos das cidades litorâneas brasileiras, a possibilidade de convivência de diferentes classes sociais e grupos sociais nas praias, consideradas espaços democráticos de sociabilidade e lazer. Também a proximidade das favelas e de áreas de residência de população de alta renda (inclusive de condomínios fechados de luxo) em várias cidades latino-americanas são exemplos de situações que combinam a proximidade física com a distância social.” (Bógus, 2009)

“Assim, é importante considerar o alcance e os limites da segregação residencial como conceito operativo, devendo-se levar em conta a dimensão temporal, o caráter processual e dimensão territorial das realidades de estudo. Na maioria dos casos, seja nos contextos europeus, norte-americanos ou latino-americanos, o acesso desigual e/ou polarizado à estrutura de oportunidades da sociedade, no âmbito da cidade, reforça e é reforçado pela segregação espacial dos diferentes grupos sociais.” (Bógus, 2009)

### **1.2.2 - Espaços Públicos na Pós-modernidade**

Neste capítulo o autor apresenta e analisa teorias sociais contemporâneas, fundamentalmente pós-moderna e pós-estruturalista, de autores que cita ao longo do texto. Discute, então, a função e o posicionamento da figura do homem ao longo do tempo e suas interações interpessoais, dentro do espaço coletivo. A partir de algumas premissas, o autor questiona a falência dos espaços públicos contemporâneos nos dias atuais. Se estariam os espaços públicos urbanos fadados ao desaparecimento ou ao desuso.

“A despeito da diversidade com que a categoria espaço público tem sido abordada pela teoria social contemporânea, o termo quase sempre contém adjetivações restritivas. Quem melhor sintetizou esse aspecto foi Ted Kilian ao afirmar que as reflexões sobre espaço público mais parecem uma *“Literature of loss”*<sup>5</sup>. Um dos mais agudos aspectos desse debate tem sido a discutida e discutível afirmação sobre a morte do espaço público no contexto das megacidades da contemporaneidade, cuja pioneira análise deve-se a Richard Sennet, com seu livro *The fall of public man*. (...).

---

<sup>5</sup> Tradução livre: Literatura da perda

(...) Embora Senett criticasse o excesso de intimidade que tiranizava os espaços urbanos contemporâneos e formava o que chamou de “sociedades destrutivas”, ele não vislumbrava claramente possibilidades de alteração desse quadro adverso à vida pública. Embora incrédula, a abordagem de Senett foi um insight criativo para se entender as novas formas de sociabilidades públicas que estariam por vir décadas depois, com a emergência de novos espaços identitários (guetos, tribos urbanas, lugares) e das esferas virtuais de comunicabilidades políticas.

(...)

(...). Pretende-se aqui tão somente discutir o pano de fundo teórico sobre o qual repousa a concepção de um suposto colapso do espaço público, que deslocou o conceito para uma espécie de encruzilhada analítica ao se afirmar a impossibilidade ou o comprometimento de uma vida pública na contemporaneidade em decorrência da fragmentação da cultura e do descentramento dos sujeitos.

Gostaria de poder defender que essa encruzilhada do debate pós-moderno, que implodiu uma teleologia da história tradicionalmente enraizada no pensamento social e que rejeitou sua correspondente filosofia do sujeito, ao contrário do que poderia sugerir numa primeira impressão não inviabilizou a categoria espaço público, mas a lançou em outras bases compreensivas. Mais do que isso: possibilitou sua reconstrução conceitual, em parâmetros menos ortodoxos e mais afeitos a interpretações multifacetadas. É nessa direção que proponho aqui senão um novo léxico ao menos uma reformulação terminológica para que se possa fazer uma compreensão descentrada dos espaços públicos contemporâneos.

(...)

Aparentemente, a crítica pós-estruturalista à autocentralidade de um sujeito humanista universal – base das metanarrativas que deram sustentação política e simbólica aos modernos Estados-nações – pode ser compreendida, à primeira vista, como um obstáculo à formação dos espaços públicos, entendidos como instâncias cívicas conciliatórias da diferença. Refiro-me aqui, sobretudo, ao centro do debate pós-estruturalista derivado da releitura de Nietzsche feita por Heidegger e Derrida, que enfatizaram o caráter discursivo da construção do eu, em detrimento das interpretações absolutizantes que tendiam a certos universalismos que negavam a validade do outro.

Essa historização das ontologias do sujeito é central para entendermos a crítica às metanarrativas que fundaram e legitimaram boa parte dos modernos Estados-nações precisamente porque questiona as formulações das identidades nacionais essencializadas politicamente, que derivaram dos Estados-nações no contexto da modernidade. Ao desconstruir qualquer concepção de uma história linear, através da contextualização cultural radical da formação do sujeito, o pós-estruturalismo aprofunda a crítica democrática que o debate sobre as identidades contemporâneas reclama. A meu ver, é precisamente essa desconstrução do sujeito e o seu descentramento das esferas de uma razão moderna e iluminista que aproxima a crítica pós-estruturalista da teoria pós-moderna: ambas estão focadas mais na reavaliação desse sujeito universal do que na decretação de sua morte. Por vezes a crítica radical de ambas as perspectivas possa passar a falsa impressão de uma completa

negação da existência de sujeitos, mas creio ser mais plausível pensar que o foco principal é, como sugere Michael Peters, o “reposicionamento” desse sujeito, face à complexidade dos processos contemporâneos formadores de identidades.

Para além de uma visão apocalíptica de morte do sujeito, caberia antes falarmos em sua constante fragmentação, ainda que esse termo seja igualmente caro ao debate pós-moderno por ter passado também a ideia de uma descontinuidade que incapacitaria pensarmos na formação de ações políticas coletivas. Mas, ao contrário, a tese do descentramento do sujeito-eu-universal favorece o entendimento do sujeito-outro-particular, obscurecido como foi pelas concepções liberais da modernidade. Em que pese o papel incontestado do moderno Estado-nação em produzir consensos, a concepção moderna do outro teve repercussões pouco tolerantes para com o estranho, quando à perspectiva pós-moderna. Baumann esclarece que predominou na concepção moderna ora uma concepção antropofágica do outro (que o devorava para minimizar as diferenças, anulando-as), ora predominava uma concepção antropológica (na qual se vomitava o estranho, banindo-o para fora). O que a primeira tem de tentativa de assimilação, a segunda tem de intenção de depuração. Esse paradoxo da modernidade, oscilante entre a absorção e a rejeição ao estranho, causou danos irreversíveis às minorias éticas e culturais na maioria dos processos de formação dos modernos Estados-nações.

(...)

(..) a crítica radical da teoria pós-moderna põe em cheque um dos pilares políticos da modernidade: a concepção de uma centralidade que muitas vezes antecedia a existência dos sujeitos, dando-lhes âncora e esteio em meio às transformações da própria modernidade. A questão que se coloca nesse ponto, e que aqui nos interessa mais de perto, é em que medida essa radical constatação de uma realidade descentrada e fragmentada aniquilaria as possibilidades de uma vida pública comum, em espaços públicos compartilhados. Sim, porque o esgarçamento das tensões identitárias comuns à vida contemporânea poderia, neste caso, comprometer experiências compartilhadas ao ponto de termos que dar razão a Sennett, quando este mencionara a tendência à formação excessiva de comunidades urbanas com forte recusa ao estranho. Em outros termos, seria o mesmo que admitir que a condição pós-moderna aniquilou o sujeito (ao contrário, o reconheceu múltiplo), mas arruinou o espaço público na medida em que uma dispersão excessiva de interesses pessoais e identitários, dissonante e às vezes irreconciliáveis poderiam inviabilizar a coexistência desses diferentes na vida pública cotidiana.” (Leite, 2009)

Proença Leite destaca alguns exemplos do que seriam características da individualização e isolamento do homem contemporâneo – seja em si mesmos ou em grupos homogêneos – como os condomínios fechados, guetos, tribos urbanas, cada vez mais comuns nas grandes e médias cidades pelo mundo. Aliado a isso, alguns fenômenos

contribuem para uma maior segregação dos grupos citados, como *gentrification* (enobrecimento urbano de áreas antes degradadas – normalmente centros históricos), *disneyficação* (surgimento de parques temáticos e áreas de lazer fechados, privados), patrimonialização (conferir a um bem o valor de patrimônio). Percebe-se, em todos os esses processos, uma atitude defensiva em relação ao outro, ao estranho.

Todos esses fenômenos parecem confirmar, à primeira vista, o “inevitável obituário dos espaços públicos urbanos nas cidades contemporâneas” (Leite, 2009).

No entanto, o que deve haver, de fato, é uma mudança no conceito do espaço público, uma releitura deste. Leite aponta, então, para o espaço intersticial, aquele “entre lugares”, como o espaço público por excelência.

“ Um espaço intersticial, a partir das interfaces entre os conceitos de esfera pública, (da qual retira a categoria ação) e de espaço urbano (do qual retém a sua referência espacial). Essa noção de espaço público, em distinção aos conceitos de esfera pública e espaço urbano, contempla as relações de reciprocidade casual entre a construção social do espaço e a espacialização das ações sociais. A questão fundamental agora é responder em que medida um espaço público pode ser constituído no interstício dos lugares que demarcam espacial e simbolicamente as diferentes identidades e suas correspondentes abstenções. (...) as possibilidades de coexistência entre diferentes “grupos” somente poderiam ocorrer no espaço que existe entre os lugares, porque a coexistência se verifica sempre realmente entre os dois lugares do espaço, em que cada qual ocupa um sitio específico e que só ele preenche” (Leite, 2009)

“(...) os entre-lugares configuram e qualificam os espaços urbanos como espaços públicos intersticiais e exatamente porque são eles que se tornam locais de visibilidade, de disputas simbólicas, práticas de consumo e de busca do reconhecimento público da diferença. Esse tipo de espaço público resulta de uma espécie de desentendimento entre os sentidos construídos pelos lugares – que refletem diferentes e desiguais representações, relações sociais e modalidades de interação. (...). Como essas identidades precisam externar e afirmar pública e igualmente suas diferenças, podemos entender que as ações interativas acontecem mediante uma comunicabilidade política do desentendimento.

Obviamente que seria desejável que essa comunicabilidade do desentendimento resultasse em uma relação interativa comunicativamente consensual. Seria normativamente válido que as pessoas e grupos se dispusessem a conviver com o outro, respeitando a diferença. Mas nem sempre é assim, e nem sempre pode ser assim, razão pela qual as abstenções são tão insurgentes, parecendo que estão

a solapar a vida pública na cidade contemporânea. Contudo, creio que não resta dúvida que é ainda preferível a possibilidade de desentendimento à impossibilidade do encontro.

(...). Nestes espaços intervalares, muitas vezes marcados pela efemeridade, a negociação sócio-espacial é fundamental, a violência é latente, o conflito é inevitável: mas neles estão possibilidades concretas da experimentação do imprevisível. São neles que corre a vida cotidiana e nele ainda persiste a rica possibilidade do encontro com o estranho na experiência urbana contemporânea. ” (Leite, 2009)

Daí conclui-se a extrema necessidade de uma intervenção urbana que privilegie e favoreça os encontros sociais nos espaços públicos intersticiais. Admitindo-se uma forte segregação nos espaços privados, é nos espaços públicos que as trocas e a convivência intersociais podem e devem ocorrer.

### **1.2.3 – Ambiente, Sustentabilidade e Cidade**

Maria Eugénia Rodrigues<sup>6</sup> defende, neste capítulo, a importância da conscientização do homem em relação à preservação do ambiente natural em que vive, mesmo – e principalmente – dentro da cidade, e do modo de vida sustentável, a fim de causar o menor dano possível a este ambiente.

“O espaço urbano está a ser repensado por força da redefinição da sua associação com o ambiente, com implicações para a forma como esse espaço é organizado, experienciado ou, dito de forma mais abrangente e expressiva, vivido. Esta reconceptualização tem sido apresentada sob o tema da sustentabilidade urbana ou das cidades sustentáveis. Não sendo novo, o tema da sustentabilidade urbana deixou, nos anos mais recentes, de fazer parte exclusivamente do repertório ambientalista para passar a ser um recurso discursivo familiar a decisores políticos, urbanistas, cidadãos, ou membros de organizações internacionais.

Passos decisivos parecem estar a ser dados na construção dessa sustentabilidade urbana. Ainda assim, num momento em que o ambiente parece adquirir contornos de emergência global fora dos círculos estritamente ambientalistas, e a cidade, por seu lado, é de forma premente apontada por

---

<sup>6</sup> “Socióloga, é docente do Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e investigadora do Centro de Investigação em Ciências Sociais (CICS). Tem desenvolvido pesquisa sobre “Modos de Monitorização Leiga do Ambiente”. Trabalha em áreas que articulam os Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia e a Sociologia do Ambiente. Entre as suas publicações encontra-se “Monitorização da qualidade ambiental e dinâmicas de participação pública: potencialidades e práticas da monitorização leiga”, *Actas da 9ª Conferência Nacional do Ambiente*, 2007.” (Leite & Fortuna, 2009).

diversos actores sociais como parte central da solução para o desenvolvimento sustentável, será importante reflectir acerca da singularidade da cidade e do seu lugar nas questões ambientais. ” (Rodrigues, 2009)

“(…) O papel propulsor das alterações climáticas na percepção de que as cidades não são imunes à natureza, como esta não o é face às cidades, tem propiciado a formulação de políticas virtualmente globais ainda que a ritmos muito desiguais (a aposta nos transportes públicos, a diminuição da dependência dos combustíveis fósseis, etc.). No entanto, mais do que responder aos problemas, importa saber interpretar os desafios e estes cruzam-se, no momento presente, em meu entender, com três dimensões cruciais: a dimensão da sustentabilidade; a dimensão da participação e governação; e a dimensão da reafirmação dos conhecimentos locais e leigos. (...)”

A afirmação do princípio da “sustentabilidade urbana” – e a transformação das cidades em “cidades sustentáveis” – adquiriu uma proeminência discursiva indiscutível: não só é o objectivo último, como é suportado pelo tipo de normatividade normalmente associada aos imperativos morais. É aqui que reside a força do apelo da sustentabilidade – urbana ou não. (...)” (Rodrigues, 2009)

Rodrigues destaca, então, a necessidade de uma cidade sustentável ser acessível a todos, implicando, para isso, uma maior participação popular nas políticas de sustentabilidade urbana.

“Uma cidade sustentável tem que ser acessível aos seus habitantes por inteiro. Acessível porque é aberta aos cidadãos nas suas práticas de administração e processos de decisão política sendo participada e partilhada. Uma cidade em que recursos, limites e objetivos são debatidos e analisados entre os vários agentes e actores com interesses diversos será uma cidade com melhores condições para assegurar uma vivência equilibrada tanto no presente como no futuro.

Assim (...) tem sido enunciado o princípio de participação activa dos cidadãos no desenho das políticas de sustentabilidade urbana. (...). As vantagens parecem ser claras: a governação é dialogante, estabelece relações de colaboração com actores não obviamente políticos nem necessariamente institucionais, os processos participados de consulta e dão origem, em princípio, a políticas mais inclusivas facilitando, assim, a construção da sustentabilidade. (...)”

No quadro da sustentabilidade urbana o “plano” será, talvez, o instrumento com maior capacidade mobilizadora junto dos diferentes actores em virtude da sua capacidade transformativa. O planeamento urbano regula os usos do espaço, a sua distribuição funcional e social, a alocação de recursos ou a possibilidade do seu usufruto. O planeamento é, assim, condição primeira de sustentabilidade urbana e, nessa medida, não será de estranhar que, sob as circunstâncias “favoráveis” da governação (...) ou sob as circunstâncias “mínimas” da cidadania (...), o planeamento surja como campo de reivindicações e controvérsias.

Sendo essencial à vida urbana e ao seu metabolismo, a mobilidade ilustra exemplarmente a necessidade do planeamento participado. É pelos fluxos (de pessoas, de produtos, de veículos, ideias ou informação), a sua cadência e fluência que se define uma cidade. O tempo presente, acelerado pela ubiquidade das novas tecnologias, veio sem dúvida salientar a importância dos circuitos e das mobilidades. Daí que existam cidades “abertas à mudança” e cidades “paradas no tempo”; (...). Aqui, a questão central será a de saber como, quem e para onde seremos transportados. Já a resposta será diversa, e de combinações múltiplas, dando origem a uma miríade de configurações: de carro, de transporte público, de bicicleta ou a pé; os habitantes das periferias, os moradores de condomínios, os residentes no centro, os socialmente excluídos dos bairros sociais, os estigmatizados das “barracas”; para o “centro”, para o trabalho, para o lazer, para a periferia, para “fora”... a cada uma destas possibilidades está subjacente – para lá de todas as dimensões contextuais – a manifestação de uma vontade ou necessidade mas também, a aceitação de constrangimentos externos. O indivíduo que, desejando deslocar-se a pé para o trabalho (e emitir “zero” emissões de CO<sub>2</sub>), tenha que disputar cada partícula de oxigénio e centímetro de rua com os automóveis, dificilmente se sentirá encorajado a fazê-lo. A decisão de construir estradas é tão vital para os fluxos de uma cidade sustentável quanto a decisão de construir passeios e vias para peões porque por estas circularão todos aqueles que por razões económicas, ambientais, políticas, físicas ou estéticas assim o decidam. Mas umas como as outras só serão razoavelmente ponderadas se automobilistas e peões forem tidos como sujeitos sociais dotados de historicidades, isto é, reconhecidos na sua capacidade de agir transformativamente sobre o presente.” (Rodrigues, 2009)

A participação dos indivíduos na construção e transformação da cidade faz-se necessária para atingir-se a sustentabilidade urbana no seu sentido mais pleno. Mas é também através dessa participação popular que as segregações são minimizadas e as interações sociais acontecem.

### **1.2.4 – Intermediários Culturais e a Cidade**

Claudino Ferreira<sup>7</sup> descreve, no capítulo a seguir a importância da relação dos intermediários culturais – aqueles que promovem o contato da sociedade com a produção cultural local, ou vinda de outros lugares, e que selecionam o que de mais relevante é

---

<sup>7</sup> “Doutor em Sociologia pela Universidade de Coimbra, Director da *Revista Crítica de Ciências Sociais*, professor e investigador do Centro de Estudos Sociais e da Faculdade de Economia da U. Coimbra. Entre outras publicações, é autor de “A Expo’98 e os imaginários do Portugal contemporâneo: cultura, celebração e políticas de representação” (Coimbra, 2005).” (Leite & Fortuna, 2009).

produzido – com a cidade. Ele destaca a importância do acesso à cultura como componente fundamental no desenvolvimento e regeneração urbanos.

“(…)a acção dos intermediários culturais, e sobretudo daqueles que operam no âmbito das instituições públicas de difusão e promoção cultural, revela-se especialmente importante e estratégica. Apesar de muito condicionados pelos interesses e os poderes económicos, políticos e sociais que interferem no seu campo de acção, mantêm uma margem de autonomia e um poder programático razoáveis. No exercício das suas funções, compete-lhes exercer escolhas (de obras, de criadores, de projectos), que legitimam no seu poder cultural e simbólico de especialistas. (...) O seu poder é por isso o de facilitar ou dificultar o acesso de diversos tipos de criadores e formas de expressão cultural às condições e aos lugares que lhe permitem conquistar visibilidades pública e comunicar com o mundo. É um poder que implica, portanto, uma responsabilidade: a de promover cidadania cultural.

A responsabilidade dos intermediários ganha particular relevo no contexto urbano, em consequência da atenção crescente que a cultura vem adquirindo nas políticas e nas estratégias de regeneração e desenvolvimento das cidades. Essas políticas transferem para o domínio do planeamento urbano as abordagens economicistas e instrumentais da cultura, que mistura uma filosofia neoliberal (McGuigan, 2005) com as retóricas em torno dos novos modos de governação das cidades – modos que se pretendem mais participativos e capazes de envolver as comunidades em projectos colectivos, tendo em vista o reforço da competitividade territorial e coesão social. (...). Sob os efeitos do poder crescente das indústrias culturais e do entretenimento e da instrumentalização política da cultura, o ambiente urbano tende a ser colonizado pelas expressões culturais mais espectacularizadas, massificadas, lúdicas e capazes de concorrer para a promoção de imagens competitivas dos lugares (Sorkinm, 2001; Fortuna, 2002). O problema não reside na expansão desses géneros de cultura, mas antes em dois potenciais efeitos, bem menos desejáveis. Por um lado, a eventual redução do espaço de expressão de outros géneros culturais: as *artes urbanas*, de que fala Diane Crane (1992), as expressões culturais populares, as culturas minoritárias. Por outro lado, a sujeição dessas expressões culturais aos imperativos de estratégias muito centradas na difusão de imagens competitivas e cosmopolitas das cidades e das suas elites, que convertem a cultura em elemento decorativo de uma encenação promocional.

Não obstante, a mesma investigação mostra também as múltiplas possibilidades que o reconhecimento político do valor estratégico da cultura abre ao desenvolvimento cultural (Matarasso e Landry, 1998; Crespi-Valbonae Richards, 2007). No quadro dessa filosofia política, muitas cidades vêm construindo novos equipamentos, apoiando novas instituições, promovendo festivais e eventos culturais. Estas iniciativas criam novos espaços e novas oportunidades para o trabalho dos criadores e o seu encontro com os públicos.

A questão essencial está, portanto, no modo como essas oportunidades são aproveitadas. É neste plano que mais se revela o papel estratégico e a responsabilidade dos intermediários culturais. Da sua acção e dos compromissos que estabelecem com os diversos interesses que se cruzam na esfera cultural, depende em larga medida a maior ou menor abertura que se cria para os diversos tipos de agentes e de expressões culturais.

(...) A questão que verdadeiramente tem que se colocar em relação a eles (intermediários culturais) não é, portanto, a da razão de sua existência. É, antes, a dos critérios e dos compromissos culturais, sociais e políticos com que desempenham as suas funções.” (Ferreira, 2009)

Portanto, o acesso à cultura e sua disseminação dentro da população devem ser vistos como facilitadores e, até mesmo, possibilitadores de uma mudança no modo de pensar e de viver a cidade. E é através dos intermediários culturais que tais acesso e disseminação tornam-se possíveis.

## Síntese

“(...). Na cidade emergem as individualidades com enfraquecimento de vínculos aos grupos sociais, mas é também nela que se constituem forças contraditórias em que a participação na vida coletiva é dificultada pela multiplicidade de papéis sociais assumidos pelos indivíduos. Nesse sentido, surge a necessidade do associativismo para o atendimento de interesses específicos, que individualmente não poderiam ser alcançados.” (Bógus, 2009)

“(...) causas do fenômeno da segregação residencial: (...) privatização dos serviços urbanos, aumentando a desigualdade de acesso aos serviços públicos e equipamentos coletivos, sobretudo no que diz respeito à qualidade desses serviços.” (Bógus, 2009)

“Cabe lembrar aqui a diferença entre a segregação geográfica (espacial) e a segregação sociológica, havendo casos em que se registram grandes distâncias sociais em contextos de proximidade geográfica. (...)” (Bógus, 2009)

“(...) os entre-lugares configuram e qualificam os espaços urbanos como espaços públicos intersticiais e exatamente porque são eles que se tornam locais de visibilidade, de disputas simbólicas, práticas de consumo e de busca do reconhecimento público da diferença. (...)” (Leite, 2009)

“(...). Nestes espaços intervalares, muitas vezes marcados pela efemeridade, a negociação sócio-espacial é fundamental, a violência é latente, o conflito é inevitável: mas neles estão possibilidades concretas da experimentação do imprevisível. São neles que corre a vida cotidiana e nele ainda persiste a rica possibilidade do encontro com o estranho na experiência urbana contemporânea.” (Leite, 2009)

“A afirmação do princípio da “sustentabilidade urbana” – e a transformação das cidades em “cidades sustentáveis” – adquiriu uma proeminência discursiva indiscutível: não só é o objectivo último, como é suportado pelo tipo de normatividade normalmente associada aos imperativos morais. É aqui que reside a força do apelo da sustentabilidade – urbana ou não. (...)” (Rodrigues, 2009)

“Uma cidade sustentável tem que ser acessível aos seus habitantes por inteiro. Acessível porque é aberta aos cidadãos nas suas práticas de administração e processos de decisão política sendo participada e partilhada. Uma cidade em que recursos, limites e objetivos são debatidos e analisados entre os vários agentes e actores com interesses diversos será uma cidade com melhores condições para assegurar uma vivência equilibrada tanto no presente como no futuro.” (Rodrigues, 2009)

“Assim (...) tem sido enunciado o princípio de participação activa dos cidadãos no desenho das políticas de sustentabilidade urbana. (...). As vantagens parecem ser claras: a governação é dialogante, estabelece relações de colaboração com actores não obviamente políticos nem necessariamente institucionais, os processos participados de consulta e dão origem, em princípio, a políticas mais inclusivas facilitando, assim, a construção da sustentabilidade. (...)” (Rodrigues, 2009)

“A responsabilidade dos intermediários culturais ganha particular relevo no contexto urbano, em consequência da atenção crescente que a cultura vem adquirindo nas políticas e nas estratégias de regeneração e desenvolvimento das cidades.” (Ferreira, 2009)

“(…) A questão que verdadeiramente tem que se colocar em relação a eles (intermediários culturais) não é, portanto, a da razão de sua existência. É, antes, a dos critérios e dos compromissos culturais, sociais e políticos com que desempenham as suas funções.” (Ferreira, 2009)

### Síntese do Conhecimento Cultural

“(...). Aumento da esperança de vida, passagem à coexistência habitual de quatro e já não três gerações acarretam progressivamente mudanças práticas na ordem da vida social. Mas, paralelamente, alargam a memória colectiva, genealógica e histórica, e multiplicam para cada indivíduo as ocasiões em que este pode ter o sentimento de que a sua história se cruza com a História e que esta interessa àquela. (...)” (Augé, 2012)

“(...). O mundo da sobremodernidade não tem as medidas exactas daquele em que cremos viver, porque vivemos num mundo que ainda não aprendemos a olhar. Teremos de reaprender a pensar o espaço.” (Augé, 2012)

“(...). Esta individualização dos modos de proceder, devemos nota-lo, deixa de parecer tão surpreendente quando nos reportamos às análises anteriores: nunca as histórias individuais foram tão explicitamente implicadas pela história colectiva, mas nunca também os pontos de referência da identificação colectiva foram tão flutuantes. A produção individual de sentido é (...) mais necessária do que nunca.” (Augé, 2012)

“Se um lugar se pode definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode definir-se nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar. (...)” (Augé, 2012)

“Na realidade concreta do mundo de hoje, os lugares e os espaços, os lugares e os não-lugares, emaranham-se, interpenetram-se. A possibilidade do não-lugar nunca está ausente seja de que lugar for. O regresso ao lugar é o recurso de quem frequenta os não-lugares (...)” (Augé, 2012)

“(...) causas do fenómeno da segregação residencial: (...) privatização dos serviços urbanos, aumentando a desigualdade de acesso aos serviços públicos e equipamentos coletivos, sobretudo no que diz respeito à qualidade desses serviços.” (Bógus, 2009)

“Cabe lembrar aqui a diferença entre a segregação geográfica (espacial) e a segregação sociológica, havendo casos em que se registram grandes distâncias sociais em contextos de proximidade geográfica. (...)” (Bógus, 2009)

“(...) os entre-lugares configuram e qualificam os espaços urbanos como espaços públicos intersticiais e exatamente porque são eles que se tornam locais de visibilidade, de disputas simbólicas, práticas de consumo e de busca do reconhecimento público da diferença. (...)” (Leite, 2009)

“(...). Nestes espaços intervalares, muitas vezes marcados pela efemeridade, a negociação sócio-espacial é fundamental, a violência é latente, o conflito é inevitável: mas neles estão possibilidades concretas da experimentação do imprevisível. São neles que corre a vida cotidiana e nele ainda persiste a rica possibilidade do encontro com o estranho na experiência urbana contemporânea.” (Leite, 2009)

“Uma cidade sustentável tem que ser acessível aos seus habitantes por inteiro. Acessível porque é aberta aos cidadãos nas suas práticas de administração e processos de decisão política sendo participada e partilhada. Uma cidade em que recursos, limites e objetivos são debatidos e analisados entre os vários agentes e actores com interesses diversos será uma cidade com melhores condições para assegurar uma vivência equilibrada tanto no presente como no futuro.” (Rodrigues, 2009)

“Assim (...) tem sido enunciado o princípio de participação activa dos cidadãos no desenho das políticas de sustentabilidade urbana. (...). As vantagens parecem ser claras: a governação é dialogante, estabelece relações de colaboração com actores não obviamente políticos nem necessariamente institucionais, os processos participados de consulta e dão origem, em princípio, a políticas mais inclusivas facilitando, assim, a construção da sustentabilidade. (...)” (Rodrigues, 2009)

“A responsabilidade dos intermediários culturais ganha particular relevo no contexto urbano, em consequência da atenção crescente que a cultura vem adquirindo nas políticas e nas estratégias de regeneração e desenvolvimento das cidades.” (Ferreira, 2009)

“(...) A questão que verdadeiramente tem que se colocar em relação a eles (intermediários culturais) não é, portanto, a da razão de sua existência. É, antes, a dos critérios e dos compromissos culturais, sociais e políticos com que desempenham as suas funções.” (Ferreira, 2009)

## 2. CONHECIMENTO CIENTÍFICO

A área de conhecimento científico apresenta temáticas que são factos, conhecimentos certos e racionais obtidos metodicamente, sistematizados e verificáveis, adquiridos através de processos de observação, investigação, experimentação, validação e comprovação.

Serão apresentadas obras de estudo da antropologia do espaço, através de um compilado de grandes pensadores desta área, e da sociedade da exclusão, através de uma análise dos comportamentos humanos e os processos de segregação social.



## 2.1 – “Antropologia do Espaço”, Filomena Silvano

Neste compilado de obras e autores, Filomena Silvano<sup>1</sup> faz um guia para um possível percurso de leitura para conhecimento e aprofundamento no tema da antropologia do espaço. Como objetivos, a autora define:

“(…). Primeiro, transmitir aos leitores a informação teórica e etnográfica que constitui o património mais clássico da Antropologia do Espaço; segundo, pô-los em contacto com obras que foram fundamentais para a afirmação académica do referido campo disciplinar; e, terceiro, enunciar algumas das propostas que se mostraram mais eficazes na abordagem dos espaços contemporâneos.” (Silvano, 2010)

### 2.1.1 – O Património Disciplinar

Neste primeiro ponto, são apresentadas algumas propostas de trabalho fundadoras da antropologia do espaço. São autores que não trabalham o espaço como tema principal, mas que de certa forma se dedicaram a ele e produziram textos que permitiram o posterior aparecimento de obras em que o espaço surge como objeto autónomo.

Para começar, são apresentados textos de Lévi-Strauss, em que o autor associa a ocupação do espaço à organização social do grupo e, por consequência, às identidades coletivas. Tal linha de pensamento tornou-se central, e até mesmo fundadora, para a antropologia do espaço.

“A questão da relação entre a morfologia social e a denominada estrutura do grupo aparece sempre, quando se trata de trabalhar o espaço, no centro das preocupações de Lévi-Strauss.

*“Essas dimensões de espaço e de tempo não se confundem com aquelas que utilizam as outras ciências. Consistem num espaço “social” e num tempo “social”, o que significa que elas não têm outras propriedades que não sejam as dos fenómenos sociais que as povoam. Segundo as suas estruturas particulares, as sociedades humanas conceberam essas dimensões de formas muito diferentes.”* (Lévi-Strauss, 1974 como citado em Silvano, 2010, p. 22)

No entanto, e como veremos mais adiante com a apresentação de alguns exemplos, essa relação não é pensada de forma simplista.

---

<sup>1</sup> “Filomena Silvano é antropóloga, professora da FCSH-UNL e membro do CRIA. No seu trabalho relaciona as questões das identidades colectivas e individuais com o estudo do espaço, do habitat, da cultura material e da cultura expressiva. Integrou várias equipas de investigação.” (Silvano, 2010).

“Eu não pretendo afirmar que a configuração espacial das aldeias reflecte sempre a organização social como um espelho, nem que a reflecte na sua totalidade. Isso seria uma afirmação gratuita para um grande número de sociedades. Mas não há qualquer coisa de comum a todas aquelas – muito diferentes noutros sentidos – em que constatamos uma relação (mesmo que obscura) entre configuração espacial e estrutura social? E, mais ainda, entre aquelas em que a configuração espacial “representa” a estrutura social, como o faria um diagrama desenhado num quadro de escola? Na realidade, raramente as coisas são tão simples como parece.” (Lévi-Strauss, 1974 como citado em Silvano, 2010, p. 22)

A complexidade “das coisas” vai aparecer em textos que têm por base o estudo de dados etnográficos. À questão da organização empírica do espaço e da sua relação com a organização social, vai ainda acrescentar-se, numa linha de pensamento que continua próxima da herança de Durkheim, a da representação do espaço.” (Silvano, 2010)

“Para Lévi-Strauss, (...), a unidade do social depende de uma conformidade nas representações. No entanto, as sociedades, mesmo as tradicionais, não são homogêneas: diferenciam-se a partir de vários factores de definição de subgrupos, e Lévi-Strauss demonstrou que a essa diferenciação social corresponde uma diferenciação das representações do espaço.” (Silvano, 2010)

“Em *Tristes tropiques* (1955), Lévi-Strauss descreveu uma aldeia bororo, fazendo corresponder a sua estrutura física, complexa, mas baseada numa primeira oposição definida por um diâmetro que separa as suas duas metades, à estrutura dualista da sociedade em questão, também ela complexa, mas numa primeira abordagem dividida em duas metades exogâmicas.

Posteriormente, num texto incluído em *Anthropologie structurale – les organisations dualistes existent-elles?* (1965) – Lévi-Strauss parte de um reparo de Paul Radin sobre as aldeias winnebago, relativo à discordância entre as representações do espaço das antigas aldeias feitas pelos seus informadores mais velhos (que levavam Radin a não saber quais correspondiam à verdadeira estrutura das aldeias), para formular a hipótese da existência de duas representações diversas, correspondentes a duas formas de descrever uma organização (social e espacial) demasiado complexa para ser formalizada a partir de um modelo único. A escolha de uma ou outra das representações depende, entre outros factores, da posição que o indivíduo ocupa na estrutura social e, conseqüentemente, no espaço físico da aldeia. Lévi-Strauss assinala mais tarde – *La notion de structure en ethnologie* (1953) – que existe uma distância entre o modelo (presente na organização física da aldeia e nas representações que permitem a sua reprodução) e a estrutura social, que é muito mais complexa e sofisticada.” (Silvano, 2010)

“(…) o plano da aldeia bororo não exprime a verdadeira estrutura social, mas um modelo presente na consciência indígena, apesar de ser de natureza ilusória e de contradizer os factos.” (Lévi-Strauss, 1974 como citado em Silvano, 2010, p. 24)

“As relações descritas entre as formas de organização físicas das aldeias e as estruturas sociais e simbólicas dos grupos estudados justificam que se afirme que existe um laço indissociável entre a

estrutura do espaço e as identidades colectivas. Segundo Lévi-Strauss, os missionários salesianos utilizaram esse saber de uma forma pragmática: para obterem a conversão dos índios, começavam por lhes destruir a organização espacial das aldeias. Acabavam frequentemente por conseguir mais do que isso. Destruíam o “espelho” que lhes permitia, apesar das imagens deformadas, olharem-se na sua própria cultura, e conduziam-nos, por conseguinte a processos violentos de perda da identidade.” (Silvano, 2010)

A autora destaca o carácter tradicional dos espaços estudados por Lévi-Strauss. São espaços associados a pequenas comunidades com poucas relações com o exterior. Por isso, e pela postura conceitual das análises, essas formulações podem ser criticadas pelo seu carácter fixista. No entanto, não perdem sua importância para o entendimento de um certo tipo de espaço a que estão associados. Segundo Silvano, podemos encontrar, ainda hoje, espaços que se tornam legíveis se tivermos como referência os modelos apresentados.

A seguir, Silvano apresenta-nos as obras de Georg Simmel e Walter Benjamin.

“Nas obras de Simmel e de Benjamin encontram-se algumas das propostas de trabalho mais estimulantes para a constituição de uma Antropologia do Espaço. Benjamin foi um leitor atento de Simmel e, em parte talvez por isso, podemos identificar no pensamento de ambos algumas problemáticas comuns. A preocupação em compreender um mundo emergente a partir de uma observação entusiasta da cidade levou-os a formular ideias que ainda hoje respondem bem a questões do mundo contemporâneo. Como veremos, elas estiveram na base de alguns dos autores que vieram a integrar a denominada “Escola de Chicago”, tendo ressurgido como referência no interior das problemáticas mais centrais do pensamento das últimas décadas.” (Silvano, 2010)

“Num texto que pretende pensar a relação entre a produção artística e a cultura do início do século, Simmel defende que a escultura de Rodin criou uma nova forma, um estilo que significou uma outra possibilidade de expressão. Ao inscrever a mobilidade do corpo no centro da sua representação, Rodin deu, segundo Simmel, forma plástica a uma consciência cultural emergente:

*“Nessa tendência para a mobilidade encontra-se a relação mais profunda da arte moderna em geral com o realismo; a mobilidade crescente da vida real não se manifesta só na mobilidade idêntica da arte, mas o estilo da vida e o da arte provêm os dois da mesma raiz profunda.”* (Simmel, 1990 como citado em Silvano, 2010, p. 31)

A possibilidade de olhar para a cultura material de forma a encontrar nela elementos organizadores da cultura de uma época corresponde a uma das vertentes de trabalho da Antropologia do Espaço. A publicação da obra de Benjamin *Paris, capitale du XIX siècle* revelou-se, tal como havia acontecido com os textos de Simmel, inspiradora para os autores cujas preocupações se situam nessa

linha de trabalho. Benjamin concedeu aí à arquitectura um papel muito especial: o de “testemunha da mitologia latente de uma determinada época”. Elegeu as *galerias* (ruas comerciais cobertas por estruturas de vidro e ferro) como a arquitectura mais importante do século XIX e, por isso, considerou-as reveladoras do espírito da época. No seguimento do trabalho de Simmel, procurou a especificidade do espaço da cidade e tentou associá-la a um estilo de vida. Encontrou-a no carácter transitório, efémero e movente das práticas sociais que percorrem as galerias (e aqui reaparece a personagem do passeante), no papel sedutor e mágico da mercadoria exposta (tornada mais atraente pela recente iluminação a gás), na moda como afirmação moderna do mito do eterno retorno.” (Silvano, 2010)

Por fim, nesta primeira abordagem, Filomena Silvano apresenta-nos a obra de Jean Rémy e Liliane Voyé, que utiliza a mobilidade como critério para ausência ou presença de urbanização. Desta forma, é possível haver cidades mais ou menos urbanizadas assim como bairros mais ou menos urbanizados dentro de uma mesma cidade.

“A obra de Jean Rémy e Liliane Voyé *A Cidade: Rumo a Uma Nova Definição?* (edição portuguesa de 1994) (...) propõe novas abordagens baseadas numa observação atenta das transformações da sociedade contemporânea. Realiza um importante trabalho de síntese que permite aos seus autores recolocar a questão do estatuto do espaço na análise do social. (...) Rémy e Voyé defendem o carácter autónomo, e por isso explicativo, do espaço, distanciando-se das propostas durkheimianas, que o faziam depender da organização social.” (Silvano, 2010)

*“Estas três modalidades (sistema social, sistema cultural, sistema de personalidade) de integração do espaço, ao articularem-se entre si, dão lugar a “efeitos de meio” e, portanto, a interdependências que só existem e se podem compreender por meio das suas conexões espaciais. Isto leva-nos a afirmar o estatuto explicativo do espaço e a recusar a ideia de que não passaria de uma mera projecção para o solo de uma realidade social que se constitui com toda a independência para com ele.”* (Rémy & Voyé, 1994 como citado em Silvano, 2010, p. 57)

“Colocando-se numa posição crítica face à oposição rural/urbano, Rémy e Voyé propõe a aplicação de um novo critério para distinguir dois tipos de modelo espacial: a presença ou a ausência de urbanização. A urbanização depende de um elemento, a mobilidade, tido como estruturante do espaço e da sociedade.

Assim, podem existir cidades urbanizadas e cidades não urbanizadas, tal como aldeias urbanizadas (ou pelo menos em via de urbanização) e aldeias não urbanizadas, ou, dentro de uma cidade, bairros mais ou menos urbanizados.” (Silvano, 2010)

A autora começa por definir, segundo os princípios estabelecidos por Rémy e Voyé, as cidades e aldeias urbanizadas.

“As situações não urbanizadas correspondem ao espaço-território, que se caracteriza pela existência de uma vida social organizada com muito pouca mobilidade espacial. A habitação, o lugar de trabalho e o lugar de lazer concentram-se num espaço restrito de interconhecimento. O bairro tradicional, mesmo quando situado no interior de uma grande cidade, mantém um estilo de vida que corresponde ao modelo não urbanizado.” (Silvano, 2010)

*“Nas cidades urbanizadas que conhecemos é relativamente frequente encontrarmos ainda hoje alguns bairros antigos que embora oferecendo às vezes um cruzamento de populações de meios espaciais diferentes são, geralmente, bairros com predominância de cultura popular, isto é, de uma cultura que, de algum modo, é um vestígio de um modo de vida anterior, não marcado pelos efeitos da urbanização e pouco sensível a ela. (...) Por outro lado, nesses bairros, a solidariedade de vizinhança funciona ainda frequentemente, e as portas para a rua, muitas vezes entreabertas, testemunham essa confiança recíproca (...). A população desses bairros pode assim viver a poucos passos dos lugares mais animados da cidade e dos equipamentos mais desenvolvidos da urbanização dessa mesma cidade, sem, contudo, os utilizar para além do estritamente necessário e sobretudo sem ser atraída por eles.”* (Rémy & Voyé, 1994 como citado em Silvano, 2010, pp. 59-60)

“Com esta proposta, Rémy e Voyé demonstram que o volume, a densidade e a heterogeneidade (aquilo a que chamam morfologia sociodemográfica da Escola de Chicago) não são factores determinantes do modo de vida urbano. É preciso que a mobilidade, pensada como uma componente funcional, se venha juntar às características citadas para então se passar à situação urbanizada.” (Silvano, 2010)

A seguir, Silvano escreve sobre as cidades e aldeias não urbanizadas, seguindo os mesmos conceitos. Por oposição aos espaços urbanizados, estes possuem alto grau de mobilidade, consequência do processo de especialização do espaço, que obriga a população a deslocar-se mais frequentemente e a maiores distâncias para ter acesso a serviços, trabalho etc.

*“Na medida em que várias funções estão instaladas em bairros especializados, já não é possível para a população satisfazer o conjunto das suas necessidades ficando no mesmo lugar. Deve, daqui por diante, deslocar-se, e isso tanto mais quanto deseja utilizar os equipamentos múltiplos e diversos que o meio urbano oferece. A mobilidade torna-se, portanto, condição de adaptação e de participação na vida urbana. A sua significação torna-se positiva, ao passo que (...) era negativamente entendida*

*nos meios pré-urbanizados, onde constituía um fator de desorganização.* ” (Rémy & Voyé, 1994 como citado em Silvano, 2010, pp. 60-61)

“A especialização espacial, e a mobilidade a que obriga, vai repercutir-se sobre os sistemas sociais, culturais e de personalidade (estudados para cada um dos modelos apresentados), dando forma a um estilo de vida próprio.” (Silvano, 2010)

“O acesso à mobilidade é, no entanto, desigual. Depende de condições materiais e culturais, e por isso a cidade urbanizada deixa uma parte da sua população no exterior desse sistema de vida. Uns por opção e outros por exclusão.” (Silvano, 2010)

*“(…). Pode dizer-se, com efeito, que a capacidade de mobilidade é uma condicionante da participação no meio urbano.*

*Põe-se um problema na medida em que esta capacidade não pertence a toda a gente de forma igual: ao lado das diferenças ligadas à idade e à saúde, a capacidade de mobilidade está, com efeito, estreitamente ligada quer à capacidade financeira dos indivíduos, quer, e talvez ainda mais, a uma certa capacidade cultural que desenvolve ou limita as exigências de um enraizamento espacial concreto e estável.* ” (Rémy & Voyé, 1994 como citado em Silvano, 2010, pp. 61-62)

E, com isto, é introduzida a questão da exclusão social no ambiente urbano, decorrente de razões econômicas e de acessibilidade.

### **2.1.2 – Propostas para um novo campo disciplinar: a Antropologia do Espaço**

Neste capítulo, Filomena Silvano apresenta-nos autores que se dedicaram às primeiras obras da antropologia do espaço propriamente dita. Destaca-se aqui a obra de Edwar. T. Hall, que sugere um novo termo, *proxémia*, para analisar os diferentes tipos de uso que o homem faz do espaço e suas relações interpessoais.

“Em 1966, Edward T. Hall publicou um livro intitulado *The Hidden Dimension* (versão portuguesa de 1986). Num dos capítulos, dedicado à definição de modelos de organização espacial, surge, logo no título, a expressão “Antropologia do Espaço”. Hall iniciou assim um novo campo de trabalho, que se deveria organizar a partir da sua proposta de considerar as determinações culturais das formas de viver e conceber o espaço. Embora a Antropologia do Espaço, tal como posteriormente tomou forma nas suas versões europeia e americana, se tenha distanciado da proposta inicial de Hall, ela manteve-se fiel a essa ideia de base.

Hall trabalha na interface entre a antropologia e a etologia e, no essencial, afirma a especificidade cultural das modalidades individuais de processar a informação que tem origem nas “experiências”, nomeadamente naquelas que têm a ver com o espaço.” (Silvano, 2010)

*“(...) indivíduos pertencentes a culturas diferentes não só falam línguas diferentes, mas, o que é sem dúvida mais importante, habitam mundos sensoriais diferentes.”* (Hall, 1978 como citado em Silvano, 2010, p. 67)

“É nessa perspectiva fenomenológica que propõe um neologismo – o termo *proxémia* – que, segundo ele, designa um projecto de trabalho que descreve e compara os diferentes tipos de uso que o homem faz do espaço, tido como um produto cultural específico. Segundo Hall, os homens, tal como os animais, possuem um mecanismo universal que organiza as distâncias dos relacionamentos interpessoais, mas, no caso dos homens, a determinação, para cada contexto, das medidas dessas mesmas distâncias, é de origem cultural. Segundo Hall, quatro distâncias, cada uma com dois tipos de modalidades (próxima e distante), são suficientes para estudar as diferentes proxémias: distância íntima, distância pessoal, distância social e distância pública. São concebidas como camadas sucessivas de uma bola que nos envolve e protege. (...)” (Silvano, 2010)

#### Distância íntima:

*“A esta distância particular, a presença do outro impõe-se e pode mesmo tornar-se invasora pelo seu impacto sobre o sistema perceptivo. A visão (frequentemente deformada), o cheiro e o calor do corpo do outro, o ritmo da sua respiração, o cheiro e o sopro do seu hálito constituem em conjunto os sinais irrefutáveis de uma relação directa com outro corpo.”* (Hall, 1978 como citado em Silvano, 2010, p. 68)

#### Distância pessoal:

*“O termo “distância pessoal”, que devemos a Hediger, designa a distância fixa que separa os membros das espécies sem-contacto. Podemos imaginá-la sob a forma de uma pequena esfera protectora, ou bola, que um organismo criaria à volta de si para o isolar dos outros.”* (Hall, 1978 como citado em Silvano, 2010, pp. 68-69)

#### Distância social:

*“Os detalhes visuais íntimos da cara já não são perceptíveis e ninguém toca, nem é esperado que toque, o outro, salvo se fizer um esforço particular.”* (Hall, 1978 como citado em Silvano, 2010, p. 69)

Distância pública:

*“Produzem-se muitas transformações sensoriais importantes quando se passa das distâncias pessoal e social para a distância pública, situada fora do círculo em que o indivíduo está directamente implicado.” (Hall, 1978 como citado em Silvano, 2010, p. 69)*

“Segundo Hall, é na universalidade destas distâncias que podemos encontrar a origem do conceito de esfera pública, tal como ele aparece formulado na Europa e nos Estados Unidos da América.” (Silvano, 2010)

### **2.1.3 – Propostas de trabalho para um novo espaço**

Neste capítulo, a autora apresenta as ideias de Foucault sobre a antropologia do espaço, em que este desconstrói o conceito de lugar e formula novas proposições, mais adaptadas às problemáticas contemporâneas.

“Em 1967, um ano depois de ter publicado *Les mots et les choses*, Michel Foucault proferiu uma conferência denominada “*Des espaces autres*”, que se manteve inédita até à sua publicação, primeiro em alemão e depois na versão original em francês, em 1984. Nessa conferência, (...), Foucault formula algumas das questões que o levaram à posterior realização da obra *Surveiller et punir* (publicada em 1975), um texto fundamental para equacionar a questão das relações entre espaço e poder. Na referida conferência, para lá de afirmar a supremacia do espaço, num tempo em que o tempo já não é mais um vector de organização do pensamento, Foucault propõe uma nova figura espacial, a da heterotopia, que se viria a revelar produtiva para a interpretação de uma vasta informação etnográfica.” (Silvano, 2010)

“Depois de fazer uma breve arqueologia da experiência ocidental do espaço, Foucault centra-se no espaço contemporâneo, que, segundo ele, é um espaço de *colocação (emplacement)*.” (Silvano, 2010)

*“A colocação define-se pelas relações de vizinhança entre pontos ou elementos; formalmente, podemos descrevê-los como séries, árvores, quadriculas (...). De uma forma ainda mais concreta, o problema do lugar ou da colocação põe-se para os homens em termos de demografia: e este último problema da colocação humana não é simplesmente a questão de saber se haverá lugar suficiente para o homem no mundo – problema que é finalmente muito importante – é também o problema de saber que relações de vizinhança, que tipo de armazenamento, de circulação, de controlo, de classificação dos elementos humanos, devem reter-se de preferência em tal ou tal situação, para*

*atingir tal ou tal fim. Estamos numa época em que o espaço se nos dá sob a forma de relações de colocação.*” (Foucault, 1984 como citado em Silvano, 2010, p. 85)

“A partir desta formulação de carácter geral, Foucault avança com a ideia de que vivemos num espaço que se organiza a partir de um conjunto de relações que definem colocações irreduzíveis e absolutamente não sobreponíveis. As diferentes lógicas de colocação dão forma a lugares diversos (*emplacements*) que é necessário descrever e compreender. Por exemplo, os lugares de passagem (ruas, comboios), os lugares de paragem provisória (cafés, cinemas, praias) ou os lugares de repouso (casa, quarto).” (Silvano, 2010)

Dito isto, Silvano apresenta e explica dois conceitos fundamentais para sua nova linha de pensamento: as utopias e as heterotopias.

“Uma vez afirmada a variedade das relações que constituem os lugares, Foucault passa a descrever os lugares que lhe interessa estudar: têm a propriedade de se encontrar em relação com todos os outros, ao mesmo tempo que suspendem, neutralizam e invertem o conjunto de relações que esses outros espaços manifestam. Os primeiros são as *utopias*, espaços que não têm lugar real.” (Silvano, 2010)

*“São os espaços (emplacements) que mantêm com o espaço real da sociedade uma relação geral de analogia directa ou invertida. É a própria sociedade perfeccionada, ou é o inverso da sociedade, mas, de qualquer forma, essas utopias são espaços, fundamentalmente, essencialmente irrealis.”* (Foucault, 1984 como citado em Silvano, 2010, p. 86)

“Os segundos são utopias realizadas. Espaços em que os outros espaços existentes no interior da cultura a que pertencem são apresentados, contestados e invertidos. Por oposição às utopias, as *heterotopias* são lugares que estão fora de todos os lugares, mas que, no entanto, são localizáveis. Têm características comuns, que Foucault, numa tentativa de isolar o seu objecto de trabalho, descreve ao longo do texto.

O primeiro princípio enunciado diz respeito à universalidade das heterotopias: todas as sociedades possuem heterotopias, embora com formas diferentes. As sociedades ditas primitivas possuem as *heterotopias de crise*.” (Silvano, 2010)

*“Há lugares privilegiados ou sagrados ou interditos, reservados aos indivíduos que se encontram, em relação à sociedade, e ao meio humano em que vivem, em estado de crise. Os adolescentes, as mulheres menstruadas, as mulheres em parto, os velhos, etc.”* (Foucault, 1984 como citado em Silvano, 2010, p. 87)

“Na nossa sociedade as heterotopias de crise têm desaparecido, mas ainda aparecem lugares que manifestam as suas características: o colégio, o serviço militar, os hotéis das viagens de núpcias,

eram (são) lugares que representaram o papel das heterotopias de crise. Foram substituídas pelas *heterotopias de desvio*, os lugares onde hoje se colocam os indivíduos com um comportamento fora das normas exigidas. Casas de repouso, hospitais psiquiátricos, prisões e lares de terceira idade. (...)” (Silvano, 2010)

“O segundo princípio afirma que uma mesma sociedade pode, ao longo do tempo, fazer funcionar uma heterotopia de formas diferentes. O cemitério é apresentado como exemplo. Até ao fim do século XVIII, situava-se no coração das povoações, ao lado da igreja. A partir do século XIX, sai da cidade para ocupar espaços periféricos. Com a denominada dessacralização da sociedade, o cemitério deixa de constituir o “vento sagrado e imortal da cidade”, para dar forma a uma “outra cidade”, exterior, mas com a qual cada família, por via do culto dos mortos, mantém relações.

O terceiro princípio afirma que as heterotopias têm o poder de justapor, num só lugar real, vários espaços que são por si só incompatíveis. É o caso do teatro, do cinema e do jardim.

Quarto princípio: as heterotopias estão frequentemente associadas a cortes do tempo. Aquilo a que por simetria Foucault chama de heterocronias. O cemitério é um bom exemplo. Mas há ainda, no que diz respeito à acumulação do tempo, os museus e as bibliotecas e, no que diz respeito à sua suspensão, os lugares de festa, como as feiras e as aldeias de férias.

O quinto princípio refere-se ao duplo sistema de abertura e fechamento, que por um lado permite o seu isolamento, mas que, por outro, as torna penetráveis. O motel americano, que abriga e esconde a sexualidade ilegal, é um exemplo revelador.

O último princípio refere-se à função das heterotopias. Numa primeira versão elas criam um espaço de ilusão, que denuncia, como se ele fosse ainda mais ilusório, o espaço real, os espaços em que a vida real está confinada. Terá sido o caso dos bordéis. Na segunda versão, criam um outro espaço, real, tão perfeito, meticuloso e arranjado quanto o nosso é desordenado, improvisado e desarrumado. Terá sido por vezes o caso das colónias.” (Silvano, 2010)

Para terminar, Foucault apresenta-nos o navio como sendo a heterotopia por excelência.

*“Bordéis e colónias são dois tipos extremos de heterotopias. E se pensarem que no fim das contas o barco é um bocado de espaço flutuante, um lugar sem lugar, que vive por si próprio, que está fechado sobre si próprio e que ao mesmo tempo é deitado ao infinito do mar e que de porto em porto, de margem em margem, de bordel em bordel, vai até às colónias procurar o que elas guardam de mais precioso nos seus jardins, compreendem porque é que o barco foi para a nossa civilização, desde o século XVI até aos nossos dias, não apenas, evidentemente, o maior instrumento de desenvolvimento económico (...) mas a maior reserva de imaginação. O navio é a heterotopia por excelência. Nas*

*civilizações sem barco, os sonhos esgotam-se, a espionagem substitui a aventura e a polícia os corsários. ” (Foucault, 1984 como citado em Silvano, 2010, pp. 89-90)*

## Síntese

“Para Lévi-Strauss, (...), a unidade do social depende de uma conformidade nas representações. No entanto, as sociedades, mesmo as tradicionais, não são homogêneas: diferenciam-se a partir de vários factores de definição de subgrupos, e Lévi-Strauss demonstrou que a essa diferenciação social corresponde uma diferenciação das representações do espaço.” (Silvano, 2010)

“As relações descritas entre as formas de organização físicas das aldeias e as estruturas sociais e simbólicas dos grupos estudados justificam que se afirme que existe um laço indissociável entre a estrutura do espaço e as identidades colectivas. (...)” (Silvano, 2010)

“ Colocando-se numa posição crítica face à oposição rural/urbano, Rémy e Voyé propõe a aplicação de um novo critério para distinguir dois tipos de modelo espacial: a presença ou a ausência de urbanização. A urbanização depende de um elemento, a mobilidade, tido como estruturante do espaço e da sociedade. ” (Silvano, 2010)

“Na medida em que várias funções estão instaladas em bairros especializados, já não é possível para a população satisfazer o conjunto das suas necessidades ficando no mesmo lugar. Deve, daqui por diante, deslocar-se, e isso tanto mais quanto deseja utilizar os equipamentos múltiplos e diversos que o meio urbano oferece. A mobilidade torna-se, portanto, condição de adaptação e de participação na vida urbana. (...)” (Rémy & Voyé, 1994 como citado em Silvano, 2010, pp. 60-61)

“O acesso à mobilidade é, no entanto, desigual. Depende de condições materiais e culturais, e por isso a cidade urbanizada deixa uma parte da sua população no exterior desse sistema de vida. Uns por opção e outros por exclusão. ” (Silvano, 2010)

“Segundo Hall, os homens, tal como os animais, possuem um mecanismo universal que organiza as distâncias dos relacionamentos interpessoais, mas, no caso dos homens, a determinação, para cada contexto, das medidas dessas mesmas distâncias, é de origem cultural. Segundo Hall, quatro distâncias, cada uma com dois tipos de modalidades (próxima e distante), são suficientes para estudar as diferentes proximidades: distância íntima, distância pessoal, distância social e distância pública. São concebidas como camadas sucessivas de uma bola que nos envolve e protege. (...)” (Silvano, 2010)

“(…). Estamos numa época em que o espaço se nos dá sob a forma de relações de colocação. ” (Foucault, 1984 como citado em Silvano, 2010, p. 85)

“Por oposição às utopias, as *heterotopias* são lugares que estão fora de todos os lugares, mas que, no entanto, são localizáveis. ” (Silvano, 2010)

“(…) o barco é um bocado de espaço flutuante, um lugar sem lugar, que vive por si próprio, que está fechado sobre si próprio e que ao mesmo tempo é deitado ao infinito do mar e que de porto em porto, de margem em margem, de bordel em bordel, vai até às colónias procurar o que elas guardam de mais precioso nos seus jardins, compreendem porque é que o barco foi para a nossa civilização, (...), não apenas, (...), o maior instrumento de desenvolvimento económico (...) mas a maior reserva de imaginação. O navio é a heterotopia por excelência. Nas civilizações sem barco, os sonhos esgotam-

se, a espionagem substitui a aventura e a polícia os corsários. ” (Foucault, 1984 como citado em Silvano, 2010, pp. 89-90)

## 2.2 – “A Sociedade da Exclusão: Compreendê-La Para Dela Sair”, Gilbert Clavel

O sociólogo francês Gilbert Clavel<sup>2</sup> descreve nesta obra aquilo a que chama de sociedade da exclusão, através de análises e tentativas de teorização. O autor aborda, ainda, alguns pontos de reflexão acerca das condições da passagem para aquilo que define como uma sociedade solidária.

“O objeto desta obra é o de tentar, modestamente – com os meios que são os nossos e que não dependem de um instituto de investigação – criticar e clarificar a noção de exclusão, analisar os processos que conduzem a situações extremas e dar deles uma visão global, formando um corpo de análises coerente suscetível de esclarecer o funcionamento das nossas sociedades, e – porque não? – das práticas sociais. Este trabalho crítico tem por ambição circunscrever uma teoria da problemática da exclusão e a partir daí esboçar uma teoria.” (Clavel, 2004)

### 2.2.1 – A Exclusão Escolar

Como primeiro ponto a ser estudado, a escola, por ser uma das bases da sociedade e, como embrião dessa sociedade, um local onde a exclusão faz-se presente e causa efeitos duradouros.

“A escola é, sem dúvida, uma das nossas instituições mais sensíveis, onde se cristalizam as expectativas, as esperanças, as apostas no futuro e as contradições da nossa sociedade. O futuro de cada um depende dela: a formação proporciona a capacidade de arranjar um emprego, de ter recursos e um estatuto social que permitam condições de existência e familiares decentes.” (Clavel, 2004)

O autor começa por destacar o caráter impositivo de uma classe dominante na eleição de uma cultura única a ser ensinada e imposta sobre as demais. Tal imposição acarreta consequências que são analisadas durante o capítulo.

“Considerando que o mesmo ensino para todos é o único sistema democrático, a classe dominante entende que deve impor arbitrariamente a sua própria cultura como legítima e universal.

---

<sup>2</sup> “Gilbert Clavel é doutorado em Sociologia. As suas origens no que diz respeito ao seu trabalho levaram-no a ser, antes de mais, um militante e homem de terreno. Coordenador de um dispositivo de formação de adultos desde há cerca de dez anos, foi animador de bairros nos subúrbios de Lyon e depois ficou responsável por algumas missões no domínio do alojamento. Vereador desde 1983 em Saint-Fons (Ródano), esteve ligado à área da Solidariedade de 1989 a 1995. Está implicado em diferentes dispositivos de inserção pela vertente económica.” (Clavel, 2004)

A imposição deste modelo único passa pela estrutura do próprio sistema de ensino: através de uma seleção, ele produz uma elite proveniente da classe dominante que, tentando conservar o monopólio do saber, assegura a si própria a perenidade do seu poder e a preservação da ordem social. (...).

O reconhecimento da legitimidade do arbitrário cultural da classe dominante é o fruto do trabalho pedagógico enquanto trabalho de inculcação que cria um *habitus*, isto é, a interiorização ou a incorporação durável dos princípios culturais dominantes capazes de formar um conjunto de práticas aptas a perpetuar a cultura interiorizada. A duração e a qualidade desta interiorização variam consoante o *habitus* primário das diferentes classes sociais, isto é, consoante as aquisições da primeira infância.

Existe, pois, uma interiorização diferenciada consoante as classes sociais que é função da distância entre o *habitus* primário, ligado às origens sociais e o *habitus* secundário, inculcado pelo aparelho escolar. Devido à diversidade do grau de receção desses destinatários, o trabalho pedagógico conhece um rendimento diferenciado e a interiorização efetua-se segundo dois modos: seja pela imposição, seja pela exclusão.

Para os destinatários legítimos, a saber, a classe dominante, o modo de interiorização é a inculcação: sendo quase nula a distância entre o *habitus* primários e o *habitus* secundário, estão todos dispostos a receber a sua própria cultura. (...). Mas, no que diz respeito às classes modestas e desfavorecidas, as condições de receção são piores, dada a maior distância entre o *habitus* primário e o *habitus* secundário: estas têm uma cultura própria que desempenha um papel de filtro cultural. O lento trabalho de interiorização da cultura dominante não pode, pois, efetuar-se pela simples inculcação; é preciso também que sejam extirpadas as raízes da sua própria cultura sem que por isso acedam plenamente à herança legítima que permitiria a sua ascensão social. É por isso que o trabalho de interiorização se opera, no que lhes diz respeito, sobre o *modo da exclusão*: objetivamente excluídas da herança, as populações desfavorecidas são submetidas a um trabalho pedagógico cujo fim consiste em *interiorizar a legitimização da sua exclusão*, interiorização esta que torna possível o reconhecimento da legitimidade e da autoridade da cultura dominante.

Esta interiorização da legitimidade da sua exclusão exprime-se, nas camadas sociais mais desfavorecidas, pela noção de “vergonha”: a vergonha de falar a sua linguagem de origem, de viver segundo os hábitos do meio, a vergonha de exercer um trabalho desvalorizado, a vergonha de pertencer a uma família numerosa, etc. (...).” (Clavel, 2004)

“Assim, a escola é um lugar de educação somente para os seus destinatários legítimos. Para as camadas sociais mais modestas e desprotegidas, aquela é, antes de tudo, um lugar de desculturalização. Esta ação negativa produz comportamentos específicos cujos princípios são baseados na interiorização da negação e da ilegitimidade de uma cultura própria, mais do que numa adesão positiva à cultura dominante. (...).

(...)

Nada serve melhor os interesses da classe dominante do que esta forma de interiorização através da qual uma população oprimida se encarrega, pela via do simbólico, da exclusão da qual é o objeto: a auto-exclusão é a *forma última da exclusão social*. (...). É nisto que reside a *performance* ideológica do aparelho escolar, enquanto aparelho de obediência dos indivíduos à ideologia dominante. Mas é verdade que a profundidade desta forma de interiorização negativa permanece relativa: inúmeros comportamentos violentos, agressivos ou delituosos, a “raiva” ou o “ódio” manifestados pelos jovens dos subúrbios traduzem formas de resistências à auto-exclusão, que inibem o desejo de aderirem à cultura dominante.” (Clavel, 2004)

### 2.2.2 – Para uma teoria da exclusão

Neste capítulo, Clavel procura elaborar uma teoria que explique os processos de exclusão social. Como objeto de estudo desta dissertação, destacaremos a relação entre exclusão e sociedade apresentada e analisada pelo autor.

“Os excluídos não estão fora da sociedade, mas estão implicados numa relação social cujo domínio lhes escapa. A produção desta relação social não se situa unicamente no campo económico, mas também, e sobretudo, no campo simbólico e enreda-se na articulação entre estes dois níveis. Ser excluído é estar condenado a um lugar através de determinações económicas e ocupar uma posição afetada de negatividade social no seio de um conjunto de posições.

A exclusão “resulta de um processo de desagregação” que se traduz por um movimento centrífugo de diferenciações sociais marcadas pela ausência de ligações positivas e estruturantes. É o que faz sobressair a abundante terminologia que qualifica o processo de exclusão: desagregação, desintegração, desapropriação, desqualificação, desinserção, dessocialização...

Ora uma sociedade que não tem capacidade para produzir positivamente uma relação social em torno de elementos estruturantes, mas que produz uma desagregação social, a qual, em vez de conciliar numa dinâmica social o económico e o simbólico, deixa à deriva o seu funcionamento, caracteriza a própria sociedade de exclusão como modelo de sociedade suicidária. A exclusão é o espelho daquilo que cada um pode vir a ser um dia, na medida em que o conjunto da sociedade é aspirada para baixo. Tal como numa ampulheta, cada grão está em movimento, inexoravelmente atraído pelo vazio: mesmo os do alto, que aparentemente ainda não bolem, são desestabilizados pela descida mais ou menos rápida dos que passam para baixo do funil.

Todo o modo de produção determina um modo de apreensão dos indivíduos e dos grupos sociais entre eles. O modo de produção feudal caracteriza-se como uma sociedade de ordens na qual as relações são regidas por um princípio de reciprocidade de direitos e deveres; os indivíduos ou os grupos consideram-se semelhantes devido ao facto de pertencerem a uma mesma comunidade

religiosa de destino. (...). De uma forma geral, a época medieval, unificada pela ideologia religiosa, integra o pobre, exaltando a virtude de pobreza como sinal de eleição divina; a função social da pobreza reside no facto de esta participar na redenção dos homens: os pobres, à imagem de Jesus Cristo, ganham o céu ao aceitarem o seu estado e os ricos, dando-lhes a esmola.

O modo de produção capitalista caracteriza-se como sociedade de classes na qual as relações são regidas pelo interesse ou pelo prestígio pessoal; os indivíduos ou os grupos consideram-se, inicialmente, diferentes devido à sua situação de concorrência na corrida ao interesse e ao prestígio, ao ter, ao saber e ao poder. Historicamente, este modo de representação dos grupos surge no momento em que a ideologia religiosa que cimentava a sociedade medieval se desagrega em proveito da área jurídico-política que domina a ideologia burguesa. (...). O pobre é despido da simbologia espiritual que o integra na sociedade medieval. Rompendo-se este laço, a questão do empobrecimento laiciza-se: a pobreza é um mal, um estado *contra naturam*, um problema de sociedade. Surge uma nova representação do pobre que acaba por se impor socialmente: suspeito de propagar epidemias e heresias, assim como de estar na origem dos frequentes motins frumentários, o pobre entra nas representações coletivas como um ser perigoso para a saúde e para a ordem pública. Daí as tentativas de isolamento, com a ajuda de um arsenal repressivo, legislativo e institucional, dos grupos considerados perigosos, tais como os vagabundos e os loucos. (...). Se a sociedade entende separar-se de toda uma franja da população não é somente devido a um desvio ideológico (...), é também porque o princípio de reciprocidade e dos deveres é substituído pelo princípio do individualismo, que é um dos fundamentos da sociedade liberal e capitalista. ” (Clavel, 2004)

“Esta percepção coletiva de grupos sociais separados e antagonistas encontra a sua legitimação no fundamento da ideologia burguesa: a separação entre a esfera privada e a esfera pública, separação entre o Estado político e a sociedade burguesa (ou civil), entre o cidadão (o homem público, membro de uma comunidade) e o indivíduo privado (a esfera dos interesses particulares) e entre os direitos do cidadão e os direitos naturais do indivíduo (direito de propriedade, de expressão...). Esta dicotomia está na base da sociedade capitalista na medida em que põe em primeiro plano a esfera dos interesses privados e das liberdades individuais que o Estado democrático tem por objetivo garantir: liberdade religiosa, liberdade de trabalho e liberdade da propriedade. Afirmando o primado do indivíduo, a ideologia burguesa estabelece, *a priori*, a separação dos indivíduos, pondo-os, assim, em situação de concorrência (...). Ora, a teoria liberal do século XVII liga o princípio do individualismo à afirmação de uma propriedade: o indivíduo é o proprietário da sua própria pessoa, das suas capacidades, do seu trabalho, dos seus bens, dos seus títulos, do seu capital cultural...; neste sentido, não é de forma alguma devedor à sociedade da sua pessoa e não faz parte de uma totalidade religiosa, moral ou social que o ultrapassaria. Todavia, se a essência do Homem é ser livre, isto é, independente da vontade de outra pessoa, o exercício desta liberdade é função do que possui, do que sabe ou do que pode. A sociedade civil é, pois, um conjunto de indivíduos livres e iguais em direitos, ligados uns aos outros

enquanto proprietários; a sociedade política não é mais do que um artifício com a função de proteger a propriedade de cada um e de manter a ordem nas relações de troca que se reduzem a relações entre proprietários (trocas de bens, de força de trabalho...). A força desta teoria reside no seu carácter ideológico porque oculta, e devido a este facto legitima, as relações reais da economia de mercado, isto é, as relações de dominação que estruturam a sociedade. ” (Clavel, 2004)

Dito isto, o autor explica a aquisição de bens como símbolo de estatuto social, conferindo ao excluídos a sensação, e nada além de uma sensação, de pertença à sociedade na qual não estão realmente inseridos.

“(...) no modo de produção capitalista, todos os indivíduos procuram maximizar a sua função de utilidade e aspiram a um trabalho mais bem remunerado e socialmente mais prestigiante; (...). Ora, a mobilidade social varia consoante a condição de classe e a conjuntura económica; estas variações são geralmente delimitadas através do quadro das relações sociais de produção; o trabalho não é, todavia, mais do que um elemento do estatuto social. Quando o indivíduo não pode mudar o seu estatuto social exclusivamente através do seu trabalho, o que é o caso das populações excluídas, aspira à aquisição de bens simbólicos portadores de estatuto (alojamento, carro, atribuições...). As tentativas para libertar-se da sua condição desenvolvem-se, a maior parte das vezes, neste nível simbólico, em relações de força que não se reduzem a puras relações de interesse ou de classe e nas quais os excluídos são os grandes perdedores. ” (Clavel, 2004).

Para concluir, Clavel escreve:

“A passagem de uma sociedade de exclusão a uma sociedade solidária não pode realizar-se sem lutar contra um liberalismo excessivo que deixa correr a competição desenfreada entre os indivíduos; a autonomia pessoal não poderia também ter lugar num contexto de totalitarismo ou de constrangimento excessivos. Nem individualismo desenfreado, nem coletivismo sufocante, a autonomia deve ser solidária e a solidariedade deve assegurar e garantir a autonomia pessoal. (...) ” (Clavel, 2004)

### **2.2.3 – Da sociedade de exclusão a uma sociedade solidária**

No capítulo de conclusão do livro, o autor resume a exclusão social como consequência de fatores palpáveis, como consequência de decisões nos campos político, social, económico entre outros, mas também como consequência de fatores simbólicos,

através de representações e posições que os grupos sociais mantêm entre si, dentro de um campo cultural e ideológico. Portanto, a luta contra a exclusão deve operar em ambos os sentidos. “Dito de outra forma, uma profunda evolução cultural deve preceder e acompanhar as transformações económicas, sociais e institucionais. Só com esta condição primeira é que a passagem de uma sociedade de exclusão a uma sociedade solidária é possível.” (Clavel, 2004)

Além da necessidade de uma profunda evolução cultural aliada a transformações económicas, sociais e institucionais, o autor cita outras três condições fundamentais para se atingir uma sociedade solidária, em oposição à sociedade de exclusão:

- Os excluídos devem estar no centro de todas as políticas e práticas: “quais as dificuldades de acesso? Quem corre o risco de ser abandonado à sua sorte? Qual o efeito de isolamento sobre a imagem?” (Clavel, 2004);

- Os excluídos devem ser reconhecidos como actores dentro da sociedade, e não como figurantes, objetos ou espectadores;

- Pensar as políticas em termos de direito comum. “Neste sentido, é preciso desenvolver uma política social do espaço urbano e não políticas de zoneamento e de concentração de populações em situação de precariedade em bairros de habitação social.” (Clavel, 2004). Da mesma forma, em áreas como educação, saúde, alojamento (entre outras), a política deve ser pensada não como uma forma de excluir ou isolar ainda mais aqueles que já estão à margem da sociedade, mas de maneira a realmente integrá-los e dar-lhes ferramentas para que possam lutar em iguais condições pelos seus direitos e pela reinserção social.

“Realizar as evoluções culturais indispensáveis, pôr os excluídos no centro das políticas e das práticas, reconhece-los como actores, pensar as políticas em termos de direito comum e criar as condições favoráveis à sua implementação, eis as condições que nos parecem essenciais para ser-se bem-sucedido na luta contra a exclusão. (...)” (Clavel, 2004)

## Síntese

“Considerando que o mesmo ensino para todos é o único sistema democrático, a classe dominante entende que deve impor arbitrariamente a sua própria cultura como legítima e universal.” (Clavel, 2004).

“Assim, a escola é um lugar de educação somente para os seus destinatários legítimos. Para as camadas sociais mais modestas e desprotegidas, aquela é, antes de tudo, um lugar de desculturalização. Esta ação negativa produz comportamentos específicos cujos princípios são baseados na interiorização da negação e da ilegitimidade de uma cultura própria, mais do que numa adesão positiva à cultura dominante. (...)” (Clavel, 2004).

“Os excluídos não estão fora da sociedade, mas estão implicados numa relação social cujo domínio lhes escapa. A produção desta relação social não se situa unicamente no campo económico, mas também, e sobretudo, no campo simbólico e enreda-se na articulação entre estes dois níveis. Ser excluído é estar condenado a um lugar através de determinações económicas e ocupar uma posição afetada de negatividade social no seio de um conjunto de posições.” (Clavel, 2004).

“A exclusão é o espelho daquilo que cada um pode vir a ser um dia, na medida em que o conjunto da sociedade é aspirada para baixo. Tal como numa ampulheta, cada grão está em movimento, inexoravelmente atraído pelo vazio: mesmo os do alto, que aparentemente ainda não bolem, são desestabilizados pela descida mais ou menos rápida dos que passam para baixo do funil.” (Clavel, 2004).

“(…). Quando o indivíduo não pode mudar o seu estatuto social exclusivamente através do seu trabalho, o que é o caso das populações excluídas, aspira à aquisição de bens simbólicos portadores de estatuto (...). As tentativas para libertar-se da sua condição desenvolvem-se, a maior parte das vezes, neste nível simbólico, em relações de força que não se reduzem a puras relações de interesse ou de classe e nas quais os excluídos são os grandes perdedores.” (Clavel, 2004).

“(…). Nem individualismo desenfreado, nem coletivismo sufocante, a autonomia deve ser solidária e a solidariedade deve assegurar e garantir a autonomia pessoal. (...)” (Clavel, 2004)

“(…), uma profunda evolução cultural deve preceder e acompanhar as transformações económicas, sociais e institucionais. Só com esta condição primeira é que a passagem de uma sociedade de exclusão a uma sociedade solidária é possível.” (Clavel, 2004)

### Síntese do Conhecimento Científico

“As relações descritas entre as formas de organização físicas das aldeias e as estruturas sociais e simbólicas dos grupos estudados justificam que se afirme que existe um laço indissociável entre a estrutura do espaço e as identidades colectivas. (...)” (Silvano, 2010)

“Na medida em que várias funções estão instaladas em bairros especializados, já não é possível para a população satisfazer o conjunto das suas necessidades ficando no mesmo lugar. Deve, daqui por diante, deslocar-se, e isso tanto mais quanto deseja utilizar os equipamentos múltiplos e diversos que o meio urbano oferece. A mobilidade torna-se, portanto, condição de adaptação e de participação na vida urbana. (...)” (Rémy & Voyé, 1994 como citado em Silvano, 2010, pp. 60-61)

“O acesso à mobilidade é, no entanto, desigual. Depende de condições materiais e culturais, e por isso a cidade urbanizada deixa uma parte da sua população no exterior desse sistema de vida. Uns por opção e outros por exclusão.” (Silvano, 2010)

“Segundo Hall, os homens, tal como os animais, possuem um mecanismo universal que organiza as distâncias dos relacionamentos interpessoais, mas, no caso dos homens, a determinação, para cada contexto, das medidas dessas mesmas distâncias, é de origem cultural. Segundo Hall, quatro distâncias, cada uma com dois tipos de modalidades (próxima e distante), são suficientes para estudar as diferentes proxémias: distância íntima, distância pessoal, distância social e distância pública. São concebidas como camadas sucessivas de uma bola que nos envolve e protege. (...)” (Silvano, 2010)

“ Por oposição às utopias, as *heterotopias* são lugares que estão fora de todos os lugares, mas que, no entanto, são localizáveis. ” (Silvano, 2010)

“(...) o barco é um bocado de espaço flutuante, um lugar sem lugar, que vive por si próprio, que está fechado sobre si próprio e que ao mesmo tempo é deitado ao infinito do mar e que de porto em porto, de margem em margem, de bordel em bordel, vai até às colónias procurar o que elas guardam de mais precioso nos seus jardins, compreendem porque é que o barco foi para a nossa civilização, (...), não apenas, (...), o maior instrumento de desenvolvimento económico (...) mas a maior reserva de imaginação. O navio é a heterotopia por excelência. Nas civilizações sem barco, os sonhos esgotam-se, a espionagem substitui a aventura e a polícia os corsários. ” (Foucault, 1984 como citado em Silvano, 2010, pp. 89-90)

“Considerando que o mesmo ensino para todos é o único sistema democrático, a classe dominante entende que deve impor arbitrariamente a sua própria cultura como legítima e universal.” (Clavel, 2004).

“Assim, a escola é um lugar de educação somente para os seus destinatários legítimos. Para as camadas sociais mais modestas e desprotegidas, aquela é, antes de tudo, um lugar de desculturalização. Esta ação negativa produz comportamentos específicos cujos princípios são baseados na interiorização da negação e da ilegitimidade de uma cultura própria, mais do que numa adesão positiva à cultura dominante. (...)” (Clavel, 2004).

“Os excluídos não estão fora da sociedade, mas estão implicados numa relação social cujo domínio lhes escapa. A produção desta relação social não se situa unicamente no campo económico, mas também, e sobretudo, no campo simbólico e enreda-se na articulação entre estes dois níveis. Ser excluído é estar condenado a um lugar através de determinações económicas e ocupar uma posição afetada de negatividade social no seio de um conjunto de posições.” (Clavel, 2004).

“(…). Nem individualismo desenfreado, nem coletivismo sufocante, a autonomia deve ser solidária e a solidariedade deve assegurar e garantir a autonomia pessoal. (...)” (Clavel, 2004)

“(…), uma profunda evolução cultural deve preceder e acompanhar as transformações económicas, sociais e institucionais. Só com esta condição primeira é que a passagem de uma sociedade de exclusão a uma sociedade solidária é possível.” (Clavel, 2004)

### 3. CONHECIMENTO EXPERIMENTAL

Por Conhecimento Experimental entendemos todo o conhecimento fundado na experiência, entendida como o conhecimento adquirido por prática, estudos, observação, ensaio ou tentativa.

Serão apresentadas temáticas variadas no campo da experimentação cujos resultados o autor considera relevantes para a presente investigação. A seguir um ensaio sobre a fotografia e uma análise filosófica sobre seus significados, estudos sobre a invisibilidade da sociedade contemporânea e os caminhos do urbanismo após a crise, e uma obra que trata sobre intervenções temporárias nas cidades contemporâneas.



### 3.1 – “A Câmara Clara: Nota Sobre a Fotografia”, Roland Barthes

Nesta obra, Barthes<sup>1</sup> faz um ensaio sobre a fotografia e sua relação com o mundo real retratado. Através de relatos pessoais, o autor analisa, entre outros aspectos, a perenidade e validade da fotografia como documento de algo que um dia, de fato, existiu, mas que agora não passa de mera imagem.

“(…), A Câmara Clara é uma reflexão sobre a imagem fotográfica (...); mas é também, uma apaixonada e dramática meditação sobre a vida e a morte.” (Barthes, 2015)

#### 3.1.1 – O aparecimento de eu próprio como outro

Neste capítulo o autor escreve sobre a nossa busca pela pose perfeita, para que seja eternizada uma imagem adequada de nós mesmos. Busca, esta, inútil, uma vez que o retrato nunca transmitirá a real essência do fotografado.

“Pode acontecer que eu seja olhado sem o saber e disso não posso ainda falar, uma vez que decidi tomar como guia a consciência da minha inquietação. Mas, muitas vezes (...) fui fotografado com conhecimento. Ora, a partir do momento em que me sinto olhado pela objectiva, tudo muda: preparo-me para a pose, fabrico instantaneamente um outro corpo, metamorfoseio-me antecipadamente em imagem. Essa transformação é activa: sinto que a Fotografia cria o meu corpo ou o mortifica a seu bel-prazer (apólogo desse poder mortífero: alguns *communards* pagaram com a vida a sua condescendência em posar nas barricadas; depois de vencidos, foram reconhecidos pelos polícias (...) e quase todos fuzilados).

Posando diante da objectiva (quero dizer, sabendo que estou a posar, mesmo fugidamente), não arrisco tanto (pelo menos por agora). (...). Gostaria, afinal, que a minha imagem móvel, atormentada entre mil fotos mutáveis consoante as situações, a idade, coincidissem sempre com o meu “eu” (profundo, como se sabe); mas é o contrário que é preciso dizer: sou “eu” que nunca coincido com a minha imagem, porque é a imagem que é pesada, imóvel, obstinada (aquilo em que a sociedade se apoia), e sou “eu” que sou leve, dividido, disperso e que, como um ludião, não fico quieto, agitandome no meu bocal. Ah, se ao menos a fotografia pudesse dar-me um corpo neutro, anatómico, um

---

<sup>1</sup> “Roland Barthes foi um escritor, sociólogo, crítico literário, semiólogo e filósofo francês, que viveu em França no século XX. Formado em Letras Clássicas em 1939 e Gramática e Filosofia em 1943 na Universidade de Paris, fez parte da escola estruturalista. Crítico dos conceitos teóricos complexos que circularam dentro dos centros educativos franceses nos anos 50. Entre 1952 e 1959 trabalhou no Centre national de la recherche scientifique - CNRS.” (The Editors of Encyclopædia Britannica, 2005. Encyclopædia Britannica. Recuperado em 30 janeiro, 2016, de <http://www.britannica.com/biography/Roland-Gerard-Barthes>)

corpo que não significa nada! Infelizmente sou condenado pela Fotografia, que julga fazer bem ter sempre um semblante: o meu corpo não encontra nunca o seu grau zero (...). ” (Barthes, 2015)

É a partir da fotografia que o homem torna-se capaz de ver-se a si próprio em diferentes situações, sem as dúvidas acerca da fidelidade que a pintura poderia trazer. A fotografia é um testemunho real do que aconteceu e torna-se rapidamente mais acessível, e por isso, mais popular que o retrato pintado. O contato do homem com sua imagem deveria ser, segundo o autor, objeto de estudos mais profundos. O estranhamento causado por esse contato desdobra-se em consequências ainda pouco conhecidas por nós.

“Ver-se a si mesmo (sem ser num espelho), à escala da história, é um acto recente. O retrato, pintado desenhado ou miniaturizado foi, até à difusão da Fotografia, um bem restrito, destinado, aliás, a marcar um estatuto social e financeiro. E, de qualquer modo, um retrato pintado, por muito semelhante que seja (é o que falta provar), não é uma fotografia. É curioso que não se tenha pensado na perturbação (de civilização) que este acto novo trás. Gostaria que existisse uma História dos Olhares. Porque a Fotografia é o aparecimento de eu próprio como outro, uma dissociação artificiosa da consciência de identidade. (...)” (Barthes, 2015)

### 3.1.2 – A fotografia como certificado de presença

Barthes descreve a fotografia como relato indiscutível de um momento único, no qual não interessa o que se passou antes ou o que ocorreu a seguir. Interessa apenas o momento registrado, o que confere à fotografia um estatuto de certificado real de presença do objeto retratado.

“Poderia dizer (...): o que constitui a natureza da Fotografia é a pose. Pouco importa a duração física dessa pose; mesmo que dure um milionésimo de segundo (a gota de leite de H.D. Edgerton), há sempre pose, porque a pose não é aqui uma atitude do alvo, nem mesmo uma técnica do *Operator*<sup>2</sup>, mas o termo de uma “intenção” de leitura: ao contemplar uma foto, incluo fatalmente no meu olhar o pensamento desse instante, por muito breve que tenha sido, em que uma coisa real ficou imóvel diante do olho. Faço recair a imobilidade da foto presente no “disparo” passado, e é essa paragem que constitui a pose. Isso explica que o noema da fotografia se altere quando essa fotografia se anima e se torna cinema: na foto, qualquer coisa se *colocou* diante do pequeno orifício e lá ficou

---

<sup>2</sup> “O *Operator* é o Fotógrafo.” (Barthes, 2015)

para sempre (é essa a minha convicção); mas no cinema qualquer coisa se passou diante desse mesmo orifício: a pose é arrastada e negada pela sucessão contínua das imagens. É uma outra fenomenologia e, por isso, uma outra arte que começa, embora derivada da anterior.” (Barthes, 2015)

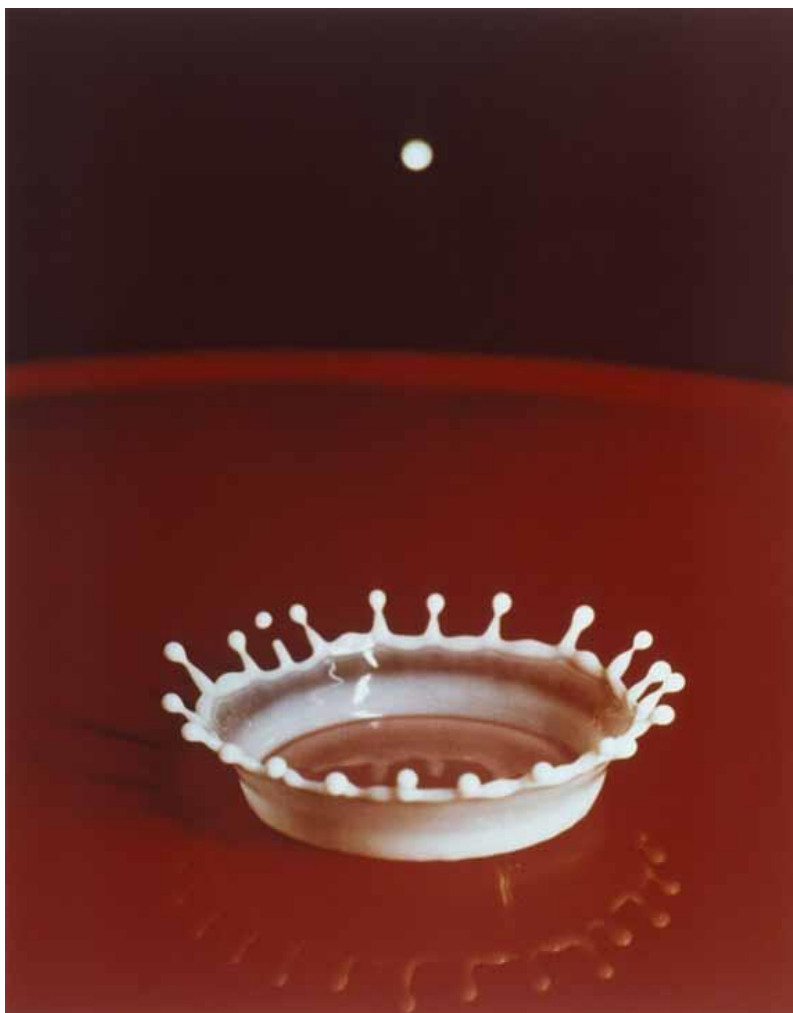


Figura 2 – Gota de Leite, 1957

“Na fotografia, a presença da coisa (num determinado momento passado) nunca é metafórica; e, no que respeita aos seres animados, a sua vida também não, salvo se fotografarmos cadáveres. Nesse caso, se a fotografia se torna horrível é porque certifica, por assim dizer, que o cadáver está vivo, enquanto cadáver: é a imagem viva de uma coisa morta. Porque a imobilidade da foto é como que o resultado de uma confusão perversa entre dois conceitos: o real e o vivo. Atestando que o objecto foi real, ela leva sub-repticiamente a pensar que ele está vivo, devido a essa armadilha que nos faz atribuir ao real um valor absolutamente superior, como que eterno. Mas, deslocando esse real para o passado (“isto foi”), ela sugere que ele está morto. Por isso, mais vale dizer que a característica

inimitável da fotografia (o seu noema) é que alguém viu o referente (mesmo que se trate de objectos) em carne e osso ou ainda em pessoa. (...). ” (Barthes, 2015)

### 3.1.3 – A mortalidade da fotografia

Sobre o destino da fotografia como matéria física, Barthes desenvolve o capítulo a seguir.

“Só posso transformar a foto em lixo: ou a gaveta ou o cesto dos papeis. Não tem geralmente o destino do papel (percível) mas, mesmo quando está fixada em suportes mais resistentes, não é por isso menos mortal: como um organismo vivo, nasce nos próprios grãos de prata que germinam, vive por um momento, depois envelhece. Atacada pela luz, pela humidade, empalidece, gasta-se, desaparece. A única coisa a fazer é deitá-la fora. As sociedades antigas encontraram um meio de fazer com que a memória, substituto da vida, fosse eterna e que, pelo menos, a coisa que falava da Morte fosse ela própria imortal: era o Monumento. Mas, fazendo da fotografia, mortal, o testemunho geral e como que natural “daquilo que foi”, a sociedade moderna renunciou ao Monumento. Paradoxo: o mesmo século inventou a História e a Fotografia. Mas a História é uma memória fabricada segundo receitas positivas, um puro discurso intelectual que abole o tempo mítico; e a fotografia é um testemunho seguro, mas fugaz, de modo que tudo, hoje, prepara a nossa espécie para esta impotência: em breve já não poder conceber, afectiva ou simbolicamente, a duração. A era da Fotografia é também a das revoluções, das contestações, dos atentados, das explosões, em suma, das impaciências, de tudo o que denega o amadurecimento. E, sem dúvida, o espanto do “Isto foi” também desaparecerá. Já desapareceu. (...)” (Barthes, 2015)

Mas, para além do descarte da fotografia como matéria, o autor discorre sobre o desaparecimento de um testemunho de algo que existiu e que só continua a existir, se não no pensamento daqueles que estiveram presentes ou de seus descendentes, no papel envelhecido e amarelado. Deitá-lo fora é, também, apagar uma parte da história.

“O que irá ser abolido com esta foto, que amarelece, empalidece, que se apaga e que um dia será deitada ao lixo, se não por mim – demasiado supersticioso para isso – pelo menos quando eu morrer? Não apenas a “vida” (isto foi vivo, posado vivo diante da objectiva) mas também (...) o amor. Diante da única foto em que vejo o meu pai e a minha mãe juntos, eles que eu sei que se amavam, penso: é o amor como tesouro que vai desaparecer para sempre. Porque quando eu já não existir ninguém o poderá testemunhar: só restará a indiferente Natureza. (...)” (Barthes, 2015)

## Síntese

“Gostaria, afinal, que a minha imagem móvel, atormentada entre mil fotos mutáveis consoante as situações, a idade, coincidissem sempre com o meu “eu” (profundo, como se sabe); mas é o contrário que é preciso dizer: sou “eu” que nunca coincido com a minha imagem, porque é a imagem que é pesada, imóvel, obstinada (aquilo em que a sociedade se apoia), e sou “eu” que sou leve, dividido, disperso e que, como um ludião, não fico quieto, agitando-me no meu bocal. (...)” (Barthes, 2015)

“(...). Porque a imobilidade da foto é como que o resultado de uma confusão perversa entre dois conceitos: o real e o vivo. Atestando que o objecto foi real, ela leva sub-repticiamente a pensar que ele está vivo, devido a essa armadilha que nos faz atribuir ao real um valor absolutamente superior, como que eterno.” (Barthes, 2015)

“Por isso, mais vale dizer que a característica inimitável da fotografia (...) é que alguém viu o referente (mesmo que se trate de objectos) em carne e osso ou ainda em pessoa. (...)” (Barthes, 2015)

“O que irá ser abolido com esta foto, que amarelece, empalidece, que se apaga e que um dia será deitada ao lixo, se não por mim – demasiado supersticioso para isso – pelo menos quando eu morrer? Não apenas a “vida” (isto foi vivo, posado vivo diante da objectiva) mas também (...) o amor. Diante da única foto em que vejo o meu pai e a minha mãe juntos, eles que eu sei que se amavam, penso: é o amor como tesouro que vai desaparecer para sempre. Porque quando eu já não existir ninguém o poderá testemunhar: só restará a indiferente Natureza. (...)” (Barthes, 2015)

### **3.2 – “A Sociedade Invisível: Como Observar e Interpretar as Transformações do Mundo Actual”, Daniel Innerarity**

Innerarity<sup>3</sup> oferece-nos, através deste livro, várias chaves de orientação filosófica para entender um mundo complexo, que já não está territorialmente delimitado, nem polarizado ideologicamente, nem orientado por uma burocracia exata. A “invisibilidade” da sociedade significa que assistimos a um processo de virtualização geral, manifestada em domínios tão diversos como a globalização, a nova economia, a transformação dos espaços sociais, as novas guerras, a encenação política, a construção social do medo, a crescente importância de antecipar o futuro ou a renovação das utopias.

“O sistema social, do mesmo modo como já se não edifica com base nas interações dos indivíduos, também não é observado com base nas percepções visuais. Por isso é preciso criar um observatório que exige hábitos semelhantes aos da espionagem e uma forma de crítica muito diferente da tradicional crítica social. Não é fácil entender a nossa sociedade, e esta perda de evidência já se nos tornou bem evidente. Podemos imaginar a sociedade como um lugar que é ao mesmo tempo real e imaginário; as relações que a tecem são factos, como o são também os significados que os actores lhe atribuem. Tudo isto nos oferece uma configuração inédita, relacionada com a crescente virtualização da sociedade em âmbitos diversos. Muitas coisas deixaram de ser o que eram: o poder, a guerra, os territórios, a comunicação, o medo, a economia. A invisibilidade toca especialmente o futuro, que é simultaneamente menos adivinhável e menos prescindível. Disso decorre que o livro termine por uma conclusão em nada definitiva: uma reflexão sobre a utopia, a mais interessante das coisas que, por definição, não podemos ver.” (Innerarity, 2004)

#### **3.2.1 – A Sociedade Invisível**

“É um princípio elementar na observação das sociedades e das culturas que, as mais das vezes, as coisas não costumam ser o que parecem. Se houvesse uma plena coincidência entre o real e a sua representação, não seria preciso interpretar, e as teorias seriam um mero resultado da agregação de dados e factos sociais tomados como aparecem e que ninguém teria motivo para discutir. Mas as coisas são mais complexas, e de maneira crescente na sociedade em que vivemos, especialmente exposta ao desajuste entre o que se vê e o que só se pode supor. Mais ainda: até podemos ver nessa

---

<sup>3</sup> “Daniel Innerarity (Bilbao, 1959) é Doutor em Filosofia e Professor de História da Filosofia na Universidade de Zaragoza. Foi bolseiro da Fundação Humboldt e aprofundou a sua formação académica na Alemanha, Suíça e Itália. Colabora habitualmente nas páginas de opinião da imprensa espanhola e nas revistas de especialidade.” (Innerarity, 2004)

não coincidência uma feição definidora da sociedade contemporânea, à qual podemos chamar, sem exagero, uma sociedade invisível.” (Innerarity, 2004)

O autor começa por discutir a invisibilidade na chamada era visual.

“(…). Para começar, vivemos numa sociedade em que parece não haver qualquer obstáculo para a visão. (…). A nossa cultura não dá a impressão de se caracterizar pela intransparência, mas sim pela exaltação da imagem visual. Nenhuma geração sentiu tão grande obsessão pelo visual como a nossa. Rendemo-nos ao visível e é com dificuldade que conseguimos libertarmo-nos do poder das imagens, quer das fascinantes quer das terríveis. A sociedade que tem sido gerada em redor da televisão está habituada a não acreditar senão no que vê e a acreditar em tudo o que vê. (…). Atribuímos à visibilidade um valor central ao qual se associam outros, como a sinceridade, a autenticidades, a imediatez ou a transparência.

(...). Pois bem: a minha hipótese é que esta visibilidade se tornou, há já algum tempo, problemática ou fictícia. Tem-se a impressão de tudo estar à vista, mas de que, ao mesmo tempo, são cada vez mais invisíveis, menos identificáveis, os poderes que de facto nos determinam; (...). Dizendo de uma maneira mais geral: os sinais são de interpretação mais difícil, e para lá das aparências abre-se um fosso indecifrável no qual se ocultam os verdadeiros significados das coisas que nos acontecem. (...). Saber é uma coisa muito parecida com suspeitar.

A primeira coisa a salientar é que existem uma cegueira própria da excessiva visibilidade, é que ver não é o mesmo que compreender. (...). “Quanto mais completo for o mundo da aparência, mais impenetrável será a aparência como ideologia” (Adorno, 1990). Adorno refere-se fundamentalmente, nesta crítica, à “proximidade fatal” da televisão, à sua opacidade, que funciona como aparência de imediatez social. Os meios de comunicação suscitam-nos a familiaridade e a proximidade com as coisas e as pessoas, mas não nos deixam ver a outra face da realidade: a sua manufactura, o seu carácter de mediação construída, a sua superficialidade. A visibilidade e a transparência dos meios de comunicação produzem uma cegueira específica: a profusão de imagens e palavras satura-nos com uma massa indiferenciada de factos brutos, lançando uma superfície espessa e desorientadora sobre um fundo indiferenciado.” (Innerarity, 2004)

Innerarity discorre, então, sobre a nova opacidade social. Como conceitos, invisibilidade e opacidade são termos antagónicos, mas, conforme é explicado no texto, neste caso surgem como consequência um do outro.

“Recordamo-nos com frequência que o mundo é como uma grande rede, mas é preciso notar imediatamente que por isso ele é mais inacessível e mais intransparente, visto que a rede é também uma trama. A sociedade é cada vez menos compreendida com base nas acções visíveis de indivíduos concretos; instala-se uma espécie de trama, formada por interacções complicadas e dificilmente identificáveis. A palavra “trama” é aqui, de facto, muito reveladora: é a versão menos amável do que outros chamam de “rede”. Uma trama é uma rede considerada do ponto de vista da sua inquietante invisibilidade. A rede faz que as coisas sejam intransparentes. A sua complexidade não hierárquica é inobservável, como muito bem sabem os que dispõem desse modo de esconder-se – os terroristas, por exemplo –, ainda que professem ideologias mais autoritárias por efeito das quais se teriam organizado de outra maneira.

(...); a perda de significação dos limites, tão celebrada, de resto, noutros aspectos, é também uma perda de estabilidade, de certeza e de orientação. Não há limites para o poder ou para a informação, mas também os não há para a destruição do meio ambiente ou para o terror. A perda de limites também gera terras de ninguém, nichos onde o direito não vigora, espaços desprotegidos: refugiados, emigrantes, ilegais, (...).” (Innerarity, 2004)

### **3.2.2 – Os Novos Espaços Políticos**

Neste capítulo, Daniel Innerarity fala sobre a nova definição do espaço, que deixa de ser apenas um local definido por limites e evoluções naturais e passa a ser definido e criado pelas acções do homem e dos relacionamentos sociais. O autor propõe o estudo desse novo local social a partir de quatro constatações sobre o espaço contemporâneo, que decorrem a seguir: a virtualização do território, os lugares débeis, a sociedade enredada e um mundo sem arredores.

#### **A virtualização do território**

“Será provavelmente exagerado falar do fim dos territórios; mas não há dúvida de que a gravidade do espaço nacional cedeu o passo a uma territorialidade difusa, ambígua e versátil. As políticas económicas, sociais ou de segurança são cada vez mais elaboradas em referência a realidades territoriais múltiplas e flutuantes.” (Innerarity, 2004)

## Lugares débeis

“Passámos de um conceito de espaço como algo relativamente estável para uma configuração muito mais fluida das relações sociais: do lugar para o espaço. Os modelos sociais que recorrem à metáfora da fluidificação abandonam a compreensão do espaço como uma coisa fixa e estática e insistem em conceitos como abertura, multiplicidade, processualidade, diferença ou coexistência. (...). Com a fluidificação do espaço, ficou suprimida a diferença entre o próximo e o longínquo, bem como a diferença entre civilização e mundo selvagem.” (Innerarity, 2004)

“Todo o espaço se tornou simbólico, o que possibilita configurações mais flexíveis que na época em que os espaços estavam sujeitos à pretensão de monopólio exclusivo. Um espaço relacional e múltiplo possibilita compromissos mais abertos que quando o território era uma dimensão fixa, objectiva e rígida na vida dos homens e das sociedades. As políticas do território têm agora a oportunidade de tirar proveito de processos que libertam os espaços políticos das antigas configurações homogéneas e tornam possível um novo pluralismo territorial.” (Innerarity, 2004)

## A sociedade enredada

“(...) os novos espaços tendem para o desaparecimento dos centros e para a formação de redes; não se configuram segundo o modelo das antigas concentrações, antes oferecerão o aspecto de uma rede.” (Innerarity, 2004)

## Um mundo sem arredores

“Significa isto que num mundo sem arredores a exclusão já não existe? O que um mundo sem arredores indica é que os excluídos já não estão lá fora, que a exclusão se realiza no interior, com outras estratégias e de uma maneira menos visível que quando havia limites claros que nos separavam dos outros: aqui os de dentro e ali os de fora.” (Innerarity, 2004)

Do que foi dito, podemos concluir que os novos espaços já não têm formas estáticas e absolutas, mas maleáveis e fluidas. Com isso, torna-se obsoleto falarmos em perto ou longe, dentro ou fora. Já não há arredores, não há espaço para se colocar o excluído e o lixo. Eles estão no mesmo locais que nós e todo o mundo e por isso devem ser integrados, sejam com a reciclagem (lixo) ou com a inserção social (excluídos). Para completar, destaca-se a nova formação e distribuição dos espaços de saber e produção. Já não há a formatação

de centros isolados para onde vão aqueles que desejam ter acesso à cultura, ciência ou inovação. O que há, hoje em dia, são vários locais espalhados próximos uns dos outros e interligados uns aos outros, formando uma extensa rede de conhecimento e comunicação. O saber já não é estático em mão de poucos, mas algo que pode e deve ser compartilhado entre todos que se interessam, para que possa ser elaborado e para que possa evoluir em novos conhecimentos.

### 3.2.3 – O futuro já não é o que era

O autor escreve sobre a relação da sociedade com o tempo, iniciando como que chama de abreviação do presente.

“A tese da aceleração da história significa que o presente não dura sempre o mesmo; é diferente em cada época e em cada âmbito da cultura. Cada atividade mede o presente de um modo diferente; o tempo da vida não é o mesmo que o tempo da teoria; a vigência no campo da moda é muito diferente da do campo das convicções morais; as coisas envelhecem mais depressa no campo da informática que no do direito romano; o esforço para estar em dia em matéria científica é menor que em letras... E também as épocas da história se caracterizam pela sua peculiar mediação do tempo, que pode dar origem a presentes de muito variada duração.

Pois bem: considerada a cultura no seu conjunto, podemos sustentar que, com o processo de civilização, o presente se abrevia, dura menos, e que cada vez estamos menos tempo onde estamos. (...). O mundo pareceria estar em permanente estado de transição.” (Innerarity, 2004)

“(…). O que noutras épocas era necessário só pode agora ser interessante. Tudo o que deixou de ter validade pode aspirar a tornar-se objecto de veneração museológica. Nunca antes esteve um tempo presente tão cheio de informações antiquadas. Nós estamos mais informados que nunca acerca de um mundo que já não é o nosso.” (Innerarity, 2004)

Innerarity discorre sobre a função do que é velho – pessoas e objetos – na sociedade atual.

“(…). O espaço de vigência do que foi aprendido diminui, e a velhice, em vez de ser a idade de distribuir bons conselhos, vê-se submetida a pressões para participar nos programas de *life-long learning* para reformados. Pelo simples facto de se envelhecer, diminuem as possibilidades de vir a ser sábio. Os mais velhos não sabem que profissão devem recomendar aos mais novos, de tal modo que

estes se devem conformar com o vago conselho de que não fiquem quietos, de que se mexam e estejam sempre dispostos a adaptar-se ao que possa aparecer.

Na civilização técnica e científica, as tradições envelhecem mais rapidamente. Qualquer nova geração se vê obrigada a transformar os materiais herdados em novos modos de vida, (...). Por isso os pais já não reconhecem na escola dos seus filhos aquilo que foi a sua própria escola. Agudizam-se os problemas de relação entre as gerações. Uma geração entra numa situação difícil quando os pais já não representam experiências que os filhos possam tomar como orientação.” (Innerarity, 2004)

Como consequência da abreviação do presente, o autor reconhece uma expansão do futuro.

“Paralelamente à abreviação do presente, o futuro aproxima-se cronologicamente. A sua propriedade mais acentuada é a sua iminência. O futuro já não é o que era, ou seja: uma coisa longínqua e distante; passa a ser uma grandeza próxima que tende a devorar a nossa estada presente. Por isso mesmo o futuro se torna mais estranho, pois o estranho é realmente o que está perto e é desconhecido, ao passo que as coisas muito afastadas não chegam, sequer, a causar-nos estranheza.” (Innerarity, 2004)

Inicia-se então uma exploração imaginativa do futuro, tão eficaz – quando não mais eficaz – que prognósticos feitos por especialistas, baseadas em estudos e análises.

“Nunca soubemos tanto – ou nunca pudemos saber – sobre nós próprios: acerca dos nossos valores, costumes, preferências e opiniões. Mas a acumulação desses dados de pouco servirá se eles não forem articulados num determinado horizonte. É mais uma ironia da história: a excessiva auto-investigação e a permanente auto-observação não garantem o conhecimento próprio. Parece acontecer o contrário. O problema agudiza-se com a evolução da sociedade. Quanto mais diferenciada, complexa e plural é uma sociedade, menos fácil se torna submeter a um conceito a sua estrutura e a sua tendência evolutiva. Agudiza-se a disparidade entre o conceito e o concebido. A interpretação é o procedimento que combate esse desvio, o procedimento que aspira a sintetizar o conhecimento analiticamente obtido. Há nesta tarefa um núcleo de especulação, de imaginação projectiva, que não pode ser abrangido por nenhuma investigação exaustiva do mundo.

É inevitável que o senso comum perca competência nas condições de uma acelerada mudança social, técnica e científica. Apesar de tudo, ainda podemos consolar o não perito, porque a imaginação e o senso comum efectua melhor a adivinhação do futuro que a provisão técnica de dados. Num estudo efectuado nos Estados Unidos nos anos 80 do século passado, foram interrogados

vários peritos acerca de como iriam evoluir os assuntos políticos e militares nem espaço de tempo não muito longo, e foi possível verificar que os mais especializados não eram precisamente os que faziam melhores prognósticos. Os cientistas não pareciam gozar nenhuma vantagem sobre os generalistas. A experiência comum pode ser mais sagaz que a especialização". (Innerarity, 2004)

## Síntese

“Tem-se a impressão de tudo estar à vista, mas de que, ao mesmo tempo, são cada vez mais invisíveis, menos identificáveis, os poderes que de facto nos determinam; (...).” (Innerarity, 2004)

“A primeira coisa a salientar é que existem uma cegueira própria da excessiva visibilidade, é que ver não é o mesmo que compreender.” (Innerarity, 2004)

“A sociedade é cada vez menos compreendida com base nas acções visíveis de indivíduos concretos; instala-se uma espécie de trama, formada por interacções complicadas e dificilmente identificáveis.” (Innerarity, 2004)

“Será provavelmente exagerado falar do fim dos territórios; mas não há dúvida de que a gravidade do espaço nacional cedeu o passo a uma territorialidade difusa, ambígua e versátil. As políticas económicas, sociais ou de segurança são cada vez mais elaboradas em referência a realidades territoriais múltiplas e flutuantes.” (Innerarity, 2004)

“Passámos de um conceito de espaço como algo relativamente estável para uma configuração muito mais fluida das relações sociais: do lugar para o espaço. (...). Com a fluidificação do espaço, ficou suprimida a diferença entre o próximo e o longínquo, bem como a diferença entre civilização e mundo selvagem.” (Innerarity, 2004)

“(…). Um espaço relacional e múltiplo possibilita compromissos mais abertos que quando o território era uma dimensão fixa, objectiva e rígida na vida dos homens e das sociedades. As políticas do território têm agora a oportunidade de tirar proveito de processos que libertam os espaços políticos das antigas configurações homogéneas e tornam possível um novo pluralismo territorial.” (Innerarity, 2004)

“(…) os novos espaços tendem para o desaparecimento dos centros e para a formação de redes; não se configuram segundo o modelo das antigas concentrações, antes oferecerão o aspecto de uma rede.” (Innerarity, 2004)

“(…). O que um mundo sem arredores indica é que os excluídos já não estão lá fora, que a exclusão se realiza no interior, com outras estratégias e de uma maneira menos visível que quando havia limites claros que nos separavam dos outros: aqui os de dentro e ali os de fora.” (Innerarity, 2004)

“(…). Pois bem: considerada a cultura no seu conjunto, podemos sustentar que, com o processo de civilização, o presente se abrevia, dura menos, e que cada vez estamos menos tempo onde estamos. (...). O mundo parecia estar em permanente estado de transição.” (Innerarity, 2004)

“(…). Nunca antes estive um tempo presente tão cheio de informações antiquadas. Nós estamos mais informados que nunca acerca de um mundo que já não é o nosso.” (Innerarity, 2004)

“(…). O futuro já não é o que era, ou seja: uma coisa longínqua e distante; passa a ser uma grandeza próxima que tende a devorar a nossa estada presente. Por isso mesmo o futuro se torna

mais estranho, pois o estranho é realmente o que está perto e é desconhecido, ao passo que as coisas muito afastadas não chegam, sequer, a causar-nos estranheza. ” (Innerarity, 2004)

“(…). Quanto mais diferenciada, complexa e plural é uma sociedade, menos fácil se torna submeter a um conceito a sua estrutura e a sua tendência evolutiva. Agudiza-se a disparidade entre o conceito e o concebido. A interpretação é o procedimento que combate esse desvio, o procedimento que aspira a sintetizar o conhecimento analiticamente obtido. Há nesta tarefa um núcleo de especulação, de imaginação projectiva, que não pode ser abrangido por nenhuma investigação exaustiva do mundo. ” (Innerarity, 2004)

### 3.3 – “O Urbanismo Depois da Crise”, Alain Bourdin

Este ensaio do sociólogo francês Alain Bourdin<sup>4</sup> tem como objetivo compreender as profundas mudanças na forma de fazer cidade que se operaram nos últimos 30 anos sob a pressão do urbanismo liberal e as consequências das perturbações atuais e desenhar pistas possíveis para o urbanismo depois da crise, momento que começamos a viver.

“O urbanismo contemporâneo focalizou-se no “fazer”, o que não se lhe pode reprovar, mas negligenciou a interrogação e a elaboração de enigmas: esta terrível falta explica a sua cegueira perante as incertezas e as fragilidades dos conjuntos urbanos contemporâneos. O urbanismo renovar-se-á pela sua capacidade de organizar a pensar a sua ignorância, não pelo estabelecimento de uma lista de certezas, tanto no método como na teoria. Nada é mais fácil: sabemos muito menos sobre as realidades urbanas do que há um século.

Tentemos evidenciar os enigmas para o conhecimento e para a acção a partir dos quais se inventará uma nova maneira de fazer cidade. Seremos então capazes de esboçar um “caderno de encargos” para um urbanismo depois da crise.” (Bourdin, 2011)

#### 3.3.1 – O Triunfo dos Conceitos Vagos

Neste primeiro texto a ser exposto, Bourdin analisa os efeitos daquilo que ele chama “conceitos vagos” no desenvolvimento urbano liberal, característico dos últimos 30 anos. O autor explica como se exercem esses conceitos vagos e qual sua implicação no desenvolvimento das políticas urbanas.

“A solidez das convicções do urbanismo liberal baseia-se num processo que, antes de mais, há que avaliar: (...) um conjunto de conceitos vagos marginalizou ferramentas intelectuais mais precisas, mais eficazes, mas menos facilmente partilhadas. Eis como isto aconteceu.

(...) O seu saber (dos urbanistas) baseava-se no conhecimento da história das cidades, das técnicas do ordenamento e da construção, da arquitetura. Eles exprimiam-se a si próprios nos seus projectos, assim como em doutrinas que definiam as características da “boa cidade”. Depois de Cerdá e outros fundarem o urbanismo como um corpo de saberes constituído sobre o modelo das ciências, a exigência científica e técnica por exemplo, sob a forma do higienismo) torna-se a principal

---

<sup>4</sup> “Alain Bourdin é professor e diretor do Instituto Francês de Urbanismo (Universidade de Paris VIII) e diretor do laboratório Théorie des Mutations Urbaines. É autor de Patrimoine réinventé (PUF, 1984).” (Revue internationale d'urbanisme, n.d. Revue internationale d'urbanisme. Recuperado em 30 Janeiro, 2016 de <http://www.riurba.org/alain-bourdin/>)

justificação das escolhas tanto dos que concebem como dos que exercem os poderes políticos. Num certo momento, na época das cidades novas europeias e das certezas da programação urbana, esta exigência, que vai ao encontro das doutrinas funcionalistas e assim mobiliza as ciências humanas e sociais com grande vigor, parece levar a melhor no que diz respeito às ideias ou, pelo menos, no que diz respeito ao terreno.

O urbanismo liberal das três últimas décadas caracteriza-se por um enfraquecimento da referência científica e pela multiplicação dos actores que participam na decisão e na acção. O mercado, ou seja, a oferta e a procura – compreendendo a dos usuários –, impõe a sua preeminência; a estética e a simbólica libertam-se do desprezo para que tinham sido relegadas para voltar ao primeiro plano; o debate sobre o que é uma “boa cidade” alargou-se (...). Os investidores e promotores fazem ouvir a sua voz para lá dos limites das suas preocupações financeiras. Os movimentos organizados de cidadãos inscrevem-se duravelmente na paisagem. A este universo mundializado com ponto de referência menos nítidos, com poderes múltiplos e com numerosos actores, falta uma linguagem de base compreensível por todos. Assim se desenvolve um conjunto de conceitos vagos, de palavras-contentor que apresentam a vantagem de deixar a cada um a possibilidade de produzir as suas próprias interpretações e facilitam, portanto, uma comunicação por ajustamentos sucessivos (...). Em certos casos só este processo evita matar as cooperações à nascença.” (Bourdin, 2011)

**Bourdin exemplifica o conceito vago.**

“ (...) A própria densidade, conceito aparentemente científico e objetivo, pode medir-se de diferentes maneiras. Porquê privilegiar a relação entre superfície de solo e superfície edificada ou a relação entre superfície do solo e o número de habitantes? Poderíamos adoptar outros critérios: o número de empregos, o acréscimo de valor produzido, a superfície da rede viária, a intensidade das relações entre os habitantes e muitos outros indicadores. Descobriríamos então que, em todos os domínios, incluindo o que respeita às deslocações, o crescimento urbano extensivo, medido de acordo com os critérios mais usuais (distância até o centro, densidade...), abrange situações muito diferentes. Seria preciso, portanto, construir uma verdadeira problemática da densidade e da dispersão (...). Conhecer-se-ia assim a extensão das nossas ignorâncias, o que permitiria colocar novas perguntas. Nada há de impossível em tudo isto, mas isso não se faz porque a questão do crescimento urbano em extensão se torna uma questão de convicções. A diversidade dos exemplos encontra-se reduzida a uma única imagem depreciativa: a dispersão urbana que significa mais carros, mais emissão de gás com efeito de estufa, mais egoísmo e menos relações sociais, mais desperdício de equipamentos e dinheiros públicos. Esta imagem, tanto mais eficaz quanto ela corresponde por vezes à realidade, é caricaturada na imagem do condomínio fechado (“*Gated communities*” no original) pouco denso, muito afastado do centro, da cidade, horror absoluto! A este último opõe-se a imagem totalmente

positiva da cidade-centro – de preferência histórica –, densa em actividades, em construções, em equipamento e em população (o que nem sempre é óbvio), portadora de todos os valores sociais. Afirmar a possibilidade de uma “periferia sustentável” ou de uma “dispersão virtuosa” não deixa de ter um interesse heurístico, mas é preciso reconhecer que o debate não assenta em bases sólidas e que, portanto, é difícil dar-lhe a volta, porque permitimos que a palavra-contentor se impusesse. Isto perverteu as reflexões necessárias e complexas sobre os diversos tipos de formas urbanas e as suas relações com o funcionamento urbano, as deslocações, a economia, a vida social, o ambiente. ” (Bourdin, 2011)

“A mixidade social (co-existência de diversos estratos sociais numa mesma área residencial) ilustra outro perigo. A expressão (nas línguas que a utilizam) encerra muitas ambiguidades. Ela supõe a co-presença de uma diversidade de categorias de habitantes. Corresponderá este termo à ignorância em caso de proximidade, até à aceitação indiferente? Neste caso, a ausência de discriminação bastaria para estabelecer a mixidade. Atrairá ela a criação de laços sociais, até à coesão social? Em resumo, tratar-se-á de “fazer sociedade”, uma ambição mais forte e muito mais difícil de realizar? Qual é a escala da co-presença: o prédio, o bairro, a cidade? Fala-se de *habitat* ou de utilização de equipamentos, de acesso aos recursos urbanos? E quais são as categorias consideradas: as que classificam por profissão o nível de rendimento? Por idade, religião, cor da pele, escolha do modo de vida, etc.?”

Para lá destas incertezas, compreende-se que a ideia de mixidade exprima valores sociais, a solidariedade, a recusa da discriminação, a igualdade de oportunidades. Ela serve de referência a acções concretas de repartição do *habitat* social (em França) ou de saída do gueto (nos Estados Unidos), acções voluntaristas, muitas vezes comandadas por duas vontades de natureza diferente: a de fazer suportar por toda a gente a solidariedade para com os pobres, a de dar a estes últimos mais oportunidades sociais. Este último aspecto pode compreender-se em termos de acesso aos recursos; por exemplo, ao emprego ser realojado num bairro de classe média pode significar ter melhores possibilidades de acesso aos transportes colectivos, o que permite alcançar as grandes zonas de actividade, ou simplesmente evitar a estigmatização pela morada. Porém, implica muitas vezes um conjunto de representações que conduzem directamente à imagem de mercado perfeito. A justiça social absoluta consistiria numa repartição completamente aleatória dos habitantes pelo território da cidade. Isto representaria a perfeita igualdade de oportunidades em termos territoriais. No entanto, tudo o que se afasta deste modelo constitui uma injustiça; a mixidade social consiste em reduzi-la, tanto quanto possível, de forma a aproximar-se do modelo. Sem dúvida alguma que ninguém (...) defenderá tal raciocínio enunciado desta forma, mas ele encontra-se implicitamente (...) em muitos textos, a começar pelos de certos economistas como Éric Maurin (2004). ” (Bourdin, 2011)

O trunfo dos conceitos vagos se dá no momento em que a sua simples existência abre espaço para interpretações múltiplas e dúbias e restringe as discussões a níveis tão superficiais que pouco contribuem para o desenvolvimento ou solução de problemas das cidades.

### **3.3.2 – Um Urbanismo da Coesão Social**

Neste capítulo o autor afirma a necessidade de se fazer um urbanismo que permita e estimule a integração ou coesão social. As “cidades-comunidades” já não existem no contexto mundial actual, senão em alguns casos isolados, como os guetos ou locais tão privativos que comportam apenas os mais ricos. Dentro desses guetos, podem-se destacar aqueles formados por imigrantes e pelas classes mais pobres de uma sociedade, sempre marginalizados e, por isso, agrupados em si mesmos.

O autor ressalta, ainda, a falsa coesão social existente nos dias de hoje, em que as aproximações se dão de forma mais artificial, electiva através de projectos muitas vezes sem profundidade ou estudo sobre as sociedades em que incidem.

A partir dessas premissas, Bourdin define aquilo que julga ser a real a coesão social.

“(…) passa pelo conhecimento dos outros, pelo seu conhecimento e participação num projecto comum, mesmo que limitada ou ténue. (…). A coesão social seria o trabalho permanente de construção, manutenção e compatibilização de redes relacionais frágeis, mas muito diversas, através de um processo de reconhecimento e de mobilização em torno de projectos comuns.” (Bourdin, 2011).

Surge, então, a pergunta:

“Como fazer uma cidade que facilite a coesão social? (…). Com efeito, de nada ou de quase nada serve pôr gente diferente lado a lado (…). Em contrapartida, a criação de situações em que estas se possam encontrar, conhecer-se ou reconhecer-se tem todo um outro alcance. (…). Os locais adequados estão ainda por inventar. (…).

(…) Mais do que querer fazer uma cidade que responda à procura explícita de uma comunidade (…) e que suscite um consenso, preferimos mobilizar redes de utilizadores – ainda que muito intermitentes – e de habitantes diversos para produzir e fazer funcionar a cidade numa diligência que não exclui nem os conflitos nem mesmo as incoerências. A coesão social virá por acréscimo. Em

resumo, se se admitir que, na falta de uma sociedade local, a cidade tem necessidade de coesão social para funcionar, a constituição de dispositivos e de lugares que favoreçam o processo de coesão torna-se um estaleiro para o urbanismo. ” (Bourdin, 2011).

Bourdin destaca e explica quatro direitos fundamentais do urbanismo, sem os quais não pode haver coesão social, caso não haja acesso por todos. São eles: direito ao acolhimento, à mobilidade e acesso, a um ambiente satisfatório e à segurança.

Direito ao acolhimento é aplicado a todos aqueles que chegam, tanto os novos habitantes como os que estão apenas de passagem – turistas, profissionais, atletas etc. Obviamente, tal direito extrapola os limites do urbanismo, mas atendo-nos à disciplina que aqui tratamos, é preciso criar espaços, equipamentos e estruturas que privilegiem o acolhimento, em locais propícios e em que sejam realmente necessários e úteis. É preciso evitar o surgimento de guetos. Nesse tópico, Bourdin cita os imigrantes como um dos focos de preocupação e como grande tendência no mundo pós-crise.

Direito à mobilidade e ao acesso:

“Implica, primeiramente, a possibilidade de deslocação pelo território e no interior das cidades. (...). O direito ao acesso não se limita à mobilidade. Apoia-se na informação, nos serviços públicos e mais globalmente na oferta urbana. Comanda a definição do grau de privatização aceitável de certos lugares (espaços públicos, monumentos), equipamentos (centros comerciais), serviços, e intervém a par do cálculo económico no estabelecimento de tarifas. ” (Bourdin, 2011).

Direito a um ambiente satisfatório tem muito a ver com questões ecológicas e de sustentabilidade. É o assunto da moda e um dos fios condutores do novo urbanismo. É cada vez mais necessária e exigida – tanto pelas reuniões de cúpula dos grandes Estados como pelos cidadãos em geral – a presença de natureza na cidade. Mas é preciso, também, a cooperação de cada um de nós, como, por exemplo, na triagem do lixo doméstico.

Direito à segurança. O autor alerta para a importância de se distinguir o direito à segurança da estratégia de “tolerância zero”. Primeiro, porque a segurança não se limita aos riscos ligados à delinquência. Depois, porque a ideia de “tolerância zero” é vaga e utópica. Esse direito tem muito mais a ver com “lugares-refúgio”, onde o cidadão pode estar protegido (seja de intempéries, animais, outras pessoas, etc.) e não em alerta

constante. É importante evidenciar que a segurança é um sentimento e, portanto, subjetivo. “Sem segurança no trabalho, no *habitat*, nas relações afectivas, há poucas possibilidades de que o direito à segurança urbana possa funcionar” (Bourdin, 2011).

Mesmo depois da crise, as cidades continuarão a ser marcadas pelos modos de vida das classes médias. Mas é muito importante ter consciência de que os mais desprotegidos – os pobres – deve ser os primeiros a quem se deve aplicar os direitos urbanos. O urbanismo liberal falhou neste sentido.

“O balanço entre cidade-centro e cidade periférica é notoriamente desequilibrado em desfavor desta última. E é um eufemismo dizer que ali fazem falta lugares de distinção, lugares estimulantes, concentrando um largo leque de atividades no seio de conjuntos urbanos coerentes e dando a sensação de que ali as coisas se tornaram possíveis. Lugares propícios à realização de projectos e ambições de uma sociedade diversa, da qual seriam a expressão positiva e que valorizariam quem os frequentasse. Se tais lugares existissem, se a sua reputação ultrapassasse a sua área, não há dúvida de que eles equilibrariam, a favor da cidade periférica, as relações deficitárias com a cidade-centro. Eles constituiriam uma alternativa aos modos de produção, de consumo e de distinção que são apanágio desta última” (Bourdin, 2011).

### **3.3.3 – O Novo Lugar da Programação Urbana**

O autor apresenta, nesse texto, duas funções que julga fundamentais para a programação urbana nos próximos anos: responder aos imprevistos do povoamento e “pilotar” os modos de vida

“O urbanismo liberal felizmente libertou-se de modelos de programação muito mecânicos, mas não desenvolveu grandes alternativas. Hoje existem muito bons programadores especializados, (...) mas raros são aqueles que sabem trabalhar à escala urbana. (...)”

A programação urbana deverá exercer os seus talentos em sectores muito diversos e afrontar quase todos os seus enigmas fundadores. Retenhamos aqui dois dos grandes problemas que ela deveria tratar, e que, apesar da sua importância, não esgotam a lista.” (Bourdin, 2011)

Primeiramente, Bourdin explica a necessidade de se responder aos imprevistos do povoamento, citando alguns exemplos de formas de crescimento populacional que devem atingir as cidades europeias nos próximos anos.

“Quem serão os habitantes das cidades de amanhã e como viverão eles? Quase por todo o lado a população urbana aumenta, essencialmente numa lógica de “monte de areia”, ou seja, pelas periferias (...). Nas metrópoles maiores e mais ricas, esta população, muito heterogénea e muito diversa, vem dos quatro cantos do mundo. Esta pertence a esferas sociais completamente impermeáveis (...), vive em condições deploráveis (...), e pertence a outro universo, distinto dos bairros residenciais, com prática de religiões e mesmo de atividades desportivas diferentes, não partilhando os mesmos costumes nem os mesmos valores. (...).

As migrações internacionais vão, sem dúvida, evoluir muito nas próximas décadas, quanto mais não seja com os refugiados climáticos. (...). Em que medida poderá a Europa controlar as entradas, ao mesmo nível em que o faz actualmente? (...). Quem serão os novos imigrantes? (...). As migrações internacionais colocarão problemas que ignoramos e revelarão oportunidades que não se conhecem. Tudo isto dá sentido a um urbanismo do acolhimento – ou do cosmopolitismo organizado – que continua totalmente por pensar. (...).” (Bourdin, 2011)

“O prolongamento da duração de vida, o aumento do número de reformados e das residências secundárias urbanas, o crescimento do turismo, nomeadamente urbano, parecem ritmar as evoluções demográficas recentes, segundo linhas bastante claras. (...). As escolhas de localização para o turismo, as residências secundárias, a reforma (...), dependem de equilíbrios instáveis. Basta que os fundos de pensão tenham maus resultados para que os reformados britânicos, cujos rendimentos serão então amputados, considerem vender a sua residência francesa. Basta também que a idade de reforma recue efectivamente para que certas arbitragens não sejam já feitas da mesma maneira.” (Bourdin, 2011)

Portanto, as variáveis são diversas e as previsões têm pouco valor prático. Por isso a necessidade de programações urbanas flexíveis, que respondam aos imprevistos de crescimento.

“Em resumo, a evidência demográfica existe muito menos do que se imagina, e não se pode basear os seus cálculos, apesar da inércia dos fenómenos demográficos, senão sobre previsões a relativamente curto prazo (em pouco mais de uma dezena de anos). Para além disso, as possibilidades de variação são consideráveis. O urbanismo deve integrar estas variações possíveis, o que implica uma programação de geometria variável. (...). Isto necessita de uma organização específica que dá à pilotagem ao longo do tempo mais importância do que ao projecto tal como ele aparece, por exemplo, no final de um concurso. Esta pilotagem deve apoiar-se sobre uma reflexão permanente sobre a programação. (...).” (Bourdin, 2011)

Finalmente, o autor ressalta a importância da programação urbana em “pilotar” os modos de vida da população na cidade.

“(…). Não se alteram modos de vida por decreto, e os efeitos de uma medida restritiva continuam sempre muito mais misteriosos do que dizem os seus promotores. As medidas antitabaco ou contra os maus condutores desencadeiam novos comportamentos que raramente correspondem ao que se esperaria e apresentam por vezes um carácter contraproducente, por exemplo, o desenvolvimento do tráfico de cigarros que a França conheceu num período recente. (...). Pilotar os modos de vida significa, portanto, procurar criar as condições favoráveis ao desenvolvimento de certos comportamentos, jogando essencialmente com as modulações da oferta e não intervindo de forma repressora, senão através de decisões que sejam reconhecidas como aceitáveis, legítimas e justas. (...)” (Bourdin, 2011)

“Esta pilotagem apoia-se em escolhas relativamente afastadas da esfera habitual do urbanismo: regulamentação, auxílio ao desenvolvimento de certas atividades ou serviços. Operacionaliza-se igualmente através dos produtos urbanos, no comércio, na habitação, nos transportes, na criação de objectos e de ambientes que lhe servem de suporte. A estação, lugar de transporte, pode tornar-se um elemento importante da oferta urbana e contribuir para a pilotagem dos modos de vida. A estação, centro comercial que nós hoje conhecemos, desenvolver-se-á amanhã como local de concentração de serviços raros, central de informação, espaço residencial para certas categorias, lugar de prazer... e, sobretudo, pólo de um urbanismo de acolhimento.” (Bourdin, 2011)

“(…). Para desempenhar plenamente o seu papel – o urbanismo – deve integrar um conjunto de saberes provenientes das ciências sociais, dizendo respeito aos modos de vida, aos valores, às formas que tomam os laços sociais, assim como ao funcionamento da economia real, ao da pesquisa e aos meios inovadores, ou ainda às possibilidades abertas pelas novas tecnologias. (...) Actualmente, ela intervém ou muito cedo e de forma grosseira, através de documentos de planeamentos ou de sucintos cadernos de encargo, ou com mais precisão, mas de forma mais tardia, muitas vezes em conjunto com a elaboração do projecto. (...) O objectivo não é desenvolver uma concertação permanente e mandar estabelecer a programação pelos habitantes, mas totalizar saberes e seguir com mais atenção as numerosas flutuações que marcarão a vida das cidades, mesmo na hipótese de uma maior intervenção das autoridades públicas.” (Bourdin, 2011)

## Síntese

“A solidez das convicções do urbanismo liberal baseia-se num processo que, antes de mais, há que avaliar: (...) um conjunto de conceitos vagos marginalizou ferramentas intelectuais mais precisas, mais eficazes, mas menos facilmente partilhadas.” (Bourdín, 2011)

“Como fazer uma cidade que facilite a coesão social? (...). Com efeito, de nada ou de quase nada serve pôr gente diferente lado a lado (...). Em contrapartida, a criação de situações em que estas se possam encontrar, conhecer-se ou reconhecer-se tem todo um outro alcance. (...). Os locais adequados estão ainda por inventar. (...).” (Bourdín, 2011)

“(…) Mais do que querer fazer uma cidade que responda à procura explícita de uma comunidade (...) e que suscite um consenso, preferimos mobilizar redes de utilizadores (...) e de habitantes diversos para produzir e fazer funcionar a cidade numa diligência que não exclui nem os conflitos nem mesmo as incoerências. A coesão social virá por acréscimo. (...).” (Bourdín, 2011).

“As migrações internacionais vão, sem dúvida, evoluir muito nas próximas décadas, quanto mais não seja com os refugiados climáticos. (...). Em que medida poderá a Europa controlar as entradas, ao mesmo nível em que o faz actualmente? (...). Quem serão os novos imigrantes? (...). As migrações internacionais colocarão problemas que ignoramos e revelarão oportunidades que não se conhecem. Tudo isto dá sentido a um urbanismo do acolhimento – ou do cosmopolitismo organizado – que continua totalmente por pensar. (...).” (Bourdín, 2011)

“Em resumo, a evidência demográfica existe muito menos do que se imagina, e não se pode basear os seus cálculos, apesar da inércia dos fenómenos demográficos, senão sobre previsões a relativamente curto prazo (em pouco mais de uma dezena de anos). Para além disso, as possibilidades de variação são consideráveis. O urbanismo deve integrar estas variações possíveis (...). Isto necessita de uma organização específica que dá à pilotagem ao longo do tempo mais importância do que ao projecto tal como ele aparece, por exemplo, no final de um concurso. Esta pilotagem deve apoiar-se sobre uma reflexão permanente sobre a programação. (...).” (Bourdín, 2011)

“(…) Pilotar os modos de vida significa, portanto, procurar criar as condições favoráveis ao desenvolvimento de certos comportamentos, jogando essencialmente com as modulações da oferta e não intervindo de forma repressora, senão através de decisões que sejam reconhecidas como aceitáveis, legítimas e justas. (...).” (Bourdín, 2011)

### **3.4 – “Intervenções Temporárias, Marcas Permanentes: Apropriações, Arte e Festa na Cidade Contemporânea”, Adriana Sansão Fontes**

Sansão Fontes<sup>5</sup> faz um estudo em que dissecar a condição de transitoriedade e aceleração da vida cotidiana, características tão marcantes da sociedade atual

“Parto da premissa de que a sociedade contemporânea vive um momento específico de alta modernidade, que se reveste de características de transitoriedade em várias esferas das relações sociais e econômicas, o que o difere do período anterior de modernidade. Essa mudança tem incursões no urbanismo, cuja dinâmica na contemporaneidade se confronta com o ritmo do urbanismo tradicional e moderno, menos acelerado e mais estável. Denomino tal dinâmica a condição efêmera da sociedade contemporânea.

Richard Sennett<sup>6</sup> chama a atenção para o valor humano de se viver na cidade, apresentando, como virtudes urbanas, a sociabilidade – possibilidade de se aprender a viver com estranhos – e a subjetividade – que se refere ao autoconhecimento quando se é confrontado com os complexos sistemas sociais da cidade. (...)” (Fontes, 2013)

Fontes explica aquilo que chama de amabilidade urbana, conceito construído por ela e uma de suas contribuições teóricas neste documento.

“(...). Considero que o espaço submetido a uma intervenção temporária revela uma qualidade específica, que denomino amabilidade urbana. No sentido genérico, amabilidade<sup>7</sup> quer dizer ação ou qualidade de amável, o ato ou estado de de comportamento que pressupõe a generosidade, o afeto, ou a cortesia com o outro, evocando, portanto, a “proximidade” entre indivíduos. Traduzindo essa definição para o campo do urbanismo, a amabilidade urbana pode ser considerada um atributo do espaço, manifestado através de conexões, encontros, intercâmbios, cumplicidades e interações entre pessoas e espaço, reagindo ao individualismo, que muitas vezes caracteriza as formas de convívio coletivo contemporâneas. Deve haver, no entanto, um suporte propício e um processo catalisador

---

<sup>5</sup> “Adriana Sansão Fontes é Arquiteta e Urbanista, Doutora em Urbanismo pelo PROURB-FAU/UFRJ, com estágio doutoral na ETSAB/UPC (Barcelona). É Professora Adjunta do Departamento de Projetos de Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), (...). Coordena o projeto de pesquisa Intervenções Temporárias no Rio de Janeiro Contemporâneo. (...)” (Fontes, 2013)

<sup>6</sup> “Richard Sennett é um sociólogo e historiador norte-americano.” (Wikipedia, 2016. Richard Sennett. Recuperado em 10 fevereiro, 2016 de [https://pt.wikipedia.org/wiki/Richard\\_Sennett](https://pt.wikipedia.org/wiki/Richard_Sennett))

<sup>7</sup> Acepção do Dicionário de Língua Portuguesa Aurélio (1999)

para que se estabeleçam tais conexões. O que defendo é que ela pode ser motivada pela potência das intervenções temporárias.” (Fontes, 2013)

### 3.4.1 – Amabilidade urbana: A construção de um conceito

“Amabilidade é um termo que evoca *proximidade* e *abertura*, seja no uso corrente, seja aplicado aos espaços urbanos, como desejei cunhá-la aqui – a amabilidade urbana. Nesse sentido, poderia considerá-la como um atributo do espaço amável, que promove ou facilita o afeto e a proximidade, opondo-se ao individualismo, por muitas vezes característico das formas de convívio contemporâneas.” (Fontes, 2013)

“Sendo um conceito de dupla formação, a amabilidade urbana relaciona-se tanto à criação de vínculos entre a pessoa e o espaço (intervenção temporária como intensificadora dos atributos físicos e potencial “reformatadora” do lugar) quanto às conexões entre as pessoas – conexões que podem decorrer de encontros, intercâmbios, cumplicidades e energias e que reagem ao individualismo e à hostilidade que caracterizam as formas de convívio coletivo contemporâneas. De certa maneira, trata da expansão da ideia da intimidade para os espaços urbanos contemporâneos.

A amabilidade urbana, portanto, é uma qualidade física e social ao mesmo tempo: poderia considerá-la como resultado da soma do contexto físico (espaço potencialmente atraente) com o contexto social (pessoas), que se unem através da presença da intervenção temporária (e com isso reforço a importância do contexto físico atraente, indispensável para a intervenção “sob medida”). Graficamente, poderia ser representada por um triângulo em cujos vértices estão o espaço/tempo (lugar/intervenção) e as pessoas. (...)” (Fontes, 2013)

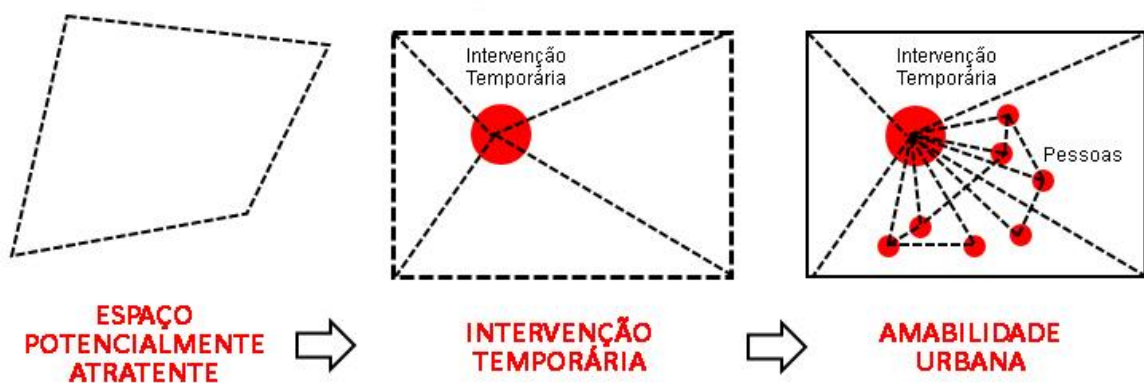


Figura 3 – Esquema: Processo de manifestação da amabilidade urbana. A intervenção reformata o espaço e promove conexões

“(…), outro tipo de conexão possível vem da inserção temporária de um novo elemento ou sistema em um espaço público predeterminado. Tal espaço, com suas funções prévias, passa a desenvolver outra atividade, estranha a este lugar, embora compatível, permitindo sua ativação por

meio de novas conexões entre pessoas. (...). Ao mesmo tempo em que a intervenção interage com as pessoas, faz com que estas interajam entre si, aproximando-as, vitalizando os espaços e originando um novo ciclo que se auto alimenta, pois a amabilidade urbana pode permitir novas intervenções, que vão gerar espaços cada vez mais amáveis, e assim sucessivamente. (...)" (Fontes, 2013)

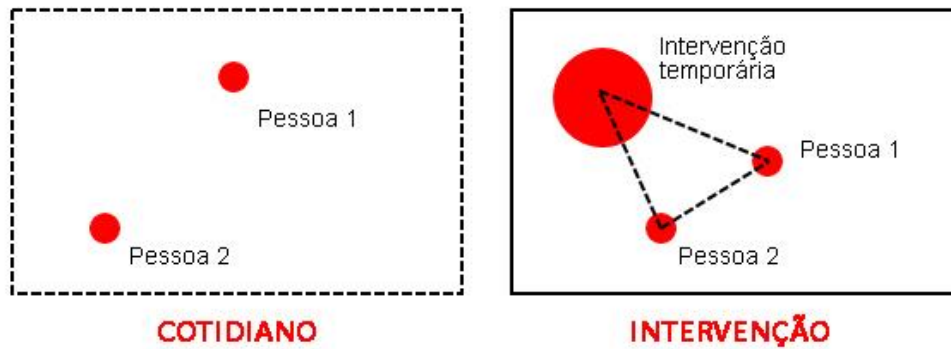


Figura 4 – Esquema: Amabilidade urbana

“O diagrama (...) anterior tem correspondência com o conceito de triangulação<sup>8</sup>, processo no qual um estímulo externo faz com que duas pessoas estranhas iniciem uma conversação, promovendo a conexão entre elas como se fossem conhecidas. O estímulo pode ser outra pessoa, um grupo, um objeto, uma visada... Não é a excelência do ato que importa, mas o fato de ele acontecer e reunir pessoas estranhas. (...)” (Fontes, 2013)

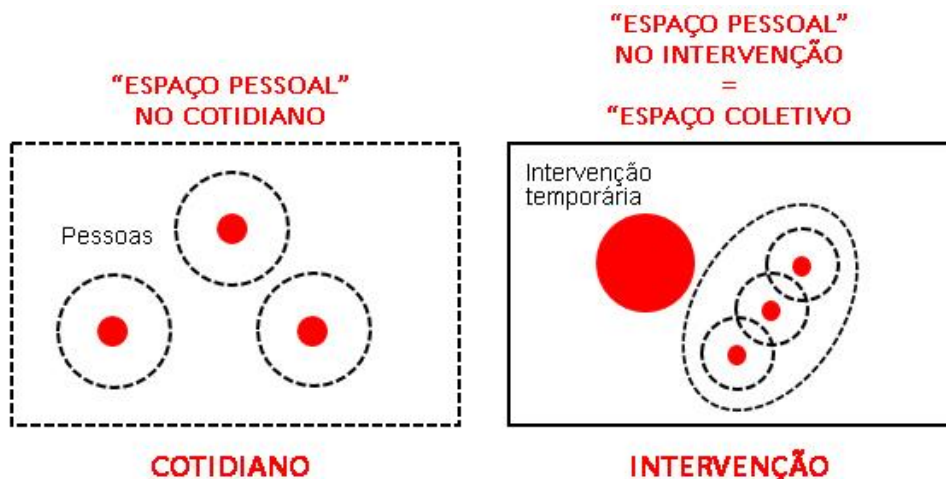


Figura 5 – Esquema: Redução do espaço pessoal no momento da intervenção temporária

<sup>8</sup> “De William H. White, sociólogo e jornalista norte-americano, que viveu entre 1917 e 1999.” (Wikipedia, 2016. William H. White. Recuperado em 10 fevereiro, 2016 de [https://en.wikipedia.org/wiki/William\\_H.\\_Whyte](https://en.wikipedia.org/wiki/William_H._Whyte))

### 3.4.2 – Como a condição efêmera se concretiza na cidade

Antes de iniciarmos o a análise proposta no título desse subcapítulo, é necessário compreender alguns conceitos da condição efêmera, interpretados a partir de concepções extraídas das ciências sociais. Tais conceitos podem ser nomeados e resumidos da seguinte forma:

“As ideias de aceleração do tempo e da instantaneidade – que pressupõem a temporalidade (tempo organizando as intervenções) como fator fundamental para as relações urbanas – passam a estar contempladas no *conceito de dinamismo*;

- As práticas efêmeras e nômades – que usam a cidade de forma intermitente e testam o território num contínuo fazer e desfazer – serão consideradas dentro do *conceito de reversibilidade*;

- A patente constatação do fim da rigidez, que proclama o destino aberto da cidade – a qual é tida como um território imprevisível onde não cabem mais as regras rígidas da velha modernidade –, origina os *conceitos de flexibilidade e imprevisibilidade*;

- A fluidez e a descontinuidade – marcas da cidade contemporânea e contrárias à solidez e continuidade das estruturas da antiga modernidade – descrevem a cidade fragmentada, porém conectada pelas redes de fluxos, consolidando-se dentro do *conceito de conexão*.” (Fontes, 2013)

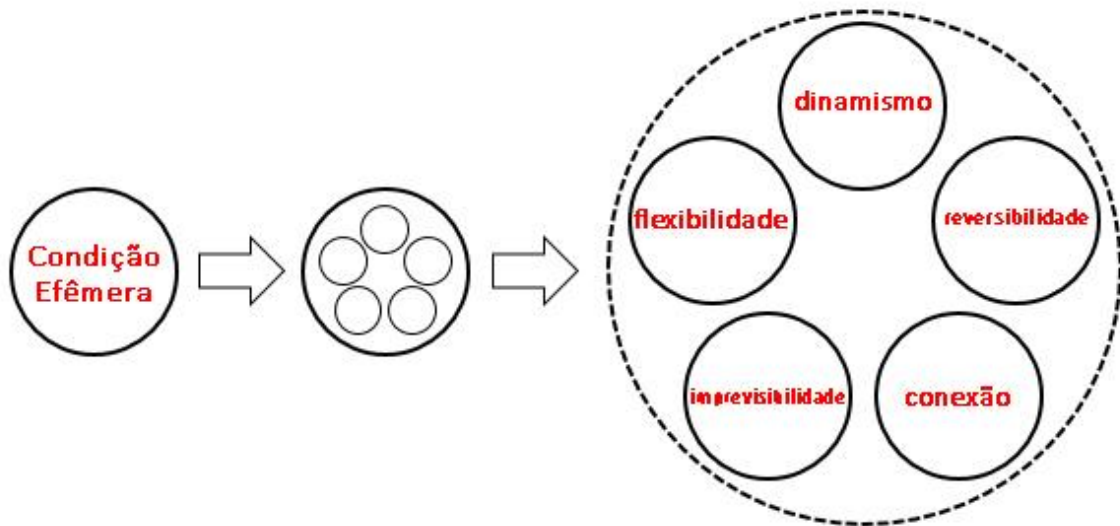


Figura 6 – Esquema: Cinco conceitos extraídos da condição efêmera

“(…) mesmo que aparentemente abstrata, a condição efêmera toma corpo nos espaços físicos das cidades. (...) os conceitos anteriormente extraídos do campo das ciências sociais materializam-se de diferentes formas, escalas e contextos, não configurando um fenômeno cultural isolado, mas atravessando culturas e propiciando novos entendimentos da paisagem.” (Fontes, 2013)

Veremos, a seguir, como a condição efêmera se concretiza, através de cada um dos cinco conceitos já citados, na cidade.

Através do dinamismo:

“Segundo Manuel Gausa<sup>9</sup>, nosso entorno define um espaço mutante de movimentos e acontecimentos caracterizados pela variação constante dos cenários e das configurações a eles associados. A aceleração do tempo e a instantaneidade afetaram profundamente as características da mobilidade na cidade contemporânea. No campo do urbanismo, esse dinamismo aqui se refere à relevância da temporalidade (intervenções influenciadas pelo tempo) como fator fundamental para as relações urbanas, e a importância dos fluxos materiais e imateriais na organização da cidade. ” (Fontes, 2013)

Através da reversibilidade:

“Essa cultura da mobilidade e do dinamismo passa a se apropriar da cidade através de práticas distintas, marcadamente mais efêmeras e nômades, que a utilizam de forma intermitente, testando a capacidade do território para acomodá-las. Deverá haver nesse suporte algum componente elástico que possa sustentar essas presenças temporárias e instáveis, as colisões que sobre ele se desencadeiam.

Lynch<sup>10</sup> há muito já havia atentado ao potencial elástico de um espaço urbano, à sua capacidade de desfazer determinada qualidade do presente para retomar a outra do passado, o que se revela como uma interessante medida na recuperação dos espaços urbanos. Ele denominava essa capacidade como o termo em inglês *resilience*, o que corresponderia em português à resiliência (que na edição portuguesa foi traduzido como reversibilidade). Atentando para o significado do termo, Gausa define a ação reversível como aquela capaz de mudar o sentido do próprio movimento e/ou de restituir as coisas a um estado sensivelmente similar ao que apresentava, previamente. No sentido desta definição, a substituição dos termos na obra de Lynch não parece comprometer sua mensagem. Para Lynch, a reversibilidade significaria uma ferramenta para a adequação entre espaços e usos. ” (Fontes, 2013)

---

<sup>9</sup> “Manuel Gausa é um arquiteto e crítico de arquitetura espanhol que vive em Barcelona. ” (Wikipedia, 2015. *Manuel Gausa*. Recuperado em 10 fevereiro, 2016 de [https://es.wikipedia.org/wiki/Manuel\\_Gausa](https://es.wikipedia.org/wiki/Manuel_Gausa))

<sup>10</sup> “Kevin Andrew Lynch foi um urbanista e escritor norte-americano, que viveu de 1918 a 1984. ” (Wikipedia, 2015. *Kevin Lynch*. Recuperado em 10 fevereiro, 2016 de [https://pt.wikipedia.org/wiki/Kevin\\_Lynch](https://pt.wikipedia.org/wiki/Kevin_Lynch))

### Através da flexibilidade:

“A patente constatação do fim da rigidez, na qual a cidade é tida como um território onde não cabem mais as regras rígidas da modernidade sólida, reclama pela adoção de novos instrumentos para o manejo dos espaços urbanos. O conceito da flexibilidade se move ao encontro dessa busca. Flexibilizar, segundo Gausa, significa abrir ao indeterminado, enquanto para Lynch, um mundo flexível é aquele que permanece aberto à evolução.” (Fontes, 2013)

“É importante ressaltar a diferença entre os conceitos de reversibilidade e flexibilidade. A reversibilidade é aqui encarada como uma qualidade elástica, não pressupondo necessariamente a transformação final do espaço, mas sim sua dinâmica intermitente. Já a flexibilidade está relacionada a um campo aberto à transformação. (...)” (Fontes, 2013)

### Através da imprevisibilidade:

“O fim da rigidez na modernidade líquida pode ser considerado um tema que perpassa todas as escalas, do mobiliário ao urbanismo. A cidade, tida como um território imprevisível onde não cabem mais as regras rígidas da antiga modernidade sólida, pressionou a reflexão no que tange ao manejo das ferramentas de planejamento e projeto. (...) Um dos princípios atuais para o desenho das superfícies urbanas é o uso não programado, onde serviços e mobiliários são pensados para serem apropriados pelas pessoas, gerando uma gama diversa e flexível de usos que podem garantir a longa utilização do espaço. A não rigidez na definição dos usos pressupõe a possibilidade de situações distintas. (...) Os usos são os aspectos provavelmente mais mutantes da cidade, e, por conta desse fato, o grande desafio dos arquitetos é trabalhar na criação de “recursos de indeterminação”, de forma a absorver essa dinâmica. (...)” (Fontes, 2013)

### Através da conexão:

“Contrários às marcas das estruturas da antiga modernidade, como solidez e continuidade, os conceitos apontados por Bauman<sup>11</sup>, como fluidez e descontinuidade, descrevem a cidade contemporânea de forma fragmentada, porém conectada. (...)” (Fontes, 2013)

“As estratégias de conexão dessa realidade fragmentária se materializam de formas visíveis ou palpáveis, em maior ou menor grau. Seja através das redes de atividades, de infraestrutura materiais e imateriais ou do trabalho com a superfície, o entendimento da continuidade do fragmento faz parte

---

<sup>11</sup> “Zygmunt Bauman é um sociólogo polaco.” (Wikipedia, 2016. *Zygmunt Bauman*. Recuperado em 10 fevereiro, 2016 de [https://pt.wikipedia.org/wiki/Zygmunt\\_Bauman](https://pt.wikipedia.org/wiki/Zygmunt_Bauman))

da agenda conceitual contemporânea. Uma das estratégias para dar conta dessa desejada conexão é apresentada pelo urbanista Alex Wall, que, preocupado em caracterizar a metrópole contemporânea, propõe como um efeito da urbanização acelerada os novos tipos de espaços urbanos que são os locais “entre”, as áreas ambíguas entre enclaves, que não estão nem lá nem cá, reduzindo-se a meros fragmentos. O trabalho com a superfície, segundo ele, torna-se fundamental como possibilidade de conexão entre os mesmos, que podem ser espaços ou programas díspares necessitando articulação. Dentro desse particular, o arquiteto Gilles Delalex alerta para o novo paradigma que toma corpo nas disciplinas de urbanismo e arquitetura: o paradigma do espaço que não apenas suporta os fluxos, mas que os incorpora em sua essência. Segundo ele, a imagem caótica e fragmentada da cidade pós-moderna motiva, como reação, a vontade de continuidade expressa nas intervenções urbanas classificadas como “sem costuras”<sup>12</sup>, ininterruptas, que parecem ser o espírito da nossa era.” (Fontes, 2013)

Para concluir, a autora afirma que:

“Após as verificações realizadas conceito a conceito, (...), de fato, as cinco características da condição de efemeridade se fazem concretas quando das intervenções efetivas em diversos contextos contemporâneos. Nota-se inclusive que os mesmos poderiam ser aplicados simultaneamente em vários casos, criando-se associações mais complexas (...)” (Fontes, 2013)

### **3.4.3 – Das intervenções temporárias aos espaços coletivos**

“A intervenção temporária que me interessa avaliar é a que ocorre no espaço público, e aqui não me refiro ao público no sentido da propriedade, mas sim no sentido do uso coletivo do espaço. Os suportes espaciais das intervenções temporárias apresentadas anteriormente correspondem a diferentes tipos de espaços públicos, produtos de um território contemporâneo fragmentado, e compreendem tanto o espaço público tradicional e o contemporâneo (ativos) quanto o residual (inativo), as áreas vazias inativas (não necessariamente públicas), o parque urbano, os estacionamentos de rua e a infraestrutura de transportes, entre outras tantas categorias possíveis. Esta miríade de suportes espaciais reflete o que realmente ocorre na cidade contemporânea, onde o conceito do espaço público está em plena transformação.” (Fontes, 2013)

“Para respaldar a adoção desse conceito (espaços coletivos), proponho uma reflexão a respeito do que constituiriam os espaços contemporâneos nas mais variadas tipologias, espaços altamente diferenciados produzidos pela própria sociedade contemporânea, carregada de todas as

---

<sup>12</sup> Tradução do termo em inglês seamless, ou francês sans couture, e que se refere ao tecido sem costuras.

particularidades, e que sugerem mudanças e complexidades especialmente importantes. A discussão contemplará tanto os espaços verdadeiramente públicos quanto a “privatização” das atividades públicas, e mesmo as atitudes privadas hoje praticadas nos espaços públicos.” (Fontes, 2013)

A autora começa por definir os novos espaços coletivos da contemporaneidade.

“É um fato facilmente notado nas nossas cidades que muitas funções antes desempenhadas nas ruas (...) foram transferidas para espaços mais controlados ou privatizados. Junto a essa transferência, eliminaram-se alguns atributos por elas carregados, que, na visão de Teresa Caldeira<sup>13</sup>, são a heterogeneidade, no sentido da diferenciação do espaço baseada na multiplicidade; a tolerância, no sentido da diferenciação social sem exclusão; o erotismo, entendido como a atração pelo estranho; e o publicismo, compreendido como o caráter de “ser público”, aberto e acessível. Todos eles indispensáveis nos espaços públicos reais. Não me interessa o aprofundamento nas causas deste fenômeno, enveredando a discussão teórica pela crise do espaço público. Apesar de ser tema de grande interesse na teoria urbanística, este aspecto não é o ponto central do livro, mas seu inverso, a potência de reversão deste fenômeno através das intervenções temporárias. (...)” (Fontes, 2013)

“Nesse contexto, alguns teóricos sugerem definições para essas novas categorias de espaços que a cidade contemporânea gerou. Caldeira introduz o que denomina espaço incivil – o oposto do velho espaço cívico –, que seria a recorrente atitude *blasé* perante a cidade, como de quem diria: “esse espaço em que circulo não me interessa”. A mesma mensagem transmite Bauman, quando afirma que, na contemporaneidade, os espaços públicos dividem-se primordialmente em espaços de passagem e de consumo, e ambos dispensam que as pessoas interajam como *personae* públicas.” (Fontes, 2013)

Fontes, mais uma vez, destaca que prefere trabalhar com o termo “espaços coletivos” a “espaços públicos”.

“É possível concluir, portanto, que o espaço público se transformou na contemporaneidade. Este panorama confirma o real distanciamento do velho espaço público e a adoção de outras formas de sociabilidade organizadas sobre outras pautas, o que não quer dizer que se extinguiriam os espaços de manifestação da coletividade. Além do velho espaço público, ela se manifestará em espaços coletivos, tais como condomínios, cascos históricos reabilitados, museus midiáticos, parques

---

<sup>13</sup> “Teresa Caldeira é licenciada em Ciências Sociais e Mestre em Ciências Políticas pela Universidade de São Paulo e Pós Doutorado em Antropologia pela Universidade da Califórnia, onde é atualmente professora.” (Berkeley University of California, n.d. *Teresa Caldeira*. Recuperado em 10 fevereiro, 2016 de <http://ced.berkeley.edu/ced/faculty-staff/teresa-caldeira>)

temáticos ou áreas turísticas, shopping centers, guetos, rede virtual ou espaços de fluxos. (...) ” (Fontes, 2013)

“Ou seja, trabalho tendo os espaços coletivos como contexto e também como finalidade: criar cada vez mais espaços coletivos “relacionais”, ou mesmo “amáveis”, tanto através da qualificação dos espaços coletivos hostis, reconquistando seu sentido público, quanto através da coletivização do privado. A coletivização do hostil e do privado pode abrir caminho para a amabilidade urbana, e o processo que proponho para consegui-lo são as intervenções temporárias. Nesse sentido, alguns mecanismos são especialmente importantes e merecem ser destacados. (...)” (Fontes, 2013)

A autora propõe, então, três conceitos para criação de espaços coletivos: dissolução dos domínios (público e privado), formação de identidade e reconquista do espaço.

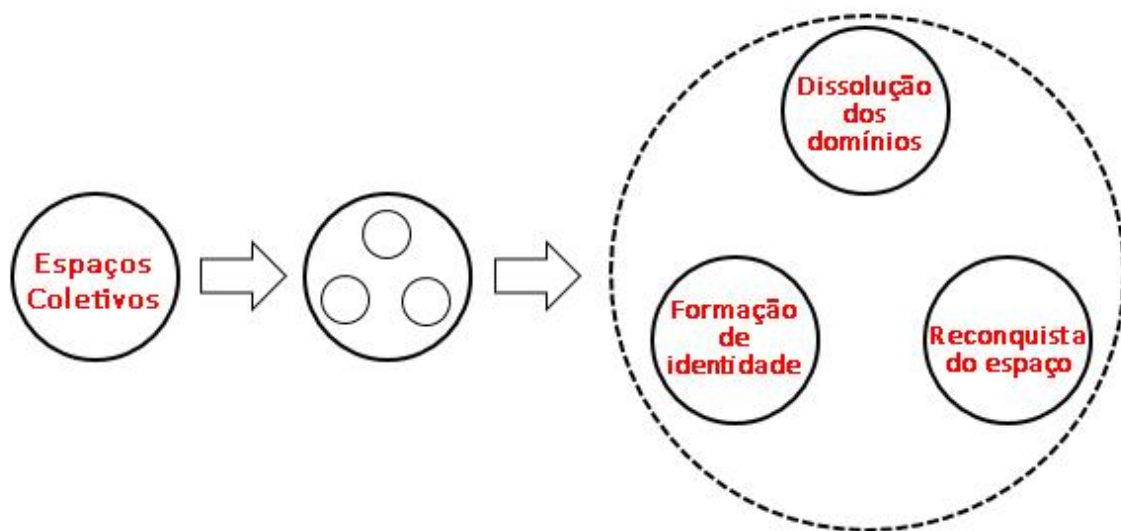


Figura 7 – Esquema: Três conceitos de criação de espaços coletivos

### Dissolução dos domínios

“A oposição entre espaço público e espaço privado desde o século XIX vem sendo um tema de grande relevância na teoria urbanística. O clássico mapa figura-fundo, que recortava as áreas públicas da cidade conferindo-lhes superioridade sobre os espaços privados, consagrou-se como ferramenta básica para se compreender e projetar os espaços urbanos, sendo utilizada até tempos bastante recentes, resgatada pelos urbanistas da década de 1970, após décadas de planejamento funcionalista. No entanto, (...), a cidade do século XXI ganhou tamanha complexidade que hoje esta distinção não nos parece tão clara, mesmo em contextos mais antigos, devido às sucessivas intervenções sofridas.” (Fontes, 2013)

“Algumas atitudes reveladas pelas práticas de intervenções temporárias vêm ao encontro dessas ideias, no duplo sentido do conceito de dissolução dos domínios: tanto os espaços públicos são absorvidos por usos particulares quanto os espaços privados adquirem utilização coletiva.” (Fontes, 2013)

Para exemplificar:

“Projetos (...) como o *Add On*<sup>14</sup> em Viena, o *Parasite Paradise*<sup>15</sup> em Utrecht, e o *Permanent Breakfast*<sup>16</sup> em diferentes contextos mundiais, ilustram o primeiro caso (espaços públicos com usos privados), enquanto propostas de ações culturais em edifícios abandonados seriam exemplos do segundo caso (espaços privados com utilização coletiva). (...). Poderia citar como exemplos o estranho projeto *Traumkombinat*<sup>17</sup>, de autoria do grupo alemão Club Real (Thomas Hauck, Marianne Ramsey-Sonneck e Georg Reinhardt), realizado em 2004 e 2005, em Brandenburg, na Alemanha, que se apropria de uma loja de departamentos vazia para acolher pessoas interessadas em “passar a noite e prestar atenção em seus sonhos”; o *Zwischenpalastnutzung*<sup>18</sup>, autoria de Amelie Deuflhard, Joseph Hoppe, Phillip Oswalt, Phillip Misselwitz, Stephan Rethfeld, Eberhard Rhein, Geriet Schultz e Jörn Weisbrodt, realizado de 2003 a 2005, em Berlim, que consiste na redescoberta e transformação de um edifício representativo da Alemanha Oriental através da programação cultural; e o Quilombo das Artes, que reúne ações culturais dentro de um edifício industrial vazio no Rio de Janeiro. (...)” (Fontes, 2013)

---

<sup>14</sup> “O projeto cultural *Add On* é uma instalação arquitetônica de grande porte, de autoria dos arquitetos Peter Fattinger, Veronika Orso e Michael Rieper, realizada durante seis semanas em Viena em 2005. Como um espaço público vertical, ela explora a interface entre as esferas pública e privada através da implantação no espaço público de unidade funcionais reconhecíveis da vida cotidiana, porém descontextualizadas, buscando evidenciar uma reação às formas estereotipadas de funcionalidade da vida social, motivando os transeuntes a explorarem a vida urbana de uma forma absolutamente mais interativa.” (Fontes, 2013)

<sup>15</sup> “(...)”, realizado em Leidsche Rijn, área residencial de Utrecht, na Holanda, em 2003, (...). O projeto resume-se a 25 exemplos de arquitetura flexíveis e móveis, projetadas por vários arquitetos e artistas, constituindo-se numa cidade com variadas e associadas atividades, centradas na exploração das evoluções de concepção acerca dos espaços de moradia, lazer e trabalho. Após o término da intervenção, o local retoma as características anteriores, estando preparado para mais intervenções futuras.” (Fontes, 2013)

<sup>16</sup> “(...)”, concebido pelo artista austríaco Friedemann Derschmidt, em 1996, se propõe a investigar a qualidade dos espaços públicos ou a possibilidade de se imprimir caráter público a espaços privados. Funciona como um teste para avaliar o quão público é um espaço, e partiu da iniciativa de um grupo de artistas vienenses de “tomar café da manhã” em um entroncamento viário local. (...). As apropriações espontâneas causam impacto nos usuários cotidianos, revelando diferentes entendimentos de como os mesmos são públicos, tornando-se uma espécie de teste para sua acessibilidade, assim como para seu grau de “publicismo”. ” (Fontes, 2013)

<sup>17</sup> Tradução do título: Fábrica de Sonhos.

<sup>18</sup> Tradução do título: Uso temporário do Palácio.



Figura 8 – Projeto Add On – Viena, Áustria



Figura 9 – Parasite Paradise – Utrecht, Holanda



Figura 10 – Permanent Breakfast – Basel, Suíça

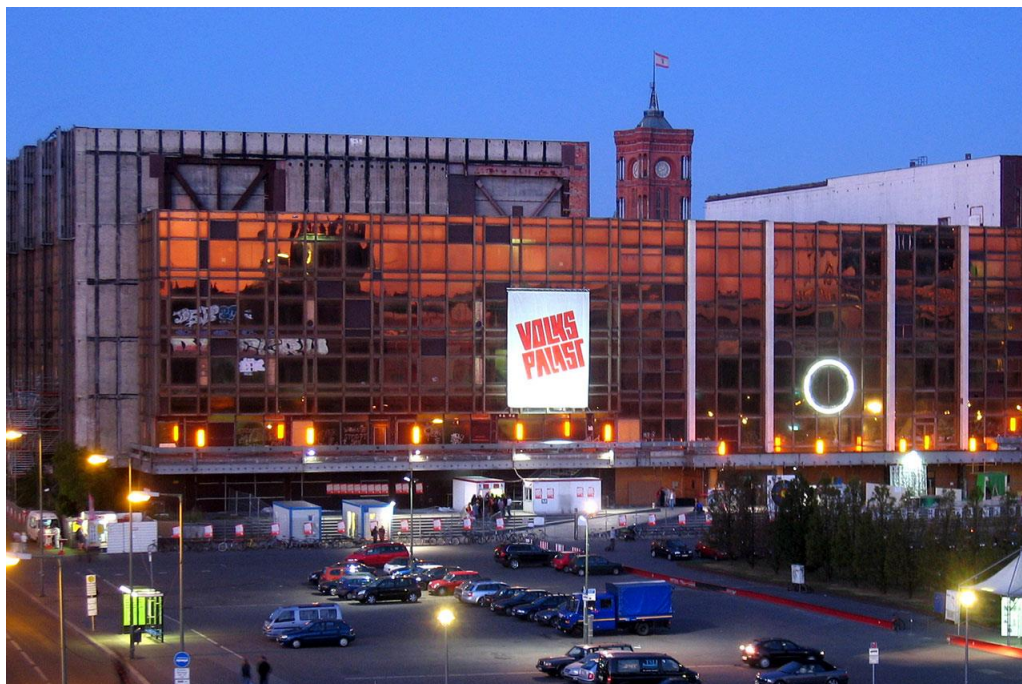


Figura 11 – Zwischenpalastnutzung – exterior do edifício



Figura 12 – Zwischenpalastnutzung – ocupação

### Formação de identidade

“Outro tema que remete à manipulação dos espaços coletivos contemporâneos é a apropriação. Iain Borden<sup>19</sup> relaciona o termo à ideia do “espaço descoberto”, ou seja, à adoção e exploração de determinado espaço físico, revelando usos diferentes das funções originais para as quais ele foi criado. Segundo o autor, a apropriação não pode ser entendida aparte dos ritmos temporais: apropriação não é o simples reuso de um edifício ou espaço, mas o retrabalho criativo deste espaço-tempo. Esta prática pode estar relacionada à ideia de conversão de não lugares, uma vez que muitas atividades florescem por acomodarem-se bem aos locais sem muito significado ou

---

<sup>19</sup> “Iain Borden é um historiador de arquitetura e comentarista urbano inglês. Atualmente é Vice- Reitor de Ensino da University College London (UCL) e Professor de Arquitetura e Cultura Urbana.” (Wikipedia, 2016. *Iain Borden*. Recuperado em 10 fevereiro, 2016 de [https://en.wikipedia.org/wiki/Iain\\_Borden](https://en.wikipedia.org/wiki/Iain_Borden))

esquecidos, que podem ser os espaços de expansão, os quais Ignasi Solà-Morales<sup>20</sup> denomina *terrain vague*: áreas de ausência e oportunidade, de memória e transformação. ” (Fontes, 2013)

“A intervenção temporária na forma de apropriação, portanto, é uma ação exploradora de nichos e de experimentação do *terrain vague*, cuja potência está no sentido da promessa, do possível, da expectativa em termos futuros – nesse caso, expectativa de afirmação de espaços coletivos. Contribuiria para formação de sua identidade, uma vez que se trata de um espaço ainda não devidamente apropriado. (...)” (Fontes, 2013)

“(...). No caso da ação cultural no já mencionado Quilombo das Artes, trata-se da inserção de novas atividades temporárias em uma (ex) área industrial com potencial para acomodá-las, o que se constitui, juntamente com a formação de sua nova identidade como espaço coletivo, em uma ação de dissolução de domínios, abrindo o espaço privado ao uso coletivo e transformando-o no “espaço coletivo”, não somente através da apropriação, mas também da “publicização”. ” (Fontes, 2013)

### Reconquista do espaço

“Borja e Muxí<sup>21</sup> apontam o espaço público como uma conquista democrática que implica iniciativa, conflito e risco, além de legitimidade, força acumulada, alianças e negociação. Este último conceito de origem espacial (...), refere-se aos espaços residuais ou “perdidos” reconvertidos em espaços coletivos, reconquistados de diferentes situações de perda, como as de abandono, repressão, violência, transformações urbanas e privatizações, entre tantas outras.” (Fontes, 2013)

“Refiro-me, por exemplo, ao caso de Barcelona após a abertura democrática, quando os cidadãos reaprendem o uso normalizado das ruas com finalidades expressivas, diferentemente de quando a usavam como mero corredor entre casa e trabalho em épocas de repressão. Refiro-me também ao Rio de Janeiro, que constantemente reconquista espaços públicos degradados por situações de violência, rodoviarismo e privatização. (...)” (Fontes, 2013)

“Por ora, um bom exemplo de reconquista do espaço público de uma situação de abandono é o programa *Mi Parque*, criado em 2007, que é uma ação coletiva de moradores, organizados através de uma fundação, que “põe a mão na massa” para recuperar os espaços livres das áreas residenciais onde vivem, na cidade de Santiago, no Chile. Não se trata de uma intervenção temporária, pois

---

<sup>20</sup> “Ignasi Solà-Morales foi um arquiteto, historiador e filósofo catalão que viveu de 1942 a 2001. ” (Wikipedia, 2016. Ignasi de Solà-Morales. Recuperado em 10 fevereiro, 2016 de [https://en.wikipedia.org/wiki/Ignasi\\_de\\_Sol%C3%A0-Morales](https://en.wikipedia.org/wiki/Ignasi_de_Sol%C3%A0-Morales))

<sup>21</sup> “Jordi Borja Sebastià é geógrafo urbanista e político espanhol. É licenciado em Sociologia e Ciências Políticas, diplomado em Geografia e Mestre em Urbanismo.” (Wikipedia, 2015. Jordi Borja. Recuperado em 10 fevereiro, 2016 de [https://es.wikipedia.org/wiki/Jordi\\_Borja](https://es.wikipedia.org/wiki/Jordi_Borja))

“Zaida Muxí Martínez é arquiteta e urbanista argentina licenciada pela Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo (Universidad de Buenos Aires), doutora pela Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Sevilla e professora na Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona.” (Wikipedia, 2016. *Zaida Muxí*. Recuperado em 10 fevereiro, 2016 de [https://es.wikipedia.org/wiki/Zaida\\_Mux%C3%AD](https://es.wikipedia.org/wiki/Zaida_Mux%C3%AD))

pretende construir o espaço de forma permanente, mas serve de exemplo de como a “ação urbana” participativa – essa, sim, temporária – pode transformar o habitat humano de forma mais duradoura, inclusive funcionando em forma de rede por toda a cidade.” (Fontes, 2013)



Figura 13 – Programa Mi Parque – Parque Ferrocarril, Santiago do Chile

“Um exemplo de intervenção temporária que sintoniza com os anseios de reconquista da cidade é o projeto Arte Cidade, intervenção urbana com curadoria de Nelson Brissac Peixoto, realizada em São Paulo desde 1994, que já contou com sete edições. É voltada para vitalizar as diferentes áreas artísticas e os espaços culturais da cidade, de caráter inventivo, não visando à implementação real. O evento é composto de uma série de intervenções artísticas, arquitetônicas e demais mídias, integrando diferentes linguagens, no qual a terceira edição, “A cidade e suas histórias” (1997), tratava do período fabril da cidade. A proposta desta edição foi chamar atenção para histórias específicas dos lugares, através de um percurso de trem pontuado de intervenções. Apresento alguns projetos de interesse no sentido proposto por este conceito, que faziam parte dessa edição:

A intervenção de Cildo Meireles reflete sobre as áreas abandonadas e ermas, ocupadas temporariamente pela marginalidade, e que se converteram em locais simbólicos da violência. O artista revestiu as paredes de uma edificação abandonada num desses locais com seringas, propondo-se a “amplificar o sofrimento que se afligiu aos lugares e às pessoas”. Fernando de Melo Franco e Milton Braga propunham o trabalho sobre um terreno vago, resultante, da destruição de galpões industriais, criando uma nova topografia em resposta à indefinição do espaço. Regina Meyer se propunha a refletir sobre a zona de fronteira, o lugar de passagem ou a terra-de-ninguém, instalando

um farol no antigo limite entre a cidade e a linha férrea, estendendo até essa área abandonada a sinalização urbana, e reintegrando esse espaço à cidade. ” (Fontes, 2013)



Figura 14 – Projeto Arte Cidade – proposta de Cildo Meireles



Figura 15 – Projeto Arte Cidade – proposta de Fernando de Melo Franco



Figura 16 – Projeto Arte Cidade – proposta de Regina Meyer

## Síntese

“Amabilidade é um termo que evoca *proximidade* e *abertura*, seja no uso corrente, seja aplicado aos espaços urbanos, como desejei cunhá-la aqui – a amabilidade urbana. Nesse sentido, poderia considerá-la como um atributo do espaço amável, que promove ou facilita o afeto e a proximidade, opondo-se ao individualismo, por muitas vezes característico das formas de convívio contemporâneas.” (Fontes, 2013)

“(…), outro tipo de conexão possível vem da inserção temporária de um novo elemento ou sistema em um espaço público predeterminado. Tal espaço, com suas funções prévias, passa a desenvolver outra atividade, estranha a este lugar, embora compatível, permitindo sua ativação por meio de novas conexões entre pessoas. (...). Ao mesmo tempo em que a intervenção interage com as pessoas, faz com que estas interajam entre si, aproximando-as, vitalizando os espaços e originando um novo ciclo que se auto alimenta, pois a amabilidade urbana pode permitir novas intervenções, que vão gerar espaços cada vez mais amáveis, e assim sucessivamente. (...)” (Fontes, 2013)

“ A aceleração do tempo e a instantaneidade afetaram profundamente as características da mobilidade na cidade contemporânea. No campo do urbanismo, esse dinamismo aqui se refere à relevância da temporalidade (intervenções influenciadas pelo tempo) como fator fundamental para as relações urbanas, e a importância dos fluxos materiais e imateriais na organização da cidade. ” (Fontes, 2013)

“Essa cultura da mobilidade e do dinamismo passa a se apropriar da cidade através de práticas distintas, marcadamente mais efêmeras e nômades, que a utilizam de forma intermitente, testando a capacidade do território para acomodá-las. Deverá haver nesse suporte algum componente elástico que possa sustentar essas presenças temporárias e instáveis, as colisões que sobre ele se desencadeiam. ” (Fontes, 2013)

“O fim da rigidez na modernidade líquida pode ser considerado um tema que perpassa todas as escalas, do mobiliário ao urbanismo. (...) Um dos princípios atuais para o desenho das superfícies urbanas é o uso não programado, onde serviços e mobiliários são pensados para serem apropriados pelas pessoas, gerando uma gama diversa e flexível de usos que podem garantir a longa utilização do espaço. A não rigidez na definição dos usos pressupõe a possibilidade de situações distintas. (...) ” (Fontes, 2013)

“A intervenção temporária na forma de apropriação, portanto, é uma ação exploradora de nichos e de experimentação do *terrain vague*, cuja potência está no sentido da promessa, do possível, da expectativa em termos futuros – nesse caso, expectativa de afirmação de espaços coletivos. (...) ” (Fontes, 2013)

### Síntese do Conhecimento Experimental

“(…). Porque a imobilidade da foto é como que o resultado de uma confusão perversa entre dois conceitos: o real e o vivo. Atestando que o objecto foi real, ela leva sub-repticiamente a pensar que ele está vivo, devido a essa armadilha que nos faz atribuir ao real um valor absolutamente superior, como que eterno.” (Barthes, 2015)

“Por isso, mais vale dizer que a característica inimitável da fotografia (...) é que alguém viu o referente (mesmo que se trate de objectos) em carne e osso ou ainda em pessoa. (...)” (Barthes, 2015)

“O que irá ser abolido com esta foto, que amarelece, empalidece, que se apaga e que um dia será deitada ao lixo, se não por mim – demasiado supersticioso para isso – pelo menos quando eu morrer? Não apenas a “vida” (isto foi vivo, posado vivo diante da objectiva) mas também (...) o amor. Diante da única foto em que vejo o meu pai e a minha mãe juntos, eles que eu sei que se amavam, penso: é o amor como tesouro que vai desaparecer para sempre. Porque quando eu já não existir ninguém o poderá testemunhar: só restará a indiferente Natureza. (...)” (Barthes, 2015)

“Tem-se a impressão de tudo estar à vista, mas de que, ao mesmo tempo, são cada vez mais invisíveis, menos identificáveis, os poderes que de facto nos determinam; (...)” (Innerarity, 2004)

“A sociedade é cada vez menos compreendida com base nas acções visíveis de indivíduos concretos; instala-se uma espécie de trama, formada por interacções complicadas e dificilmente identificáveis.” (Innerarity, 2004)

“Será provavelmente exagerado falar do fim dos territórios; mas não há dúvida de que a gravidade do espaço nacional cedeu o passo a uma territorialidade difusa, ambígua e versátil. As políticas económicas, sociais ou de segurança são cada vez mais elaboradas em referência a realidades territoriais múltiplas e flutuantes.” (Innerarity, 2004)

“Passámos de um conceito de espaço como algo relativamente estável para uma configuração muito mais fluida das relações sociais: do lugar para o espaço. (...). Com a fluidificação do espaço, ficou suprimida a diferença entre o próximo e o longínquo, bem como a diferença entre civilização e mundo selvagem.” (Innerarity, 2004)

“(…). Um espaço relacional e múltiplo possibilita compromissos mais abertos que quando o território era uma dimensão fixa, objectiva e rígida na vida dos homens e das sociedades. As políticas do território têm agora a oportunidade de tirar proveito de processos que libertam os espaços políticos das antigas configurações homogéneas e tornam possível um novo pluralismo territorial.” (Innerarity, 2004)

“(…) os novos espaços tendem para o desaparecimento dos centros e para a formação de redes; não se configuram segundo o modelo das antigas concentrações, antes oferecerão o aspecto de uma rede.” (Innerarity, 2004)

“(…). O que um mundo sem arredores indica é que os excluídos já não estão lá fora, que a exclusão se realiza no interior, com outras estratégias e de uma maneira menos visível que quando havia limites claros que nos separavam dos outros: aqui os de dentro e ali os de fora.” (Innerarity, 2004)

“(…). Pois bem: considerada a cultura no seu conjunto, podemos sustentar que, com o processo de civilização, o presente se abrevia, dura menos, e que cada vez estamos menos tempo onde estamos. (…). O mundo pareceria estar em permanente estado de transição.” (Innerarity, 2004)

“(…). O futuro já não é o que era, ou seja: uma coisa longínqua e distante; passa a ser uma grandeza próxima que tende a devorar a nossa estada presente. Por isso mesmo o futuro se torna mais estranho, pois o estranho é realmente o que está perto e é desconhecido, ao passo que as coisas muito afastadas não chegam, sequer, a causar-nos estranheza.” (Innerarity, 2004)

“Como fazer uma cidade que facilite a coesão social? (…). Com efeito, de nada ou de quase nada serve pôr gente diferente lado a lado (…). Em contrapartida, a criação de situações em que estas se possam encontrar, conhecer-se ou reconhecer-se tem todo um outro alcance. (…). Os locais adequados estão ainda por inventar. (…).” (Bourdieu, 2011)

“(…) Mais do que querer fazer uma cidade que responda à procura explícita de uma comunidade (…) e que suscite um consenso, preferimos mobilizar redes de utilizadores (…) e de habitantes diversos para produzir e fazer funcionar a cidade numa diligência que não exclui nem os conflitos nem mesmo as incoerências. A coesão social virá por acréscimo. (…).” (Bourdieu, 2011).

“As migrações internacionais vão, sem dúvida, evoluir muito nas próximas décadas, quanto mais não seja com os refugiados climáticos. (…). Em que medida poderá a Europa controlar as entradas, ao mesmo nível em que o faz actualmente? (…). Quem serão os novos imigrantes? (…). As migrações internacionais colocarão problemas que ignoramos e revelarão oportunidades que não se conhecem. Tudo isto dá sentido a um urbanismo do acolhimento – ou do cosmopolitismo organizado – que continua totalmente por pensar. (…).” (Bourdieu, 2011)

“(…). Pilotar os modos de vida significa, portanto, procurar criar as condições favoráveis ao desenvolvimento de certos comportamentos, jogando essencialmente com as modulações da oferta e não intervindo de forma repressora, senão através de decisões que sejam reconhecidas como aceitáveis, legítimas e justas. (…).” (Bourdieu, 2011)

“Amabilidade é um termo que evoca *proximidade* e *abertura*, seja no uso corrente, seja aplicado aos espaços urbanos, como desejei cunhá-la aqui – a amabilidade urbana. Nesse sentido, poderia considerá-la como um atributo do espaço amável, que promove ou facilita o afeto e a proximidade, opondo-se ao individualismo, por muitas vezes característico das formas de convívio contemporâneas.” (Fontes, 2013)

“(…), outro tipo de conexão possível vem da inserção temporária de um novo elemento ou sistema em um espaço público predeterminado. Tal espaço, com suas funções prévias, passa a desenvolver outra atividade, estranha a este lugar, embora compatível, permitindo sua ativação por

meio de novas conexões entre pessoas. (...). Ao mesmo tempo em que a intervenção interage com as pessoas, faz com que estas interajam entre si, aproximando-as, vitalizando os espaços e originando um novo ciclo que se auto alimenta, pois a amabilidade urbana pode permitir novas intervenções, que vão gerar espaços cada vez mais amáveis, e assim sucessivamente. (...)" (Fontes, 2013)

"Essa cultura da mobilidade e do dinamismo passa a se apropriar da cidade através de práticas distintas, marcadamente mais efêmeras e nômades, que a utilizam de forma intermitente, testando a capacidade do território para acomodá-las. Deverá haver nesse suporte algum componente elástico que possa sustentar essas presenças temporárias e instáveis, as colisões que sobre ele se desencadeiam." (Fontes, 2013)

"O fim da rigidez na modernidade líquida pode ser considerado um tema que perpassa todas as escalas, do mobiliário ao urbanismo. (...) Um dos princípios atuais para o desenho das superfícies urbanas é o uso não programado, onde serviços e mobiliários são pensados para serem apropriados pelas pessoas, gerando uma gama diversa e flexível de usos que podem garantir a longa utilização do espaço. A não rigidez na definição dos usos pressupõe a possibilidade de situações distintas. (...)." (Fontes, 2013)



## 4. CONHECIMENTO LOGÍSTICO

Por conhecimento Logístico entende-se todo o conhecimento referente à organização e gestão de meios e materiais para uma atividade, ação ou evento. Baseia-se no "saber fazer" e permite a recolha de informações, o seu registo e a compreensão de princípios técnicos. É um conhecimento direcionado para a aplicação prática, sendo apreendido através de procedimentos construtivos, métodos de produção, administração de meios e materiais ou divisão de modelos sociais.

Serão apresentados, a seguir, métodos para criação de ambientes favoráveis à inovação e surgimento de grandes ideias, através de alguns princípios chaves.



#### 4.1 – “As Ideias Que Mudaram o Mundo – A História Natural da Inovação”, Steven Johnson

“Todos identificamos uma boa ideia quando a vemos. A prensa tipográfica, o lápis, o autoclismo, a bateria, o Google – São alguns exemplos de ótimas ideias. Mas como surgem? Que tipo de ambiente as impulsiona? Como geramos as ideias inovadoras que fazem avançar a nossa carreira, a nossa vida, a nossa sociedade e a nossa cultura?

Johnson<sup>1</sup> constata que a inovação pode acelerar em certas circunstâncias e que há ambientes físicos que podem afectar e aperfeiçoar grandes ideias, aproximando as pessoas e as suas descobertas. De Darwin a Freud, passando pelos corredores da Google e da Apple, Johnson investiga os grupos inovadores dos nossos dias e destaca as abordagens e os traços comuns que aparecem nos momentos de pura originalidade.” (Johnson, 2010)

O autor destaca sete chaves fundamentais para a inovação e o surgimento de grandes ideias. O ambiente, a troca de informações, o acúmulo de conhecimentos, o ponto de evolução do conhecimento humano e até mesmo o erro e ideias inicialmente pensadas para outros fins são alguns desses pontos essenciais. Para esta dissertação, julgamos pertinentes cinco delas, que serão tratados a seguir.

##### 4.1.1 – Redes Fluidas

Johnson apresenta e desenvolve a ideia de que não existe – ou é muito raro – aquilo o que ele chama de “momento-*eureka*”, ou seja, um momento repentino em que uma ideia surge na cabeça de uma pessoa, como o acender de uma lâmpada – usando a linguagem das bandas desenhadas. Pelo contrário, as grandes ideias surgem de uma rede de pensamentos e informações que, interligados, vão dar num resultado, que se busca ou não. Como metáfora, o autor fala sobre a interligação existente e necessária entre os neurónios, razão pela qual eles funcionam perfeitamente e nos fazem pensar, agir, desenvolver ideias, movimentar-nos etc. E cada vez que desenvolvemos áreas específicas do nosso cérebro (através da busca por conhecimento, estímulo da criatividade, viagens etc.), as conexões entre os neurónios aumentam, aumentando essa rede fluida de informações. É preciso

---

<sup>1</sup> “Steven Johnson é o autor dos *best-sellers* *The Invention of Air*, *The Ghost Map*, *Tudo o Que É Mau Faz Bem* e *Mind Wide Open*, entre outras obras. É fundador de diversos sites influentes e colabora com as revistas *Time* e *Wired* e os jornais *The New York Times* e *The Wall Street Journal*. Vive em Brooklyn com a mulher e três filhos.” (Johnson, 2010).

lembrar que o número de neurónios no nosso cérebro não aumenta, mas as ligações entre as células já existentes.

“O cérebro em fase de criação porta-se de maneira diferente do cérebro que desempenha uma tarefa repetitiva. Os neurónios comunicam de diferentes maneiras. E as redes tomam formas distintas”. (Johnson, 2010)

“A questão é saber como orientar o cérebro para essas redes mais criativas. A resposta, afinal, é admiravelmente fractal: para tornarmos a nossa mente mais inovadora, temos de colocá-la em ambientes que partilham uma rede com a mesma assinatura – redes de ideias ou de pessoas que reproduzem as redes neurais de uma mente que explora os limites do adjacente possível. Certos ambientes melhoram a capacidade natural que o cérebro tem de estabelecer novos laços de associação. (...)” (Johnson, 2010)

O autor recorre à teoria do início da formação da vida terrestre para explicar a importância e o funcionamento das redes fluidas.

“(…) Na Terra, pelo menos, a história da criatividade da vida começa com uma rede fluida de alta densidade: átomos de carbono ansiosos por novas ligações que colidem com outros elementos da sopa primordial (sopa de elementos sem vida, anterior ao aparecimento dos primeiros seres vivos na Terra). As moléculas que formaram marcam o ponto em que a química e a física cederam o lugar à biologia. Quando se reuniram pela primeira vez, os lípidos abriram uma porta que acabaria por conduzir à membrana da célula; quando os primeiros nucleótidos se formaram, abriu-se uma ala do adjacente possível que acabou por traçar um caminho para o ADN. Foram as primeiras intuições da boa ideia que era a vida.” (Johnson, 2010)

O autor recorre novamente à história para explicar a importância dos pensamentos em rede no desenvolvimento das cidades, como conhecemos hoje em dia, e dos mercados.

“ A contabilidade de dupla entrada (entrada x saída de capital) ilustra um princípio-chave na emergência dos mercados: quando os sistemas económicos mudam das estruturas feudais para as formas emergentes do capitalismo moderno, tornam-se menos hierárquicos e estruturam-se mais em rede. Uma sociedade organizada em torno de mercados, em vez de castelos ou de claustros, distribui o poder de tomar decisões por uma rede muito mais vasta de mentes individuais. O poder inovador dos mercados deriva, em parte, destas contas muito elementares: por muito espertas que as

“autoridades” possam ser, se forem confrontadas no mercado por outros elementos numa relação de uma para mil, haverá mais ideias a brotar no mercado do que no castelo feudal. As cidades e os mercados recrutam mais mentes para o projecto de exploração colectiva do adjacente possível. Enquanto houver uma situação de derrame de informação entre essas mentes, as inovações úteis tenderão a aparecer e a disseminar-se pela população em geral.” (Johnson, 2010)

Entretanto, o autor ressalva:

“(…) os grandes colectivos raramente são capazes de uma verdadeira criatividade ou inovação. (Por algum motivo temos a expressão “mentalidade de rebanho”). Quando se ergueram em Itália as primeiras cidades mercantis, elas não criaram, como que por um acto de magia, qualquer tipo de consciência de grupo a um nível superior. Elas limitaram-se, apenas, a expandir o conjunto de mentes que podiam ter boas ideias e partilhá-las. Não é da sabedoria da multidão que se trata, mas da sabedoria de *alguém* dentro da multidão. A rede, só por si, não é inteligente – mas os indivíduos tornam-se mais inteligentes por estarem ligados à rede.” (Johnson, 2010)

Johnson apresenta uma pesquisa etnográfica que pretende perceber como acontecem os trabalhos e as relações entre os investigadores dentro de laboratórios de biologia molecular. Os resultados confirmam os benefícios das redes fluidas.

“(…) as pessoas tendem a condensar as histórias sobre as origens das suas ideias em narrativas certinhas, omitindo os caminhos complexos e por vezes confusos que os levaram à inspiração que depois seguiam. Kevin Dunbar (psicólogo da Universidade McGill, que realizou uma pesquisa etnográfica em quatro dos principais laboratórios de biologia molecular, instalando ali câmaras de vídeo, para observar como acontecem os trabalhos, e entrevistando de forma extensa os investigadores) chamou a esta abordagem *in vivo*, por oposição à abordagem *in vitro* do estudo do conhecimento científico. Por outras palavras: Dunbar não estava a estudar a formação de ideias num ambiente artificial (...). Estava a fazer o seu estudo em bruto.

Dunbar e sua equipa transcreveram todas as interacções e classificaram cada conversa com um código, que utilizava um esquema classificativo que lhes permitia identificar padrões no fluxo de informação que circulava no laboratório. (...).

A descoberta mais surpreendente do estudo de Dunbar foi o local físico onde ocorreram a maioria das descobertas mais importantes. (...). Se olharmos para o mapa de formação de ideias que Dunbar criou, vemos que o *ground zero* da inovação não foi o microscópio. Foi, sim, a mesa de reuniões.

Dunbar descobriu uma série de interações que, durante as conversas no laboratório, levavam, conseqüentemente, a importantes achados. O ambiente de grupo ajudava a recontextualizar problemas, à medida que as perguntas dos colegas forçavam os investigadores a encarar as suas experiências numa escala, ou nível, diferente. (...). E as analogias produtivas entre os diversos campos de especialização tendiam a aparecer com maior probabilidade no ambiente dialogante da reunião do laboratório.

(...). O fluxo social da conversa de grupo transforma esse estado sólido inicial (de quando se trabalha sozinho e as ideias ficam encurraladas e enredadas nos próprios preconceitos iniciais) numa rede fluida.” (Johnson, 2010)

Com esta análise, conclui-se que:

“(...). A maneira mais rápida de paralisar uma rede fluida é meter pessoas em gabinetes privados por detrás de portas fechadas e é esse um dos motivos que leva tantas empresas da era da Internet a organizarem os seus ambientes de trabalho à volta de espaços comuns, onde a mistura casual e as conversas interdepartamentais se desenvolvem sem qualquer planeamento formal. (...). A ideia, claro, é alcançar o equilíbrio adequado entre a ordem e o caos. (...)” (Johnson, 2010)

O autor cita alguns exemplos de arquitetura, onde a interação entre os atores é privilegiada, como o Edifício 20 e o Edifício 99, onde fica o “quartel-general” da divisão de pesquisa da Microsoft, em Redmond, Washington. Ele destaca o carácter não permanente dessa arquitetura de interiores, que permite o deslocamento de divisórias, paredes e móveis de acordo com a configuração desejada. No Edifício 99 “A maioria das paredes está revestida com um material que permite escrever nelas e limpá-las de seguida, pelo que se uma pessoa se sentir inspirada no caminho para a casa de banho, pode esboçar rapidamente um esboço da sua ideia para os colegas verem.” (Johnson, 2010)

“O Edifício 99 – tal como o Edifício 20 antes dele – é um espaço onde o derrame de informação é uma característica e não um defeito. A ideia é deixar que o seu conteúdo se espalhe. Neste aspecto, partilha alguns valores fundamentais com as redes fluidas das cidades mais densas.” (Johnson, 2010)

Para concluir, Johnson resume o que é, para ele, o significado de “fluir”.

“(…) não é a intensidade singular do foco mais parecido como o de um *laser*, como às vezes se diz. E não é o clarão milagroso que sai de repente de um *brainstorm*. É mais a sensação de vaguear ao longo de um rio e de ser transportado para uma direcção bem precisa sem, no entanto, deixar de ser atirado para um lado e para o outro, em movimentos surpreendentes, pelos remoinhos e pelos turbilhões da água em movimento.” (Johnson, 2010)

#### 4.1.2 – A Intuição Lenta

O autor escreve sobre a importância da intuição no processo de investigação. Mas essa intuição muitas vezes não é suficiente para se chegar a uma conclusão, no que depende de outras informações (ou até mesmo outras intuições) para que possa desenvolver uma ideia ou chegar a um veredito. Essa soma de informações e intuições pode levar bastante tempo, podendo ser “esquecidas” e “resgatadas” ao longo de uma vida ou até mesmo da história.

“(…). Uma metrópole partilha uma característica-chave com a Internet: ambos os ambientes são redes densas e fluidas e a informação circula com facilidade por múltiplos canais imprevisíveis. Estas interligações alimentam grandes ideias, porque quase todas as grandes ideias vêm ao mundo ainda incompletas, mais sob a forma de intuições do que de revelações. As descobertas genuínas são difíceis. (...) É por isso que quase todas as grandes ideias começam por ter uma forma parcial e ainda não definida. Contêm as sementes de algo que é profundo, mas não o elemento-chave que pode transformar o que alguém intui em algo verdadeiramente poderoso. E, na maior parte das vezes, esse elemento que falta é outra intuição, na cabeça de uma outra pessoa. As redes fluidas criam um ambiente onde essas ideias parciais se podem ligar – é como se promovessem uma espécie de serviço de namoros para intuições prometedoras. Com isso, tornam mais fácil a disseminação das boas ideias, claro, mas também fazem algo que é mais sublime: ajudam a *completar* ideias.

“(…). As intuições que não se interligam estão condenadas a não passarem de palpites.” (Johnson, 2010)

A importância da intuição para o desenvolvimento de grandes ideias não significa que o mesmo aconteça de forma instantânea. Este pode ser um processo lento, de anos ou, até mesmo, séculos.

“As avaliações instantâneas que a intuição faz – por poderosas que sejam – são raridades na história das ideias que mudam o mundo. Muitas intuições que se transformam em inovações

importantes desenvolvem-se em quadros temporais mais longos. Elas começam com uma sensação, vaga e difícil de descrever, de que existe uma solução interessante que ainda não foi proposta para um problema e ficam nas sombras da mente, às vezes durante décadas, juntando novas ligações e ganhando força. (...). Manter viva uma intuição que não tem pressa é menos uma questão de transpiração do que de cultivo. Damos a essa intuição alimento suficiente para a deixar crescer e plantamo-la depois em terreno fértil, onde as suas raízes podem criar novas ligações. E de seguida damos-lhe tempo para ela poder florescer.

A lente suja de vaselina da retrospectiva tende a esbater a visão das intuições mais demoradas e transformá-las em momentos-*eureka*. Inventores, cientistas, artistas, empresários – todos eles gostam de contar as histórias das suas grandes descobertas como epifanias, em parte porque a narrativa desse momento de descoberta repentina da luz é algo emocionante, mas também por ser muito mais difícil de transmitir a evolução sem pressas de uma intuição que precisa de demorar o seu próprio tempo. (...).” (Johnson, 2010)

“Manter viva uma intuição lenta coloca desafios em níveis múltiplos. Para começar, há que preservar a intuição na nossa memória, na densa rede dos nossos neurónios. Muitas intuições lentas não chegam a durar o suficiente para se transformarem em alguma coisa útil porque elas entram e saem da nossa memória demasiado depressa, precisamente por serem um pouco obscuras. Temos a sensação de que há uma avenida interessante que devemos explorar, um problema que pode, um dia, conduzir a uma solução, mas distraímos-nos com assuntos mais prementes e acaba por desaparecer aquilo que estamos a intuir. Por isso, uma parte do segredo do cultivo da intuição é simples: é necessário escrever tudo.” (Johnson, 2010)

O autor apresenta, então, um artifício utilizado por Darwin, em suas viagens, e por diversos artistas, inventores e pensadores, e que teve seu apogeu na Europa da era do Iluminismo: o *commonplace book*. Significa, literalmente, “livro de lugares-comuns” e, à atividade de inserir notas, chamava-se *commonplacing*, ou seja, recolha de lugares-comuns, a que mais tarde se juntariam notas pessoais, transformando estes livros em blocos de notas muito pessoais.

“Há uma qualidade bem distinta como ferramenta de auto-ajuda na descrição inicial das virtudes destes livros de notas: mantê-los permitia à pessoa construir um fundo de conhecimento, do qual podemos a qualquer altura seleccionar o que é útil nas diversas actividades da nossa vida”. (Johnson, 2010)

“Cada releitura do livro de notas torna-se, assim, um novo tipo de revelação. Podem ver-se, desse modo, os caminhos evolucionários de todas as intuições do passado: as que afinal não deram

nada, as que se revelaram demasiado óbvias para ficarem escritas; e mesmo aquelas que se transformaram em livros completos. Mas cada encontro tem em si a promessa de que uma intuição há muito esquecida se ligará, de uma nova maneira, com uma obsessão que surja entretanto. (...). Impor uma organização excessiva (ao livro de notas) faz correr o risco de deixar órfã uma intuição prometedora surgida num projecto que tenha entretanto morrido e torna difícil a essas ideias misturarem-se e reproduzirem-se quando as visitamos. É necessário um sistema que permite capturar as intuições, mas sem que isso acarrete a sua categorização, porque as categorias podem construir barreiras entre ideias discrepantes e prendê-las nas suas próprias ilhas conceptuais. (...)” (Johnson, 2010)

Para exemplificar a importância da intuição lenta como contributo para um ambiente propício à inovação, Johnson escreve:

“(...). Foi logo no seu começo que a Google se tornou famosa por ter instituído um programa de “20 por cento de tempo” para todos os seus engenheiros: por cada quatro horas que passassem a trabalhar em projectos oficiais da empresa, era *exigido* aos engenheiros que dedicassem uma hora aos seus próprios projectos, deixando-se guiar inteiramente pelas suas paixões e pelos seus instintos. (...). Marissa Mayer, a vice-presidente da Google com o pelouro da Pesquisa de Produtos e Experiência do Utilizador, garante que mais de 50% dos novos produtos da Google derivam de intuições explorados no Tempo Livre para a Inovação.” (Johnson, 2010)

#### 4.1.3 – *Serendipity*

“Como qualquer outro pensamento, uma intuição é simplesmente uma rede de células dentro do nosso cérebro que se põem a trabalhar num padrão organizado. Mas para que essa intuição possa florescer e se torne algo mais substancial, tem de estar ligada a outras ideias. Intuição requer um ambiente onde podem forjar-se novas e surpreendentes ligações: os neurónios e as sinapses do próprio cérebro e o ambiente cultural mais vasto em que o próprio cérebro se encontra. Um ambiente como o “sonho”. (Johnson, 2010)

“Não há nada de místico no papel dos sonhos na descoberta científica. Embora a actividade dos sonhos continue a ser um domínio fértil para a investigação, sabemos que, durante o sono REM (*rapid eyes movement*, movimento rápido dos olhos), a libertação de células de acetilcolina no tronco cerebral é um choque equivalente ao de um disparo eléctrico que envia impulsos eléctricos para todos os pontos do cérebro. As recordações e as associações de ideias são desencadeadas de uma forma caótica e quase ao acaso, dando origem à qualidade alucinatória dos sonhos. Muitas destas novas ligações neurais são desprovidas de sentido, mas, uma vez por outra, o cérebro que está a sonhar

encontra uma ligação importante que escapou à consciência desperta. Nesta perspectiva, Freud percebeu mal ao formular o seu conceito de onirismo: o sonho não está mesmo a revelar uma verdade reprimida. Em vez disso, está a *explorar*, tentando encontrar novas verdades quando faz experiências com combinações novas de neurónios.” (Johnson, 2010)

“O estado caótico da mente humana, assim como acontece no sonho, é o ideal para apreensão de novos conhecimentos.

“Quanto mais desorganizado é o cérebro, mais inteligente é a pessoa” – Robert Thatcher, neurocientista, da Universidade do Sul da Florida, após estudo sobre a vacilação entre o bloqueio de fase (quando milhões de neurónios pulsam num ritmo perfeito, o que acontece com uma certa regularidade) e o ruído (pulsação desorganizada ou caótica dos neurónios) no cérebro de dezenas de crianças. Thatcher detectou que quanto mais tempo o cérebro de uma criança passa em modo caótico, mais alto é o seu QI.

É no modo de bloqueio (...) que o cérebro executa um plano ou mantém um hábito estabelecido. E é no modo de caos que o cérebro assimila informação nova, explora estratégias para responder a uma situação que se alterou. Assim, o modo de caos é uma espécie de sonho de segundo plano: uma limpeza feita com ruído que torna possíveis as novas ligações.” (Johnson, 2010)

Após essa introdução ao assunto da mente humana e, por comparação, à importância das novas ligações ocasionais e aleatórias, Johnson explica o que vem a ser “*serendipity*”.

“A língua inglesa tem a bênção de possuir uma palavra maravilhosa que expressa bem o poder da ligação ocasional e aleatória: *serendipity*. Aparecendo pela primeira vez numa carta escrita pelo romancista britânico Horace Walpole em 1754, esta palavra tem como origem um conto de fadas persa intitulado “Os Três Príncipes de Serendip”, cujos protagonistas estavam sempre “a fazer descobertas, por acaso e sagacidade, de coisas de que não andavam a procura”. O romancista contemporâneo John Barth descreveu a palavra em termos náuticos: “Não se alcança Serendip por se traçar um rumo para lá chegar. É preciso que nos façamos ao mar em boa fé, à procura de um qualquer destino, perdendo o rumo *serendipitosamente*.” (Johnson, 2010)

“(…). A *serendipity* é uma forma de acaso feito de acontecimentos ocasionais, claro, mas o que os torna momentos felizes é o facto de a descoberta que fazemos se revestir de significado para nós. Ela completa uma intuição ou abre uma porta no adjacente possível em que não tínhamos reparado. (...). O acaso da *serendipity* requer choques e descobertas improváveis, mas também precisa de ter algo que sirva de âncora a essas descobertas. (...).” (Johnson, 2010)

Fazer com que esses choques e descobertas improváveis aconteçam não é uma tarefa fácil, pois acontecem de forma involuntária e quando menos se espera.

“Uma maneira é ir passear. A história das inovações está cheia de relatos de boas ideias que ocorreram a pessoas quando elas andavam a dar uma volta a pé. (...). O banho ou o passeio a pé afastam-nos do foco da vida moderna que está baseada numa tarefa (...) e transportam-nos para um estado capaz de fazer maiores associações. Se tiver tempo suficiente para isso, a nossa mente acaba por deparar-se com uma ligação antiga de que já não se lembrava e nós experimentamos aquela sensação maravilhosa da descoberta ocasional num momento mais íntimo: porque é que eu não pensei nisso antes?” (Johnson, 2010)

O autor levanta a questão do possível declínio das descobertas ao acaso com o surgimento e popularização da internet. Para alguns, a pesquisa pela internet leva a resultados tão específicos que não conduz seus usuários a explorar campos diversos.

“Quando os críticos se queixam do declínio do acaso da descoberta, tendem, habitualmente, a apontar os mecanismos dos “velhos meios de comunicação” que parecem não ter equivalente directo na Internet. (...). A pesquisa à velha maneira conduz, de facto, a descobertas não planeada. Mas, graças à capacidade natural que tem o hipertexto de estabelecer ligações e à fome exploratória da blogosfera, ansiosa por encontrar coisas novas, é muito mais fácil estar sentado diante do motor de busca, e encontrar qualquer coisa que é absolutamente brilhante, mas que é surpreendente, do que caminhar por uma biblioteca, a olhar para as lombadas dos livros. Será que toda a gente usa a Internet desta maneira? Claro que não. Mas aqui estamos muito mais perante uma pesquisa no *mainstream* do que alguma vez terá sido uma exploração aleatória das estantes da biblioteca, retirando livros do seu lugar porque se gosta da encadernação. Esta é a ironia do debate sobre a *serendipity*: aquilo que está a ser objeto de luto deixou de ser uma experiência marginal e transformou-se no *mainstream* cultural.

(...). Se a arquitetura da *serendipity* consiste em ir encontrando ligações surpreendentes enquanto vemos a primeira página, então a Internet é, pelo menos, dez vezes mais serendipitosa do que o jornal clássico impresso. (...)” (Johnson, 2010)

Como exemplos de fomento às descobertas ao acaso, Johnson destaca o Google e a Wikipédia.

“O Google e a Wikipédia dão às intuições passageiras algo a que se pode agarrar, a uma espécie de âncora de informação que lhe permite parar num determinado assunto e explorar a área circundante. Com isso, transformam intuições e acasos felizes em informação. Se a tradição do *commonplace book* nos diz que a melhor maneira de estimular a intuição é escrever tudo, o motor de acaso da Web sugere uma directiva paralela: *procure tudo*.” (Johnson, 2010)

Em oposição à abertura e ao compartilhamento de informações advindos da internet, encontramos cada vez mais barreiras ao acesso a novas ideias no mundo real. Constroem-se muros em volta das novidades, a fim de assegurar exclusividade e sob pretexto de estimular a inovação. O autor aponta que soluções de espaços de trabalho com ambientes mais abertos tendem a ser mais produtivas e obter melhores resultados.

“A premissa de que a inovação prospera quando as ideias se podem ligar e recombinar com outras ideias, por meio do acaso, e quando as intuições tropeçam noutras intuições, que felizmente preenchem os espaços em branco, pode parecer uma verdade óbvia mas é estranho que uma grande parte dos últimos dois séculos de sabedoria jurídica e popular sobre a inovação tenha andado a postular um argumento que é totalmente o oposto, construindo muros entre ideias e afastando-as do tipo de ligações aleatórias que permitem a descoberta (...). Ironicamente, esses muros foram erguidos com o propósito específico de estimular a inovação. Têm muitos nomes – patentes, gestão de direitos digitais, propriedade intelectual, segredo profissional e tecnologia proprietária –, mas todos partilham um pressuposto básico: de que, a longo prazo, a inovação aumentará se impusermos restrições à expansão de novas ideias porque essas restrições permitirão aos criadores obter grandes compensações financeiras pelas suas invenções. E essas receitas irão atrair outros inovadores e levá-los a seguirem as suas pisadas.

O problema destes ambientes fechados é o facto de inibirem a descoberta aleatória e de reduzirem a rede global de mentes que tem o potencial para se ocupar de um problema. (...). E, na realidade, até já existe um movimento crescente em algumas empresas visionárias para virar do avesso os seus laboratórios de investigação e desenvolvimento (I&D) e torná-los mais transparentes do que o modelo tradicional.” (Johnson, 2010)

“O segredo da inspiração nas organizações é construir redes de informação que deixam as instituições sobreviver, dispersar-se e recombinar-se. Em vez de fechar as intuições em reuniões de *brainstorm* ou laboratórios de I&D, as organizações devem criar ambientes onde essas reuniões consistam em algo que esteja sempre a ocorrer em segundo plano e através de toda a organização, numa versão colectiva do conceito dos 20 por cento de tempo que mostrou ser um êxito para a Google (...).” (Johnson, 2010)

#### 4.1.4 – O Erro

“(…). A tradição de alguém ter espetacularmente razão tem uma história escondida na sombra: uma história, muito mais longa, de quem se enganou espetacularmente uma e outra vez. E em grande estilo.” (Johnson, 2010)

*“Seria um erro pensar que o grande descobridor encontra de repente a verdade ou que tem algum método infalível para a adivinhar. Com toda a probabilidade, os erros da grande mente excedem em número os das mentes menos vigorosas. A fertilidade da imaginação e a abundância das tentativas de chegar à verdade figuram entre os primeiros requisitos da descoberta; mas as tentativas de adivinhar que resultam em erro devem ser tão numerosas como aquelas que se revelam bem fundamentadas. As analogias mais fracas, as noções mais caprichosas e as teorias mais aparentemente absurdas podem passar pelo cérebro mais prolífero e não ficar sequer registo de uma centésima parte.”* (William Stanley Jevons, 1874 como citado em Johnson, 2010, pp. 130-131)

“(…). Jevons<sup>2</sup> está a defender um ponto de vista mais subtil para o papel do erro na inovação, porque o erro não é apenas uma fase pela qual se deve passar no caminho para o génio. O erro cria, frequentes vezes, um caminho que nos afasta das nossas convicções mais confortáveis. (…). Estarmos errados obriga-nos a explorar.” (Johnson, 2010)

O erro tem, para Johnson, uma importância tão grande para o surgimento de grandes ideias, que se torna indispensável no caminho para inovação.

“(…). Quando nos enganamos, temos de desafiar as nossas certezas e adoptar novas estratégias. Estar enganado, por si só, não abre novas portas no adjacente possível mas obriga-nos a procura-las.” (Johnson, 2010)

Baseado nos estudos feitos pela professora de psicologia de Berkeley, Charlan Nemeth, que começou a investigar a relação entre o ruído, a divergência e a criatividade em ambientes de grupo, há cerca de 30 anos, o autor afirma que:

“A investigação que tem feito sugere a existência de uma verdade paradoxal relativamente à inovação: as boas ideias emergem com mais probabilidade em ambientes que contêm uma certa quantidade de ruído e erro. (…). Uma boa ideia tem de ser *correcta* em algum nível básico e nós valorizamos as boas ideias porque elas tendem a apresentar uma elevada relação sinal/ruído. Mas isso não significa que queiramos cultivar essas ideias em ambientes livres de ruído porque esses ambientes

---

<sup>2</sup> William Stanley Jevons, economista inglês, em Principles of Science, 1874

livres de ruído acabam por ser demasiado estéreis e previsíveis no que se refere aos seus resultados. Os melhores laboratórios para a inovação são sempre os que se encontram um pouco contaminados.” (Johnson, 2010)

Até mesmo na natureza, podemos observar que o ruído é importante para evolução das espécies. O ambiente sem estresse permite aos seres vivos manterem-se na sua zona de conforto, enquanto o ambiente hostil obriga-os a inovar e, assim, evoluir.

“Um estudo feito por Susan Rosenberg, na Faculdade de Medicina da Universidade Baylor, descobriu que as bactérias aumentavam enormemente suas taxas de mutação quando eram confrontadas com o estresse que seria provocado pela redução da energia. Quando a vida é boa, sugere a pesquisa de Rosenberg, as bactérias têm uma necessidade menor de elevadas taxas de mutação porque as suas estratégias estão, nessa altura, bem adaptadas ao ambiente em que se encontram. Mas quando o ambiente se torna mais hostil, a pressão para inovar – tentando encontrar novas formas de fazer pela vida num ambiente pobre em recursos naturais – altera o equilíbrio do risco por oposição à recompensa que se obtém pela mutação.” (Johnson, 2010)

“Ter razão é como os estados de bloqueio de fase do cérebro humano em que todos os neurónios disparam numa sincronia perfeita. Nós precisamos desse estado de bloqueio pelo mesmo motivo que precisamos da verdade: um mundo de erro e de caos completos seria inimaginável a um nível social e neuroquímico. (...). Mas deixar algum espaço para o erro generativo também é importante. Os ambientes inovadores prosperam com os erros úteis e sofrem quando as exigências do controlo de qualidade lhes travam o passo. (...). Benjamin Franklin disse: “Talvez a história dos erros da Humanidade, se considerarmos todas as circunstâncias, seja mais valiosa e interessante do que a das suas descobertas. A verdade é uniforme e estreita, existe continuamente e não parece exigir mais do que uma energia activa, como aptidão passiva da alma para a poder encontrar. Mas o erro é infinitamente diversificado.” (Johnson, 2010)

#### **4.1.5 – Exaptação**

O termo “exaptação” foi proposto pela primeira vez em 1971, pelos biólogos americanos Stephen Jay Gould e Elizabeth Vrba, e ocorre quando um organismo desenvolve uma característica que é otimizada para um uso específico, mas essa característica é desviada para funções completamente diferentes.

Extraindo esse conceito para o campo prático da inovação, exaptação é um empréstimo “de ideia, tecnologia, pensamento, invenção já existentes, de um domínio

totalmente diferente, para resolver um problema que, de raiz, não tinha relação nenhuma com sua iniciativa. ” (Johnson, 2010)

“Se as mutações, o erro e a descoberta ocasional abrem novas portas para o adjacente possível da biosfera, as exaptações ajudam-nos a explorar as novas possibilidades que nos esperam por detrás dessas portas. Um fósforo que se acende para iluminar uma divisão às escuras mostra ter um uso completamente diferente quando se abre uma porta e se descobre uma divisão com alguma lenha e uma lareira. Uma coisa que nos permitia ver, num determinado contexto, acaba por nos ajudar a manter-nos quentes noutra contexto. É esta a essência da exaptação. ” (Johnson, 2010)

“No início dos anos 70, um sociólogo de Berkeley chamado Claude Fischer começou a investigar as consequências sociais da vida nos centros urbanos de maior população. (...).

(...). Fischer procurou determinar que padrões sociais é que eram estimulados pelo ambiente das grandes cidades. A investigação que fez levou-o a uma conclusão irresistível, publicada num estudo essencial em 1975: as grandes cidades são propícias às *subculturas* muito mais eficazmente do que os subúrbios ou as cidades mais pequenas.

Os estilos de vida e os interesses que se desviam do *mainstream* precisam de massa crítica para sobreviverem. Nas comunidades mais pequenas são atrofiados não porque essas comunidades sejam mais repressivas, mas, principalmente, porque as possibilidades de encontro de pessoas que pensam da mesma maneira são muito mais reduzidas num conjunto mais reduzido de indivíduos. (...). Fischer escreveu: “O inconformismo dos criminosos e o inconformismo dos inovadores são ambos alimentados por subculturas enérgicas. ” Os colectivos de poesia e os bandos de rua podem aparecer separados por quilómetros à superfície, mas dependem todos da capacidade da cidade de sustentar as subculturas.

As cidades são, portanto, ambientes maduros para a exaptação, porque cultivam estilos e interesses especializados e criam uma rede fluida onde a informação pode escapar-se a essas subculturas e influenciar os seus vizinhos de maneiras surpreendentes. (...). O seu valor também está nas migrações improváveis que ocorrem entre os diferentes grupos. Um mundo onde se pode sobrepor uma mistura diversificada de profissões e paixões distintas é um mundo onde as exaptações florescem.

Estes ambientes partilhados tomam frequentemente a forma de um espaço público bem real, (...), um ambiente conectivo que é distinto do mundo isolado de casa ou do emprego. E o seu melhor exemplo será o da *coffeeshouse* inglesa do século XVIII (divergiram dos demais cafés europeus e americanos pela oferta e diversidade de bebidas, como chás além do café, e na criação de espaços onde se podia fumar e conversar em ambiente descontraído), que foi um terreno fértil para inúmeras inovações da era do Iluminismo. (...). As pessoas juntam-se nestes espaços em bandos, movidas pela camaradagem que encontram junto dos outros que partilham das suas paixões, e não há dúvida de

que essa rede de apoio faz aumentar o empenhamento e a produtividade do grupo. Mas o encorajamento não conduz, necessariamente, à criatividade. São os *choques* que a ela conduzem – os choques que ocorrem quando convergem diferentes áreas de especialização num espaço partilhado, físico ou intelectual. É aí que surgem as verdadeiras faíscas.” (Johnson, 2010)

Johnson demonstra, a seguir, a importância de uma rede social vasta, que permita interação entre um maior e mais diversificado número de pessoas e um ambiente mais propício à exaptação.

“No final dos anos 90, um professor da Stanford Business School chamado Martin Ruef decidiu investigar a relação entre a inovação nas empresas e a diversidade. (...). Para isso, entrevistou 766 diplomados da sua faculdade.

O que Ruef descobriu foi uma reprodução bem visível do modelo da *coffeehouse* aplicado às redes sociais: os indivíduos mais criativos do estudo de Ruef dispunham, coerentemente, de redes sociais vastas (...) que englobavam pessoas de diversas áreas de especialização. As redes sociais diversas e horizontais, na análise de Ruef, eram três vezes mais inovadoras do que as redes sociais uniformes e verticais. Em grupos unidos por valores partilhados e por uma familiaridade prolongada, a conformidade e o convencionalismo tendiam a abafar qualquer faísca de potencial criatividade. O alcance limitado da rede tinha como significado que os conceitos interessantes vindos do exterior raramente penetravam na consciência do empresário. Mas os empresários que construíam pontes para fora de suas “ilhas”, como Ruef lhes chamou, eram capazes de ir buscar ideia, de uma forma ou de outra, a esses ambientes externos e de dar-lhes uso num contexto novo.” (Johnson, 2010)

Johnson exemplifica, mais uma vez, como ocorre a exaptação no dia a dia. O autor utiliza a expressão “multitarefa” para a possibilidade contemporânea de se executar projetos concomitantes de forma constante e gradual.

“ (...) É tentador chamar a este processo de trabalho “tarefas em série”, no sentido de que os projectos gravitam uns atrás dos outros, mas destacar a natureza continuada do trabalho obscurece um aspecto essencial deste ambiente mental: num modo lento de “multitarefa”, um projecto ocupa o lugar central durante horas ou dias, mas os outros projectos continuam sempre nas margens de conjunto da consciência. Essa sobreposição cognitiva é o que torna este modo tão inovador. O projecto corrente pode exaptar ideias dos projectos que estão nessas margens e criar novas ligações. Não é tanto uma questão de pensar fora do espaço limitado como de permitir que a mente se mova através de vários espaços limitados. Esse movimento, de espaço em espaço, força a mente a abordar através

de novos ângulos o problema das barreiras que encontra pelo caminho ou a ir tomar de empréstimo ferramentas de uma dada disciplina para resolver problemas noutra. ” (Johnson, 2010)

## Síntese

“(…) para tornarmos a nossa mente mais inovadora, temos de colocá-la em ambientes que partilham uma rede com a mesma assinatura – redes de ideias ou de pessoas que reproduzem as redes neurais de uma mente que explora os limites do adjacente possível. Certos ambientes melhoram a capacidade natural que o cérebro tem de estabelecer novos laços de associação. (...)” (Johnson, 2010)

“A rede, só por si, não é inteligente – mas os indivíduos tornam-se mais inteligentes por estarem ligados à rede.” (Johnson, 2010)

“(…). É por isso que quase todas as grandes ideias começam por ter uma forma parcial e ainda não definida. Contêm as sementes de algo que é profundo, mas não o elemento-chave que pode transformar o que alguém intui em algo verdadeiramente poderoso. E, na maior parte das vezes, esse elemento que falta é outra intuição, na cabeça de uma outra pessoa.” (Johnson, 2010)

“(…). As intuições que não se interligam estão condenadas a não passarem de palpites.” (Johnson, 2010)

“Como qualquer outro pensamento, uma intuição é simplesmente uma rede de células dentro do nosso cérebro que se põem a trabalhar num padrão organizado. Mas para que essa intuição possa florescer e se torne algo mais substancial, tem de estar ligada a outras ideias. (...)” (Johnson, 2010)

“(…). A *serendipity* é uma forma de acaso feito de acontecimentos ocasionais, claro, mas o que os torna momentos felizes é o facto de a descoberta que fazemos se revestir de significado para nós. Ela completa uma intuição ou abre uma porta no adjacente possível em que não tínhamos reparado. (...)” (Johnson, 2010)

“(…). A história das inovações está cheia de relatos de boas ideias que ocorreram a pessoas quando elas andavam a dar uma volta a pé. (...) O banho ou o passeio a pé afastam-nos do foco da vida moderna que está baseada numa tarefa (...) e transportam-nos para um estado capaz de fazer maiores associações. Se tiver tempo suficiente para isso, a nossa mente acaba por deparar-se com uma ligação antiga de que já não se lembrava e nós experimentamos aquela sensação maravilhosa da descoberta ocasional num momento mais íntimo: porque é que eu não pensei nisso antes?” (Johnson, 2010)

“(…). Se a arquitetura da *serendipity* consiste em ir encontrando ligações surpreendentes enquanto vemos a primeira página, então a Internet é, pelo menos, dez vezes mais serendipitosa do que o jornal clássico impresso. (...)” (Johnson, 2010)

“(…). Em vez de fechar as intuições em reuniões de *brainstorm* ou laboratórios de I&D, as organizações devem criar ambientes onde essas reuniões consistam em algo que esteja sempre a ocorrer em segundo plano e através de toda a organização, numa versão colectiva do conceito dos 20 por cento de tempo que mostrou ser um êxito para a Google (...)” (Johnson, 2010)

“(…). Quando nos enganamos, temos de desafiar as nossas certezas e adoptar novas estratégias. Estar enganado, por si só, não abre novas portas no adjacente possível mas obriga-nos a procura-las.” (Johnson, 2010)

“Se as mutações, o erro e a descoberta ocasional abrem novas portas para o adjacente possível da biosfera, as exaptações ajudam-nos a explorar as novas possibilidades que nos esperam por detrás dessas portas. Um fósforo que se acende para iluminar uma divisão às escuras mostra ter um uso completamente diferente quando se abre uma porta e se descobre uma divisão com alguma lenha e uma lareira. Uma coisa que nos permitia ver, num determinado contexto, acaba por nos ajudar a manter-nos quentes noutra contexto. É esta a essência da exaptação.” (Johnson, 2010)

“As cidades são, (...), ambientes maduros para a exaptação, porque cultivam estilos e interesses especializados e criam uma rede fluida onde a informação pode escapar-se a essas subculturas e influenciar os seus vizinhos de maneiras surpreendentes. (...)” (Johnson, 2010)

“(…) os empresários que construíam pontes para fora de suas “ilhas”, (...), eram capazes de ir buscar ideia, de uma forma ou de outra, a esses ambientes externos e de dar-lhes uso num contexto novo.” (Johnson, 2010)

### Síntese do Conhecimento Logístico

“(…) para tornarmos a nossa mente mais inovadora, temos de colocá-la em ambientes que partilham uma rede com a mesma assinatura – redes de ideias ou de pessoas que reproduzem as redes neurais de uma mente que explora os limites do adjacente possível. Certos ambientes melhoram a capacidade natural que o cérebro tem de estabelecer novos laços de associação. (...)” (Johnson, 2010)

“(…) É por isso que quase todas as grandes ideias começam por ter uma forma parcial e ainda não definida. Contêm as sementes de algo que é profundo, mas não o elemento-chave que pode transformar o que alguém intui em algo verdadeiramente poderoso. E, na maior parte das vezes, esse elemento que falta é outra intuição, na cabeça de uma outra pessoa.” (Johnson, 2010)

“(…) As intuições que não se interligam estão condenadas a não passarem de palpites.” (Johnson, 2010)

“(…) A *serendipity* é uma forma de acaso feito de acontecimentos ocasionais, claro, mas o que os torna momentos felizes é o facto de a descoberta que fazemos se revestir de significado para nós. Ela completa uma intuição ou abre uma porta no adjacente possível em que não tínhamos reparado. (...)” (Johnson, 2010)

“(…) Em vez de fechar as intuições em reuniões de *brainstorm* ou laboratórios de I&D, as organizações devem criar ambientes onde essas reuniões consistam em algo que esteja sempre a ocorrer em segundo plano e através de toda a organização, numa versão colectiva do conceito dos 20 por cento de tempo que mostrou ser um êxito para a Google (...)” (Johnson, 2010)

“(…) Quando nos enganamos, temos de desafiar as nossas certezas e adoptar novas estratégias. Estar enganado, por si só, não abre novas portas no adjacente possível mas obriga-nos a procura-las.” (Johnson, 2010)

“Se as mutações, o erro e a descoberta ocasional abrem novas portas para o adjacente possível da biosfera, as exaptações ajudam-nos a explorar as novas possibilidades que nos esperam por detrás dessas portas. Um fósforo que se acende para iluminar uma divisão às escuras mostra ter um uso completamente diferente quando se abre uma porta e se descobre uma divisão com alguma lenha e uma lareira. Uma coisa que nos permitia ver, num determinado contexto, acaba por nos ajudar a manter-nos quentes noutra contexto. É esta a essência da exaptação.” (Johnson, 2010)

“(…) os empresários que construíam pontes para fora de suas “ilhas” (redes sociais), (...), eram capazes de ir buscar ideia, de uma forma ou de outra, a esses ambientes externos e de dar-lhes uso num contexto novo.” (Johnson, 2010)

## FASE 2

---

### Conceitos

Esta segunda fase da investigação corresponde à definição de conceitos a partir da formulação de hipóteses sob a forma de triangulações.

Partindo do estudo teórico realizado na fase anterior foram selecionados e relacionados três temas de três áreas do conhecimento diferentes, definindo uma triangulação. Este processo foi repetido três vezes, o que resultou em três triangulações distintas e, conseqüentemente, em três hipóteses conceituais.



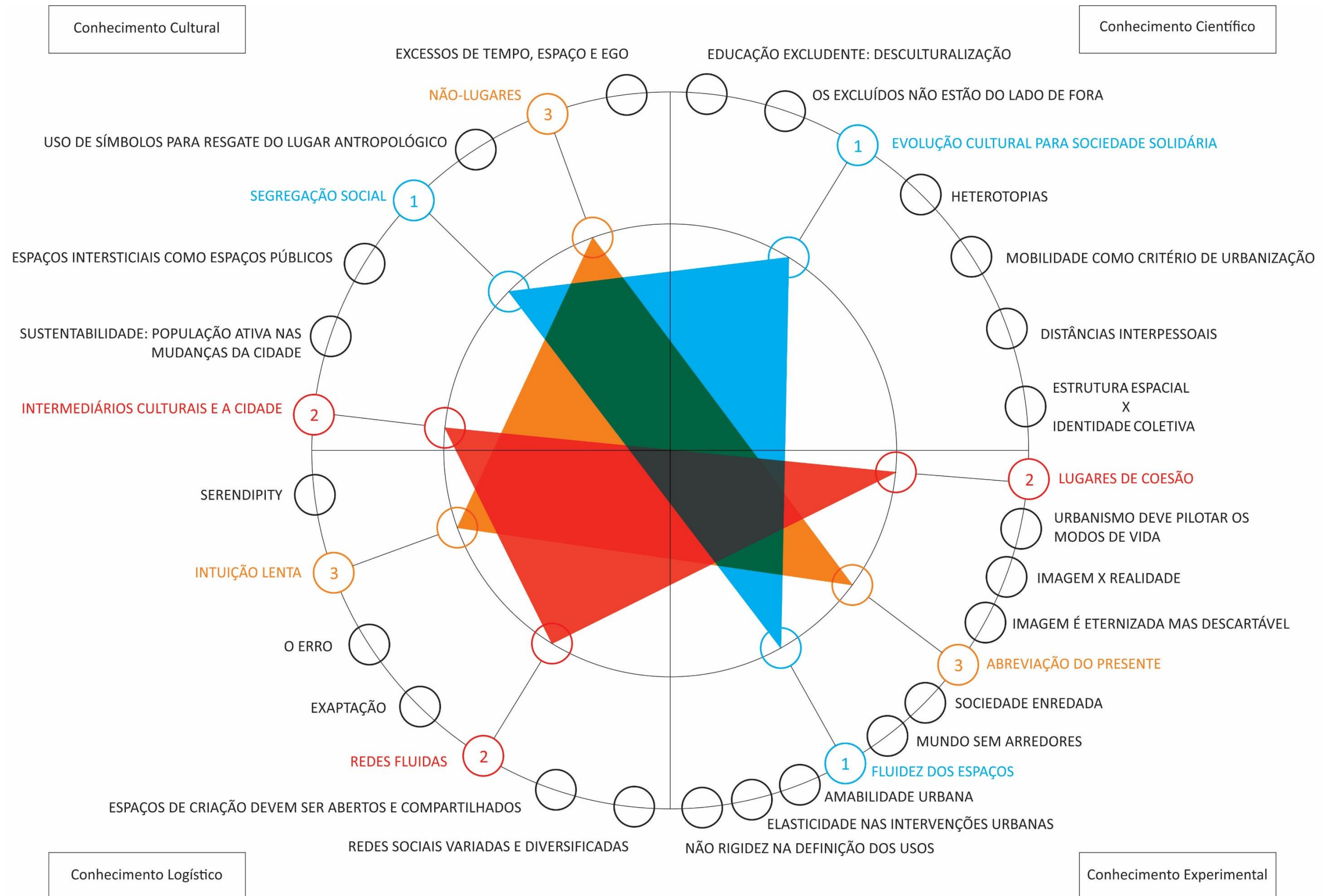
## 5. TRIANGULAÇÕES

Os temas mais relevantes retirados da fase de pesquisa teórica são apresentados num esquema circular dividido pelas já referidas quatro áreas do conhecimento. Nesse esquema são também representadas associações entre alguns desses temas, de onde resultam as três triangulações.

Cada triangulação é representada por: citações retiradas dos livros/artigos da pesquisa e referentes aos temas destacados; um conceito que define a triangulação; um conjunto de imagens conceptuais referentes a representação formal dessa triangulação; e um conjunto de imagens “reais” (mobiliário, espaços, etc.) que comprovam a materialização de facto desses conceitos e formas.



5.1 – Esquema representativo da formação das triangulações



## 5.2 – Triangulação 1

### 5.2.1 – Citações (1)

“A Sociedade da Exclusão: Compreendê-la para dela sair”

“(…), uma profunda evolução cultural deve preceder e acompanhar as transformações económicas, sociais e institucionais. Só com esta condição primeira é que a passagem de uma sociedade de exclusão a uma sociedade solidária é possível.” (Clavel, 2004)

“Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos”

“(…) os entre-lugares configuram e qualificam os espaços urbanos como espaços públicos intersticiais e exatamente porque são eles que se tornam locais de visibilidade, de disputas simbólicas, práticas de consumo e de busca do reconhecimento público da diferença. (…)” (Leite, 2009)

“(…) causas do fenómeno da segregação residencial: (...) privatização dos serviços urbanos, aumentando a desigualdade de acesso aos serviços públicos e equipamentos coletivos, sobretudo no que diz respeito à qualidade desses serviços.” (Bógus, 2009)

“Intervenções temporárias, marcas permanentes: Apropriações, arte e festa na cidade contemporânea”

“O fim da rigidez na modernidade líquida pode ser considerado um tema que perpassa todas as escalas, do mobiliário ao urbanismo. (...) Um dos princípios atuais para o desenho das superfícies urbanas é o uso não programado, onde serviços e mobiliários são pensados para serem apropriados pelas pessoas, gerando uma gama diversa e flexível de usos que podem garantir a longa utilização do espaço. A não rigidez na definição dos usos pressupõe a possibilidade de situações distintas. (...)” (Fontes, 2013)

### **5.2.2 – Conceito (1)**

Esta triangulação une três conceitos básicos, a serem desenvolvidos a seguir em conjunto: necessidade de uma evolução cultural para se chegar a uma sociedade solidária; uso dos espaços intersticiais como espaços públicos destinados a encontros sociais; e não rigidez na definição de usos para espaços e objetos projetados.

Unindo esses três conceitos, chegamos ao conceito desta primeira triangulação, que tem como foco principal o combate à segregação social, através da difusão cultural, como um bem esclarecedor e que conecta as pessoas, e através do uso dos espaços intersticiais, que devem passar de lugares de passagem para lugares de encontro. Através de um desenho que permita aos usuários definirem a forma de utilização do objeto proposto, podemos garantir um maior número de possibilidades de situações e interações – das pessoas com o objeto e das pessoas entre si – favorecendo a integração social.

Para o desenvolvimento do projeto, esta triangulação lança as seguintes questões: Como podemos utilizar os entre-lugares de modo a convidar as pessoas a ocuparem, utilizarem e interagirem com esse espaço? Como promover a interação interpessoal através de um design fluido, sem preocupação com definição de usos? Onde estarão os espaços intersticiais propícios para integração social através da difusão da cultura?

### 5.2.3 – Imagens Conceptuais (1)

As imagens (conceptuais e reais) relacionadas a esta triangulação foram escolhidas por expressarem flexibilidade de usos, permitindo ao usuário a apropriação do espaço da forma que lhe convir, além de sugerirem integração, seja através da forma, seja através dos usos que lhes são dados.



Figura 17 – Imagens Conceptuais da Triangulação 1

### 5.2.4 – Imagens “Reais” (1)



Figura 18 – Imagens Reais da Triangulação 1

## 5.3 – Triangulação 2

### 5.3.1 – Citações (2)

#### “Plural de Cidade: Novos Léxicos Urbanos”

“A responsabilidade dos intermediários culturais ganha particular relevo no contexto urbano, em consequência da atenção crescente que a cultura vem adquirindo nas políticas e nas estratégias de regeneração e desenvolvimento das cidades.” (Ferreira, 2009)

“(…) A questão que verdadeiramente tem que se colocar em relação a eles (intermediários culturais) não é, portanto, a da razão de sua existência. É, antes, a dos critérios e dos compromissos culturais, sociais e políticos com que desempenham as suas funções.” (Ferreira, 2009)

#### “As ideias que mudaram o mundo – A história natural da inovação”

“(…) para tornarmos a nossa mente mais inovadora, temos de colocá-la em ambientes que partilham uma rede com a mesma assinatura – redes de ideias ou de pessoas que reproduzem as redes neurais de uma mente que explora os limites do adjacente possível. Certos ambientes melhoram a capacidade natural que o cérebro tem de estabelecer novos laços de associação. (…).” (Johnson, 2010)

“A rede, só por si, não é inteligente – mas os indivíduos tornam-se mais inteligentes por estarem ligados à rede.” (Johnson, 2010)

#### “O Urbanismo Depois da Crise”

“Como fazer uma cidade que facilite a coesão social? (...). Com efeito, de nada ou de quase nada serve pôr gente diferente lado a lado (...). Em contrapartida, a criação de situações em que estas se possam encontrar, conhecer-se ou reconhecer-se tem todo um outro alcance. (...). Os locais adequados estão ainda por inventar. (...).” (Bourdin, 2011)

“(…) Mais do que querer fazer uma cidade que responda à procura explícita de uma comunidade (...) e que suscite um consenso, preferimos mobilizar redes de utilizadores (...) e de habitantes diversos para produzir e fazer funcionar a cidade numa diligência que não exclui nem os conflitos nem mesmo as incoerências. A coesão social virá por acréscimo. (...).” (Bourdin, 2011).

### **5.3.2 – Conceito (2)**

Os conceitos que formam os vértices dessa triangulação são os seguintes: importância dos intermediadores culturais para regeneração e desenvolvimento das cidades (e, por consequência, da sociedade); ambientes propícios facilitam a capacidade natural do cérebro em estabelecer novas ligações e associações; criação de situações que promovam a coesão social, através do encontro, conhecimento e reconhecimento entre pessoas.

A palavra-chave deste conceito é coesão. Sabendo-se que indivíduos interligados entre si e, portanto, em coesão, tornam-se mais inteligente, é um desafio criar espaços onde essas ligações podem ser estimuladas. Sabendo-se, também, da importância da função dos intermediadores culturais na reestruturação das cidades, devemos pensar em como o design pode aliar-se a eles nesse processo.

Algumas questões a serem respondidas: como criar situações em que as pessoas possam se encontrar, conhecer e reconhecer? Essas pessoas podem formar uma rede, conectando-se e formando novas ligações, nessas mesmas situações? Como o design pode trabalhar em favor dos intermediários culturais?

### 5.3.3 – Imagens Conceptuais (2)

As imagens (conceptuais e reais) a seguir representam a coesão, conceito-chave desta triangulação, seja em suas formas, seja em seus usos.



Figura 19 – Imagens Conceptuais da Triangulação 2

### 5.3.4 – Imagens “Reais” (2)



Figura 20 – Imagens Reais da Triangulação 2

## 5.4 – Triangulação 3

### 5.4.1 – Citações (3)

“Não-Lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade”

“Se um lugar se pode definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode definir-se nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar. (...)” (Augé, 2012)

“Na realidade concreta do mundo de hoje, os lugares e os espaços, os lugares e os não-lugares, emaranham-se, interpenetram-se. A possibilidade do não-lugar nunca está ausente seja de que lugar for. O regresso ao lugar é o recurso de quem frequenta os não-lugares (...).” (Augé, 2012)

“A Sociedade Invisível: Como observar e interpretar as transformações do mundo actual”

“(…). Pois bem: considerada a cultura no seu conjunto, podemos sustentar que, com o processo de civilização, o presente se abrevia, dura menos, e que cada vez estamos menos tempo onde estamos. (...). O mundo pareceria estar em permanente estado de transição.” (Innerarity, 2004)

“As ideias que mudaram o mundo – A história natural da inovação”

“(…). As intuições que não se interligam estão condenadas a não passarem de palpites.” (Johnson, 2010)

“Como qualquer outro pensamento, uma intuição é simplesmente uma rede de células dentro do nosso cérebro que se põem a trabalhar num padrão organizado. Mas para que essa intuição possa florescer e se torne algo mais substancial, tem de estar ligada a outras ideias. (...)” (Johnson, 2010)

### **5.4.2 – Conceito (3)**

Esta triangulação é formada pelos seguintes conceitos: os não-lugares e a busca pelo lugar antropológico; a abreviação do presente; e a intuição lenta.

A proliferação cada vez maior de não-lugares faz com que os indivíduos se sintam cada vez mais solitários por mais tempo. Como fuga, a tendência é a busca pelo lugar relacional, identitário, dentro dos não-lugares, através de símbolos, produtos ou qualquer outro artifício que remeta as pessoas a situações familiares. Em paralelo a isso, o permanente estado de transição do mundo de hoje clama por soluções flexíveis e mutáveis para responder a questões igualmente variáveis. Por outro lado, a intuição lenta, tão importante para o surgimento de grandes ideias, requer tempo e casualidade.

Portanto, essa triangulação levanta a necessidade do design em responder a questões do tempo e do espaço. De que forma podem-se aliar essas necessidades? Como design pode ser mutável, flexível e estimular o desenvolvimento e amadurecimento da intuição? E como ligar intuições? De que forma o design pode “transferir” os usuários dos não-lugares para um lugar identitário?

### 5.4.3 – Imagens Conceituais (3)

As imagens que representam esta triangulação estimulam a intuição a medida em que seus usos e formas não são pré-estabelecidos. Cabe ao usuário transformá-las e utilizá-las intuitivamente. Assim como é possível modifica-las consoante as necessidades que surjam.

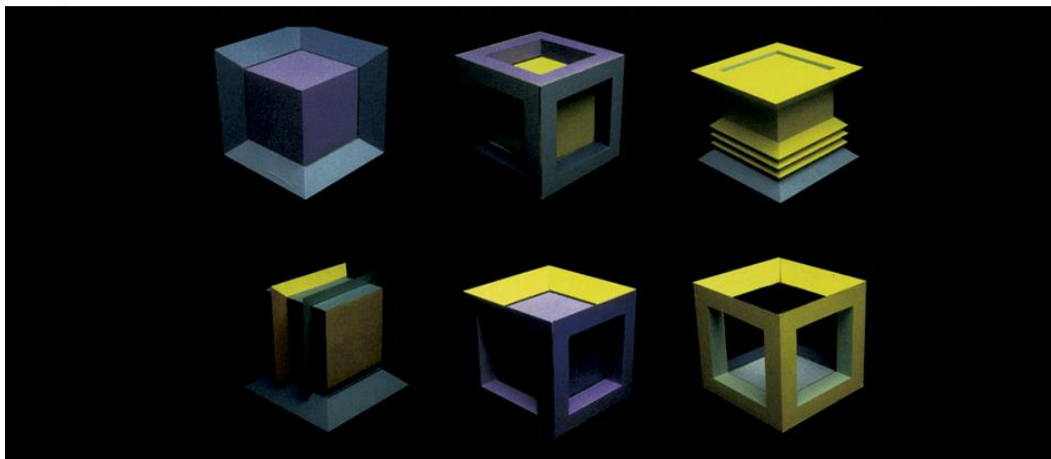
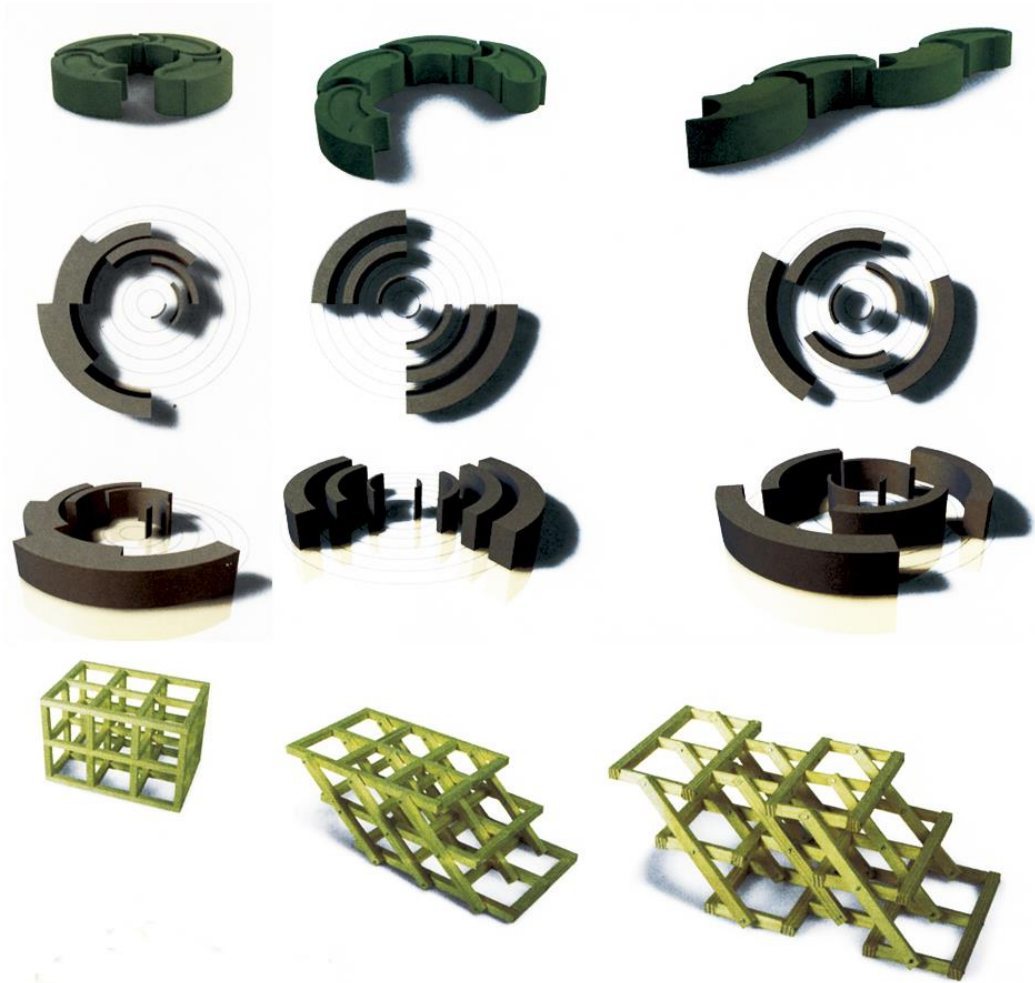


Figura 21 – Imagens Conceituais da Triangulação 3

5.4.4 – Imagens “Reais” (3)

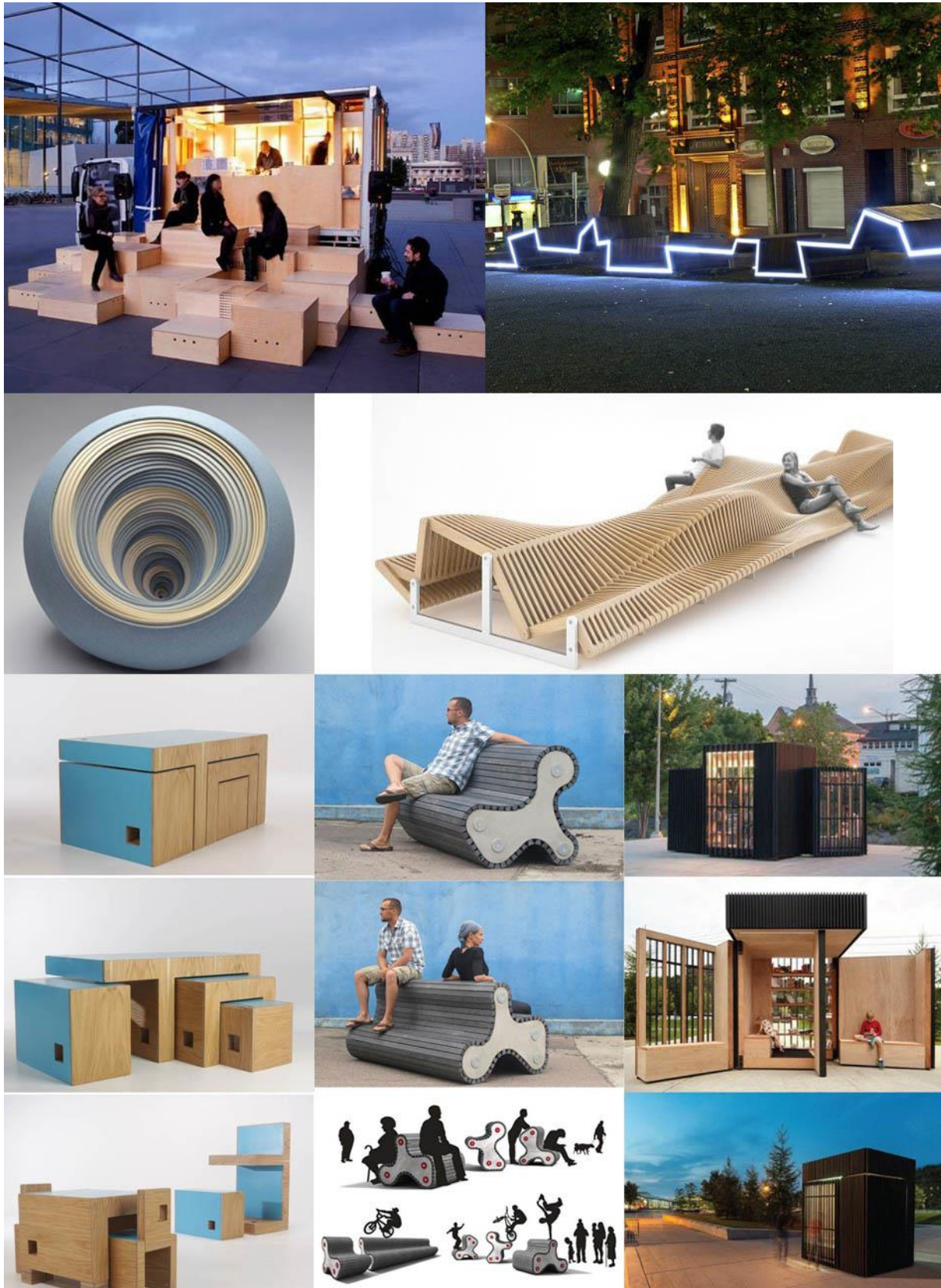


Figura 22 – Imagens Reais da Triangulação 3

## FASE 3

---

### Desenvolvimento Projetual

A terceira e última fase da investigação corresponde ao desenvolvimento projetual. No seguimento do trabalho desenvolvido na fase anterior é feita a seleção de uma das triangulações e sua validação como conceito. Por fim, o desenvolvimento do projeto, tendo por base as premissas teóricas apresentadas até aqui.



## 6. SELEÇÃO E VALIDAÇÃO DO CONCEITO

Neste capítulo será selecionada uma entre as três triangulações desenvolvidas no capítulo anterior, através de uma justificação, como conceito condutor do projeto a ser desenvolvido. Por fim procede-se a validação desse conceito através de uma recolha de imagens que o privilegiam.



### 6.1 – Seleção

Após a formulação de três triangulações e análise das mesmas, a triangulação (2) foi escolhida como conceito condutor do projeto a desenvolver:

Os conceitos que formam os vértices desta triangulação são: importância dos intermediadores culturais para regeneração e desenvolvimento das cidades (e, por consequência, da sociedade); ambientes propícios facilitam a capacidade natural do cérebro em estabelecer novas ligações e associações; criação de situações que promovam a coesão social, através do encontro, conhecimento e reconhecimento entre pessoas.

A palavra-chave é coesão. Sabendo-se que indivíduos interligados entre si e, portanto, em coesão, tornam-se mais inteligente, torna-se necessária a criação de espaços onde essas ligações possam ser estimuladas. Sabendo-se, também, da importância da função dos intermediadores culturais na reestruturação das cidades, devemos pensar em como o design pode aliar-se a eles nesse processo.

Algumas questões a serem respondidas: como criar situações em que as pessoas possam se encontrar, conhecer e reconhecer? Essas pessoas podem formar uma rede, conectando-se e formando novas ligações, nessas mesmas situações? Como o design pode trabalhar em favor dos intermediários culturais?

Para responder a estas questões algumas premissas foram estabelecidas pelo autor, baseado na investigação das quatro áreas de conhecimento. A intenção inicial de projeto era uma intervenção a nível urbano, justificada pelo embasamento teórico focado nas questões da sociedade e da cidade. Entretanto é possível transferir a realidade urbana para uma realidade menor, mais concentrada, mas com as mesmas características que interessam a esta investigação, como as relações interpessoais, segregações, espaços intersticiais, presença de lugares e não-lugares, implementação de intervenções temporárias etc. Esta realidade pode ser encontrada em shopping centers, centros empresariais, estações de metro ou comboio entre outros. Portanto, para início do desenvolvimento do projeto, vamos considerar esses, que podemos chamar, “espaços urbanizados”, como locais de intervenção.

Definido isto, o projeto deve responder às outras questões levantadas. O espaço a ser proposto deve privilegiar o encontro entre pessoas e deve permitir às mesmas que se

conheçam e reconheçam como parte de uma mesma sociedade, fortalecendo os laços que os unem e estabelecendo novos laços. Deverá, também, ser um mediador ou facilitador dos intermediários culturais, permitindo, por exemplo, o acesso aos seus trabalhos pela população.

## **6.2 – Validação**

Seguindo as diretrizes elaboradas a partir do conceito selecionado, será desenvolvido o projeto de um espaço expositivo destinado a um dos já citados “espaços urbanizados”. Este projeto deverá ter uma estrutura flexível, que permita a fluidez de seu uso e do fluxo de pessoas e informações.

A questão da coesão social será respondida pela própria forma do espaço projetado, que promoverá os encontros sociais e estimulará o contato interpessoal. Além disso, haverá um conteúdo – desenvolvido por intermediários culturais – com a finalidade de apresentar a sociedade à própria sociedade, através de exposição de imagens, estimulando o sentimento de pertença a essas pessoas. Este conteúdo cultural poderá ser experimentado de diferentes maneiras, utilizando-se as próprias formas do espaço expositivo e a relação das pessoas com este espaço. O observador poderá, então, situar-se em posições de exclusão ou inclusão, por exemplo, experimentando por analogia os conceitos aqui tratados.

Esse mesmo local deverá propiciar a formação de redes de conhecimento através da divulgação de informações que deverão ser disseminadas entre os usuários, que, por sua vez, disseminarão as mesmas informações em seus grupos sociais.

A seguir, algumas imagens que validam o conceito proposto, através de exemplos similares e de espaços receptivos a esse tipo de projeto.

- **Projetos expositivos em espaços públicos:** as intervenções temporárias em espaços públicos tornam-se pontos de atração e encontro de pessoas. Este fenômeno, aliado à exposição de conteúdo artístico tem o poder de estimular as mentes humanas e disseminar a culta pela sociedade.

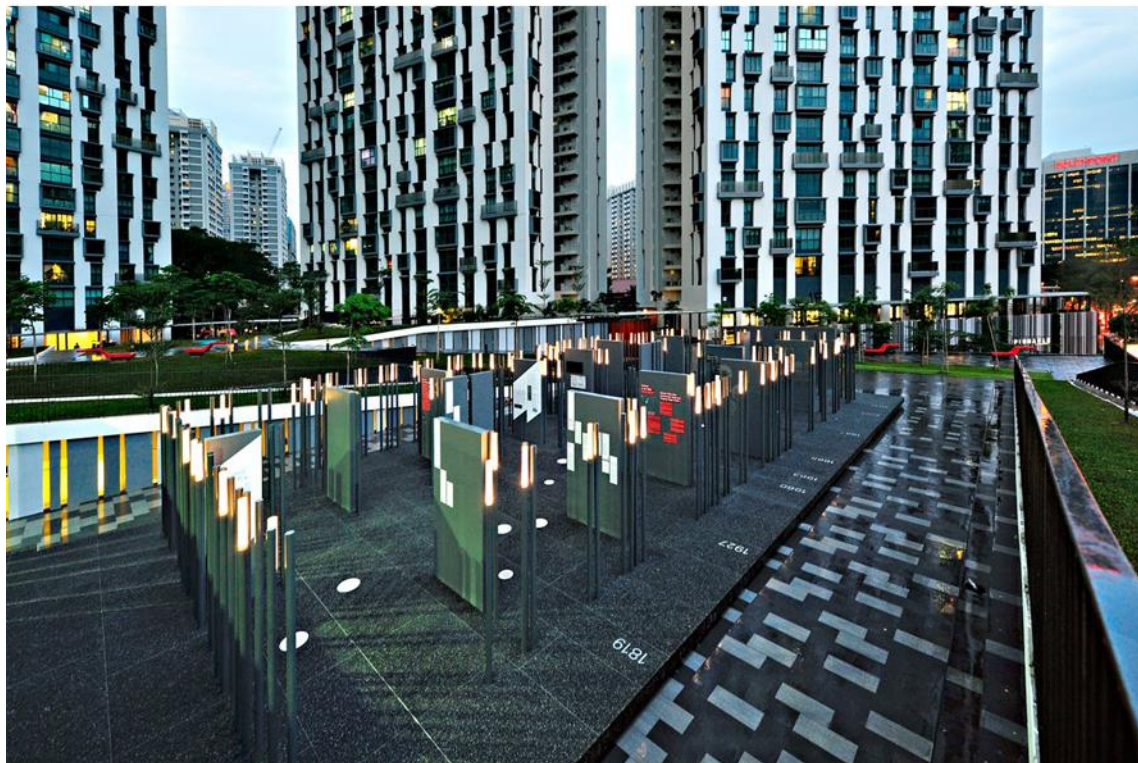


Figura 23 – Composto de imagens de espaços expositivos em espaços públicos

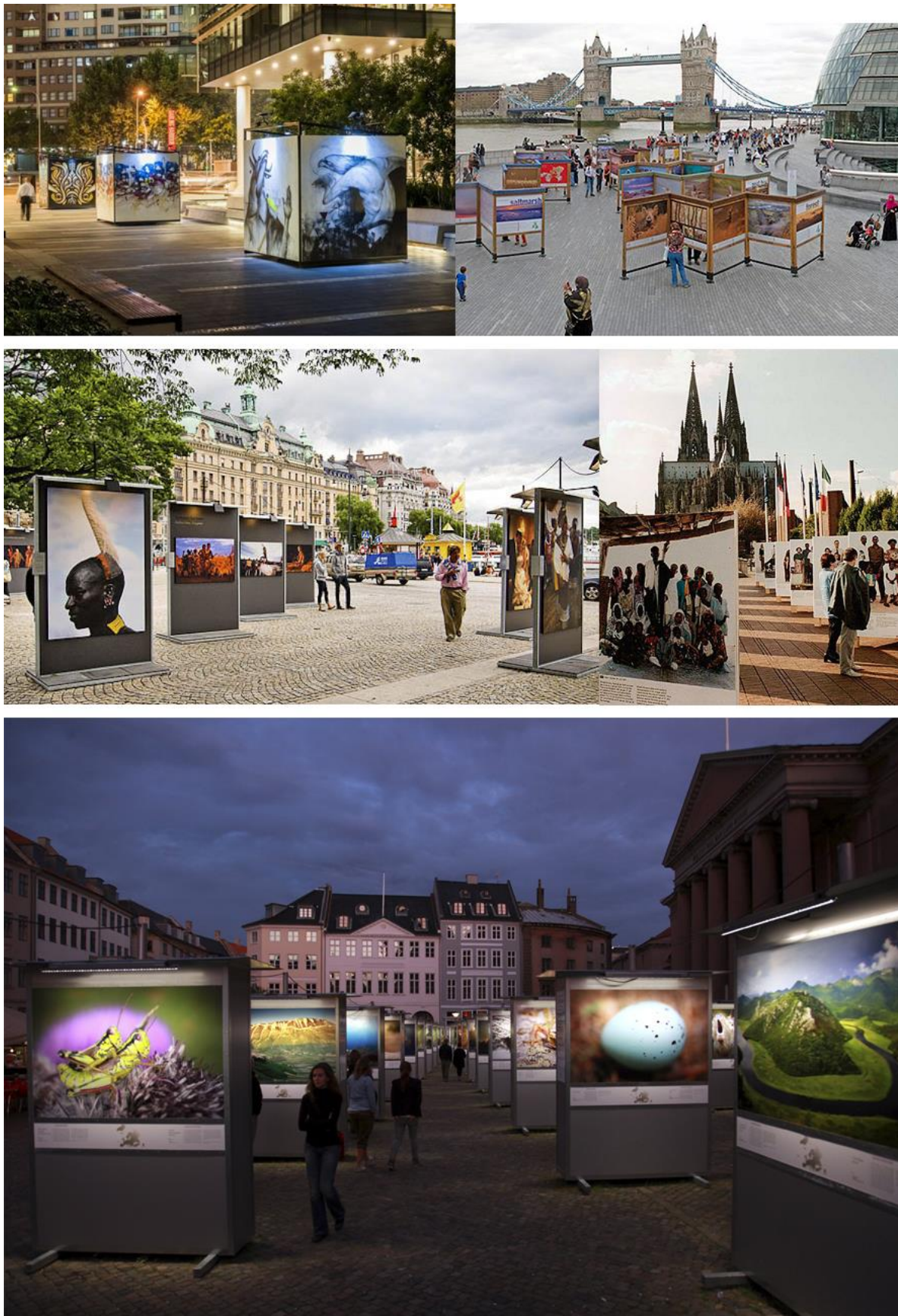


Figura 24 – Composto de imagens de espaços expositivos em espaços públicos



Figura 25 – Composto de imagens de espaços expositivos em espaços públicos

- Espaço Urbanizado - Centro Comercial:

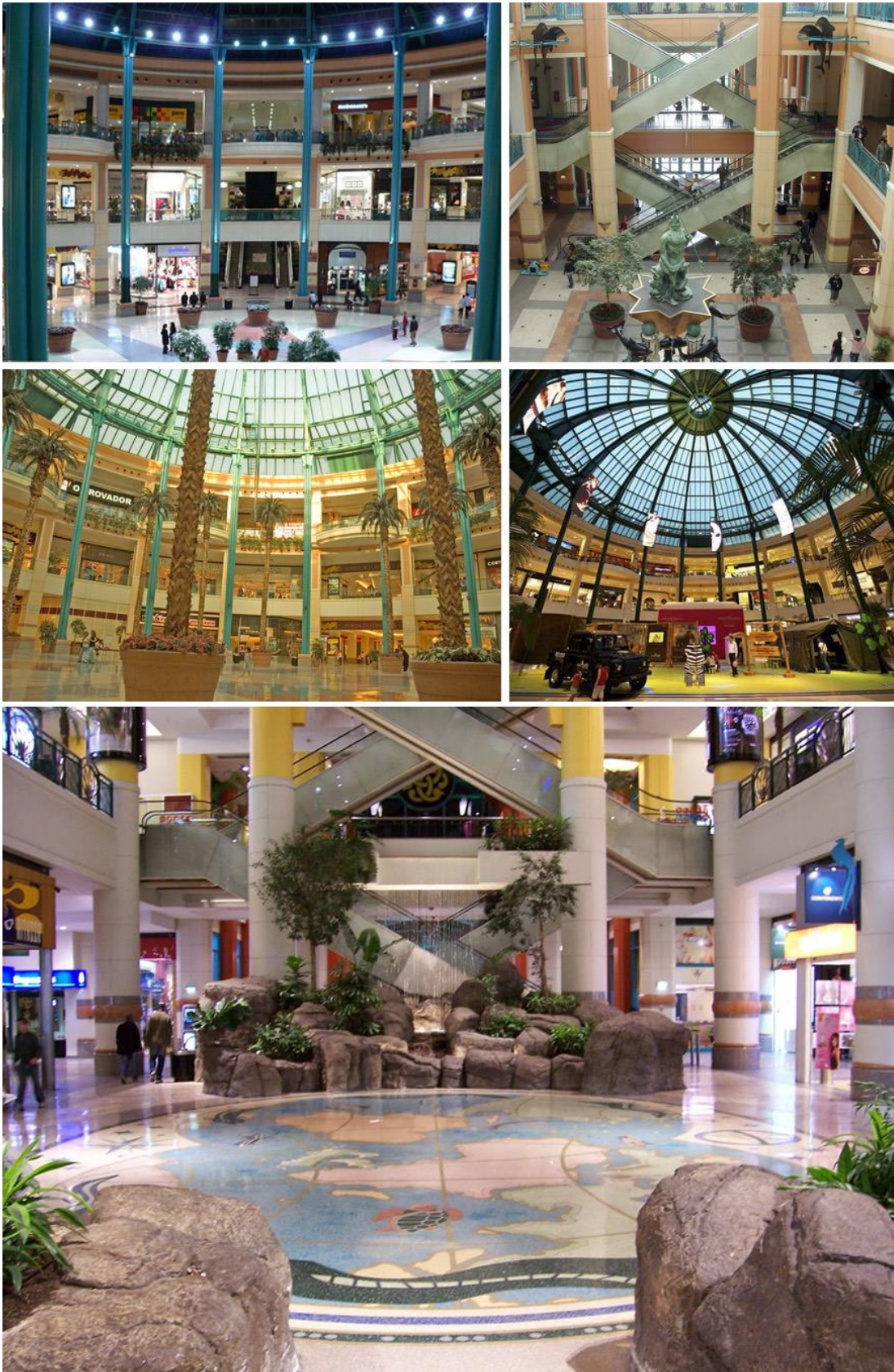


Figura 26 – Imagens de Espaços Intersticiais em Centro Comercial

- Espaço Urbanizado - Centro Empresarial:

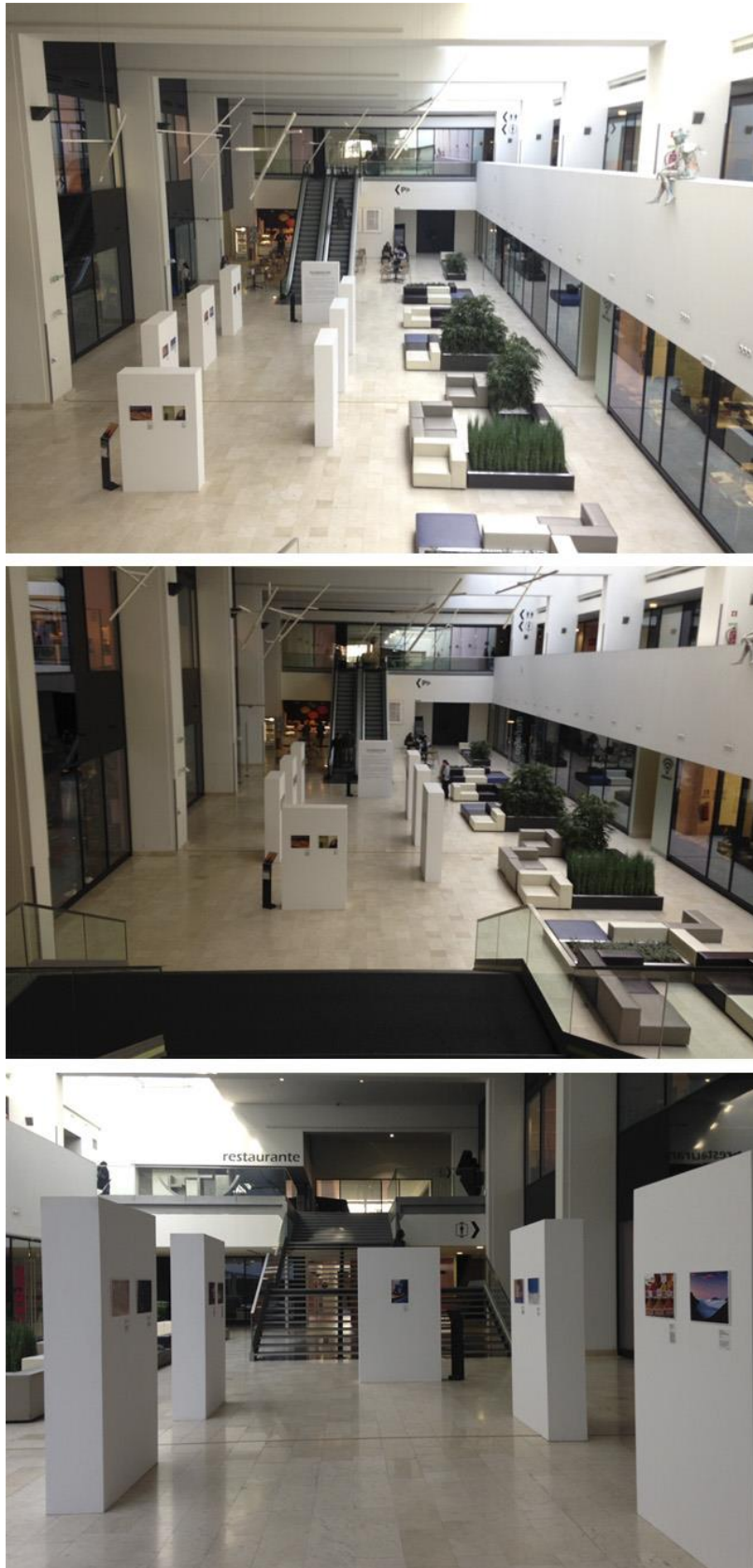


Figura 27 – Imagens de Espaço Intersticial em Centro Empresarial

- Espaços Urbanizados - Estações de metro/comboio:

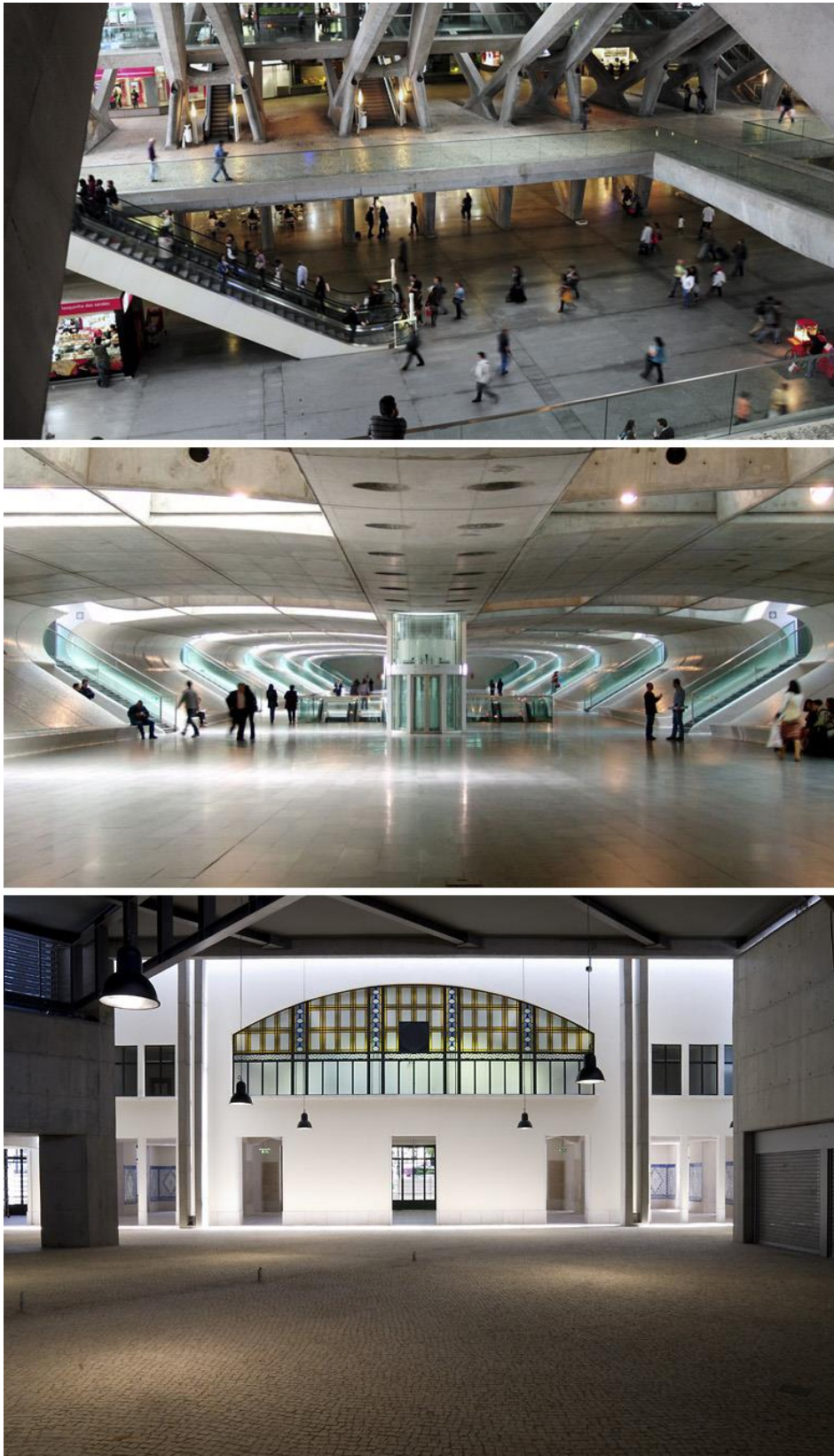


Figura 28 – Imagens de Espaços Intersticiais em estações de metro e comboio

## 7. PROJETO

A execução do projeto foi organizada por etapas. Começa-se por fazer um estudo das atividades e funções da área de atuação e em seguida começa a exploração formal em planta e depois em volume. Uma vez escolhida a forma da peça, são feitos esboços, desenhos técnicos e perspectivas para melhor compreensão do objeto proposto.



### **7.1 - Introdução**

A sociedade define e é definida pelo espaço em que vive. E o espaço urbano é aquele que abriga grande parte da sociedade contemporânea. Portanto, estudar o desenvolvimento de ambos – sociedade e urbanismo – ao longo dos anos, permite-nos compreender o contexto atual e dá-nos ferramentas para pensar o futuro. As relações interpessoais e dos homens com o seu ambiente são diretamente ligadas à dinâmica espacial em que estão inseridos. Promover os encontros e as interações sociais é uma das chaves para a formação de uma sociedade mais coesa e cabe aos designers, arquitetos e urbanistas criarem espaços que promovam e incentivem essas ações.

Aliado a isso, o espaço público, o “entre-lugares” surge como local destinado aos encontros por excelência. Localizados nas interseções entre os espaços de passagem, reúnem pessoas das mais variadas origens, posições sociais, raças, religiões etc. É preciso tornar esses espaços atrativos e de permanência, ou seja, com amabilidade urbana.

De outro lado, torna-se cada vez mais necessário o planejamento de espaços favoráveis ao desenvolvimento da mente humana, a fim de exercitar a criatividade e a capacidade de criação. Aliar ambientes com essas características aos já citados pontos de encontros sociais é um desafio para as mentes pensadoras do design.

### **7.2 – Materialização do Conceito**

Seguindo as diretrizes traçadas pelo conceito elaborado na fase anterior, será desenvolvido um espaço expositivo. Uma estrutura efêmera que possa ser montada, desmontada e remontada em diferentes lugares. Um espaço que tenha a capacidade de chamar a atenção e atrair pessoas, promovendo o encontro e a disseminação de informação. Um local que promova a “amabilidade urbana”, um espaço de coesão social por definição, e que permita aos seus usuários a experimentação de diferentes sensações de inclusão e exclusão, entendimento e estranhamento. Mais ainda, que faça com que as pessoas pensem, critiquem e desenvolvam suas capacidades de interagir com o entorno.

Neste espaço poderão ser expostas intervenções artísticas, fotografias, projeções em movimento e o que mais for proposto por intermediários culturais e que se alinhe às propostas de coesão e interação.

O círculo surge como forma de disposição dos painéis expositivos por não possuir lados e cantos e, desta forma, não promover privilégios ou posições de destaque. O objetivo é propor um espaço democrático que todos possam usufruir sem as distinções já impostas pelo desenho urbano em que vivemos.

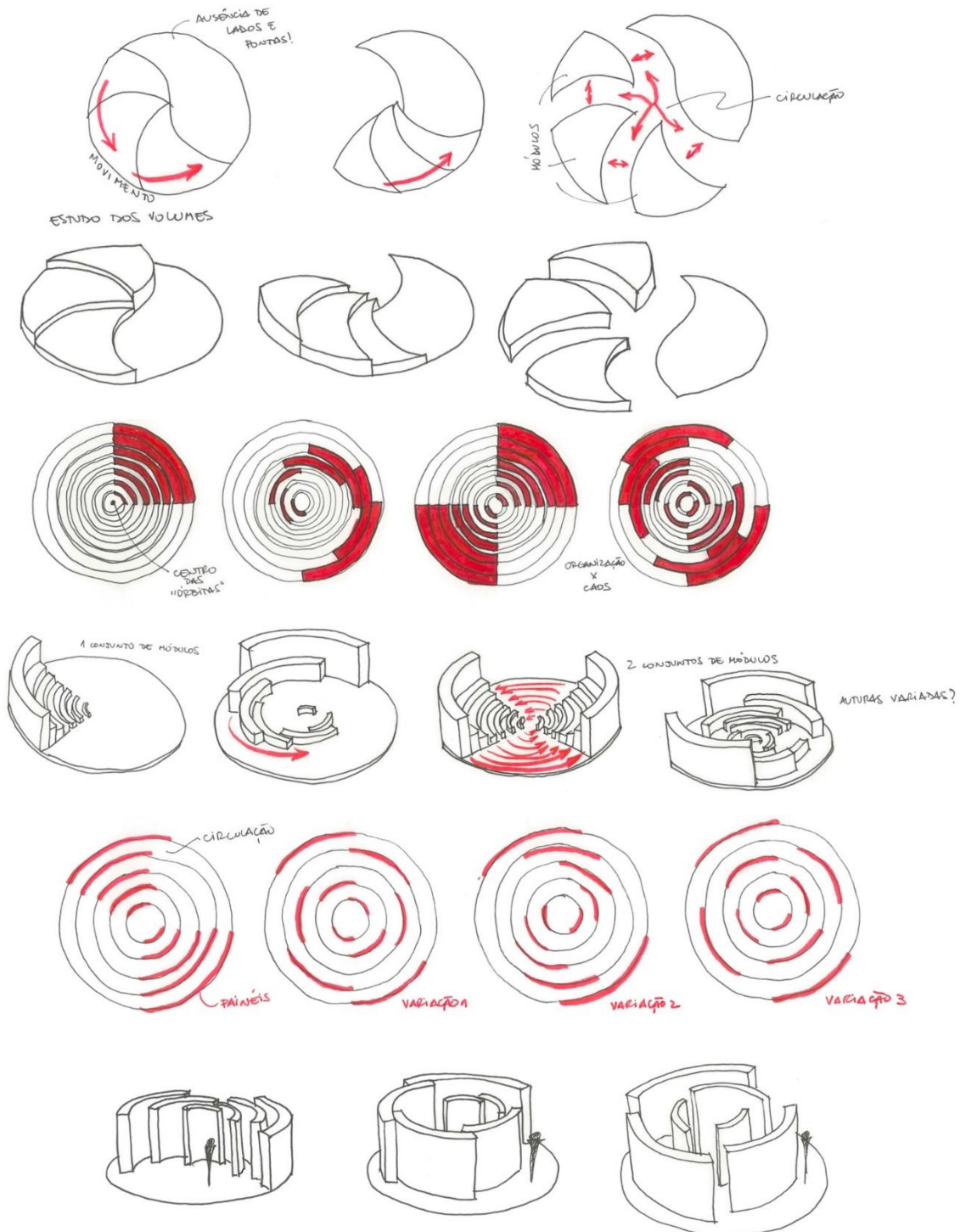


Figura 29 – Esboços e estudos de formas

O objetivo é que as pessoas possam ter diferentes pontos de vista em relação à exposição. O usuário poderá experimentar sensações como inclusão e exclusão ao observar o espaço posicionando-se fora ou dentro do espaço expositivo. As imagens devem ser escolhidas e expostas de forma a promover estas sensações. Por exemplo, podem ser expostos fragmentos de uma mesma imagem em diferentes painéis, que só vão fazer sentido ao espectador quando este se posicionar em um ponto específico, que o permita visualizar a imagem por inteiro. Fora deste ponto, ele se sentirá excluído e confuso, mas ao situar-se no ponto correto, a sensação será de inclusão. Também tem fundamental importância a escolha do conteúdo. Portanto, os objetivos serão alcançados pela forma do espaço, pela ocupação dos usuários deste espaço e pelo conteúdo exposto.

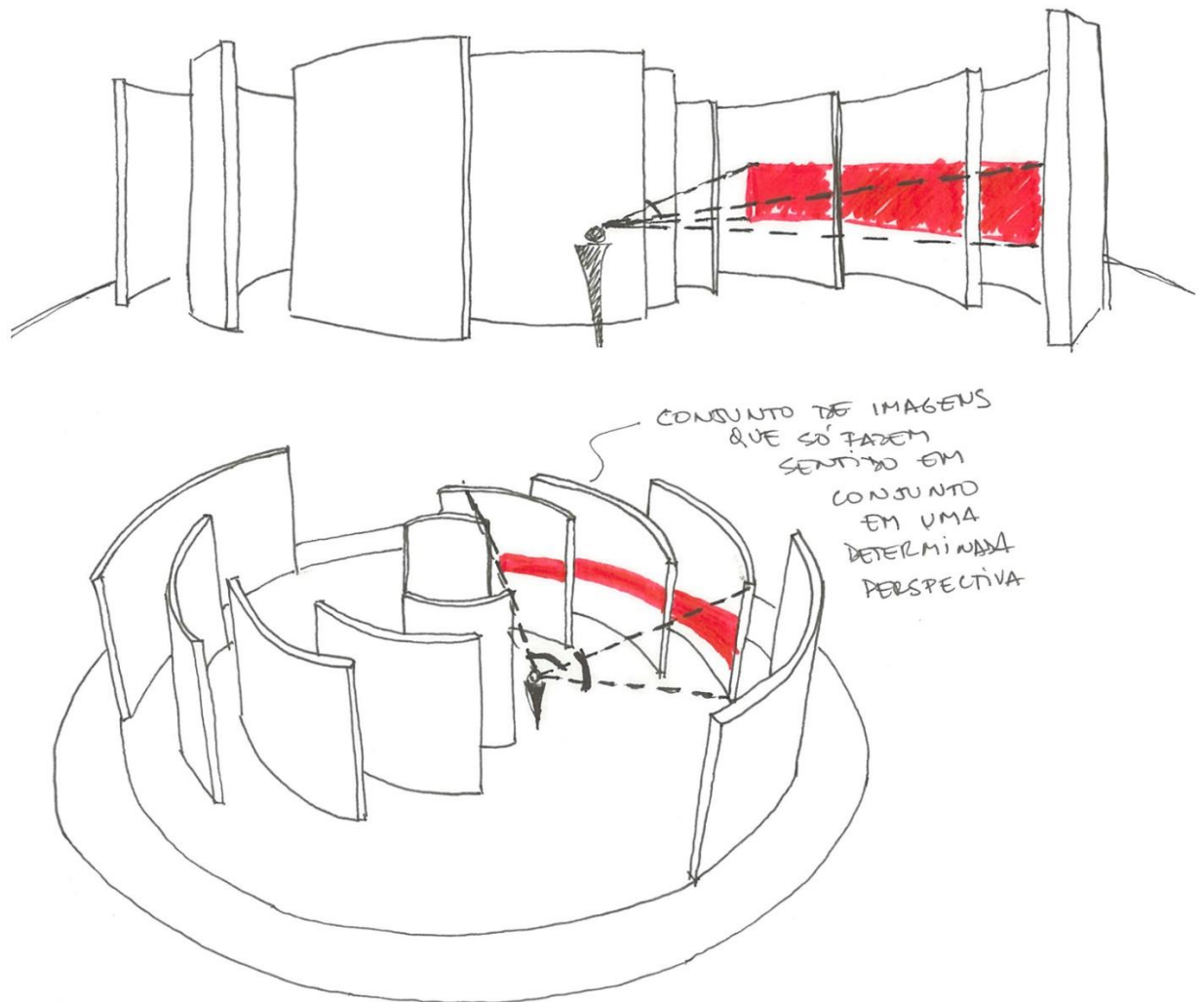


Figura 30 – Esboços e estudos de pontos de vista

Dispostos em círculos concêntricos, sobre um tablado circular de madeira, serão projetados 10 painéis curvos, também em madeira, com duas faces expositivas cada: uma interna e uma externa. Ambas podem receber conteúdo, que pode se dar por aplicação de imagem, projeção, pintura, grafite entre outras formas de expressão.

Estes painéis podem e devem ser organizados de diversas formas, dispostos em 5 diferentes raios de curvatura, dois a dois. Portanto cada dupla de painéis pode orbitar dentro da sua circunferência. Estas disposições definirão a circulação, os pontos de vista das obras, as sensações impostas aos usuários do espaço e poderão ser alteradas diariamente – se for do interesse da exposição – ou quando for necessário. A flexibilidade deve trabalhar a favor da coesão e da inserção social.

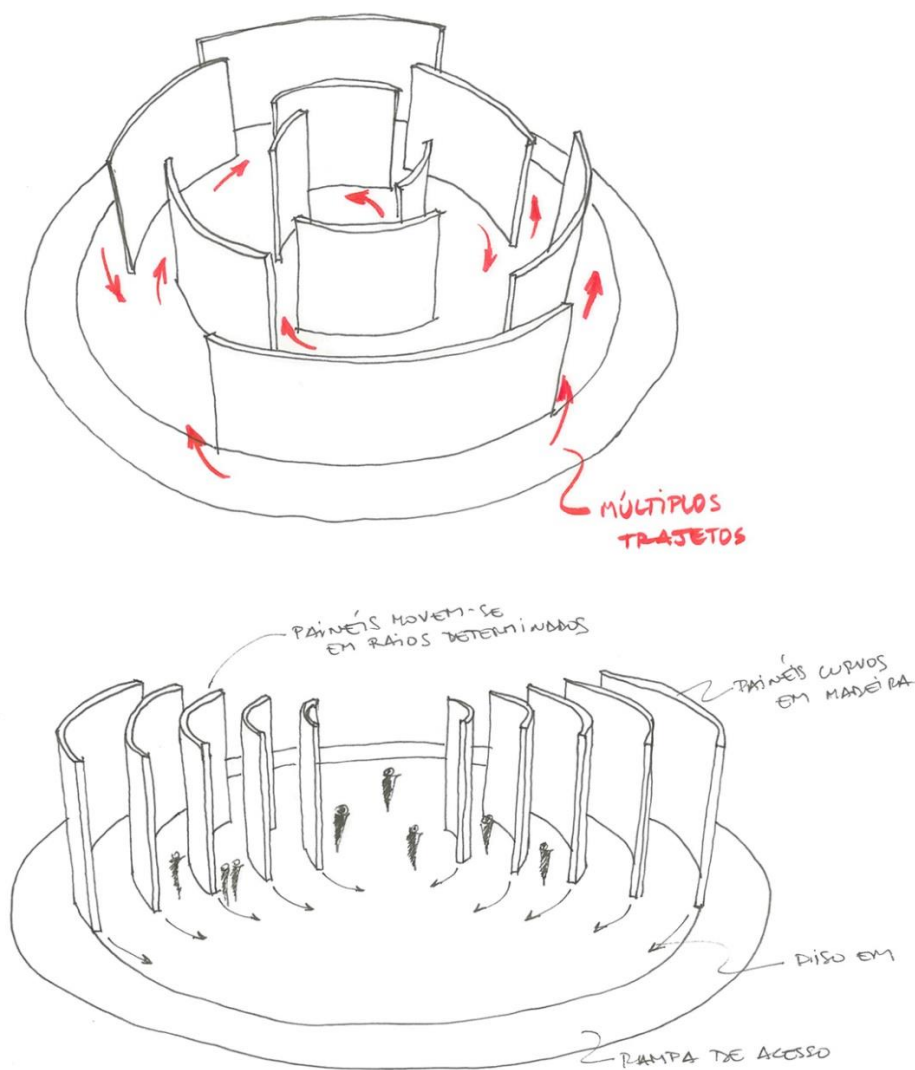


Figura 31 – Esboços e estudos de circulação

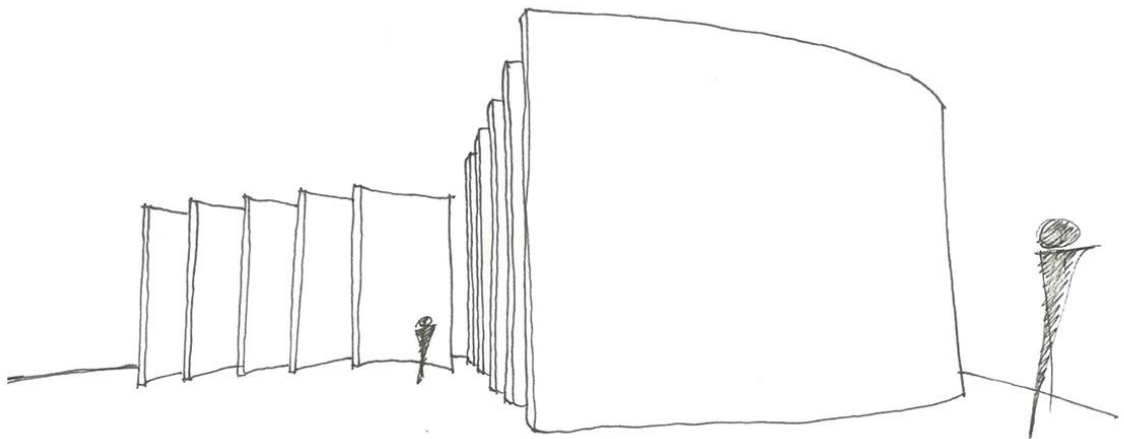
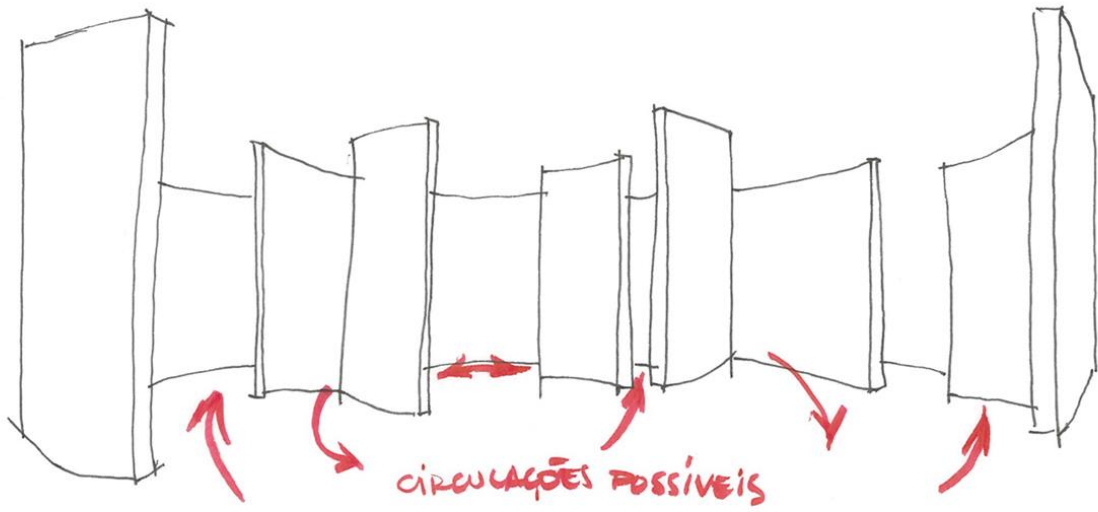


Figura 32 – Esboços e estudos de circulação

### **7.3 – Local de Intervenção**

Como já dito na validação do conceito escolhido como diretriz do projeto, este será inserido num “espaço urbanizado”, ou seja, um espaço análogo à realidade urbana, com características como os não-lugares, segregações e agrupamentos sociais, espaços intersticiais, entre outros.

O local escolhido por apresentar, além dessas características, uma área com extensão e pé-direito significativos é o Centro Comercial Colombo, localizado na Freguesia de Carnide, em Lisboa. Um dos maiores centros comerciais de Portugal, com área de cerca de 120.000,00m<sup>2</sup>. Possui uma saída de metro (Estação Colégio Militar/Luz) diretamente em uma de suas portas de entrada, além de terminal de autocarros próximo ao edifício. A presença destes transportes públicos, além de extensa área de estacionamento, permite um fácil acesso ao local. Aliado a isto, a enorme e variada quantidade e estilos de lojas - além dos cinemas, ginásio, área de restauração – fazem deste um dos shopping centers mais movimentados do país. São pessoas das mais diversas faixas etárias, classes e grupos sociais, religiões, origens, orientações sexuais etc.

Com estas características, o Centro Comercial Colombo revela-se o local ideal para a proposta de intervenção a ser desenvolvida.

Há, no piso 0, um espaço intersticial, a Praça Central, com área de aproximadamente 1.000,00m<sup>2</sup>. Possui um pé-direito superior a 20,00m, pois ultrapassa os três pisos (acima do solo) do centro comercial. É um local de passagem, mas também de descanso e espera. Muitas vezes é ocupado por eventos e exposições, como o projeto “A arte chegou ao Colombo”, que existe desde 2011. Desde então, em parceria com alguns dos maiores museus e entidades culturais de Lisboa, a Praça Central transforma-se anualmente numa galeria temporária para descobrir todas as formas de expressão artística, clássicas e contemporâneas. Este será o local da intervenção a ser proposta a seguir.

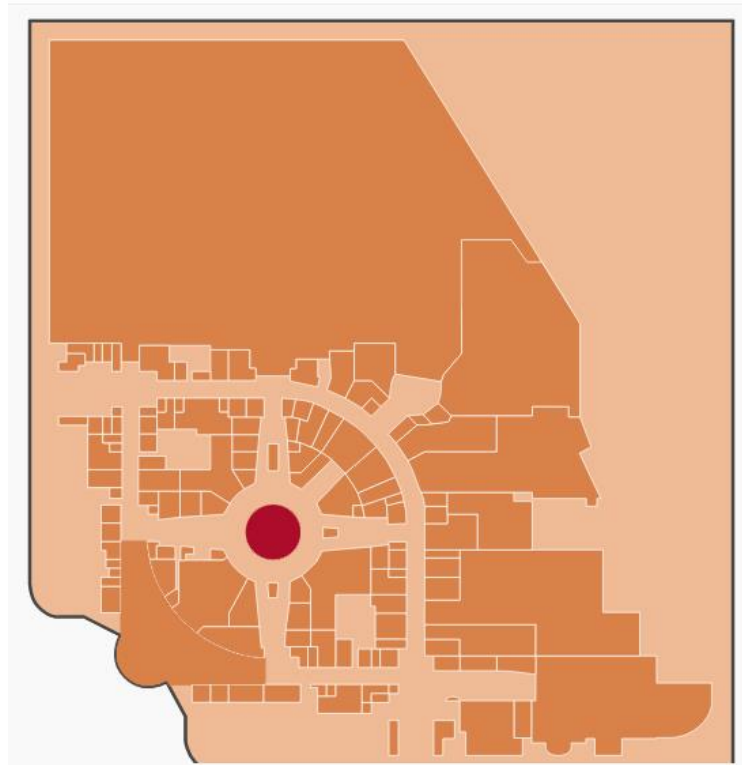


Figura 33 – Planta Baixa do Piso 0 do Centro Comercial Colombo. O espaço escolhido para intervenção está destacado em vermelho.



Figura 34 – Espaço escolhido para intervenção no Centro Comercial Colombo – vista do piso 0



Figura 35 – Espaço escolhido para intervenção no Centro Comercial Colombo – área de espera



Figura 36 – Espaço escolhido para intervenção no Centro Comercial Colombo – vista do piso 2

#### **7.4 – Desenvolvimento do Projeto**

As distâncias entre os painéis expositivos devem permitir a livre circulação de pessoas, atendendo às normas de adequação a cadeiras de rodas e outras necessidades especiais. Para o acesso ao tablado elevado onde estarão os painéis expositivos, o espaço deve contar com rampas de, pelo menos 6% de inclinação.

A altura dos painéis deve atingir, pelo menos, o primeiro andar do centro comercial, para que sejam possíveis mais pontos de vista – os de quem está neste pavimento. Estipularemos aqui a altura de 6,00m.

Os painéis serão divididos em módulos de 1,20m e 1,35m de largura para facilitar a execução, transporte, montagem e desmontagem dos mesmos. Serão feitos em MDF, com uma estrutura interna em madeira. Esses módulos serão conectados entre si através de placas de MDF internas, encaixadas em sistema “macho-fêmea”. As faces dos painéis poderão ser emassadas e pintadas de branco – para o caso de uma projeção ou pintura sobre a superfície – ou apenas niveladas, para o caso de fixação de painéis de K-Line impressos, por exemplo.

Os painéis estarão sustentados por suportes superiores e interiores, que permitirão o seu livre deslocamento dentro das órbitas estabelecidas. Estas mesmas estruturas poderão suportar os sistemas de projeção e som quando necessário. Já o sistema de iluminação será fixado nos próprios painéis a serem iluminados. Os cabos para energização das luminárias passarão por baixo do piso elevado e por dentro dos painéis, para atingir o topo dos mesmos. A iluminação será indireta, com o uso de lâmpadas LED tubulares 120mm, dispostas lado a lado, em candeeiros com superfícies refletoras.

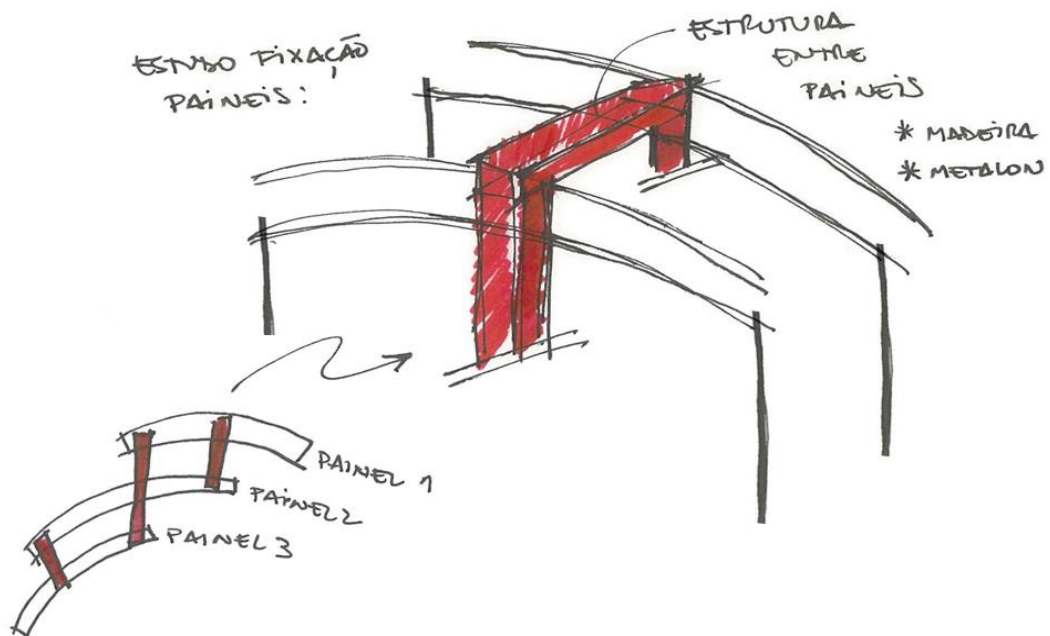
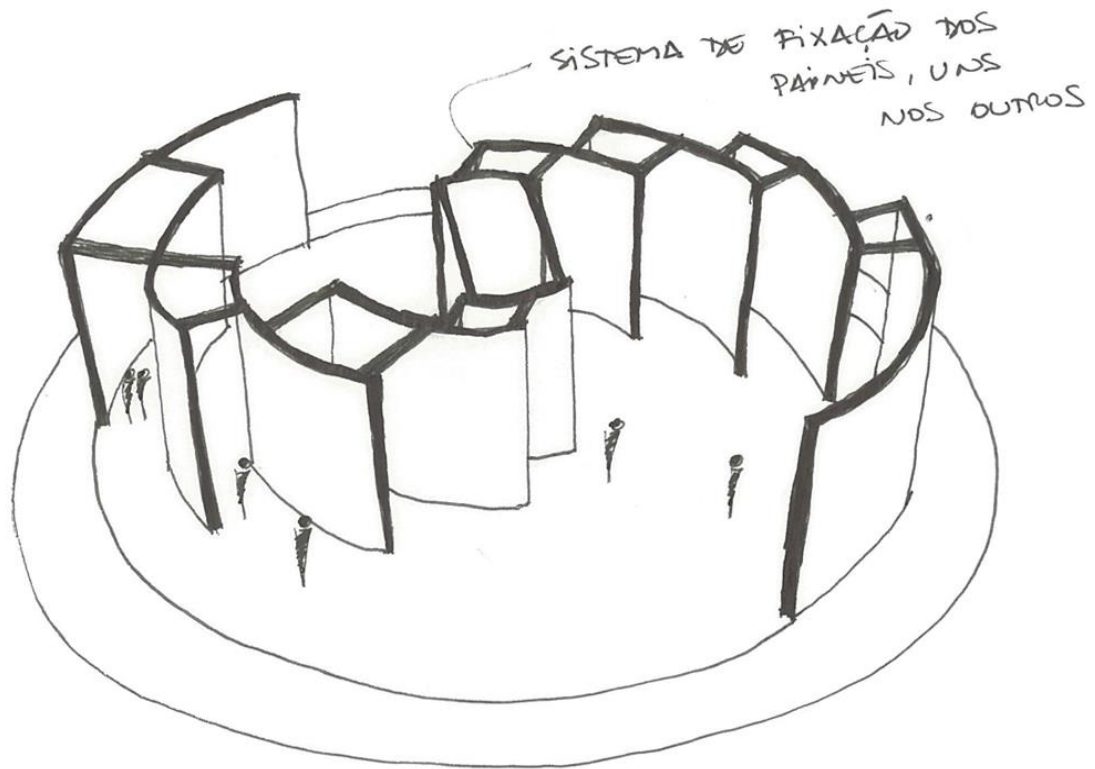


Figura 37 – Esboços e estudos de fixação dos painéis

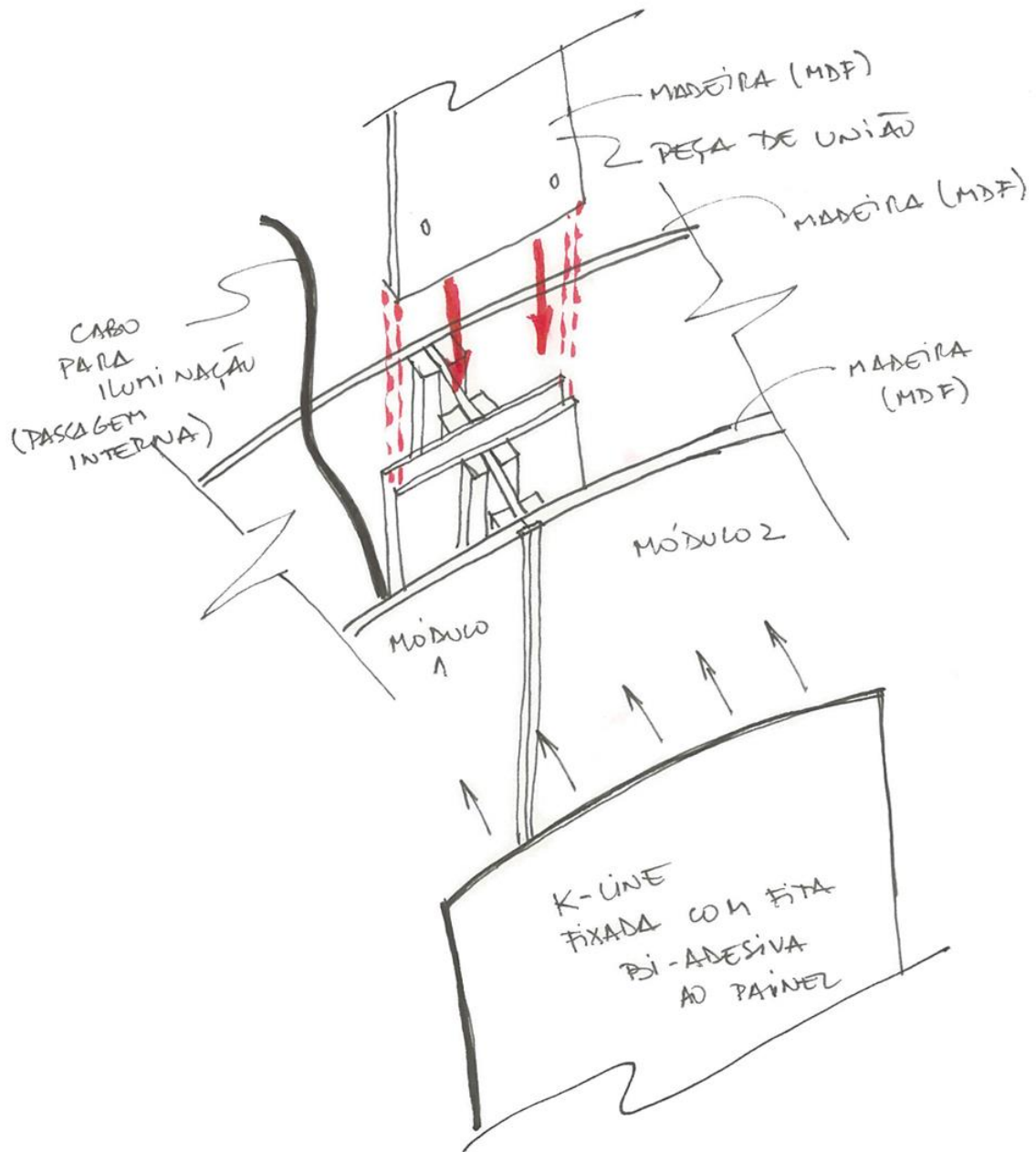
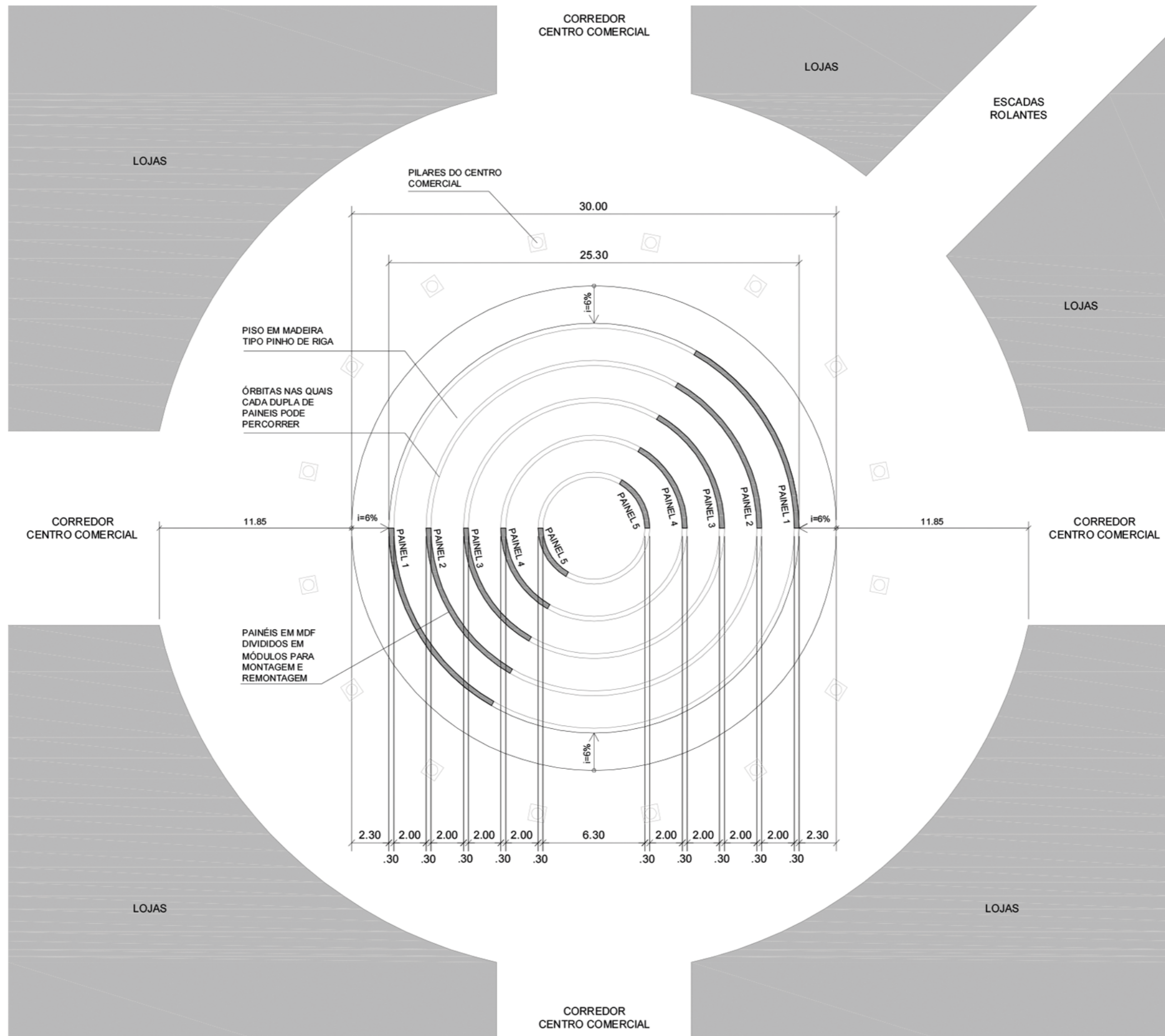
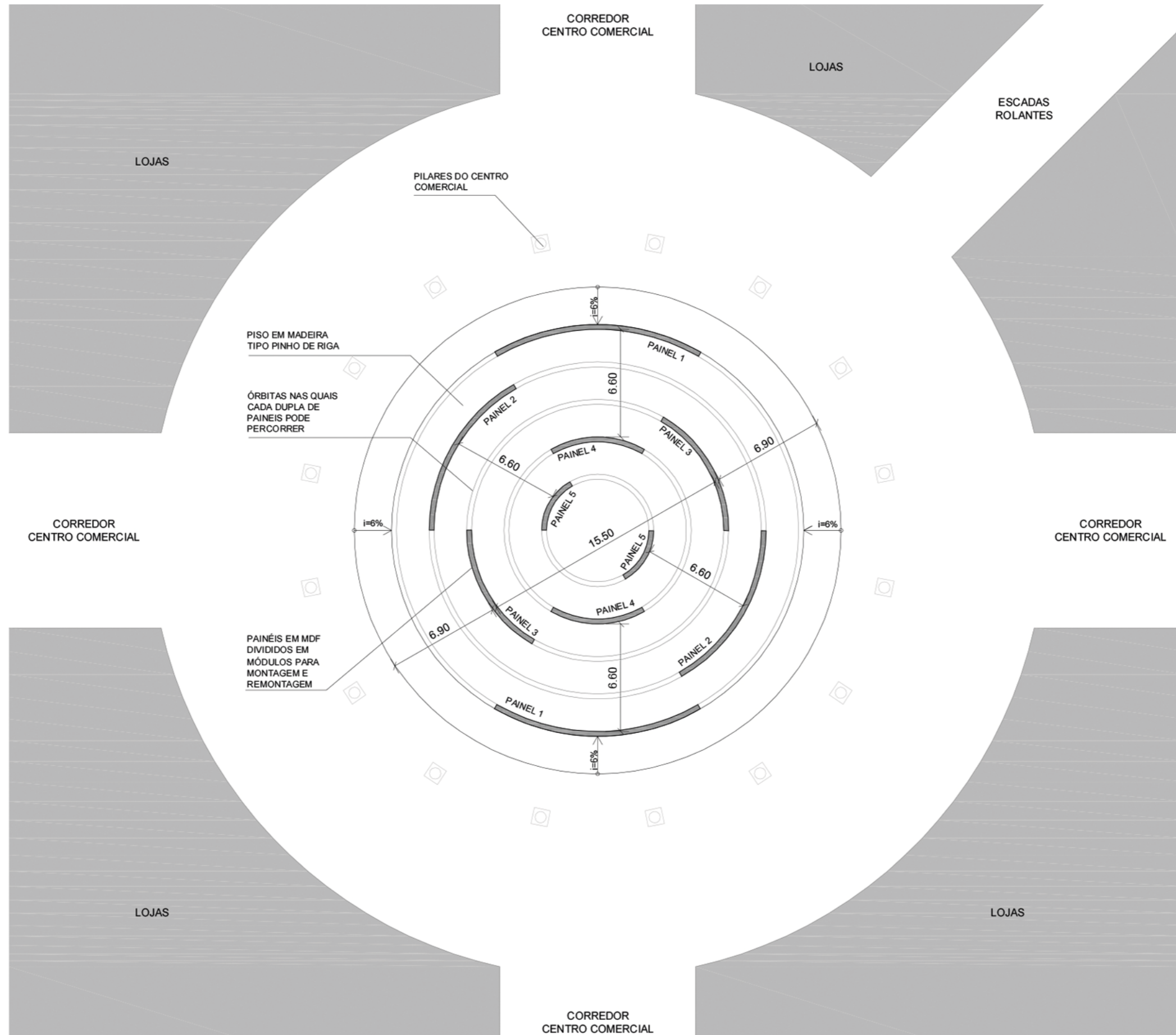


Figura 38 – Esboços e estudos de fixação dos painéis

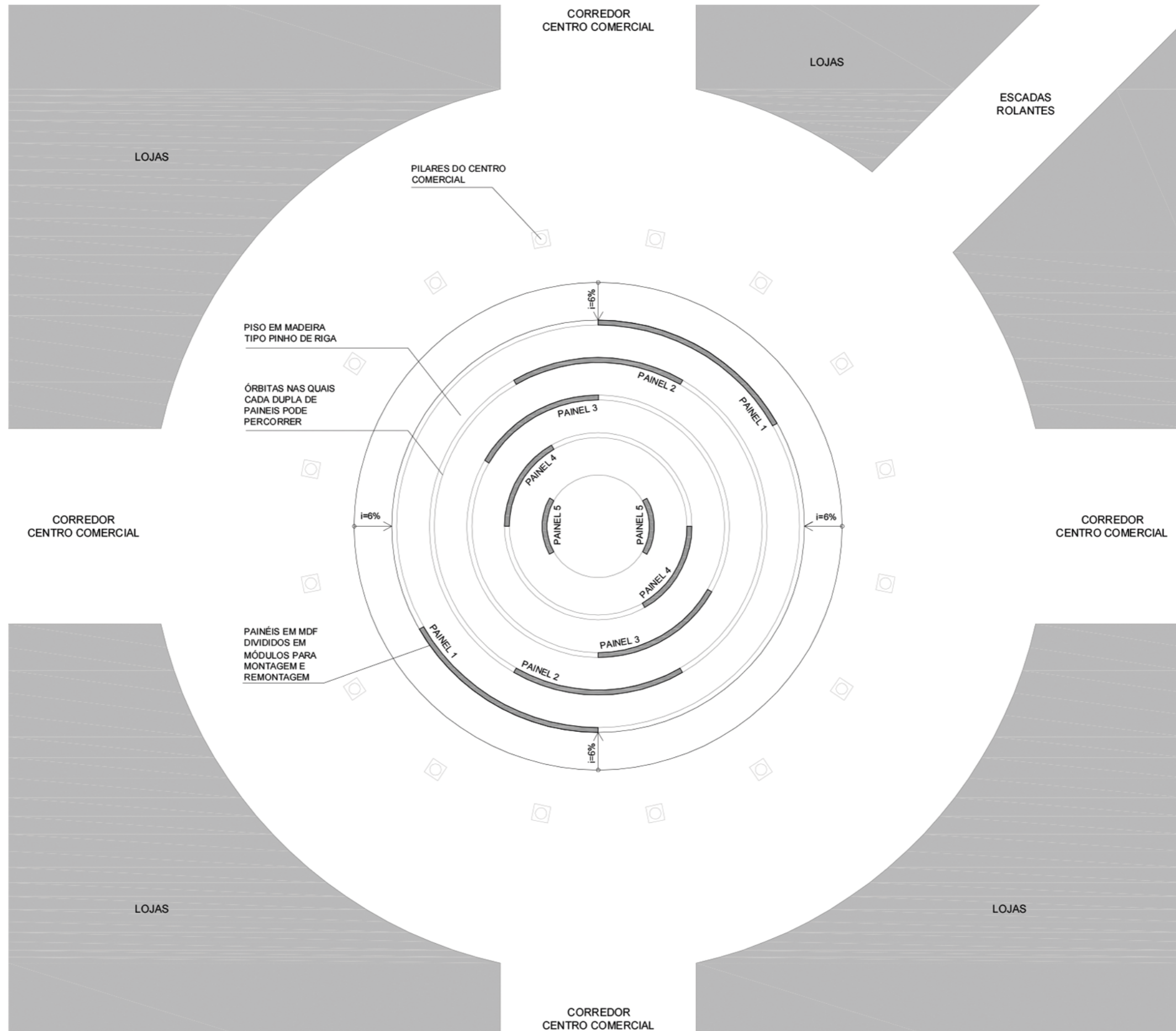




1 PLANTA BAIXA GERAL - OPÇÃO 1  
sem escala

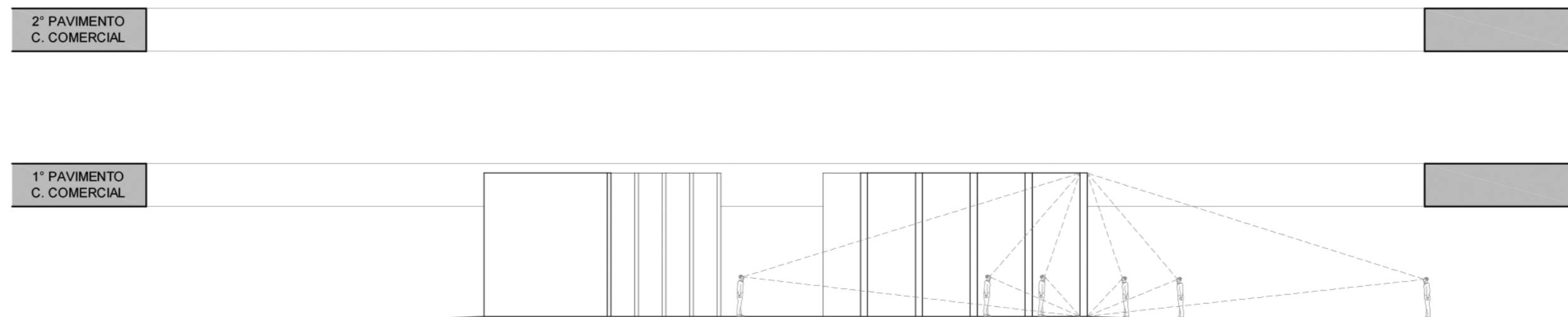


1 PLANTA BAIXA GERAL - OPÇÃO 2  
sem escala





**1** ALÇADO GERAL  
sem escala

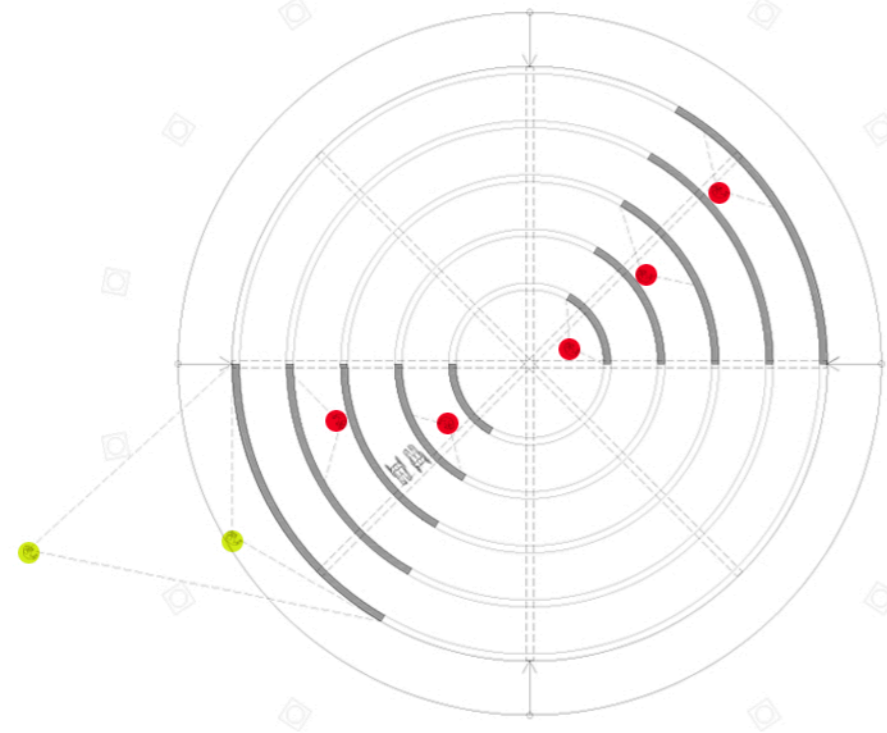


**2** ALÇADO GERAL E PONTOS DE VISTA  
sem escala

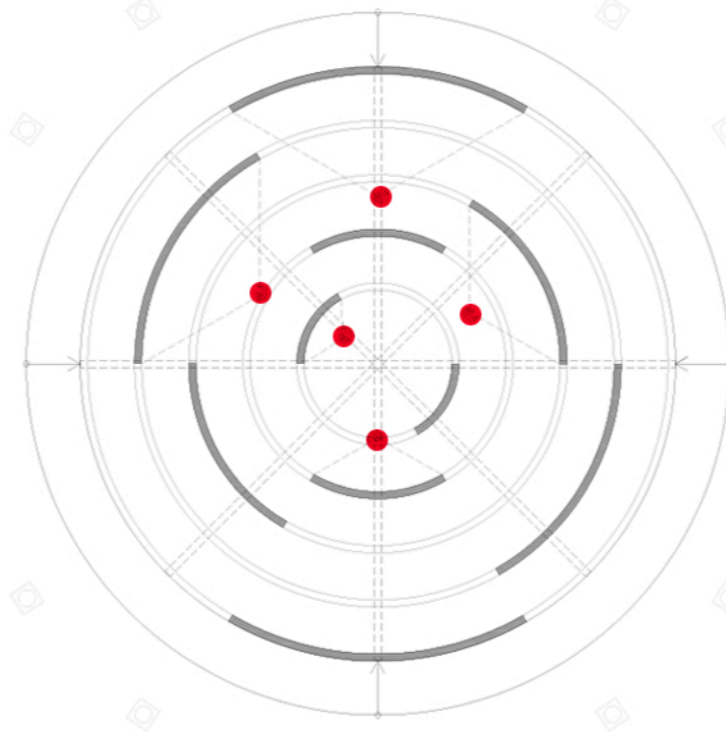
LEGENDA

- PONTOS DE VISTA INTERNOS
- PONTOS DE VISTA EXTERNOS

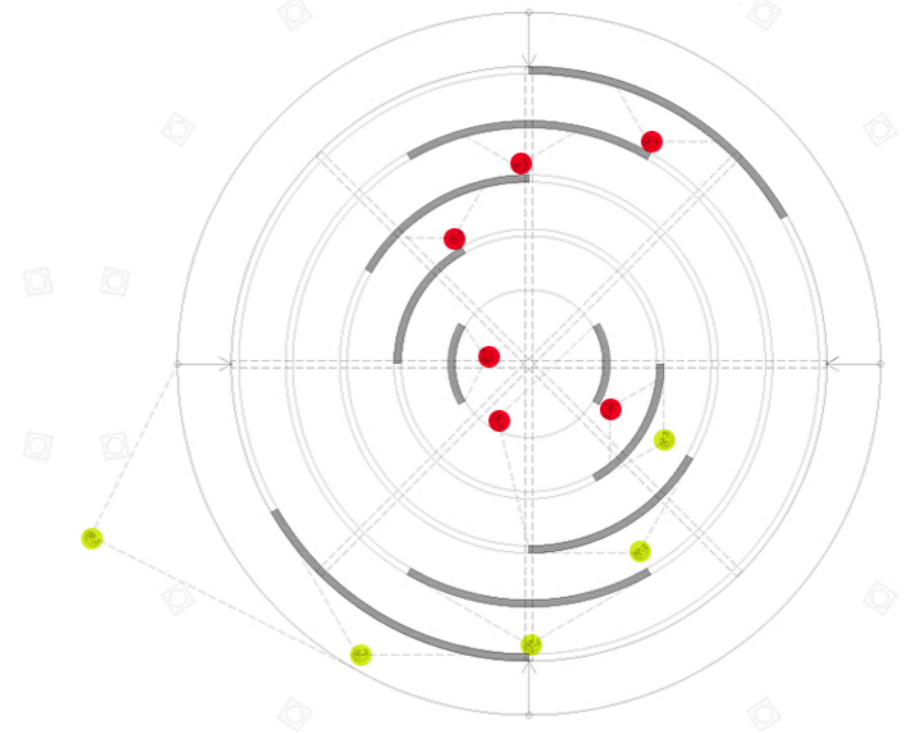
ATRAVÉS DESTA ESTUDO PODEMOS PERCEBER QUE A DISPOSIÇÃO DOS PAINÉIS PODEM FACILITAR OU DIFICULTAR A PERCEÇÃO DAS IMAGENS, ASSIM COMO A PERCEÇÃO DA COMBINAÇÃO DE IMAGENS ATRAVÉS DA SUPERPOSIÇÃO DE PAINÉIS. A DISPOSIÇÃO DOS PAINÉIS DEVE, ENTÃO, SER FEITA DE FORMA A CONTRIBUIR PARA A TRANSMISSÃO DE SENSações DE COESÃO, INCLUSÃO E EXCLUSÃO DESEJADAS EM CADA EXPOSIÇÃO.



1 PLANTA BAIXA - LAYOUT 1  
sem escala

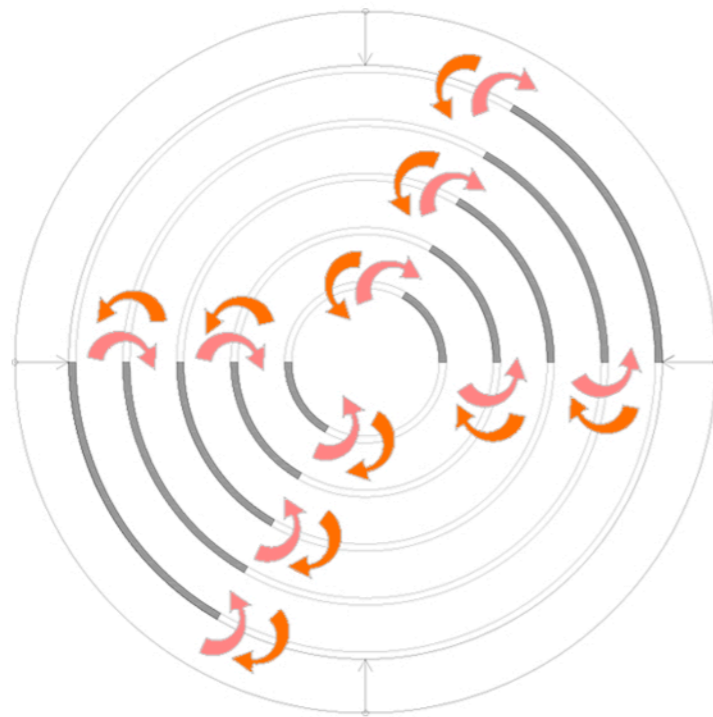


2 PLANTA BAIXA - LAYOUT 2  
sem escala

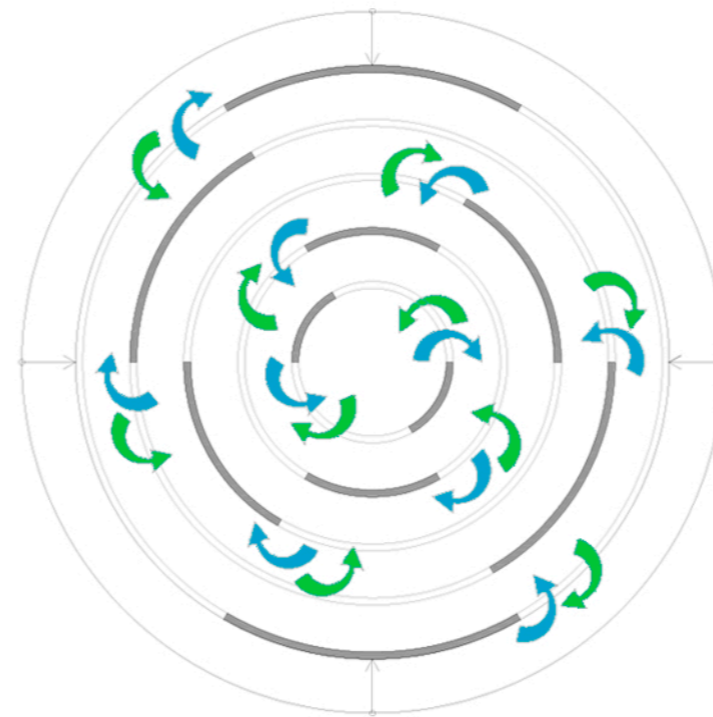


3 PLANTA BAIXA - LAYOUT 3  
sem escala

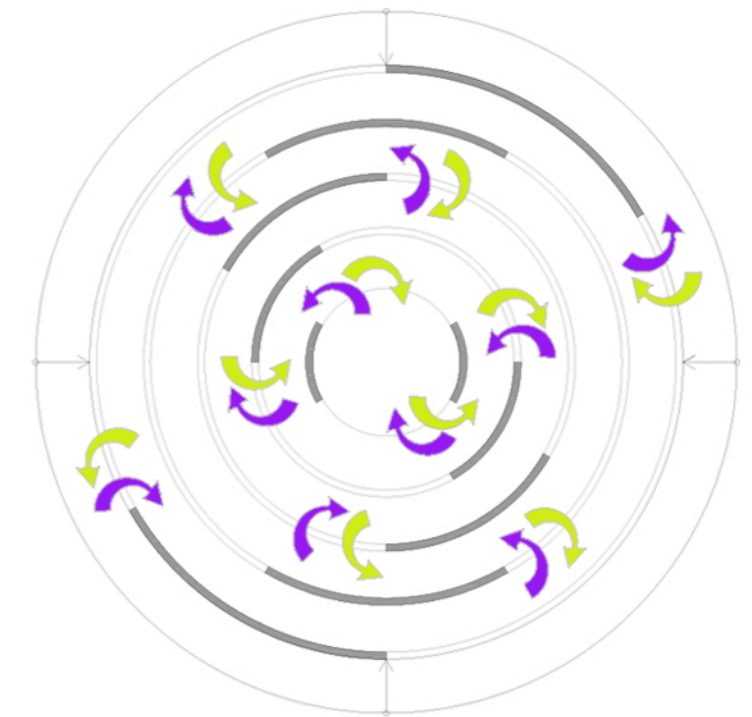
ESTUDOS DE POSSÍVEIS CIRCULAÇÕES NO ESPAÇO:



4 PLANTA BAIXA - LAYOUT 1  
sem escala

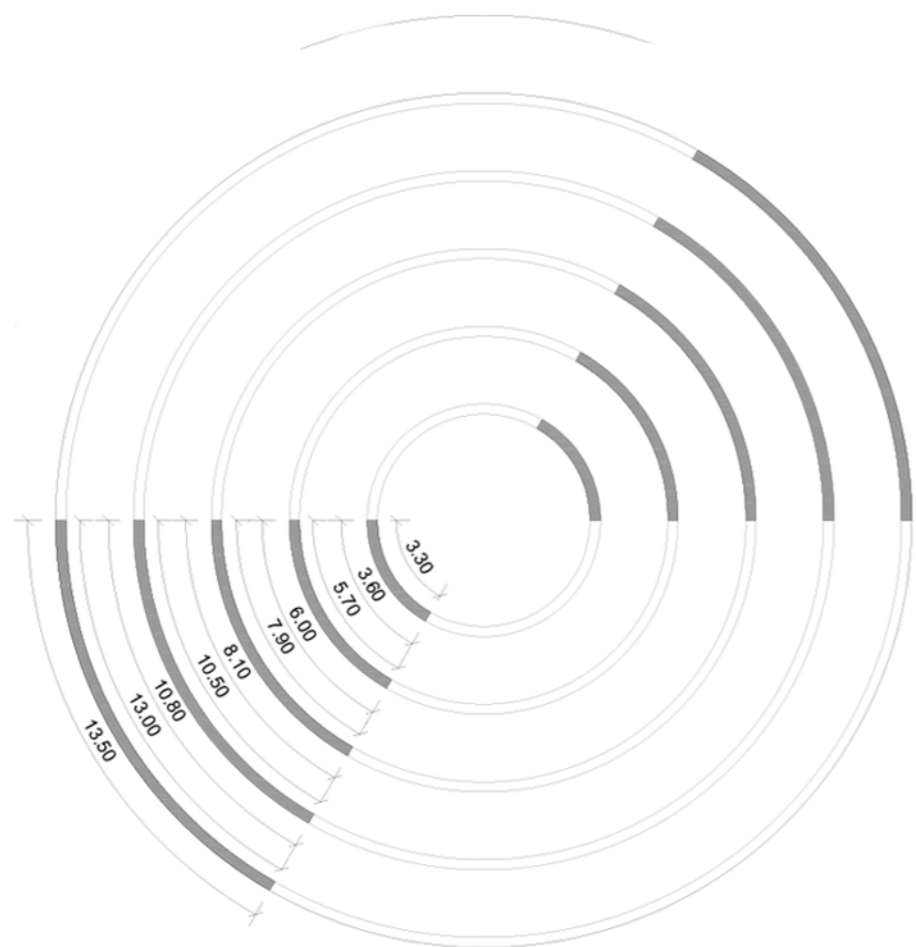


5 PLANTA BAIXA - LAYOUT 2  
sem escala

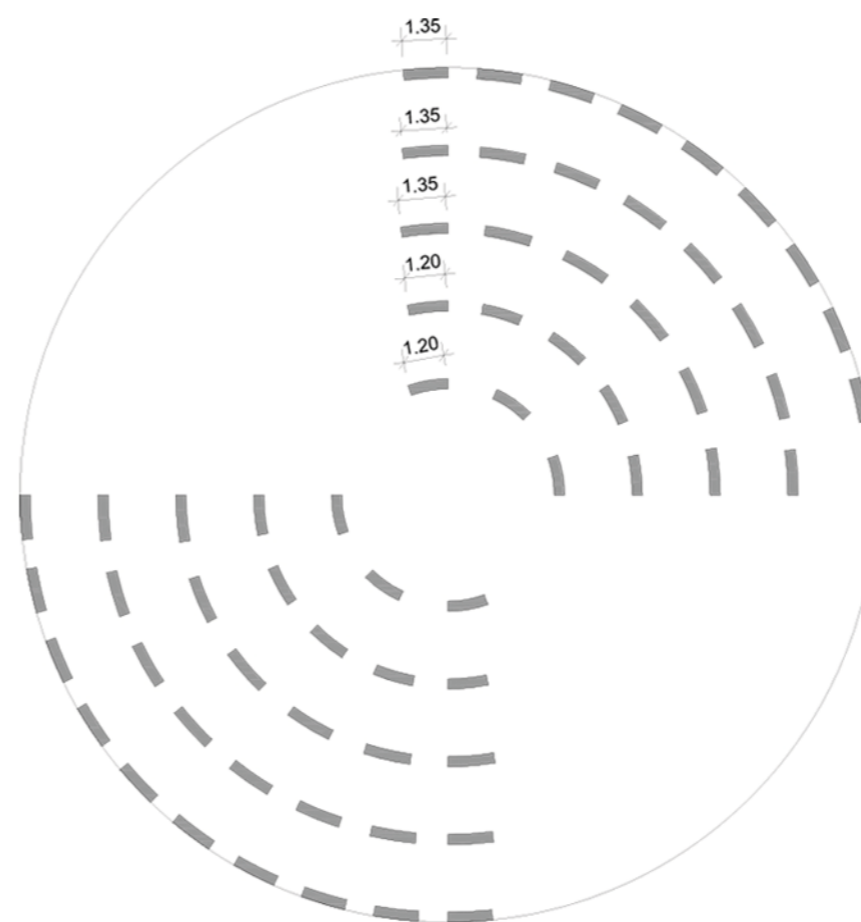


6 PLANTA BAIXA - LAYOUT 3  
sem escala

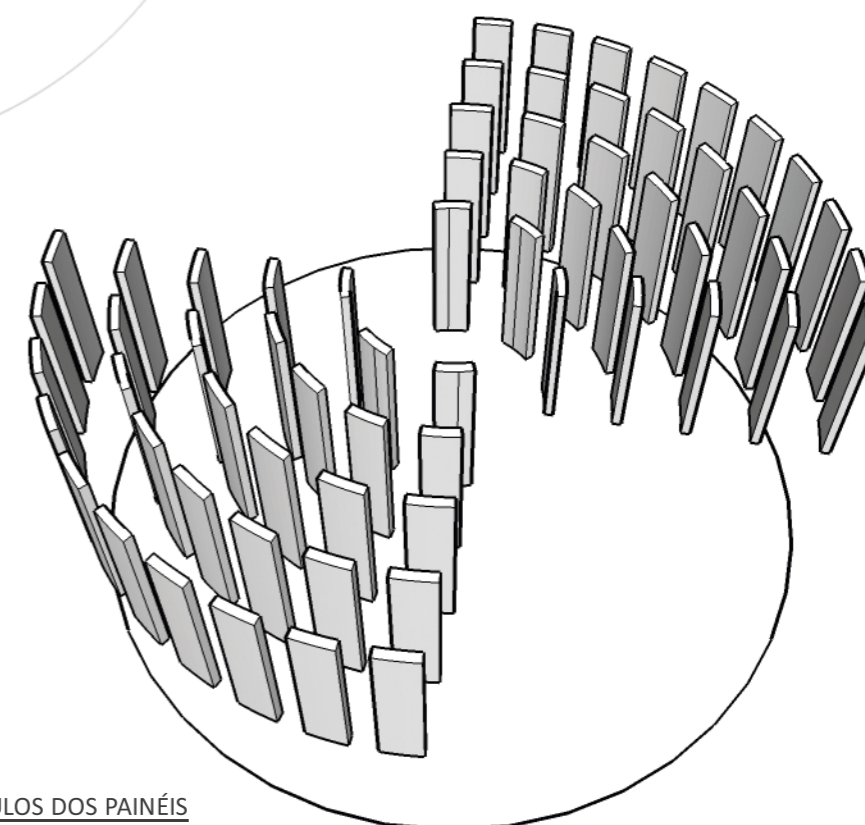
DIVISÃO DOS PAINÉIS EM MÓDULOS



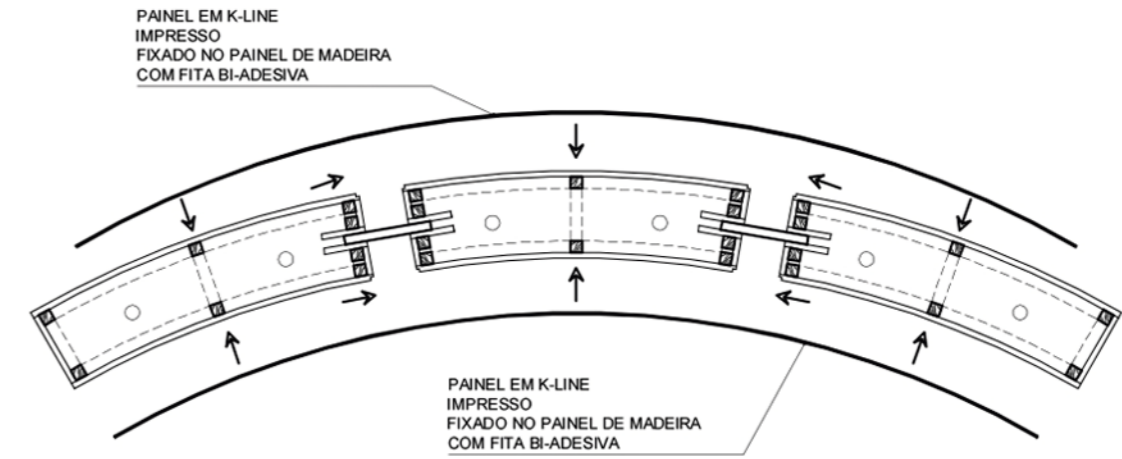
1 COTAS PAINÉIS  
sem escala



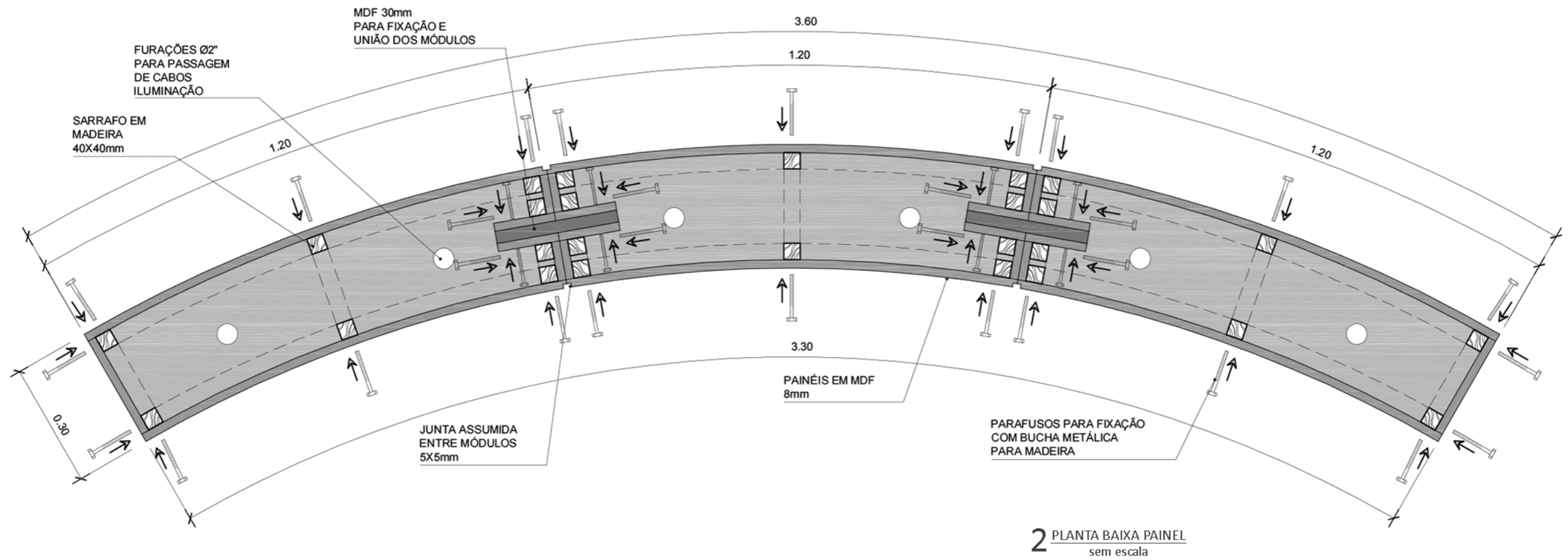
2 COTAS MÓDULOS DE PAINÉIS  
sem escala



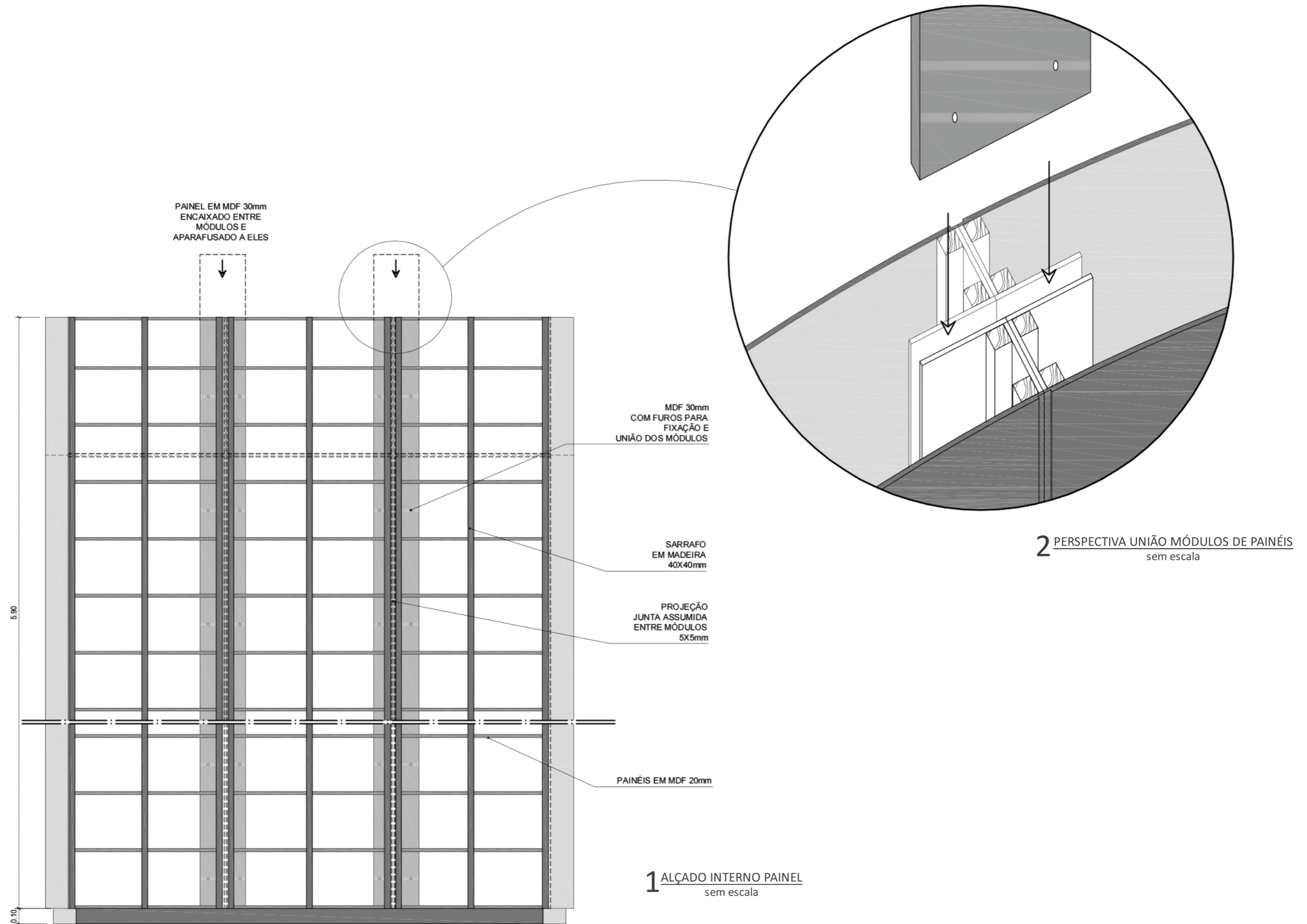
3 PERSPECTIVA EXPLODIDA - MÓDULOS DOS PAINÉIS  
sem escala



**1** PLANTA BAIXA ENCAIXE MÓDULOS DOS PAINÉIS  
sem escala



**2** PLANTA BAIXA PAINEL  
sem escala



### 7.5 – Estudo de Caso

Para este estudo de caso ou simulação expositiva, foi selecionado pelo autor um trabalho fotográfico com conteúdo pertinente ao tema proposto.

É um conjunto de 12 fotos feito pelo fotógrafo português André Boto, que conquistou o certificado de qualidade europeu QEP – *Qualified European Photographer* – dado pelo FEP – *Federation of European Professional Photographers*.

Segundo André Boto, estas imagens foram criadas para serem observadas dispostas horizontalmente, lado a lado, em fila. A história começa com uma criança que olha para a direita, para as imagens que estão por vir. Assim sendo, é esta criança que "abre" ou dá início a esta história. Depois há uma evolução, as figuras no primeiro plano vão ficando mais velhas, o mesmo acontecendo no fundo, com as pessoas a envelhecerem também. A certa altura, deixa de haver pessoas nos fundos, e começam a haver "apenas" situações, objetos e muitos indícios que nos levam a formular ideias. Facilmente se tem a noção de que as histórias que se contam vão cada vez mais sendo dramáticas conforme evoluem. Quando a mesma poderia terminar com o monge e a cruz negra, que se podem associar ao símbolo da religião, mas ao mesmo tempo à morte, surge mais uma imagem, com a única mulher presente (pelo menos no primeiro plano). Esta está a olhar para a esquerda, para todas as restantes personagens. A história acaba por não estar muito distante de nós, conta por um lado as dificuldades da vida rural e por outro lado a discriminação feita à mulher. Por isso ela está colocada em último lugar, a olhar para os que por vezes a discriminam.

Portanto, o conteúdo encaixa-se no conceito do projeto. Para fins deste estudo serão selecionados 10 retratos de forma que não seja prejudicada a linha narrativa da exposição. Estas imagens serão impressas em K-Line e aplicadas sobre os painéis expositivos com fita bi-adesiva, conforme pormenor já apresentado.



Figura 39 – Fotografia número 1 da série “Retratos” de André Boto



Figura 40 – Fotografia número 2 da série “Retratos” de André Boto



Figura 41 – Fotografia número 3 da série “Retratos” de André Boto



Figura 42 – Fotografia número 4 da série “Retratos” de André Boto



Figura 43 – Fotografia número 5 da série “Retratos” de André Boto



Figura 44 – Fotografia número 6 da série “Retratos” de André Boto



Figura 45 – Fotografia número 7 da série “Retratos” de André Boto



Figura 46 – Fotografia número 8 da série “Retratos” de André Boto



Figura 47 – Fotografia número 9 da série “Retratos” de André Boto



Figura 48 – Fotografia número 10 da série “Retratos” de André Boto

Como o espaço é circular não se pode definir um início e um fim de percurso. Mas podem-se sugerir circulações e levar o usuário a intuir o percurso que mais lhe faz sentido. As imagens serão dispostas conforme sugerido por Boto, iniciando na imagem da criança e terminando na imagem da mulher.

Nas faces exteriores dos painéis serão expostos recortes dos retratos mostrando apenas as caras das pessoas. Quem observar a exposição de fora ou do primeiro andar verá apenas retratos de pessoas aleatórias sem conexões ou histórias – posição de exclusão, analogia ao não-lugar, falta de identidade. Já nas faces interiores, teremos as fotos inteiras ou recortes maiores (devido às proporções dos painéis serem diferentes das proporções dos retratos). Portanto, quem observar as imagens de dentro do espaço expositivo terá uma noção mais clara da história ou, pelo menos, dos contextos em que aquelas pessoas retratadas estão inseridas. Serão visitantes incluídos, haverá criação de identidade e coesão entre as imagens. Ao mesmo tempo, todos os usuários – internos e externos – serão tomados por aquelas informações. O conteúdo cultural terá sido apresentado a estas pessoas, que por sua vez repassarão suas percepções para seus círculos sociais. Estará, então, formada a rede de conhecimentos que poderá espalhar-se tanto quanto o conteúdo exposto for interessante às pessoas.

Ainda acerca do posicionamento dos painéis, o mesmo é capaz de impor, além do fluxo de circulação e dos diferentes pontos de vista sobre a exposição, um ritmo de

assimilação do conteúdo. Ao sobrepor imagens ou distanciá-las em intervalos mais curtos ou longos, ou até mesmo ao inverter as ordens de exposição, altera-se a percepção do próprio espaço e do material exposto.

O crítico e historiador de cinema francês Marcel Martin escreveu, em seu livro “A Linguagem Cinematográfica” sobre a possibilidade que o cinema trouxe ao homem de brincar com o tempo, acelerando-o, retardando-o, fazendo-o parar ou retrocedendo-o. Esta variação de ritmo possibilitada pela imagem projetada em movimento pode facilmente ser exaptada para o espaço expositivo aqui projetado. Por isso, segue abaixo transcrição do texto de Martin acerca deste assunto, em que associa alterações do curso natural do tempo aos sentimentos que desperta no público.

“(…) parente um sistema de referência fugitivo e evanescente, e ao mesmo tempo tão tirânico, o homem dispõe, pela primeira vez de um instrumento capaz de dominar o tempo: a câmara pode, com efeito, tanta acelerar como retardar, inverter ou parar o movimento, ou seja, o tempo.

O acelerado tem, primeiramente, um interesse científico e permite tornar visíveis os movimentos extremamente lentos, os ritmos mais imperceptíveis, tais como o crescimento das plantas ou a formação dos cristais.

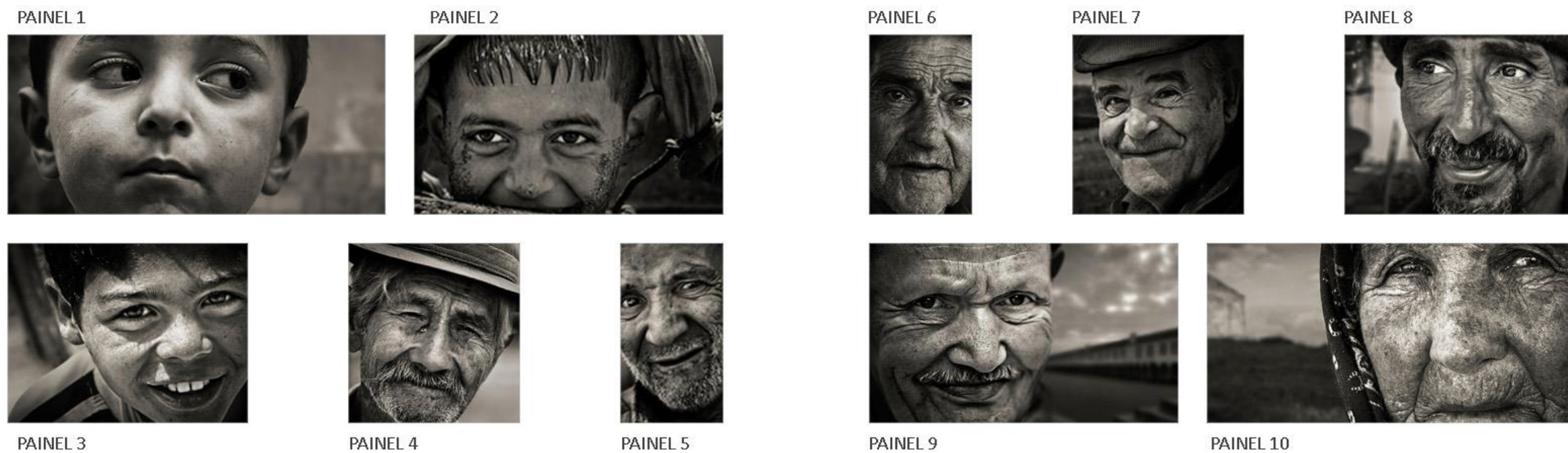
O retardador permite conhecer movimentos muito rápidos e que são imperceptíveis à vista desarmada (a bala de um revólver, as pás de uma hélice em ação) mas pode também dar, no plano dramático, uma singular impressão de força (a tempestade ao retardador em “*Le Tempestaire*”) ou de esforço intenso e contínuo (confrontar a experiência de Pudovkin ao intercalar numa cena representando um homem a ceifar erva, grandes planos dos músculos das suas costas e da foice em movimento). Pode igualmente representar um valor simbólico.

A inversão do tempo foi muitas vezes utilizada como fonte cômica. Desde 1896 que Lumière servia da inversão para mostrar uma parede demolida e que se reconstrói por si própria. René Clair também a utilizou para sugerir a perturbação do jovem advogado de “*Les Deux Timides*” (Os Dois Tímidos), que se atrapalha com as suas ideias e recomeçam sem cessar a sua defesa.” (Martin, 2005)

A seguir, apresentamos alguns desenhos para melhor compreensão do conteúdo exposto.



**1** ALÇADOS INTERNOS (PERSONAGENS CONTEXTUALIZADOS)  
sem escala



**2** ALÇADOS EXTERNOS (PERSONAGENS FORA DE CONTEXTO)  
sem escala

Figura 49 – Alçados dos painéis expositivos com fotos



Figura 50 – Perspectiva externa



Figura 51 – Perspectiva interna



Figura 52 – Perspectiva aérea



Figura 53 – Perspectiva interna – exposição inserida no centro comercial



Figura 54 – Perspectiva do 1º pavimento do centro comercial – exposição inserida no centro comercial

## CONCLUSÃO

---



## Conclusão

Ao longo desta investigação foram estudadas as relações entre o homem e o espaço (urbano) em que vive, bem como as relações dos Homens entre si, em sociedade. Através da leitura de obras que tratam da antropologia do espaço, da evolução da sociedade e do urbanismo, e da atual situação em que se encontram, pudemos visualizar o contexto social em que estamos inseridos.

O Homem tem a capacidade de modificar o espaço em que vive, apropriando-se dele da forma que melhor lhe convier. Em contrapartida, a organização espacial que o Homem define condiciona os modos de vida dos grupos sociais ali inseridos. Desta forma, urbanismo e sociedade evoluem lado a lado, sendo reflexos um do outro.

Nos primeiros capítulos desta dissertação pois possível observar que a relação do Homem com o espaço em que vive sofreu muitas modificações ao longo da história. Hoje em dia, a presença dos “não-lugares” influencia fortemente a formação psicológica do Homem. A constante procura por um lugar identitário em meio a tantos espaços sem identidade e sem relação com seus usuários torna o Homem contemporâneo mais solitário e egocêntrico. Parece uma contradição, na medida em que a busca pela identidade deveria evoluir numa procura pelos seus semelhantes e pelas trocas de experiências. Mas o que acontece é a separação social por grupos cada vez menores e mais distantes uns dos outros.

Evoluindo na investigação, estudamos as relações do homem com sua própria imagem e a consequência do tempo sobre esta imagem. Através de analogias com a fotografia, foi possível observar uma análise profunda sobre estas questões. Vimos, também, como as intervenções temporárias são capazes de modificar o ambiente urbano. Tais intervenções em espaços públicos têm a capacidade de atrair pessoas e fazê-las interagir entre si. O grande contributo do caráter efêmero é que, após cumprir sua função em um determinado lugar, o mesmo objeto, carregado de significado, é desmontado, mas deixa seu legado para a comunidade local. E ao ser remontado em outro espaço, volta a cumprir sua função, desta vez enriquecido pelas experiências anteriores. Além disso, estas intervenções têm a função de transformar não-lugares em lugares identitários e carregados de amabilidade urbana.

Por fim, nesta primeira fase, fomos apresentados a certas premissas que contribuem para o desenvolvimento de espaços capazes de abrigar e estimular mentes mais criativas. São estes ambientes que favorecerão o surgimento de sociedades interligadas através do conhecimento e formadas por pessoas conectadas entre si e com o mundo exterior. É importante criar espaços que promovam essas conexões, estimulem a percepção e amadurecimento de intuições lentas, permitam as trocas de ideias e suas exaptações, em que haja lugar para o erro, tão importante na busca das melhores soluções.

Este conjunto de reflexões insere-se em áreas de conhecimento específicas. Dentre estes conceitos, destacaram-se nove, os quais forma posteriormente combinados em grupos distintos de acordo com a sua pertinência, formando as triangulações. Estas, por sua vez, permitiram o desenvolvimento de hipóteses projetuais, validadas através de imagens e referências.

Para o desenvolvimento do projeto final desta investigação foi escolhida uma destas hipóteses, definida pela palavra-chave: coesão. Servindo como fio condutor do projeto, o conceito engloba, além da coesão social, a importância dos intermediários culturais no desenvolvimento da cidade e da formação de redes de conhecimento.

Como já foi dito na introdução desta dissertação, o objetivo do autor é centrar-se na procura de uma proposta de projeto que permita atuar sobre o conceito definido anteriormente, sobrepondo-o a uma dimensão de detalhe produtivo. Este facto não impede que a solução proposta não atinja naturalmente uma dimensão produtiva; apenas se pretende destacar o papel da reflexão sobre a execução.

O projeto desenvolvido consiste numa estrutura expositiva flexível, em grandes painéis curvos dispostos em círculos concêntricos, sobre uma base circular, que pretende promover a coesão social, através do conhecimento e reconhecimento dos usuários, através de um conteúdo cultural, criando uma rede de assimilação e disseminação de conhecimento.

Este projeto tensiona trazer à tona esta reflexão, havendo a consciência de que o tema não se conclui com ele. É imperativo continuar a refletir sobre os assuntos aqui levantados para que possamos contribuir para o desenvolvimento mais sadio da sociedade

em que vivemos. Deve ser função do designer pensar, criar e desenvolver ferramentas, objetos e espaços que contribuam para um mundo melhor.

Quanto ao projeto em si, não se encerra nos desenhos aqui apresentados. É preciso estudar novas formatações do espaço, outras possibilidades, bem como evoluir as várias soluções a uma dimensão de implementação no mercado, industrializando-o. Como explicado na apresentação do projeto, o mesmo deve servir para exposição de diferentes tipos de arte. Portanto é preciso pensar em sistemas de iluminação, sistemas de sonorização, de projeção e outros artifícios que possibilitem uma experimentação sensorial do espaço. A escolha de outros artistas, formulação de novos layouts, novos pontos de vista e de percurso também podem e devem ser explorados numa possível continuação desta investigação.



## BIBLIOGRAFIA

---



**Obras impressas**

- Augé, M. (2012). *Não-Lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade* - 3ª edição. Portugal, Lisboa: Livraria Letra Livre.
- Barthes, R. (2015). *A câmara clara: Nota sobre a fotografia*. Portugal, Lisboa: Edições 70.
- Bourdieu, P. (2011). *O urbanismo depois da crise*. Portugal, Lisboa: Livros Horizonte.
- Clavel, G. (2004). *A sociedade da exclusão: Compreendê-la para dela sair*. Portugal, Porto: Porto Editora.
- Fontes, A. S. (2013). *Intervenções temporárias, marcas permanentes: Apropriações, arte e festa na cidade contemporânea*. Brasil, Rio de Janeiro: Casa da Palavra: Faperj.
- Fortuna, C. & Leite, R. P. (2009). *Plural de cidade: Novos Léxicos Urbanos*. Portugal, Coimbra: Edições Almedina (dentro deste, colocaremos os artigos como artigo numa publicação).
- Hester, R. T. (2010). *Design for ecological democracy*. United States, Cambridge: The MIT Press.
- Innerarity, D. (2004). *A sociedade invisível: Como observar e interpretar as transformações do mundo atual*. Portugal, Lisboa: Editorial Teorema.
- Johnson, S. (2010). *As ideias que mudaram o mundo: A história natural da inovação*. Portugal, Lisboa: Clube do Autor.
- Knauer, R. (2007). *Transformation: Basic Principles and Methodology of Design* – 1st edition. Switzerland, Basel: Birkhäuser.
- Martin, M. (2005). *A Linguagem cinematográfica*. Portugal, Lisboa: Dinalivro.
- Silvano, F. (2010). *Antropologia do espaço*. Portugal, Lisboa: Assírio & Alvim.

**Artigos científicos impressos**

- Bógus, L. M. M. (2009). Segregações Urbanas. *Plural de cidade: Novos Léxicos Urbanos*, 115-126.
- Ferreira, C. (2009). Intermediários culturais e cidade. *Plural de cidade: Novos Léxicos Urbanos*, 319-336.
- Leite, R. P. (2009). Espaços Públicos na Pós-Modernidade. *Plural de cidade: Novos Léxicos Urbanos*, 187-204.
- Rodrigues, M. E. (2009). Ambiente, sustentabilidade e cidade. *Plural de cidade: Novos Léxicos Urbanos*, 265-282.

## Internet

Arte Colombo (2016). *A arte chegou ao Colombo*. Recuperado em 22 Fevereiro, 2016 de <http://www.artecolombo.pt/sobre>

Berkeley University of California (n.d.). *Teresa Caldeira*. Recuperado em 10 fevereiro, 2016 de <http://ced.berkeley.edu/ced/faculty-staff/teresa-caldeira>

Boto, A. (n.d.). *André Boto Photography*. Recuperado em 19 Fevereiro, 2016 de <http://www.andreboto.com/>

Nishida, S. (2012). *UNESP: Sentido da visão*. Recuperado em 19 Fevereiro, 2016 de [http://www.ibb.unesp.br/Home/Departamentos/Fisiologia/Neuro/08.sentido\\_visao.pdf](http://www.ibb.unesp.br/Home/Departamentos/Fisiologia/Neuro/08.sentido_visao.pdf)

Revue internationale d'urbanisme (n.d.). *Revue internationale d'urbanisme*. Recuperado em 30 Janeiro, 2016 de <http://www.riurba.org/alain-bourdin/>

The Editors of Encyclopædia Britannica (2005). *Encyclopædia Britannica*. Recuperado em 30 janeiro, 2016, de <http://www.britannica.com/biography/Roland-Gerard-Barthes>

Wikipedia (2014). *Centro Colombo*. Recuperado em 26 fevereiro, 2016 de [https://pt.wikipedia.org/wiki/Centro\\_Colombo](https://pt.wikipedia.org/wiki/Centro_Colombo)

Wikipedia (2015). *Escola de Chicago (Sociologia)*. Recuperado em 26 fevereiro, 2016 de [https://pt.wikipedia.org/wiki/Escola\\_de\\_Chicago\\_\(sociologia\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_de_Chicago_(sociologia))

Wikipedia (2015). *Jordi Borja*. Recuperado em 10 fevereiro, 2016 de [https://es.wikipedia.org/wiki/Jordi\\_Borja](https://es.wikipedia.org/wiki/Jordi_Borja)

Wikipedia (2015). *Kevin Lynch*. Recuperado em 10 fevereiro, 2016 de [https://pt.wikipedia.org/wiki/Kevin\\_Lynch](https://pt.wikipedia.org/wiki/Kevin_Lynch)

Wikipedia (2015). *Manuel Gausa*. Recuperado em 10 fevereiro, 2016 de [https://es.wikipedia.org/wiki/Manuel\\_Gausa](https://es.wikipedia.org/wiki/Manuel_Gausa)

Wikipedia (2016). *Iain Borden*. Recuperado em 10 fevereiro, 2016 de [https://en.wikipedia.org/wiki/Iain\\_Borden](https://en.wikipedia.org/wiki/Iain_Borden)

Wikipedia (2016). *Ignasi de Solà-Morales*. Recuperado em 10 fevereiro, 2016 de [https://en.wikipedia.org/wiki/Ignasi\\_de\\_Sol%C3%A0-Morales](https://en.wikipedia.org/wiki/Ignasi_de_Sol%C3%A0-Morales)

Wikipedia (2016). *Richard Sennett*. Recuperado em 10 fevereiro, 2016 de [https://pt.wikipedia.org/wiki/Richard\\_Sennett](https://pt.wikipedia.org/wiki/Richard_Sennett)

Wikipedia (2016). *William H. White*. Recuperado em 10 fevereiro, 2016 de [https://en.wikipedia.org/wiki/William\\_H.\\_Whyte](https://en.wikipedia.org/wiki/William_H._Whyte)

Wikipedia (2016). *Zaida Muxí*. Recuperado em 10 fevereiro, 2016 de [https://es.wikipedia.org/wiki/Zaida\\_Mux%C3%AD](https://es.wikipedia.org/wiki/Zaida_Mux%C3%AD)

Wikipedia (2016). *Zygmunt Bauman*. Recuperado em 10 fevereiro, 2016 de [https://pt.wikipedia.org/wiki/Zygmunt\\_Bauman](https://pt.wikipedia.org/wiki/Zygmunt_Bauman)

## Iconografia

Figura 2

The Edgerton Digital Collections (EDC) project (n.d.). *Harold Doc Edgerton*. Recuperado em 30 Janeiro, 2016 de <http://edgerton-digital-collections.org/?s=hee-nc-57001#hee-nc-57001>

Figura 3

Adaptada de:

Fontes, A. S. (2013). *Intervenções temporárias, marcas permanentes: Apropriações, arte e festa na cidade contemporânea*. Brasil, Rio de Janeiro: Casa da Palavra: Faperj. (p. 30)

Figura 4

Adaptada de:

Fontes, A. S. (2013). *Intervenções temporárias, marcas permanentes: Apropriações, arte e festa na cidade contemporânea*. Brasil, Rio de Janeiro: Casa da Palavra: Faperj. (p. 32)

Figura 5

Adaptada de:

Fontes, A. S. (2013). *Intervenções temporárias, marcas permanentes: Apropriações, arte e festa na cidade contemporânea*. Brasil, Rio de Janeiro: Casa da Palavra: Faperj. (p. 34)

Figura 6

Adaptada de:

Fontes, A. S. (2013). *Intervenções temporárias, marcas permanentes: Apropriações, arte e festa na cidade contemporânea*. Brasil, Rio de Janeiro: Casa da Palavra: Faperj. (p. 82)

Figura 7

Adaptada de:

Fontes, A. S. (2013). *Intervenções temporárias, marcas permanentes: Apropriações, arte e festa na cidade contemporânea*. Brasil, Rio de Janeiro: Casa da Palavra: Faperj. (p. 118)

Figura 8

Adaptada de:

<http://frieze-magazin.de/archiv/features/wien-von-innen-ii/?lang=en>, recuperada em 12 Fevereiro, 2016

Figura 9

Adaptada de:

[http://www.beyondutrecht.nl/index2.php?nav=3&proj\\_id=3](http://www.beyondutrecht.nl/index2.php?nav=3&proj_id=3), recuperada em 12 Fevereiro, 2016

Figura 10

Adaptada de:

<http://www.permanentbreakfast.org/?p=106>, recuperada em 12 Fevereiro, 2016

Figura 11

Adaptada de:

<http://www.noticiasdenavarra.com/opinion/foros/viewtopic.php?f=2&t=20658>, recuperada em 12 Fevereiro, 2016

Figura 12

Adaptada de:

<http://www.publicspace.org/en/works/d208-zwischenpalastnutzung-volkspalast>, recuperada em 12 Fevereiro, 2016

Figura 13

Fontes, A. S. (2013). *Intervenções temporárias, marcas permanentes: Apropriações, arte e festa na cidade contemporânea*. Brasil, Rio de Janeiro: Casa da Palavra: Faperj. (p. 126)

Figura 14

Adaptada de:

[http://www.pucsp.br/artecidade/site97\\_99/ac3/artist/cildo\\_meirelles.html](http://www.pucsp.br/artecidade/site97_99/ac3/artist/cildo_meirelles.html), recuperada em 12 Fevereiro, 2016

Figura 15

Adaptada de:

[http://www.pucsp.br/artecidade/site97\\_99/ac3/artist/fernando\\_mello\\_franco.html](http://www.pucsp.br/artecidade/site97_99/ac3/artist/fernando_mello_franco.html), recuperada em 12 Fevereiro, 2016

Figura 16

Fontes, A. S. (2013). *Intervenções temporárias, marcas permanentes: Apropriações, arte e festa na cidade contemporânea*. Brasil, Rio de Janeiro: Casa da Palavra: Faperj. (p. 127)

Figura 17

Adaptada de (da esquerda para a direita, de cima para baixo):

Knauer, R. (2007). *Transformation: Basic Principles and Methodology of Design* – 1st edition. Switzerland, Basel: Birkhäuser. (pp.58, 99, 104, 56, 23)

## Figura 18

Adaptada de (da esquerda para a direita, de cima para baixo):

<https://pt.pinterest.com/pin/455004368580122887/>, recuperada em 5 Fevereiro, 2016

<https://pt.pinterest.com/pin/249175791859776495/>, recuperada em 5 Fevereiro, 2016

<https://pt.pinterest.com/pin/316729786269864713/>, recuperada em 5 Fevereiro, 2016

<https://pt.pinterest.com/pin/60165344999740067/>, recuperada em 5 Fevereiro, 2016

## Figura 19

Adaptada de (da esquerda para a direita, de cima para baixo):

Knauer, R. (2007). *Transformation: Basic Principles and Methodology of Design* – 1st edition.

Switzerland, Basel: Birkhäuser. (pp.173,81, 143, 27, 33, 79)

## Figura 20

Adaptada de (da esquerda para a direita, de cima para baixo):

<https://pt.pinterest.com/pin/428756826999256515/>, recuperada em 5 Fevereiro, 2016

<https://pt.pinterest.com/pin/86835099042744945/>, recuperada em 5 Fevereiro, 2016

<https://pt.pinterest.com/pin/399835273148414715/>, recuperada em 5 Fevereiro, 2016

<https://pt.pinterest.com/pin/346495765055459959/>, recuperada em 5 Fevereiro, 2016

## Figura 21

Adaptada de (da esquerda para a direita, de cima para baixo):

Knauer, R. (2007). *Transformation: Basic Principles and Methodology of Design* – 1st edition.

Switzerland, Basel: Birkhäuser. (pp.136,137, 80, 11)

## Figura 22

Adaptada de (da esquerda para a direita, de cima para baixo):

<https://pt.pinterest.com/pin/73816881365317415/>, recuperada em 5 Fevereiro, 2016

<https://pt.pinterest.com/pin/348888302357249694/>, recuperada em 5 Fevereiro, 2016

<https://pt.pinterest.com/pin/256283035022244929/>, recuperada em 5 Fevereiro, 2016

<https://pt.pinterest.com/pin/536702480566839540/>, recuperada em 5 Fevereiro, 2016

<https://pt.pinterest.com/pin/488148047086719560/>, recuperada em 5 Fevereiro, 2016

<https://pt.pinterest.com/pin/347692033707729768/>, recuperada em 5 Fevereiro, 2016

<https://pt.pinterest.com/pin/347692033711284754/>, recuperada em 5 Fevereiro, 2016

## Figura 23

Adaptada de (de cima para baixo):

<http://www.brandscapes.com.au/>, recuperada em 24 Fevereiro, 2016

<http://openbuildings.com/buildings/pinnacle-duxton-profile-5268>, recuperada em 24 Fevereiro, 2016

## Figura 24

Adaptada de (da esquerda para a direita, de cima para baixo):

<https://pt.pinterest.com/pin/389279961512145838/>, recuperada em 24 Fevereiro, 2016

<http://www.amustard.com/?page=2020>, recuperada em 24 Fevereiro, 2016

<http://www.ritesoflife.com/2008/exhibition/raoul-wallenbergs-torg-stockholm/>, recuperada em 24 Fevereiro, 2016

<http://www.1000families.eu/1000families/exhibitions.php>, recuperada em 24 Fevereiro, 2016

<http://magnuslundgren.com/exhibitions/>, recuperada em 24 Fevereiro, 2016

## Figura 25

Adaptada de (da esquerda para a direita, de cima para baixo):

<http://www.harbourfrontcentre.com/newpublicspaces/>, recuperada em 24 Fevereiro, 2016

<https://pt.pinterest.com/pin/298152437803886970/>, recuperada em 24 Fevereiro, 2016

<http://www.velenje-tourism.si/de/10674>, recuperada em 24 Fevereiro, 2016

Figura 26

Adaptada de (da esquerda para a direita, de cima para baixo):

<http://www.belasclubedecampo.pt/shopping-center/>, recuperada em 22 Fevereiro, 2016

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Centro\\_Colombo](https://pt.wikipedia.org/wiki/Centro_Colombo), recuperada em 22 Fevereiro, 2016

<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1598509&page=3&langid=5>, recuperada em 22 Fevereiro, 2016

<http://gorongosa.blogs.sapo.mz/40262.html>, recuperada em 22 Fevereiro, 2016

<http://viagemfantastica.com/compras-em-lisboa-centro-comercial-colombo/>, recuperada em 22 Fevereiro, 2016

Figura 27

Fotos tiradas pelo autor em 18 Fevereiro, 2016

Figura 28

Adaptada de (de cima para baixo):

<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?p=110649942>, recuperada em 22 Fevereiro, 2016

<http://arqmogi.blogspot.pt/2012/10/terminal-multimodal-gare-do-orient.html>, recuperada em 22 Fevereiro, 2016

[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Estacao\\_cais\\_do\\_sodr%C3%A9\\_3\\_c\\_botelho.jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Estacao_cais_do_sodr%C3%A9_3_c_botelho.jpg), recuperada em 22 Fevereiro, 2016

Figura 33

Adaptada de:

<http://www.colombo.pt/mapa/>, recuperada em 26 Fevereiro, 2016

Figura 34

Foto tirada pelo autor em 23 Fevereiro, 2016

Figura 35

Foto tirada pelo autor em 23 Fevereiro, 2016

Figura 36

Foto tirada pelo autor em 23 Fevereiro, 2016

Figura 39

Adaptada de:

<http://www.andreboto.com/#!retrato/c1a78>, recuperada em 26 Fevereiro, 2016

Figura 40

Adaptada de:

<http://www.andreboto.com/#!retrato/c1a78>, recuperada em 26 Fevereiro, 2016

Figura 41

Adaptada de:

<http://www.andreboto.com/#!retrato/c1a78>, recuperada em 26 Fevereiro, 2016

Figura 42

Adaptada de:

<http://www.andreboto.com/#!retrato/c1a78>, recuperada em 26 Fevereiro, 2016

Figura 43

Adaptada de:

<http://www.andreboto.com/#!retrato/c1a78>, recuperada em 26 Fevereiro, 2016

Figura 44

Adaptada de:

<http://www.andreboto.com/#!retrato/c1a78>, recuperada em 26 Fevereiro, 2016

Figura 45

Adaptada de:

<http://www.andreboto.com/#!retrato/c1a78>, recuperada em 26 Fevereiro, 2016

Figura 46

Adaptada de:

<http://www.andreboto.com/#!retrato/c1a78>, recuperada em 26 Fevereiro, 2016

Figura 47

Adaptada de:

<http://www.andreboto.com/#!retrato/c1a78>, recuperada em 26 Fevereiro, 2016

Figura 48

Adaptada de:

<http://www.andreboto.com/#!retrato/c1a78>, recuperada em 26 Fevereiro, 2016

Figura 49

Adaptada de:

<http://www.andreboto.com/#!retrato/c1a78>, recuperada em 26 Fevereiro, 2016



**IADÉ**  
**2016**

**Campus de Santos** . Av. D. Carlos I, 4, 1200-649 Lisboa | Portugal  
Telf: (+351) 213 939 600 . [iade@iade.pt](mailto:iade@iade.pt)